

COLEÇÃO AFRÂNIO PEIXOTO



ACADEMIA BRASILEIRA
DE LETRAS



ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

R. Magalhães Júnior

COLEÇÃO AFRÂNIO PEIXOTO

 TRÊS PANFLETÁRIOS
DO SEGUNDO REINADO

Rio de Janeiro 2009

COLEÇÃO AFRÂNIO PEIXOTO
ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Diretoria de 2009

Presidente: *Cícero Sandroni*

Secretário-Geral: *Ivan Junqueira*

Primeiro-Secretário: *Alberto da Costa e Silva*

Segundo-Secretário: *Nelson Pereira dos Santos*

Tesoureiro: *Evanildo Cavalcante Bechara*

COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES

Antonio Carlos Secchin

José Mindlin

José Murilo de Carvalho

Produção editorial

Monique Mendes

Revisão

Igor Fagundes

Projeto gráfico

Victor Burton

Editores eletrônicos

Estúdio Castellani

Catálogo na fonte:

Biblioteca da Academia Brasileira de Letras

MI66 Magalhães Júnior, Raimundo, 1907-1981.

Três panfletários do segundo reinado / R. Magalhães Júnior.
– Academia Brasileira de Letras, 2009. (Coleção Afrânio
Peixoto, 86).

272 p. ; 21 cm.

ISBN 978-85-7440-123-2

I. Academia Brasileira de Letras. 2. História do Brasil.
I. Título. II. Série.

CDD 981

Três Panfletos Famosos

Embora várias vezes reeditados, constituem raridades bibliográficas, figurando por preços elevados nos catálogos dos vendedores de obras raras ou esgotadas, os famosos panfletos *O Libelo do Povo*, *Ação*; *Reação*; *Transação* e *A Conferência dos Divinos*, os quais fizeram época no Segundo Reinado e são, ainda hoje, frequentemente citados pelos estudiosos que se ocupam da nossa história política. Seus autores foram, respectivamente, Francisco de Sales Torres Homem, Justiniano José da Rocha e Antônio Ferreira Vianna, de larga ação no jornalismo político como na tribuna parlamentar, pois todos eles exerceram atividade legislativa, como membros da Assembleia Geral do Império. Todos têm, assim, vários traços em comum, pois, além de políticos e jornalistas, foram também todos eles advogados, com a circunstância de que o primeiro era, igualmente, médico. Se o primeiro e o último formaram, na juventude, no Partido Liberal, na idade madura se arrolaram, todos eles, sob a mesma bandeira, a do Partido Conservador, que teve em Justiniano José da Rocha um dos seus mais hábeis e tenazes defensores. Ao contrário de Justiniano, que nunca teve desvios em sua conduta política, Torres Homem e Ferreira Vianna, na fase liberal, atacaram vivamente o imperador e a monarquia, sendo que o último continuou a combater “o poder pessoal”, na

tribuna da Câmara dos Deputados. Ambos, porém, foram ministros de D. Pedro II, que, pondo de parte os melindres pessoais, procurava conquistar para a sua causa as simpatias desses temperamentos explosivos e perigosos. Torres Homem acabou, mesmo, sendo – apesar de sua origem humilde – um dos grandes do Império, sob o título de Visconde de Inhomirim, muito embora tivesse ele próprio satirizado a “nobreza achinelada”, mal nascida e pobretona que vivia “à fuiza do orçamento” ... Ferreira Vianna, sem trocar o seu nome de família por um título de nobreza, depois de ter feito tanto dano à monarquia, acabou os seus dias como um saudosista do velho regime. Tais foram as três figuras que R. Magalhães Júnior, autor de *Machado de Assis, Desconhecido* e de *D. Pedro II e a Condessa de Barral*, deliberou apresentar neste livro, que reúne, num só volume, pela primeira vez, além de estudos sobre os seus autores, cheios de revelações interessantes, o texto integral dos três famosos panfletos do Segundo Reinado. As circunstâncias posteriores à publicação desses panfletos não atenuaram a impressão causada pelos mesmos no espírito público. Quando, poucos anos antes da proclamação da República, Anfrísio Fialho lançou violenta campanha contra a instituição monárquica, exigindo, no “Constitucional”, convocação de uma Assembleia Constituinte para deliberar sobre a forma de governo que o país devia adotar, reedições comentadas de *O Libelo do Povo* e de *A Conferência dos Divinos* foram feitas, para o fim de ativar a campanha, através de depoimentos de dois homens de grande evidência política no Império. A “Brasíliana”, apresentando este volume, ilustrado com preciosa documentação recolhida pelo autor nas seções de estampas da Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, está certa de que presta inestimável serviço aos estudiosos da nossa história e junta ao seu extenso e valioso catálogo uma obra que nele estava faltando.

Apresentação da primeira edição.

Sumário

TRÊS PANFLETÁRIOS DO SEGUNDO REINADO

Introdução	3
<i>O Libelo do Povo</i>	
Sales Torres Homem e <i>O Libelo do Povo</i>	7
<i>O Libelo do Povo</i> por Timandro	53
<i>Ação; Reação; Transação</i>	
Justiniano José da Rocha e <i>Ação; Reação; Transação</i>	125
<i>Ação; Reação; Transação</i>	159
<i>A Conferência dos Divinos</i>	
Ferreira Vianna e <i>A Conferência dos Divinos</i>	209
<i>A Conferência dos Divinos</i>	257
Bibliografia referente às Introduções	265

∞ TRÊS PANFLETÁRIOS
DO SEGUNDO REINADO

Introdução

Só à custa de muito esforço e de muita paciência conseguem os estudiosos de assuntos históricos obter, hoje em dia, exemplares de algumas peças essenciais ao conhecimento do ambiente político do Segundo Reinado – os famosos panfletos *O Libelo do Povo*, de Francisco de Sales Torres Homem, publicado em 1840 pelo futuro Visconde de Inhomirim sob o pseudônimo de Timandro; *Ação; Reação; Transação*; publicado em 1855 por Justiniano José da Rocha, por muitos considerado o nosso maior jornalista no tempo do Império; e *A Conferência dos Divinos*, que o futuro conselheiro Antônio Ferreira Vianna publicou anonimamente em 1867. Seus autores foram nomes que encheram toda uma época, quer como jornalistas políticos, quer como parlamentares e homens de Estado. Todos aqueles escritos, embora por mais de uma vez editados, acham-se há longo tempo esgotado: e só por acaso podem ser encontrados num ou noutro vendedor de raridades bibliográficas. Citados frequentemente pelos nossos melhores historiadores e ensaístas, como Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Tau-nay, Sílvio Romero, Oliveira Vianna e outros, mesmo nas bibliotecas públicas não é fácil encontrá-los e nem todas os possuem. Por isso

mesmo, a ideia de reuni-los num mesmo tomo, completado por esboços biográficos que dessem aos leitores informações de caráter geral sobre os três grandes panfletários, de há muito se impusera ao nosso espírito. Concretiza-se agora essa ideia, graças à Companhia Editora Nacional, que, animada de igual disposição, deliberou acolher este volume em sua prestigiosa coleção “Brasíliana”.

R.M.J.

∞ *O Libelo do Povo*

☞ Sales Torres Homem e *O Libelo do Povo*

No panorama político do segundo reinado poucas figuras se elevaram tanto e tanto foram discutidas como a do autor do famoso panfleto *O Libelo do Povo*. Foi um homem notável, senão pela coerência, pelo talento e pela cultura, de que deu provas na imprensa e na tribuna, durante um período de quase quarenta anos de vida jornalística e política. Além de ter sido incontestavelmente um dos grandes parlamentares do seu tempo, na Câmara dos Deputados e no Senado do Império, desempenhou postos executivos, gerindo, em períodos difíceis, as finanças da nação. Como homem de governo, lidou sempre com cifras: alto funcionário do Tesouro Nacional, presidente do Banco do Brasil, ministro da Fazenda. Era financista por intuição, como quase todos os que possuímos na época. Certo, mergulhara nos tratadistas então em voga, com curiosidade e fervor, como quem quer tudo aprender, mas a sua formação cultural não fora de molde a conduzi-lo a tal resultado.

Graduado, muito moço, pela Academia Médico-Cirúrgica, que se transformou, mais tarde, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Francisco de Sales Torres Homem fazia parte do grupo de

jovens entusiastas que cercavam a figura fascinante de Evaristo da Veiga, frequentando-lhe a “loja de livros” e dele recebendo estímulo. Aos vinte anos de idade, Evaristo o inscrevia na Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional e o impelia a escrever artigos políticos para a *Aurora Fluminense*. E é Evaristo quem, após a queda de D. Pedro I, obtém para seu pupilo em jornalismo um lugar de adido junto à Legação do Brasil em Paris, chefiada, na época, pelo ministro plenipotenciário Luis Moutinho de Lima Álvares e Silva. Na França, não perde os dias a trocar pernas pelas ruas e avenidas. Aproveita suas horas o melhor que pode e, ao cabo de algum tempo, em lugar de aperfeiçoar-se em ciência médica, está licenciado em Direito pela Faculdade de Paris. Era tempo de volver à pátria e tratar de abrir caminho, com os seus títulos e a sua ilustração. Regressa no ano da morte de seu protetor, o de 1837, e se apresta para recolher a sucessão do grande jornalista do Primeiro Reinado. Escreve, sucessivamente, em várias publicações. De início, no *Jornal dos Debates Políticos e Literários*, nos anos de 1837 e 1838. Nesse mesmo ano e até 1841 no *Despertador* e, ao mesmo tempo, em *O Maiorista*, em que terça armas com Justiniano José da Rocha, o grande jornalista conservador, e então redigindo *O Atlante*, defensor da regência e saquarema exaltado. Mais tarde escreveria noutras publicações em que ainda melhormente firmaria reputação de completo homem de imprensa.


Fora o jornalismo o caminho natural que o levaria à política. Em 1842, Sales Torres Homem, juntamente com Limpo de Abreu, futuro Visconde de Abaeté, os Senadores Padre José Bento Ferreira de Melo e Padre José Martiniano de Alencar, os deputados Padre José Antônio Marinho e Teófilo Ottoni, fazia parte de uma organização secreta, de caráter revolucionário, a “Sociedade dos Patriarcas Invisí-

veis”, Essa sociedade estava em entendimento com os rebeldes que, em Minas Gerais e em São Paulo, tinham pegado em armas contra a monarquia. Como resultado disto, Sales Torres Homem foi preso, juntamente com Limpo de Abreu, Franca Leite e outros, sendo, primeiro, recolhido à fortaleza de Santa Cruz e, depois, à da ilha de Villegaignon. Seguiu-se o desterro, durante vários meses, em Portugal. Ao regressar, recuperada a liberdade de movimentos, passou a fazer parte do grupo fundador da *Minerva Brasiliense*, jornal de *Ciências, Letras e Artes*, publicado quinzenalmente e no qual escreviam Domingos José Gonçalves de Magalhães, Odorico Mendes, Manoel Araújo Porto Alegre, Joaquim Manuel de Macedo e outros. Era jovem, pleno de entusiasmo e de ardor. Trouxera da Europa a cabeça e o coração cheios de ideias e sentimentos generosos.

Formou nas hostes do Partido liberal, sendo eleito deputado, pela primeira vez, pela Província do Ceará, no ano de 1842, mas a Câmara foi previamente dissolvida por decreto imperial de 1.º de maio do mesmo ano, em razão da revolução liberal que então lavrava em Minas Gerais e em São Paulo, como sob a alegação de fraude generalizada, levantada pelo Marquês de Paranaguá e seus companheiros de ministério. Assim, embora tivesse sido reconhecido, Sales Torres Homem ficou sem a cadeira no Parlamento... Mas, na legislatura de 1845-1847, é novamente eleito, desta vez pela Província de Minas Gerais, e, logo em seguida, na de 1848, pela Província do Rio de Janeiro. Apesar da facilidade dos triunfos que colheira, não houve crítico mais implacável do sistema eleitoral então vigente e da própria monarquia. No ano de 1848, começara a circular um novo diário, o *Correio Mercantil*, de cujo corpo redatorial fez parte. No ano seguinte, num ímpeto liberal, ante o esmagamento da revolução praieira em Pernambuco, a morte do bravo líder Joa-

quim Nunes Machado e de tantos dos seus seguidores*, o então deputado Francisco de Sales Torres Homem tomou da pena e traçou as páginas vibrantes e devastadoras do seu *O Libelo do Povo*. Não assinou com o seu próprio nome, mas com o pseudônimo de Timandro. O panfleto era explosivo, revolucionário, escrito com um vigor de que não havia exemplo no meio tímido e inclinado mais às louvaminhas e às bajulações que aos ataques frontais, às invectivas diretas e sem peias. Mau grado as cautelas do pseudônimo, não faltou quem logo identificasse o autor, cuja pena corajosa já deixara traços bem vivos no jornalismo da Corte. Admiravam-no alguns, pelo rasgo de audácia. Insultavam-no muitos, candidatando-se às graças do poder.

As origens de Sales Torres Homem não são inteiramente esclarecidas pelos que se ocuparam de sua personalidade em estudos políticos ou livros de memórias. Ninguém melhor do que ele poderia parodiar o verso de Alfred de Vigny – “*J’ai fait illustre un nom qu’on m’a transmis sans gloire*”. Dizem uns que era “oriundo de família modesta”; dizem outros que era “de origem humilde”. Só o Padre João Manuel de Carvalho disse meia verdade em suas *Reminiscências sobre Vultos e Fatos do Império e da República*: “era filho de uma preta quitandeira, que estacionava no Lar-

*  Segundo um relato transcrito por Ernesto Senna, em *Rascunhos e Perfis* (Notas de um repórter), Francisco de Sales Torres Homem, juntamente com Teófilo Ottoni e outros, fora quem elaborara o plano da fuga do capitão Pedro Ivo Veloso da Silveira, chefe militar da revolta praieira, da Fortaleza da Lage, onde se encontrava. Torres Homem os aguardava na Rua da Prainha, para onde se dirigiram, de carro, depois de terem desembarcado de um escaler, Pedro Ivo, seu escravo Teodoro e o cadete Barros Falcão de Lacerda. O Conselheiro Nabuco de Araújo, pai de Joaquim Nabuco, teria também participado desta conspiração, alias inútil, no que toca a Pedro Ivo, pois que este, pouco tempo depois, morria, à vista da costa de Pernambuco, no navio genovês em que tentava alcançar a Europa.

go do Rosário para fazer o seu negócio”. Apenas, sendo padre, agiu com natural parcialidade, ao ocultar que o pai do futuro Visconde de Inhomirim era um sacerdote de vida desregrada, parecido com aquele que Manuel Antônio de Almeida descreve nas saborosas *Memórias de um Sargento de Milícias* e para o qual, provavelmente, fornecera o modelo. Tal sacerdote, negociista, senhor de escravos, metido em brigas, de conduta tão escandalosa que até acabou proibido de celebrar o ofício divino, era o Padre Apolinário Torres Homem, cujo sobrinho legítimo, José Vicente, se tornaria um dos luminares da Medicina no tempo do Império. O Padre João Manuel não alude às origens de Sales Torres Homem para rebaixá-lo. Ao contrário, sustenta que a impureza do sangue não lhe maculava a fidalguia do talento e que, “se não era fidalgo de nascença, o fora por temperamento ou por intuição”. Embora o físico não o ajudasse, deixou fama de elegante, dos mais casquilhos que, no seu tempo, frequentavam as sessões do Parlamento e passeavam, ao fim da tarde, pela Rua do Ouvidor.

Vários políticos que atuaram no terceiro quartel do século passado nos deixaram retratos de Sales Torres Homem, todos compostos com a tinta do pitoresco. Recordaremos, aqui, os do Visconde de Taunay, do Padre João Manuel de Carvalho e de José de Alencar.

O mais minucioso é o do Visconde de Taunay, nas *Reminiscências*, em que diz:

“Nada atraente o físico, a figura de Sales Torres Homem. De estatura baixa, tinha predisposição para engordar, com exagero, o ventre proeminente, pernas curtas em relação ao busto, o todo pesado. O rosto de uma tez amarelenta, as feições inexpressivas, numa quietude apática, era pronunciadamente vultuoso, o que mais se acentuou no fim da vida, quando a bronquite crônica de

que sofria em moço se foi transformando em opressora asma cardíaca; os lábios grossos, o inferior um tanto penso, belfo. Usava óculos fixos de aro de ouro sobre os olhos pardacentos, esbugalhados, e basta cabeleira postiça, sob um chapéu alto de abas um tanto largas, com o rosto liso e a barba sempre escanhoada em regra, aspecto de comodista e gordalhudo pastor protestante. Vestia-se, porém, com o maior apuro, buscando conservar certa elegância de bom cunho parisiense, na sobrecasaca rigorosamente abotoada e bem assente ao corpo, nas gravatas de gosto com alfinetes artísticos, nas botinas envernizadas, sem nunca dispensar luvas, que trazia quase todo o dia calçadas. Gostava de bengalas de valor e delas tinha grande variedade; nem jamais se o via de guarda-sol ou de chapéu-de-chuva, como é tão geral no Brasil, hoje ainda mais do que outrora. Professava todo um sistema de ideias acerca da cor da gravata apropriada ao dia e da pedra preciosa que tinha de nela figurar; e, numa feita, o ouvi discorrer com muito espírito, erudição e habitual solenidade de frase sobre a significação das gemas entre os antigos e particularmente hebreus, e sua adaptação às roupagens que deviam fazer realçar — o diamante sobre o estofado preto, a safira sobre o branco, a esmeralda no vermelho, o topázio em cima do azul, e assim por diante. — ‘É preciso, aconselhava ele, não deixar aos medíocres e tolos sequer essa superioridade: trajarem bem. As exterioridades têm inquestionável importância. A um tresloucado e criminoso é muitíssimo mais fácil dar logo cabo de qualquer maltrapilho do que simplesmente desrespeitar um homem revestido das insígnias de alta posição social. Conturba-o a certeza de que esse insulto será incontínuo punido pelas leis e pelas autoridades’. Consoante esse modo de pensar, eram as suas maneiras compassadas, pouco expansivas, nunca familiares. O andar lento, quase ma-

jestoso, devido, aliás, em parte, à impertinente e antiga bronquite que só lhe consentia fôlego curto, parecia denunciar muito orgulho de si, concorrendo para a reputação que lhe faziam, de displicente e emproado, quando, entretanto, em convivência mais chegada, se mostrava o que, na realidade, era: gênio simpático, afável, folgazão, conversador inestimável e divertidíssimo”.

Aqueles assomos de vaidade provocavam manifestações de hostilidade naqueles que não suportavam a fatuidade do ilustre homem público. Mesmo alguns de seus amigos tinham dessas expansões. Nabuco de Araújo, por exemplo, dizia: “– Se o Sales não tivesse tanto talento era um peru de roda... Só não digo pavão porque este, segundo Buffon, é o rei da Natureza em formosura...”.

O Padre João Manuel de Carvalho, deputado em várias legislaturas e que, na última Câmara do Império, deu o famoso grito de “Viva a República!” na sessão em que se apresentou o gabinete de Ouro Preto, traçou em seu livro *Reminiscências sobre Vultos e Fatos do Império e da República*, um retrato breve, em que deixa transparecer a sua antipatia pela figura física e os ademanos de Sales Torres Homem:

“Personagem de estatura abaixo de mediana, quase rotundo, de cabeleira postiça, um formidável par de beijos grossos, óculos de ouro com vidro de cristal, *cara de poucos amigos*, carrancudo, apumado, teso, parecendo respirar orgulho, vaidade e impostura e encarar o resto da humanidade com o mais soberano desprezo, caminhando com o passo lento e firme, sem olhar para os lados, sempre empavesado, trajando caprichosamente, com apuro irrepreensível, supondo, tal vez, que ele fosse o único mulato no mundo”.

O antigo deputado e jornalista conservador frisa uma circunstância de que Sales Torres Homem não se envaidecia e, ao contrário, gostaria de esconder. Não era por outro motivo que ele fazia raspar o crânio e sobre ele colocava suas artísticas perucas, fabricadas pelos melhores fornecedores de Paris especialmente para seu uso. Era um modo ingênuo de tentar ocultar a mulatice denunciada pelo cabelo natural. Mas o próprio Padre João Manuel acrescenta que só à distância era ele assim. No convívio íntimo, era cordial, desprezioso, sem afetação e sem impertinência, a tal ponto que “aquele todo tão fisicamente repelente se transfigurava em foco de luz que iluminava os espíritos e inflamava os corações”.

Também José de Alencar o retratou, embora sob nome postiço, nas páginas de um dos seus romances. Os leitores bem informados decerto não ignoram que *A Guerra dos Mascates*, embora baseado em fatos reais e passados no Recife no século XVIII, é mero pretexto para uma sátira ao meio político do Império. O D. Sebastião de Castro Caldas que ele pinta é menos o da história, o que governou a província de Pernambuco, do que o próprio D. Pedro II, assim como o Padre João da Costa é Monsenhor Pinto de Campos, Simão Ribasas é o Marquês de São Vicente, o ajudante negreiro é Saião Lobato, Barbosa Lima é o Visconde do Rio Branco etc. Lá está também Sales Torres Homem, apontado como “um dos luminares da mascataria e, sem contestação, o mais bem falante”. Na continuação do retrato de tal personagem, designada no livro pelo nome de Costa Araújo, o “almoxarife”, isto é, o ministro da Fazenda, escreve José de Alencar:

“Em arranjar um vistoso ramalhete de bonitas frases, ninguém lhe levava a palma. No mais não se cansava; toda a ciência dos negócios, cifrava-a em ter por si o *homem*, fazendo-lhe como aos meninos se

costuma as pequenas vontades”. O *homem*, nessa alusão, é o imperador. Quando moço – frisa Alencar –, tinha ele tomado ao sério essa nigromancia apelidada política e prodigalizara grande soma de talento, de entusiasmo e de atividade, na defesa dos povos contra a prepotência dos governadores. Fora um dos precursores da democracia brasileira, que um século depois devia suscitar o Martins, o Miguelinho e outros mártires pernambucanos. Nesse fervor dos anos escrevera uma filípica, no gênero de Demóstenes, contra a raça bragantina, o que lhe valeu a ira dos adversários, e o receio dos amigos que temiam-lhe o contágio. Recebeu a lição e aproveitou-a. Conheceu que os povos, por quem se havia sacrificado, eram animais domésticos: à liberdade preferem o quente aprisco onde os reis os põem a ceva. Desde então mudou de rumo; passou a viver nos melhores termos com os governadores, que tinham em grande conta os seus conselhos; pelo que o proveram no cargo de almoxarife, além de outras mercês. Rosnavam os invejosos de um ato de contrição feito a D. Sebastião de Castro. Vinha o boato da mordacidade de um dos tais amigos, que se valem da intimidade para melhor beliscarem: são como os gorgulhos que se metem dentro do grão para lhe roerem a flor. No físico, não fora a natureza tão liberal com o Costa Araújo como na moral; mas sabia ele dar a sua quadratura um tom apresentável. Se, neste século de espiritualistas, em que se tiram fotografias às almas do outro mundo, houvesse um curioso que se lembrasse de pintar a estampa de alguma figura de retórica das mais bochechudas, como por exemplo a prosopopéia, teríamos o retrato, ao vivo, do nosso Pomposo almoxarife”.

Essa figura de retórica em forma de gente tinha uma coisa em comum com Justiniano José da Rocha: era, como este, um amigo da boa

mesa. Rendia tributo à gastronomia, embora sem ser um comilão vulgar. Entre as anedotas que a seu respeito se contam, figura a recomendação feita a um vizinho, durante um banquete: “Não coma o pão senão a côdea. O miolo incha logo no estômago e ocupa lugar que pode ser melhor preenchido. Falava aí o apreciador dos bons petiscos, e não o módico, que fora absorvido pelo político, tão cheio de ardor revolucionário na juventude quanto conformado e tranquilo na velhice. Ao publicar *O Libelo do Povo*, Sales Torres Homem beirava os quarenta anos e o precoce Imperador Pedro II não tinha ainda dez anos de reinado e não completara o vigésimo quinto de idade. Pouco disse o panfletário a respeito do jovem monarca. Mas reduziu a pó a dinastia que ele representava em nossa terra. A Casa de Bragança teve pelo menos os alicerces abalados pelo panfleto impiedoso. E não menos a dos Bourbons. O cunhado de D. Pedro II também não foi poupado. Afirmando que “a Europa voa para a democracia”, Timandro lança um golpe de vista sobre o velho continente e assim caracteriza a figura de Ferdinando II o “rei Bomba”, o cruel Bourbon que então reinava em Nápoles: “A Sicília rompe o nexa que a prende ao Nero napolitano – déspota atrozmente beato e beatamente verdugo e dilapidador do povo”. Ao irmão de D. Tereza Cristina chamou até mesmo de “rei parricida”. No que toca aos Braganças, faz desfilar a ascendência do nosso jovem imperador, numa sucessão de impressionantes retratos, de irreverentes perfis, de desabusada caricaturas verbais:

“Examinai a história de qualquer outra raça real e, entre a longa sucessão de reis ignorantes, cruéis e depravados, um ou outro encontrareis sobre quem a posteridade possa repousar os olhos com satisfação. Na dinastia bragantina, porém, não há nenhum que esteja neste caso”.

E enumera: D. João IV, bastardo, inerte, pusilânime e incapaz; Afonso VI, a crápula revestida das insígnias de rei, forçado a abdicar por sua inaptidão e desenvolta imoralidade; Pedro II, moedeiro falso e responsável pelo execrando auto de fé em Coimbra, vendido aos interesses estrangeiros, laçao da Inglaterra, a que entregara de mãos atadas a indústria nacional; D. João V, continuador da tirania do seu antecessor, libidinoso, cínico, profanador dos lugares sagrados com suas infames orgias; D. José I, fraco, ignorante, nulo; D. Maria I, uma pobre louca, restauradora de abusos passados; D. João VI, refalsado, suspeitoso, irresoluto, poltrão, beato sem fé e sem costumes; e, finalmente, D. Pedro I, em quem se refletia “a maior parte desses defeitos originais, não atenuados pela educação e antes corroborado pelo veneno depravador das Cortes”. Quanto a este, acrescentava: “Imitou Luís XIV, fazendo do seu ‘eu’ o Estado, sem imitar, contudo, o grande rei em outras coisas mais que o despotismo, o fausto, os favoritos, as concubinas”. O jovem Imperador D. Pedro II é acusado pelo libelista principalmente de complacência. Entregara-se, logo, aos inimigos da liberdade, aos inimigos da nacionalidade, aos velhos campeões do absolutismo e da recolonização. O nome de José Clemente Pereira, favorito dos dois imperadores –, merece referências as mais cáusticas. Faz, do Império, retrato grandemente desfavorável:

“Considere-se a lastimável posição da nossa pátria! Uma constituição nominal; direitos sem exercício, interesses sem satisfação, liberdade sem garantias, ministérios sem dogma e sem nacionalidade; um Senado vitalício e faccioso, pretendendo transformar-se em oligarquia à veneziana; o direito de propriedade sem segurança porque a justiça civil é distribuída por magistrados políticos que sacrificam às paixões de partidos a imparcialidade do julgamento; a

justiça criminal entregue a inúmeras harpias de uma polícia que atropela, despoja e escraviza o cidadão pacífico, a indústria nacional monopolizada pelo querido português, enquanto o povo enjeitado geme sob a carga dos tributos, que exige a dívida de 400 milhões dispendidos na bela empresa de afogar em sangue seus clamores e de enriquecer os seus inimigos; a nação envilecida por uma corte, que sonha com o direito divino, e só respira a aura corrompida da baixeza, da adulação e do estrangeirismo; nada de generoso, de nacional e de grande; nada para a glória, para a liberdade, para a prosperidade material; o entusiasmo extinto; o torpor do egoísmo percorrendo gradualmente, com a frialdade do veneno, do coração às extremidades, e amortecendo as carnes mórbidas de uma sociedade que supura e dissolve-se... tal é o estado do Brasil!”.

Depois dessa tirada, perguntava quando, afinal, raiaria o dia da regeneração dos nossos costumes políticos. A essa interrogação, respondia ele próprio, com estas palavras que não eram senão uma profecia a cumprir-se quarenta anos mais tarde:

“Quando estiver completa a revolução que há muito se opera nas ideias e nos sentimentos da nação; revolução que, caindo gota a gota, arruinou a pedra do poder arbitrário; revolução que não poderão conter nem as calúnias, nem as baionetas, nem a corrupção; revolução que trará insensivelmente a renovação social e política sem convulsões e sem combate, da mesma maneira que a natureza prepara de dia em dia, de hora em hora, a mudança das estações; revolução, finalmente, que será o triunfo definitivo do interesse brasileiro sobre o capricho dinástico, da realidade sobre a ficção, da liberdade sobre a tirania!”

Desnecessário é dizer que a reação dos conservadores foi imediata e virulenta. Para que se tenha uma ideia da repercussão de *O Libelo do Povo* basta dizer-se que mais de um jornaleco foi criado, exclusivamente para malhar, sem dó nem piedade, o audacioso Timandro, sobre cuja identidade, já, agora, não havia mais a menor dúvida. O revise era terrivelmente insultoso. Para um desses pasquins, *A Contrariedade pelo Povo*, Sales Torres Homem era apenas um desprezível filho de padre. Quando o autor de *O Libelo do Povo* foi designado para fazer parte da deputação que iria levar ao jovem imperador a resposta à fala do trono, os insultos redobram; “Infame! Terás a coragem de, no dia 4 de março, te apresentares diante do Senhor D. Pedro II na deputação da Assembleia Geral?!!!” E, mais adiante: “Infame! Não sabes o que fizeste!... Cavaste a tua ruína, e chafurdarás sempre nesse lodaçal de pútrida lama em que te mergulhaste! Brasileiros, fiéis à religião, à Constituição e ao Imperador, autoridade suprema dela emanada, guerra e guerra de morte a esse indigno e vil Timandro, vergonha dos fluminenses honrados; e amaldiçoado seja todo aquele que, ao passar por ele, lhe não cuspir na cara! Guerra e mais guerra!”. Além desse, havia outros pasquins, entre os quais *O Caboclo*, que desferia iguais ataques e se fazia veículo das piores injúrias contra o panfletário liberal. Os conservadores tinham a seu serviço um poeta de aluguel, notável pela veia satírica, pela presteza do epigrama, pela virulência e perfídia. Em cada número de *O Cabloco*, havia pelo menos um soneto satírico contra Sales Torres Homem. Isto sem falar nas matérias em prosa, nas quais era chamado de “crioulo malandro” e outras amabilidades dessa espécie.

A dar-se crédito ao que publicava *O Caboclo*, Torres Homem, que devia sua incipiente carreira política a Aureliano de Souza Coutinho, futuro Visconde de Sepetiba, tinha trazido de Paris, em sua companhia, uma modista francesa, de nome Elisa, dona de alguns recursos por ele



Francisco de Sales Torres Homem. Visconde de Inhomirim, autor de *O Libelo do Povo*, segundo um retrato litográfico de Augusto Off, publicado por ocasião de sua morte.

dissipados ao chegar ao Brasil. Depois, abandonando a francesa, desposara, por interesse, uma moça do interior, dona de respeitável fortuna – D. Isabel Alves Machado – e, homem rico, bem instalado na vida, só então começou a devolver, aos poucos, o dinheiro com que o socorrera a modista, desprezada e restituída ao seu antigo mister. Dizia também *O Caboco* que um oficial do Exército, A. J. Rangel, em pleno dia, em frente da Tipografia do *Diário do Rio de Janeiro*, agredira a chicote o político e jornalista liberal. Timandro, surrado, resolvera desafia-lo para um duelo, a pistola, o qual só deveria terminar pela morte de um dos contendores. Mas, depois de tudo isso, acabara aceitando uma simples reconciliação, proposta por um dos padrinhos, embora continuasse com o rosto lanhado... Os sonetos do rimador verrineiro se imiscuíam, também, na vida particular de Timandro... Por exemplo:

O CRIOULO MALANDRO

Esse grave doutor da mula ruça
 Que nos lombos levou tremenda coça,
 E de Paris nos trouxe aquela moça
 Sobre a qual muita gente se debruça;

Esse inchado pavão, que se empapuça
 Por ter casado rico, lá na roça,
 É doutor mesmo próprio de carroça,
 Servindo-lhe-a c'rapinha de c'rapuça.

Da anarquia feroz o facho atiça
 Tratando a monarquia de chalaça
 Sem lembrar-se do pai, Padre de Missa!

O tratante quer ver se o povo embaça,
E, p'ra satisfazer a vil cobiça,
Deseja que governe algum cachaça!

Saiu tal soneto na edição de 10 de março de 1849, na qual, num tópico em prosa, Torres Homem é chamado de “médico sem doentes, à procura de fortuna”. O poeta a serviço da política conservadora caprichava não apenas nos insultos, mas igualmente nas rimas:

Eu já vi o *Libelo inflamatório!*
Do filho do Rev'rendo Apolinário;
Dez tostões me custou o calendário
Por ser obra do sábio João Tenório.
Poucas ideias, vasto palanfrório;
O diabo leve o trono hereditário!
É um tição que sopra o salafatório
P'ra acender o furor republicório!

O miolo esgotou nesta matéria;
À Casa Bragantina fez injúria,
O capadócio diz-lhe muita léria!

Leia todo o Brasil essa lamúria;
A Musa que a inspirou foi a Miséria
E o autor quem o fez foi a Luxúria!

Quando as impiedosas cutiladas abrandavam, o poeta de aluguel, esquecendo a mulatice e as origens do panfletário, fustigava, principalmente, a vaidade de Sales Torres Homem:

De asneiras sabichão, forte na intriga,
 Formado na impostura, e descarado,
 Mais que outro qualquer, audaz e ousado,
 Quando fracos rivais morde e profliga.

Só querendo esconder fofa barriga
 Esse Adonis gentil feito a machado
 E de si mesmo sempre enamorado
 Qual Narciso (segundo a história antiga),

Arrogando-se a ser grão publicista
 Quando apenas é forte papelão,
 Mais curto inda de ideias que da vista,

Eis aqui dos Luzias o Alcorão,
 Eis o Galo d'Aldeia (mas sem crista),
 Eis o homem, o Sales toleirão.

Foi também levantada contra o libelista a pecha de plagiário. Timandro deveria muitas das melhores páginas do famoso panfleto ao escritor francês, igualmente panfletário, Visconde de Cormenin, cujos “*Entretiens du village*” foram traduzidos para a nossa língua no século passado com o título de “Colóquio aldeões”. Alguns dos jornais conservadores, ou por estes estipendiados, fizeram traduções de panfletos de Cormenin, colocando algumas passagens em confronto com trechos de *O Libelo do Povo*. Taunay, nas suas *Reminiscências*, registra, aliás, uma opinião autorizada em tal sentido: “Do Timandro, afirmava o abalizado lente de São Paulo João Theodoro: “As poucas páginas de *O Libelo do Povo*, brutais e mal enxertadas, pertencem a Sales Torres

Homem; tudo o mais a Cormenin”. Entretanto, o próprio Taunay desmente uma increpação de plágio, também corrente, contra um dos discursos de Sales Homem, sobre a lei do “ventre livre”. Um malicioso jornalista da época ter-lhe-ia soprado esta suspeita malévola: “Combine-se o que traz Stuart Mill com o que diz Pellegrino Rossi no seu *Curso de Economia Política* e ter-se-á o discurso inteirinho do Sales. Nesse último lá está, palavra por palavra, a tão admirada frase – pirataria exercida em torno dos berços, nas águas da jurisdição divina”. Deu-se Taunay ao trabalho de fazer o confronto. Encontrou em Stuart Mill um capítulo “sóbrio e seco”, sobre a escravidão, e em Pellegrino Rossi, “menos conciso, mais elegante e imaginoso”, não identificou, tampouco, a frase atribuída ao já então Senador do Império. “Posso afiançar –, escreveu Taunay –, que nada menos verdadeiro”. E frisa que não houve senão “o discreto aproveitamento de teses e opiniões gerais”. Sílvio Romero concede a Sales Torres Homem altos dons literários. Diz, mesmo, que tem ele “direito de aparecer na história das nossas letras, por ter sido um de nossos mais eloquentes oradores e um dos mais perfeitos de nossos estilistas românticos”. E, condenando as ideias políticas que sustenta, declara, no entanto, que *O Libelo do Povo* é “notável pelo vigor da forma”. Para Oliveira Lima, sabidamente monarquista, *O Libelo do Povo* poderia ter sido redigido por um escritor francês de mérito literário, que, no entanto, fosse familiar não só com Chateaubriand, mas com Macaulay, embora o classifique de “sátira cruel”, a mais cruel de quantas alvejaram a Casa de Bragança. Doía-lhe, sobretudo, o retrato de D. João VI, o avesso daquele que o diplomata e publicista pernambucano apresentaria em seu livro de maior repercussão.

Para revidar aos ataques desferidos pelos conservadores agastados e seus numerosos escribas, surgiu uma nova folha do liberalismo radi-

cal, *A Filha de Timandro ou a Brasileira Patriota*, de linguagem não menos imoderada que a de *A Contrariedade pelo Povo* e *O Caboclo*. *A Filha de Timandro* surgia com um timbre nitidamente abolicionista. Essa condição terá de ser sempre reconhecida por quem estude a personalidade de Torres Homem: a de haver sido um dos precursores do movimento em favor da extinção do cativo. *A Filha de Timandro ou A Brasileira Patriota* não deixava de ter razão quando comentava:

“Lancem-se os olhos sobre essa aluvião de folhas ministeriais que por aí formigam e logo se deparará numa com o artigo – Timandro – noutra mais – Timandro – e noutra ainda – Timandro. O homem curioso passa a ler esses diferentes artigos, pensando aí encontrar uma análise sisuda e séria, a respeito das matérias contidas nesse libelo; mas bem depressa se convence de que muito errado foi o seu pensamento. Em vez de raciocínios e argumentos, depara com um montão de palavras, cada qual mais insultuosa, e que desonra a imprensa brasileira; depara com imorais mentiras alusões, que só podem desacreditar e cobrir de lama aqueles que as escrevem”.

Os insultos, porém, continuavam. Mas, apesar das terríveis diatribes de *A Contrariedade pelo Povo* e de *O Caboclo*, não há sinais de que a pessoa do deputado geral Francisco de Sales Torres Homem, médico e bacharel em Direito pela Sorbonne, tenha sido desrespeitada, por quem quer que fosse... Continuava-se, isto sim, a ler avidamente o seu audacioso panfleto, cujas tiragens se sucediam vertiginosamente, a tal ponto que parecia que a própria monarquia estava nelas interessada... Para dar-lhes sumiço é claro.

Enquanto isso, as prisões se enchiam de insurretos que tinham participado do movimento praieiro, em Pernambuco. Uns vão para Fer-

nando de Noronha, como Felipe Lopes Neto, o antigo deputado liberal. Outros vêm para as fortalezas do Rio de Janeiro, como Pedro Ivo Veloso da Silveira e Barros Falcão de Lacerda. A anistia é oferecida aos rebeldes, mas em termos tão drásticos, que Pedro Ivo a recusa e prefere a fuga, a que se segue a morte. Valera, porém, o movimento como uma advertência. E o Marquês de Paraná assume com o Imperador o compromisso de acomodar as duas facções – conservadores e liberais – em um só gabinete, em um ministério de concentração, capaz de proporcionar ao país uma tragédia pública. Os ardores de Timandro logo se amortecem. “Com a mesma pena com que escrevera *O Libelo do Povo*, nota Joaquim Nabuco em *Um Estadista do Império*, tornara-se no jornalismo o paladino da conciliação”. E o *Correio Mercantil* passa a ser, nesse momento, o estuário em que se encontram três dos maiores jornalistas da época: Francisco Octaviano de Almeida Rosa, José de Alencar e Francisco de Sales Torres Homem. O ministério de Conciliação subiu ao poder depois da queda do gabinete conservador de 1852, chefiado por Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraá. O Marquês de Paraná, presidente do Conselho, reuniu em torno de si homens da melhor envergadura: na pasta do Império, Luis Pedreira do Conto Ferraz, o futuro Visconde do Bom Retiro; na da justiça, o então Deputado José Thomaz Nabuco de Araújo; na dos Estrangeiros, Antônio Paulino Limpo de Abreu, futuro visconde de Abaeté; na da Guerra, o General Pedro de Alcântara Bellegarde, que respondeu interinamente também pela da Marinha até ser escolhido, pouco depois, para ocupá-la, o então Deputado José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde do Rio Branco. Reservou o Marquês de Paraná, para si, a pasta da Fazenda. Houve, no decurso dos quase quatro anos de duração do ministério, alterações em algumas pasta. Para a da Guerra, entrou em junho de 1855 o General Luis Alves de Lima e

Silva, futuro Duque de Caxias, que, no ano seguinte, com a morte do Marquês de Paraná, passaria a presidir o gabinete. A da Fazenda passou as mãos de Limpo de Abreu, e em breve interinidade às do Senador João Maurício Wanderley, futuro Barão de Cotegipe, desde 1855 ocupando caráter efetivo a pasta da Marinha. Para a dos Estrangeiros, transferiu-se, desta, José Maria da Silva Paranhos, que, também, viria ainda a gerir, em caráter interino, a pasta da Marinha. Para Sales Torres Homem, a constituição desse gabinete, embora com predominância de conservadores, representou uma vitória dos pontos de vista que vinha sustentando, numa longa série de artigos que, então, publicava nas colunas do *Correio Mercantil*, com as iniciais de F.T.H.. O rebelde de *O Libelo do Povo* mudara singularmente de pesar e era, agora, o grande pregoeiro da conciliação dos partidos. Tais artigos demonstram que Sales Torres Homem possuía uma boa cultura geral. Sabia não só francês, mas inglês e latim e, mais do que isso era versado em literatura, fazendo citações de Shakespeare e de Racine no original. Como sucedera em *O Libelo do Povo*, um das suas teclas favoritas era o combate à corrupção. Inclusive a corrupção que então campeava no próprio poder legislativo – muito antes que Zacarias tivesse chamado a Câmara de *confraria de pedintes...* Eis como, a este propósito, se manifesta num dos artigos do *Correio Mercantil*:

“Quantas paixões cúpidas não têm os ministérios reacionários que satisfazer para acoroçoar a dedicação de suas maiorias artificiais! Em troco de um voto como se multiplicam as exigências de posições lucrativas e de distinções honoríficas para quem o dá, e para seus parentes, aderentes, e todos que o serviram na eleição! A corrupção parlamentar foi também a grande enfermidade do sistema representativo em Inglaterra durante uma grande parte do século

passado. Mas, ao menos, os publicistas e os oradores independentes não guardavam silêncio, nem se registravam a este espetáculo de degradações; e, pelo contrário, levavam o cautério à ferida com impavidez e energia.

Eram, a princípio, os parlamentares de 1720, os Pulteney, os Wyndham, Chesterfield, Carteret, que repetiam diariamente e em todos os sons ‘que a corrupção transbordava, que os ministros tinham maiorias na algibeira, que não havia déspota tão perigoso para a liberdade como um parlamento corrompido’. Era Bolingbroke fazendo remontar o mal à sua verdadeira origem, e denunciando nas regiões mais altas do poder o projeto de substituir-se a violência pela corrupção. Era Burke que, continuador em 1770 da acusação de Bolingbroke, demonstrava com um brilho incompatível que a árvore cortada da prerrogativa tinha brotado novas raízes sob o nome de *influência*, e que a Câmara dos Comuns, pervertida pela corrupção tornava o governo senhor absoluto do país. Era Lorde Chatham, que exclama, em plena sessão da Câmara dos Pares, que a corrupção motivava o vivo descontentamento do povo e abria caminho às usurpações do poder real. Era William Pitt, entre o seu primeiro e o segundo ministério, que exprobase em altas vozes, à Câmara dos Comuns ser ‘ao mesmo tempo mãe e a filha da corrupção’. Não falemos de Fox, cujas eloquentes invectivas levaram muitas vezes o terror e o remorso à alma dos corruptores e dos corrompidos. Entretanto, o mal que assinalavam e estigmatizavam estes homens de Estado era menos geral e menos profundo ali do que é em nosso país. Esta política, que se agacha sob a pressão dos interesses individuais e funda sobre as paixões baixas da nossa natureza a esperança de sua ostentação, não só perverte e danifica o sistema constitucional como ataca pela raiz a moralidade pública.

Quando a população vê o sistema parlamentar tornar-se um manto debaixo do qual promovem-se outros negócios que não são os seus; quando vê a corrupção remontar a onda impura até o nível dos poderes públicos, e a espuma dos vícios mais sórdidos cobrir a superfície da sociedade, que fé pode ela mais depositar nos homens, nas instituições, como ainda na eficácia dos princípios do bem moral e da eterna justiça? Não é natural que se infiltre nos espíritos primeiramente a dúvida e, depois, o ceticismo moral, político e religioso? Do momento que a corrupção na condição do poder discricionário das facções, e o penhor da impunidade dos seus satélites, desinteresse, coragem, emulação, patriotismo, tudo se eclipsa, tudo define e ressenete-se de aviltamento social”.

Noutra passagem, adverte Sales Torres Homem:

“É ocioso que recordemos aos partidos aquilo que, de tantas vezes, têm sido testemunhas e vítimas; que façamos a conta de todo o ouro desviado dos cofres da nação, que as mãos da polícia derramam para poluir as urnas; e que enumeremos cada um dos escandalosos, cada uma das intimidações e dos abusos da força com que ela defrauda, sopeia, ensanguenta e nulifica o exercício da liberdade de enunciação do voto público, que, aliás, é o *summum jus* dos povos constitucionais, a aura vital, sem a qual perece de asfíxia o sistema representativo”.

Havia, porém, quem pensasse diferentemente. Para esses, a concentração inaugurada pelo Marquês de Paraná não era, senão, a própria negação da vida democrática, baseada não no acordo silencioso entre os partidos para a tranquila rinação das vantagens do poder, mas precisamente no embale das opiniões, nas divergências lealmente ex-

postas, nas lutas pela conquista das simpatias da opinião pública. Assim, viam na conciliação não um período de paz interna e de poder consolidado, mas uma fase de estagnação e de marasmo, prejudicial ao próprio funcionamento do sistema parlamentar em que se fundavam os governos. Havia, além disto, espetáculo pitoresco da aproximação dos contrários, o rasgar de sedas entre adversários que antes pareciam irreconciliáveis. Este aspecto não escapou às sátiras em verso, tão ao gosto da época. Veja-se, por exemplo, o soneto “A conciliação”, de José Antônio, publicado primeiro na *Marmota*, de Paula Brito, e depois no livro *Lembranças*:

Um nobre assim dizia em tom zangado
A outro, que também era homem fino:
– Que é Vossa Excelência? Um assassino,
Um vil por todo mundo desprezado!

Ao que este também responde irado:
Ó cachorro, ladrão, homem sem tino;
Se continuas mais, p’ra o teu ensino
Vou-te às vendas... ouvistes, malcriado?

– Vai-me às vendas?!... É muito, sô brejeiro;
Retire a expressão . Olhe que o maço!
– Retiro... mas você seja o primeiro

Olharam-se... e depois de breve espaço,
Disseram, cada qual mais prazenteiro:
– Nada houve entre nós... Venha um abraço!

A conciliação teve singulares consequências políticas: proporcionando um campo aos entendimentos cordiais entre homens dos dois partidos que se degladiavam na arena parlamentar do Império, fez com que alguns conservadores se passassem para as fileiras liberais e com que alguns destes se transferissem para o campo oposto. Tal foi o caso de Sales Torres Homem, cuja carreira política pode ser assim configurada: primeira fase, revolucionária; segunda, coalicionista; terceira, conservadora... Essa violenta transformação, essa trajetória de um a outro pólo, ele a fez no curto período de dez anos.

Como “conciliado” fora nomeado por Paraná para a direção do Tesouro Nacional, e, como neo-conservador, quando Limpo de Abreu, já então Visconde de Abaeté e sem os pruridos liberais de outrora, organizou o gabinete de 1858, o Deputado Francisco de Sales Torres Homem nele aparecia como o novo ministro da Fazenda. A imprensa liberal não o poupou e mesmo entre os conservadores houve algum desgosto.

O Libelo do Povo seria constantemente invocado, a cada passo dado à frente por Sales Torres Homem, em sua carreira política. Quando se deu o seu ingresso no ministério, em 1858, foi essa a arma preferida de seus adversários. Ninguém se lembrou de dizer que Abaeté – quando era apenas Limpo de Abreu – fora também um conspirador, um revolucionário, um inimigo da ordem pública, um desterrado que embarcara para a Europa na mesma fragata, a “Paraguaçu”, em 1842, ao malograr a revolução liberal que estalara em Minas e em São Paulo! Timandro, porém, jamais seria poupado... Para a absolvição política de Sales Torres Homem muito contribuiu. Nabuco de Araújo, que lhe tomou a defesa, naquela ocasião. Estava o padre Pinto de Campos deputado por Pernambuco, entre os que mais fustigaram o autor do contundente panfleto por querer aconchegar-se ao

regraço do poder. Partiram de Nabuco de Araújo estas palavras conciliadoras: “Perdoam-se e canonizam-se os que ensanguentam a pátria, atentam à mão armada contra o trono, e quer-se fazer um crime imperdoável de um escrito”. Mas que escrito! Menos tolerante que Nabuco de Araújo, a imprensa liberal, que via o antigo correligionário retificar as atitudes passadas e ingressar em definitivo nas hostes conservadoras, não o poupou nessa como noutras oportunidades. Inventaram que Sales Torres Homem conquistara o Ministério da Fazenda por escolha pessoal do imperador, impressionando com as críticas que, sob o pseudônimo de “*Veritas*”, fazia no *Jornal do Commercio* à administração de Souza Franco. O imperador, lendo tais críticas, ficara impressionado e dissera:

- Aí está quem eu quero para meu ministro da Fazenda...
- Mas “*Veritas*” é o Sr. Sales Torres Homem.
- Não faz mal... Essa é a minha escolha... Mandem chamá-lo ao

paço...

Simple e desajeitada invenção – não se lhe pode dar outro nome. Os ministros, segundo a praxe da época, eram, salvo raríssimas exceções, escolhidos entre os membros da Assembleia Geral, isto é, entre os Senadores e os Deputados do Império. Nem o imperador faria a escolha de um ministro entre os colaboradores dos “a pedidos” de um jornal, nem tomaria pessoalmente tal iniciativa. Escolhia o presidente do conselho, o chefe do gabinete, e este era quem organizava o ministério, fazendo as consultas e ouvindo, é claro, o imperador. Se o imperador chamara Abaeté ao poder, é bem provável que esse não tenha querido dar a impressão de que subia sozinho, traindo ou abandonando os companheiros de outras jornadas. Daí, talvez, ter procurado impor a escolha de Torres Homem, o mais extremado do grupo de exilados de 1842, porquanto reincidente em 1848.

O combate que Sales Torres Homem ofereceu, tenaz, constante, demolidor, ao ministro da Fazenda do gabinete do Marquês de Olin- da, foi leal, sem o disfarce do anonimato e do pseudônimo, como não podia deixar de ser uma luta que se desenrolava na tribuna parlamen- tar. Quem folhear os anais da Câmara dos Deputados e analisar os de- bates então travados testemunhará não só a superioridade de Sales Torres Homem sobre o seu adversário como a pugnacidade com que se empenhou em destruir a política financeira de seu antecessor.

A tarefa, de resto, não era muito difícil, porque a crise lavrava, terrí- vel, como resultado da súbita transformação da economia do país com a supressão total do tráfico de escravos, de há muito ilegal, mas sem- pre tolerado, até que Eusébio de Queiroz decidiu extingui-lo. Os capi- tais vantajosamente empregados no tráfico de escravos, produzindo lucros fabulosos, em lugar de serem aplicados na produção agrícola, foram destinados a especulações perigosas em que a avidez dos ganhos ignorava os riscos das empresas. Houve um surto bancário sem prece- dentes e, como se apenas dinheiro gerasse dinheiro, alguns desses esta- belecimentos, investidos na faculdade de emitir, que então não era pri- vilégio apenas do banco do governo, lançaram em circulação um volu- me de notas bancárias que ultrapassava a soma, enorme para a época, de quinze mil contos. A situação cambial era péssima, e tudo isso con- duzia ao que Itaboraí chamaria de “carnaval financeiro”, uma situação anômala, em tudo por tudo parecida com o encilhamento dos primei- ros tempos da República, quando Rui Barbosa, passando pelo Minis- tério da Fazenda, restaurou a política financeira pluriemissionista.

O próprio imperador estava alarmado com a administração de Ber- nardo de Souza Franco e mais alarmado ficou quando as falências co- meçaram a se suceder, tanto na Corte, como nas capitais das provínci- as. Oliveira Lima descreveu como características daquela política “o

abuso do crédito, a jogatina desenfreada, a desvalorização do papel moeda, a baixa do câmbio, os prejuízos do comércio legítimo”, acentuando que “notas promissórias sem data fixa de pagamento eram permutadas por notas do Tesouro, por via de companhias de títulos atraentes e enganadores, varrendo diante de si com gritos de alegria selvagem as notas do Banco do Brasil, garantidas por uma reserva metálica equivalente à metade do valor de sua emissão”. Mais tarde, o próprio Banco do Brasil foi autorizado a emitir três vezes mais que o valor de suas reservas e Souza Franco chegou a pensar em autorizá-lo a emitir no quádruplo. Sales Torres Homem entendia que o Banco do Brasil devia ter o privilégio das emissões, em nome do governo, tendo curso forçado a suas notas. Apoiavam seu combate a Sousa Franco principalmente os Deputados Teixeira Júnior e Sérgio Macedo, ao passo que Sousa Franco tinha a seu lado, entre outros, o Barão de Mauá e Tito Franco. Os mais longos e vibrantes discursos de Torres Homem sobre a situação financeira foram os de 21 e 25 de junho e de 17 de julho de 1858. Quem proferia tais discursos, em presença de Souza Franco, ou interrompia os deste, crivando-os de apartes devastadores, não precisaria frequentar as colunas de “a pedidos” do *Jornal do Commercio* com o pseudônimo de “*Veritas*”.

Falou-se muito, também, numa cena patética, em que Sales Torres Homem se teria humilhado diante do imperador, pedindo-lhe perdão e exclamando:

– Senhor, para os grandes crimes só os grandes arrependimentos!

O imperador, indulgente, teria dado o seu perdão, acrescentando:

– Por mim, fica tudo esquecido, mas não conte com o perdão da imperatriz... Ela é italiana e as italianas não perdoam nunca.

Não tem faltado quem repita essa historietta, que tendo dar-lhe visos de verdade histórica.



Francisco de Sales Torres Homem, numa caricatura de Henrique Fleuiss em *A Semana Ilustrada*.

Torres Homem desmentiria, sobranceiramente aquelas invencionices, numa ocasião em que chegaram, a repercutir na tribuna da Câmara dos Deputados, através alusões mal veladas de Saldanha Maranhão ao perdão pedido em nome de Timandro “desiludido, arrependido e convencido”:

– Sr. Presidente, sem dúvida eu, mísera e indigna criatura – declarou – na ocasião de comparecer perante o tribunal do Ente Supremo, não ouviria a enumeração das faltas da minha vida sem a interromper, para invocar a sua misericórdia, pedindo o seu perdão. Mas, entre essas faltas, não se há de contar a de ter rebaixado a nobre natureza do homem, pedindo as grandezas da terra outra coisa que não seja a justiça!

Com esse rasgo oratório afina perfeitamente o episódio anedótico referido pelo Visconde de Taunay, ao referir-se aos famosos “jantares do Barros”, frequentados pelos políticos amigos da boa mesa. Aí teria um conviva indiscreto feito esta pergunta inconveniente:

– Vossa Ex.^a, senhor conselheiro, não se arrepende de haver escrito o Timandro?

Houve um silêncio constrangido, afinal quebrado pelo dono da casa, que castigou o indiscreto com esta observação contundente:

– O senhor conselheiro do que se arrepende é de vir a lugares como este em que há pessoas que lhe fazem perguntas destas...

Contente com tal intervenção, Sales Torres Homem teria ajuntado:

– Muito bem, senhor Barros... Nunca perca o ensejo de dar uma boa resposta...

Artigos vitriólicos, morfins irreverentes apareceram por toda parte contra o terrível panfletário que, dez anos antes, anunciava a queda da monarquia e expunha perante a nação as fraquezas e a incapacidade dos soberanos da casa de Bragança.

Luis Gama, o poeta negro, famoso pela veia satírica, ao publicar as *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino*, em 1861, quando era, ainda, um liberal radical, assim alvejou Sales Torres Homem:

Se ardente campeão da liberdade,
 Apregoa dos povos a igualdade,
 Libelos escrevendo formidáveis,
 Com frases de peçonha impenetráveis;
 Já do Céu perscrutando alta eminência
 Abandona os troféus da inteligência;
 Ao som *d'argent* se curva, qual vilão,
 O nome vende, a glória, a posição:
 É que o sábio, no Brasil, só quer lambança,
 Onde possa empantufar a larga pança!

Não lhe pouparam as contradições os que lhe haviam aplaudido os rasgos de panfletário.

Entre os seu adversários mais aguerridos, ao tempo em que foi chamado a exercer o Ministério da Fazenda, distinguia-se D. Manuel de Assis Mascarenhas, para quem Torres Homem seria jejuno em matéria de finanças, possuindo simples cultura livresca. Amigo de Souza Franco, destituído do posto em benefício do autor de *O Libelo do Povo*, assim alvejava o novo ministro, do alto da tribuna da Câmara vitalícia:

– Diz Cormenin que, se Deus unisse as almas de Thiers e de Guizot, apareceria um homem extraordinário. Sem parecer elevar tanto os Srs. Visconde de Itaboraá e Souza Franco, direi que, se eles se unissem, o país não veria suas finanças entregues a um empírico que, decorando algumas páginas de Wilson, Took, Parnell e outros, e repetindo, a maneira de pregadar da roça, um ou outro discurso todo composto de

retalhos, consegui um lugar no gabinete presidido pelo Sr. Visconde de Abaeté.

O momento em que ascendera Torres Homem ao Ministério da Fazenda fora dos mais graves, Joaquim Nabuco reconhece que “Sales Torres Homem não podia, sem incoerência e sem descrédito, deixar de propor a inversão da política financeira de Souza Franco, que tão fortemente combatera”. Retirando aos novos bancos a faculdade de emitir, tanto fazia autorizar-lhes o funcionamento como o negar, pois que, sem as emissões, não se incorporariam. A questão financeira seria o escolho em que soçobriria o novo ministério. Gritavam os adversários mais aguerridos, com Martinho de Campos à frente, na Câmara dos Deputados, que eram medidas de bancarrota as de Sales Torres Homem. A 10 de agosto de 1859 cai o gabinete, sob essa tremenda pressão, sendo substituído por outro, também conservador, o de Ângelo Muniz da Silva Ferraz, que, no entanto, há de prosseguir, em linhas gerais, na mesma política financeira.

Quando, ao fim de oito meses, demitiu-se o ministério Abaeté, essa demissão foi justificada, na tribuna da Câmara dos Deputados, pelo seu ex-ministro da Fazenda, ofendido e revoltado com a cerrada oposição que encontrara. Declarou então Sales Torres Homem que a retirada do gabinete provinha “dos meios anormais e imprevistos com q a oposição procurou tornam impossível a posição de ministro para os homens de pundonor, e de outros meios de ataque que, enfraquecendo o principio de autoridade, desvirtuavam as instituições representativas, rebaixavam o poder destruindo uma das condições essenciais de sua força” (*sic*).

Os ataques que sofrera antes dos conservadores eram repetidos, agora, pelos seus ex-correligionários. Timandro identificava-se cada vez mais com os adversários de ontem. E a serviço destes era quem, em

1802, derrubava, com a apresentação de uma moção de desconfiança, o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos, quando este, chamado pelo imperador, mal inaugurara um gabinete liberal. A duração dessa primeira investidura de Zacarias como presidente do Conselho não chegou a alcançar uma semana. Iniciada a 24 de maio daquele ano, a 30 do mesmo mês já se apresentava, perante a Assembleia Geral, um novo ministério, chefiado pelo ex-conservado Araújo Lima, Marquês de Olinda. Zacarias, entretanto, marcou Sales Torres Homem, disposto a retribuir o golpe na primeira oportunidade.

Como orador parlamentar, Sales Torres Homem adotava uma técnica particular, que ele mesmo explicava, declarando que não bastava ter ideias e ter talento; era preciso também ter escola:

– Quando entendi que devia fazer discursos notáveis – confidenciou ele, certa vez, a um amigo – procurei na leitura dos grandes oradores da antiguidade o tipo com que mais me afeiçoasse. E felizmente encontrei-o. Identifiquei-me com o modelo. Assimilei-o completamente e, desde então, começaram meus triunfos oratórios. Em vista desse sucesso na tribuna parlamentar, dizem por aí que pronuncio discursos decorados. Com isto, querem diminuir-lhes o mérito e o valor. Mas não há tal. Não decoro os discursos: medito-os. Quando subo à tribuna sei o que vou dizer, pelo estudo que faço, refletindo sobre o assunto de que vou ocupar-me. Não se deve falar sem estar bem preparado. Meditando os discursos, sabendo o que vamos dizer, o pensamento se revestirá com mais facilidade da forma apropriada, construindo-se naturalmente a frase, que se desprende dos lábios com espontaneidade e precisão. Não nos devemos arriscar aos improvisos, que são, em geral, os escolhos dos oradores. Os que, sem preparação, se arriscam a falar, confiando apenas nos recursos da inteligência, caem sempre nos lugares comuns e inevitavelmente se tornam vulgares...

Que o esquecimento, pelo imperador, dos agravos de *O Libelo do Povo* foi completo, prova-o o fato de ter alcançado Sales Torres Homem, desde que se aproximou da Coroa os mais altos postos e as maiores honras. Depois de ministro da Fazenda, o antigo Timandro foi diretor das Rendas Públicas, presidente do Banco do Brasil e, de novo, ministro de Estado. Mas isso não lhe bastava. Em pleno domínio dos liberais, resolve alçar-se à Câmara Vitalícia. É o aríete com que os conservadores forçam as portas da cidadela do poder. A ascensão de Sales Torres Homem ao Senado é tempestuosa. Zacarias aceitara, a contragosto, a imposição do adversário para a presidência do Banco do Brasil. Vá lá, porque ainda poderia haver a desculpa de que se tratava de uma função sem caráter político e especializada... Mas Torres Homem, de quem Zacarias guardava fundo ressentimento, por ter sido o autor da derrubada do seu primeiro gabinete, resolve disputar a eleição senatorial pela Província do Rio Grande do Norte com a qual, de resto, não tinha o menor vínculo. Em torno dele se congregam os conservadores e o seu nome vem na lista tríplice. O imperador o escolhe e o gabinete veta-o, sob alegação de que era o ministério solidário com os atos do Poder Moderador e a escolha não lhe parecia acertada. Em *O Ocaso do Império*, o ilustre historiador Oliveira Vianna comenta este episódio com uma superficialidade que não corresponde aos seus altos méritos. Diz que os concorrentes de Torres Homem eram entidades, senão inteiramente anônimas, pelo menos razoavelmente anônimas e que Zacarias fora inspirado por motivos que não eram dos mais elevados. Entretanto, é de justiça salientar que Amaro Bezerra, indicado pelo Partido Liberal, era não apenas o chefe provincial do partido de Zacarias, mas o primeiro colocado na lista tríplice, com votação superior, portanto, a Torres Homem, nome estranho ao Rio Grande do Norte e que iria apoderar-se da vaga senatorial em detrimento dos que faziam política naquela província.

cia. Não prevaleceu apenas o sentimento pessoal de Zacarias, mas o de todo o gabinete, que preferiu sacrificar as posições de mando que detinha a cometer uma deslealdade com um correligionário, admitindo o seu alijamento em favor de um adversário colocado em segundo lugar. Mas esse adversário era Timandro e o imperador queria, mais uma vez, provar que não era rancoroso... Se tira razão aos liberais no rompimento com o imperador quando da escolha senatorial, Oliveira Vianna a restitui duas páginas adiante, ao dizer: “Logicamente, dada a situação unicamente liberal da Câmara, demitindo Zacarias, caberia a um outro prócer liberal organizar o novo gabinete. Entretanto, o imperador chamou Itaboraí – e o novo gabinete, que apareceu diante desta Câmara unanimente liberal, era unanimente conservador!”. Mais acertado que o raciocínio de Oliveira Vianna era o de Saião Lobato: “Não cedendo o imperador e demitindo-se o gabinete liberal, a quem iria chamar o soberano para constituir o novo governo? Não poderia ser os liberais, que estariam solidários com os demissionários e renovariam as mesmas exigências. O convite teria de ser feito, forçosamente, aos conservadores”. E os conservadores surgiram, com um gabinete constituído quase inteiramente de Senadores, e mais o juriconsulto José de Alencar, então sem mandato parlamentar o deputado Paulino José Soares de Souza, e o burocrata Joaquim Antão Fernandes Leão. Sales Torres Homem, o liberal radical, o revolucionário de 1842 e 1848, convertia-se, assim, no instrumento da derrubada do Partido Liberal do poder e da sua proscrição por um período de dez anos! Vingar-se-iam os liberais no Senado, anulando a eleição e organizando-o a voltar às urnas. Dessa vez surgiria em primeiro lugar na lista tríplice e de novo nomeado pelo imperador, não prevaleceriam razões para nova impugnação... Nessa ocasião a imprensa liberal divulgava esta paródia do famoso soneto camoniano “Alma minha gentil que te partiste”:

SONETO

(Ao autor dos meus dias, o ingrato Timandro)

Timandro, ingrato pai, que te partiste,
 E o filho renegaste infielmente
 Repousa no Senado eternamente
 E viva eu cá na estante agora triste.

Se lá nessa cadeira onde subiste
 Memória de um *libelo* se consente,
 Não te esqueças daquele amor ardente
 Com que as páginas minhas imprimiste.

E se vires que pode merecer-te,
 Alguma coisa a dor, que me deixaste,
 Da mágoa, renegado, de perder-te,

Com a quem, por meus lábios, infamaste...
 Que anda o povo a dizer – que inda há de ver-te
 Renegar do perdão que lhe imploraste,

Por Seu filho obediente,
 O *LIBELO DO POVO*

Na Câmara vitalícia, Sales Torres Homem finalmente toma posse, a 27 de abril de 1870. Nessa ocasião, *A Semana Ilustrada* publica uma “charge” em que mostra a figura esquelética de Timandro por terra, tentando agarrar-se à bem nutrida pessoa de Sales Torres Homem que lhe faz figas, com as duas mãos à altura do nariz. A cena passa-se à entrada do Senado do Império e a legenda é constituída por estes versos:

TIMANDRO VENCIDO

Fúria implacável! pesadelo horrível!
 Timandro, a quem outrora acalentei!
 ‘stás vencido, por mim, monstro nefando!
 Hoje sou Senador! Barão serei!

Meses depois, a 29 de setembro, o novo Senador fazia outra vez do governo, ocupando, como antes, a Pasta da Fazenda, durante os seis meses que durou o gabinete conservador presidido pelo Visconde de São Vicente. A 7 de março de 1871, ascendia ao poder um novo gabinete conservador, o que teve como presidente o Visconde do Rio Branco, um dos maiores estadistas do Império. No Senado, foi Sales Torres Homem um dos que mais tenazmente defenderam a aprovação da lei do “ventre livre”, em que se empenhara o gabinete Rio Branco e em razão da qual ninguém mais nasceria escravo em terras do Brasil.

Em verdade, Sales Torres Homem havia tido participação direta na feitura do projeto de lei, redigido, quase inteiramente, por Nabuco de Araújo e Teixeira Júnior, mas incorporando sugestões vitoriosas de Jequitinhonha, Muritiba, Sapucaí, São Vicente e outros, nos debates do Conselho do Estado. Uma das divergências entre Sales Torres Homem e Nabuco de Araújo, estava em que este, mais radical, queria que os filhos menores de sete anos de escrava libertada fossem a esta entregues sem indenização, ao passo que o autor de *O Libelo do Povo* era partidário da indenização aos senhores, à conta do projetado “fundo de emancipação”. Mas nem isso alguns dos ferrenhos escravagistas na Câmara e no Senado queriam permitir. O grande argumento de que lançavam mão os escravagistas era o de que “o propriedade era sagrada” e qualquer lei que viesse restringi-la seria injusta, revolucionária,

funesta. Foi em verdade admirável o longo discurso proferido, então, por Sales Torres Homem. Principalmente porque ele destruiu, antes de tudo, a tese artificiosa dos defensores do cativo a qualquer custo. A certa altura disse o novo Senador do Império:

“Os proprietários a atacam a liberdade dos nascituros em nome do direito da propriedade violada; relutam contra a indenização como insuficiente e ineficaz para o afeito. Se lhes perguntarem, porém, porque o legislador, que pode reformar e alterar todas as leis, não pode alterar a da propriedade, responderão Sem dúvida que a propriedade é inviolável, porque se funda no direito natural, anterior à lei civil; e deriva-se de um princípio imutável de justiça, o qual consagra e mantém a cada um o fruto do próprio trabalho, princípio sem o qual o estado social seria impossível. Eis-nos, pois, transbordados à esfera do direito e da justiça, onde realmente se encontra a base racional da inviolabilidade, em geral. Pois bem, se provarmos que a propriedade da criatura humana, longe de fundar-se no direito natural, é pelo contrário a sua violação mais monstruosa, se em vez de apoiar-se na justiça unicamente se apóia na iniquidade da força então caduca e desaparece o alegado fundamento da inviolabilidade dessa propriedade especial; e a lei, que a protegeu, reduzida a não ser mais que um erro ou crime social, está sujeita a ser mudada, como qualquer outra, funesta ao interesses da nação”.

É provável que a ação de Sales Torres Homem no Senado, em defesa da liberdade dos filhos das escravas, consagrada pela lei de 28 de setembro de 1871, tenha contribuído para elevá-lo no conceito do soberano, como de certo o elevara no do Visconde do Rio Branco.



Francisco de Sales Torres Homem, já senhor do Império, contemplando ao espelho a condecoração recebida do imperador, pouco antes de sua elevação a Visconde de Inhomirim, “com grandeza”. Caricatura de Henrique Fleuiss, em *A Semana Ilustrada*.

Logo no mês seguinte, foi o panfletário agraciado com a Comenda da Ordem de Cristo. Nessa oportunidade, isto é, em outubro de 1871, *A Semana Ilustrada*, espirituosa revista de Henrique Fleuiss, por onde passaram as penas de Machado de Assis, Joaquim Serra, Ernesto Cibrão, Alfredo d’Eseragnolle Taunay e outros, publicou uma esplêndida “charge”, em página inteira, mostrando o adversário tenaz da “nobreza de chinelos”, diante de um espelho, com uma vasta condecoração ao peito, admirando as cintilações do enorme crachá e o seu próprio garbo... Sob caricatura, havia estes seis versos:

*Toda a gente se admira
do macaco fazer renda,
quanto mais de ver Cupido
ser caixeiro de uma venda,
quanto mais de ver Timandro
andar hoje de comenda!*

Mas isso, como a própria *A Semana Ilustrada* já desconfiara, era apenas a preparação do caminho da honraria maior. Um ano depois, a 15 de outubro de 1872, era Sales Torres Homem agraciado com o título de “visconde com grandeza”. Visconde de Inhomirim, pois que, pelo casamento, passara a ser dono da Fazenda de Inhomirim, na Província do Rio de Janeiro. Publicado o decreto que lhe concedia tal título, muitas foram as críticas que alvejaram o ex-liberal, o outrora violento Timandro *O Libelo do Povo*. Ficou famosa uma sátira em versos publicada anonimamente em *A Reforma*, jornal de que o poeta, dramaturgo e jornalista maranhense Joaquim Serra era sabidamente o “faz-tudo”:

Outrora, quando advogava
Boa causa popular
Torres Homem se chamava
Um nosso parlamentar.

Parecia bem cabido
E devia parecer
O volumoso apelido
Que, enfim, veio a fenecer.

Que inversão! Deus nos acuda!
Mudam-se os tempos – ó dor! –,
O nome também se muda
Ao eloquente orador

Vós, gramáticos defuntos,
Não vistes o que hoje vi!
Dois diminutivos juntos,
Uni português e um tupi!

Inbo, até aqui desinência,
Já se antepõe a *mirim*
Simbolizando a eminência
Do senhor *Inbo*... *mirim*!

O título do novo visconde se prestava, à maravilha, para uma pilhéria desta espécie... Bem se pode imaginar o sucesso dos versinhos de *A Reforma*...


Nos últimos anos de vida, Senador do Império, visconde com grandeza, Sales Torres Homem perdera todas as ilusões e todo o estí-

mulo. Chegara até onde pudera chegar – e as vitórias conquistadas não lhe davam prazer, nem alegria. Timandro renascia de suas próprias cinzas. A insatisfação de novo lhe agitava o ser, agora já sem revolta, mas com desencanto e tédio. Além dos mais, a saúde precária, a asma cardíaca, renitente e insidiosa, tirava-lhe o gosto de viver. Em carta ao nosso representante diplomático em Londres, Conselheiro José Carlos de Almeida Areas, futuro Visconde de Ourém, datada de 23 de novembro de 1870 e cujo original pertencente ao arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, já assim se manifestava:

“Continuo doente de asma quase sem interrupção, porém a soffro sem muita impaciência, porque o tempo corre ligeiro e espero chegar breve ao fim da viagem. Perdi a saúde e também todas as ilusões. Entretanto, acho-me pela segunda vez no ministério, representando um papel no teatro das quimeras, e desculpo-me com a fatalidade.”

Essa carta continha instruções para a negociação de um empréstimo na Inglaterra e, em particular, para que fosse conseguido de modo a nos libertar da tutela da Casa de Rothschild:

“Eu desejo subtrair o Tesouro, no que toca a empréstimo, à influência despótica* de Rothschild; mas isto só poderia ser feito com muita prudência. Assim, V. Ex.^a, no empréstimo de que se trata, lh’o oferecera, em primeiro lugar; e se não aceitar, com as condições marcadas nas instruções, nenhuma razão terá para estranhar, que batamos a outra porta”.

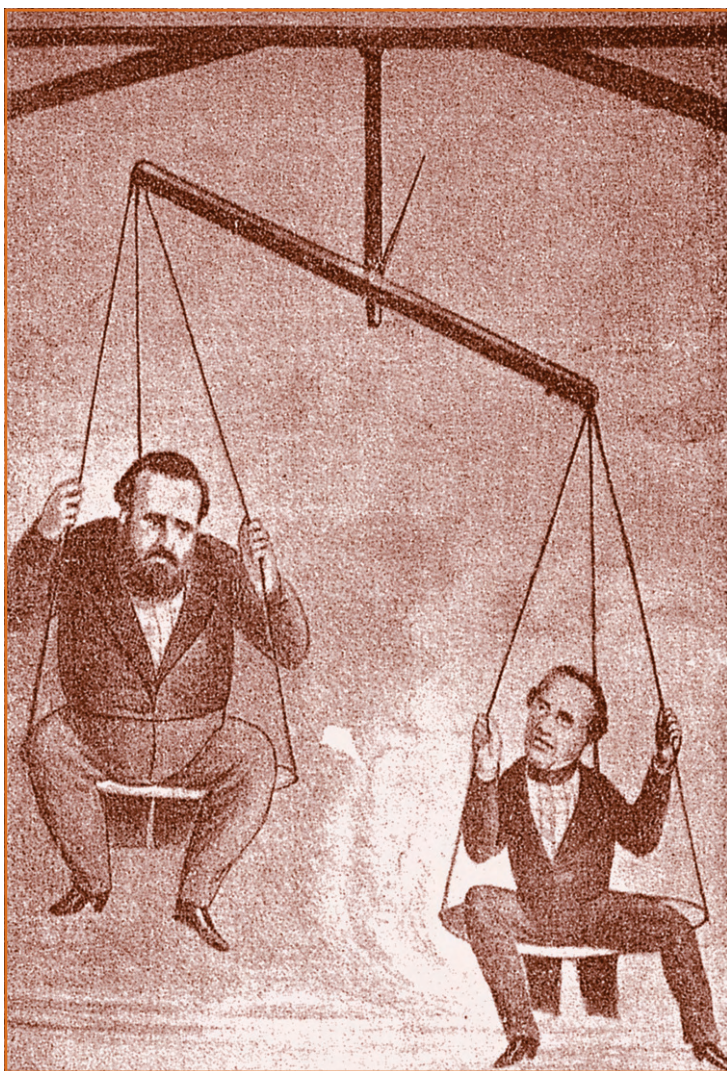
*  No original está “despolítica”.

A outra porta, era a dos banqueiros John Henry Schoroeder & Co., de Londres, em nome dos quais fizera contato com o governo brasileiro, – por incrível que pareça –, O Sr. Hermann Haupt, cônsul geral do Norte da Alemanha, apresentado em carta a Areas, para servir como intermediário nas negociações.

Em março de 1873 escrevendo a seu íntimo amigo, Domingos José Gonçalves de Magalhães, Visconde de Araguaia, depois de mencionar um discurso que fizera no Senado sobre a reforma eleitoral, acrescentava Torres Homem:

“No meio de tudo isso, continuo sempre adoentado e estou resolvido a ir, em maio próximo, procurar alívio na Europa. Não encontro mais ilusão nem prazeres neste mundo e passo o tempo a meditar nos problemas do destino do homem e na vida futura. É um trabalho constante e cansativo do cérebro. Quanto mais reflito e me absorvo, mais ignorante me acho, mais aumentam as trevas e se condensam em torno dos meus pensamentos, em vez da luz que eu desejara poder lobrigar, longe, longe que fosse! A cintilação única que enxergo é a que irradia das ideias eternas de justiça e do bem em si e que ilumina o caminho único, por onde se pode chegar a Deus”.

Conforme anunciava nessa carta, Torres Homem partiu para a Europa, em busca de melhoras, deixando de cumprir o regimento do Senado, que determinava que o Senador devia obter licença prévia para viajar para o exterior. O Visconde de Inhomirim se limitava a fazer a comunicação de que estaria ausente até o fim da sessão legislativa. Sem a concessão da licença, não teria ele direito aos subsídios. Contudo, depois de algumas discussões, foi aprovada a licença, a de



Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, com seu enorme corpanzil, gordo como uma baleia, pesa menos que Sales Torres Homem na balança em que o imperador pesa os candidatos ao Senado. Caricatura publicada em 1868, em *A Semana Ilustrada*, de Henrique Fleuiss.


9 de junho do mesmo ano. Em 1874, estava de volta, pouco tendo lucrado com a viagem. Depois de participar dos trabalhos legislativos desse e do ano seguinte, sem poder, contudo ocupar a tribuna, em razão do agravamento dos seus males, decidiu voltar à Franca, para consultar especialistas. Não voltaria com vida. Uma síncope cardíaca o fulminou, no dia 3 de junho de 1876, no seu quarto de hotel, em Paris, quando, de pena na mão, sentado à mesa, intentava escrever. Tempos depois, seus restos mortais foram removidos para o Rio de Janeiro e receberam sepultura definitiva no cemitério de São João Batista. No seu túmulo há apenas esta inscrição: F. de Sales Torres Homem (Visconde de Inhomirim).

O Libelo do Povo^{*} por Timandro

I

NOVA TENTATIVA CONTRA AS LIBERDADES DO BRASIL: –
RÁPIDA VISTA D'OLHOS SOBRE OS SUCESSOS DA EUROPA
EM 1848: TIMANDRO TIRA DO ESTADO ATUAL DO
MUNDO RISONHAS ESPERANÇAS PARA OS OPRIMIDOS,
E PREDIZ A QUEDA DA TIRANIA.

Aos 29 de setembro de 1848, a causa constitucional sofreu em nossa pátria um novo eclipse. Alucinada pelo mais vil dos sentimentos, a corte fechou repentinamente os olhos ao fúnebre clarão, que espargia nossa história recente, como o farol aceso no meio dos escolhos depois de um grande naufrágio. Um acesso de pavor das ideias do século, uma desconfiança injusta e covarde da lealdade e bom senso dos Brasileiros, foi tudo o que bastou, para que num instante se preterissem os primordiais princípios da constituição, e a nação se visse com

*  Conforme o texto da terceira edição. Imprensa em Lisboa, no ano de 1870.

espanto outra vez transviada do caminho onde, no fim de tantas procelas, havia entrado com toda a energia de seus votos, com todo o ardor da esperança de um futuro melhor.

Aí regressaram ao poder os representantes de um passado de amarguras lembranças, os protagonistas de um drama cheio de terror e de lágrimas; aí regressou com eles o Império das mesmas doutrinas funestas, das mesmas tendências de reação contra o espírito liberal do Brasil, das mesmas pretensões antinacionais, que já três vezes puseram em litígio as conquistas de nossa civilização constitucional, e três vezes trouxeram ao Império dias de cruéis dissensões, de angústias e de sangue. Vai-se rolar de novo o infernal rochedo, que nunca chega até o píncaro da montanha, e torna a cair sempre!

O país aflige-se ao ver recomeçar essa luta fatal, que desalenta todos os bons princípios e fortifica os maus; porque uns necessitam de estabilidade e certeza de um porvir e os outros, de oscilações e de azares. Ele estremece diante dessa mudança incompreensível, que, arrojando-nos na carreira do desconhecido, subordina os cálculos da prudência ao ímpeto das paixões desencadeadas e ameaça submergir a sociedade na torrente de acontecimentos fortuitos e alheios à sua deliberação. Mas, temendo muito pelo próprio repouso, o país nada teme pela sorte definitiva do princípio liberal. Não; não é quando o sol da liberdade levanta-se radiante nos horizontes europeus e ilumina com seus reflexos magníficos todo o orbe civilizado, que nós, os Americanos, desmaiáramos à vista da sombra projetada por uma nuvem passageira.

Não; quem desmaia é o cego, que, como a ave da noite, não viu o alvorecer da era nova de emancipação e de liberdade, inaugurada ante o mundo cristão pelo pontífice magnânimo, o tribuno evangélico dos povos. O missionário supremo das grandes verdades políticas e so-

ciais, que se santificou, misturando-as a essa benção solene, que do alto do Quirinal estende sobre Roma e sobre o universo!

Oh, sofista da Corte, que negas o movimento ao espírito humano, e mísero povo, que oprimes, à imobilidade de boi da charrua, contempla por um instante a rapidez e a grandeza dos triunfos de tal princípios que desconheces, e confessa depois a vaidade insensata de tal empresa! Vê como a palavra reformadora de Pio IX, que a princípio caíra como o orvalho matinal no sulco em que gemiam os destinos da liberdade, é logo transfigurada pela oposição dos reis em centelha de fogo, que leva o incêndio à massa de imenso combustível, que em toda a parte acumulariam os interesses novos da nova civilização, a crescente indústria e a ilustração mais ampla das classes tidas em insultante desprezo. A essa palavra de esperança, de vida e de futuro, a Itália e a Europa inteira comovem-se, abalam-se; e o ouvido dos reis, que, dormiam acalentados pela lisonja, arrepia-se com os ecos sinistros, que, indicando a revolução operada nos sentimentos das nações, anunciam que vão ser quebrados os laços aviltantes, com que os interesses dinásticos as têm manietado. Em vão eles traçam anular mais este escândalo, em vão esperam que o nobre entusiasmo da liberdade comprimida sob a roda dos canhões sirva ao futuro de documento e de lição viva. Eis logo ao impulso da nova cruzada, a França, que tem a glória da iniciativa em todos os grandes fatos da civilização, ergue-se em pé, e precipita sobre as lajes das barricadas o trono de um rei pertinaz em governar a pretexto de ordem contra as necessidades do movimento contra as legítimas exigências da democracia, e que antepusera a causa egoísta da dinastia, e o interesse de páter-famílias à influência, à preponderância e à glória do povo. Onde estavam naquele momento as inumeráveis legiões de guerreiros desse rei poderoso, suas linhas formidáveis de castelos e bastiões, seus filhos brilhantes como os de Pria-

mo, seu *budget* de mil milhões, sua polícia vasta, sombria e terrível, suas leis fortíssimas de repressão?

Ah: tudo isso se esvaeceu como por encanto ante o simples poder moral das ideias, em uma nação inteligente, compenetrada de seus direitos, e heroicamente firme na resolução de sustentá-los! O medo da anarquia, que assinalou o espírito do seu reinado, foi positivamente o que perdeu o filho do regicida *Égalité*. Os golpes nitidamente profundos, com que transpassara a hidra, feriram a liberdade, que vinha após ela, e romperam a cadeia dos turbilhões. Ariosto conta a história de uma bela fada, que, pela lei misteriosa de sua natureza, estava condenada a aparecer em certas épocas, encantada em venenosa serpente. Os que a ultrajaram nesta triste metamorfose eram para sempre excluídos da partilha de seus benefícios; àqueles, porém, que, sem embargo de seu aspecto hediondo a tratavam com comiseração, ela revelava-se mais tarde sob a forma angélica, que lhe era natural; acompanhava-lhes os passos, acrescentava-os em riquezas e venturas, e concedia-lhes todos os troféus da guerra, todas as palmas do amor. Essa fada é a liberdade. Há tempos, em que veste a pele do odioso réptil; em que serpeia, sibila e morde. Desgraçados, porém, dos que de asco ousam esmagá-la; felizes os que a respeitam ainda na sua horrível transformação; esses serão galardoados por ela no dia de sua glória.

Despenhando de tão alto por sua cegueira, Luiz Felipe corre à terra do exílio pelo mesmo caminho, de onde lá foram ter, em menos de meio século, três gerações de Bourbons inacessíveis às lições do infortúnio e da experiência, e a França, a quem já nenhuma ilusão apascenta sobre o princípio monárquico, abraça em sua maior latitude o régimen da liberdade, trocando o governo do privilégio pelo governo da nação. Assim se verificou a primeira parte do vaticínio de poeta Realista, do

imortal autor de *Gênio do Cristianismo*, quando, há 15 anos, escrevia em uma página memorável de suas memórias d'além túmulo:

“A Europa voa para a democracia. O que é já a França senão uma república transtornada por uma coroa? Desde David até nosso tempo, os reis foram chamados; agora chegou a vez das nações; a sociedade moderna abandona a monarquia. As doutrinas mais atrevidas são dia e noite assoalhadas à face dos reis, que tremem por trás de uma tríplice fileira de soldados suspeitos. O dilúvio da democracia os alcança; eles sobem espavoridos de andar em andar, da rés do chão até o fastígio de seus palácios, donde se atiraram a nado na onda, que os há de afogar”.

O estampido da queda do trono francês retumba com força além dos Alpes nesse solo já vulcanizado da foz do Cécina até o Friul, onde servem de sinal às nacionalidades escravizadas, que incontínenti soltam o grito de guerra santa em defesa de sua emancipação, e da reconstrução da unidade da pátria italiana. A Sicília rompe o nexa, que a prende ao Nero napolitano; proclama uma constituição e reconquista com glorioso denodo seu solo e o governo de si mesma.

Em Nápoles, onde a dignidade do homem jazia no opróbrio de reconhecer como lei única o alvitre de um déspota atrozmente beato, e beatamente verdugo e dilapidador do povo, o parto da liberdade efetua-se no meio de cenas de incrível horror. Trazido à necessidade irresistível de promulgar a constituição, que abomina, ele não quer que o princípio absoluto expire, sem rodear-se de vítimas e de ruínas. De rosário na mão, e todo contrito, revolve as escumas do abismo; chama em seu auxílio o lazarone bárbaro e faminto; e entrega sua capital, a moderna Parténope, ao saque e à devastação dessa horda infrene de fe-

ras... Espero da justiça de Deus (porque eu também sou religioso) que muito tempo não volverá, antes que o sol em seu curso veja restabelecida a relação natural entre o crime e o castigo na pessoa desse rei parricida.

A Sardenha abre a carreira, por onde chegará a firmar o império da liberdade, da qual a esbulhara a política retrógrada dos conselhos áulicos: ela ostenta à frente de seus destinos um príncipe que, inculcando-se exceção dos outros príncipes e parecendo convertido aos princípios do século, se tornou o paladino da causa dos povos e a esperança da independência da terra comum.

A Toscana segue o impulso da Sardenha, Placência, Módena, arvoram igualmente o estandarte da revolta contra seus respectivos Augústulos, os anões burlescos do despotismo europeu que avexam a liberdade, vexados eles próprios pelo potentado do norte, a quem servem de carcereiros vis e instrumentos submissos.

O leão de S. Marcos expande as asas, ao resfolgar os sons repercutidos da liberdade; Veneza restaura sua independência e com ela essa magnífica república, a esposa do Adriático, a que outrora devera o esplendor de seu comércio, e sua alta importância nos mares. Servindo de atalaia à Itália setentrional, ela jura sepultar-se antes em suas lagoas do que dobrar a cerviz ao jugo de Viena.

A Lombardia insurgida em massa contra a casa da Áustria saúda com entusiasmo a aurora da regeneração e a marcha do rei cavaleiro que, rasgando os tratados antinacionais de 1815, vem reunir-se ao campo de batalha, em que se decidirá da sorte da liberdade itálica. Milão despercebido, e sem outras armas além das que o furor da resistência ministra, renova os prodígios de sua energia antiga contra Frederico Barba-Roxa. A fortuna parece a princípio sorrir-se aos esforços magnânimos de um povo, que pugna pela mais justa das causas; já as

armas sardas e lombardas triunfam em uma série de combates desiguais às margens do Ádige e do Tagliamento; já a águia austríaca esvoaça em retirada, soltando das garras sangrentas a presa, que tinha segura. Não permitiram, porém, os acasos da força, que tão pronto fosse aluída a obra da conquista e da usurpação; e às vitórias sucedem os reverses... Mas a liberdade não está ali perdida; os povos aparelham-se com recrescido ímpeto; e o dia se apropinqua, em que esse belo nome de Itália, que por tão dilatadas eras exprimiu entre os homens a glória das armas, o gênio civilizador, o brilho das letras, a magnificência das artes, deixará de ser o simples resumo de uma grande história morta, para tornar-se o símbolo de um povo vivo, independente e livre.

Voltemos, no entanto, as vistas para o painel não menos curioso, que, do outro lado do Reno, nos oferecem as monarquias do direito divino, sobre cujas grimpas soberbas entenebrece agora o dia e estala a tempestade de todos os pontos do horizonte. Frustrar a influência das reformas representativas na Alemanha era o afã das cortes de Berlim e Viena, a cuja tutela a havia entregado a aliança liberticida, que dos reis tomou o nome de santa. Os bons Alemães pareciam resignados com a sua sorte; porém, uma revolução lenta, profanada, adequada ao caráter germânico, aí solapava, pelo alicerce, o monstruoso artefato do mundo do absoluto. A mesma Prússia, como que forçada a consentir em seus estados o movimento da riqueza e da intelectualidade, para melhor resguardar-se da expansão política da civilização, preparava sem o querer futuros mais nobres a seus súditos.

Soa enfim a hora, em que essa revolução confinada na região das ideias especulativas, e amadurecida pelo tempo, vai traduzir-se em atos práticos, e receber a sanção material pelo contato com lava incandescente, que a cratera francesa arroja em todas as direções. Enquanto a bandeira da liberdade e de reforma é vitoriada pelas aclamações unân-

nimes da Alemanha, o que é que se passa debaixo do teto dourado dos palácios, onde residem aqueles em cujas mãos está o atalhar o tropel de desastres e calamidade, que a repulsa dos justos votos de seus súditos trará inevitavelmente consigo? O que é que aí se passa, Santo Deus! Todos os aristocratas alardeados de privilégios, todos os cortesãos, que vivem das fertilidades do imposto, todos os zangões sociais, todos os vampiros reúnem-se em chusma à roda tronos, e dizem ao ouvido de cada um dos reis:

“Oh, vós, que sois a emanção do sopro divino, o transunto de Deus na terra, e sobre cuja fronte unvida pela igreja brilha o emblema de uma mente infalível e de um coração impecável; vós, que distais tanto do resto dos humanos, quanto da matéria bruta dista a força inteligente que a move; rei poderosíssimo, sapientíssimo, nobilíssimo, augusto, penhor de nossas venturas presentes e futuras, sustentai a dignidade das prerrogativas de vossa coroa, esses florões antigos da realeza Teutônica, contra as quais uma minoria turbulenta ousa erguer vozes rebeldes e sacrílegas, falando em reformas em nome da nação! A nação! Ah! se ela tivesse o direito de querer alguma coisa, seria simplesmente a continuação da ordem, que é condição única e suprema de toda felicidade, e além da qual nada ha mais que desejar. Mas a vós, seu soberano e tutor, é a quem compete o cogitá-la e querê-la; no que ganha incalculavelmente a nação, porque a opinião pública é sempre errônea e a da coroa, aconselhada por seus fiéis áulicos, sempre excelente e saltitar. Se cerceado vosso poder hereditário, conseguisse a nação ser regida segundo o impulso de suas próprias ideias, e na conformidade de seus votos, então aí da monarquia Ela tornar-se-ia popular e, deixando por isso de existir, cairíamos todos na desesperação da miséria. na igno-

mínia da anarquia. Quais seriam os míseros fados da espécie humana abandonada a si mesma, sem o amparo de um rei e de uma corte?

Senhor, a maioria judiciosa do povo abomina o progresso, a liberdade, a reforma; uma única coisa ama com paixão e vem a ser o trono. Ele vos vê descer o rio da vida alegremente, nédio, circundado das pompas do mundo, das profusões do luxo, ora dançando no meio da fragrância das flores e do fulgor das pedrarias, ora cevando-se em mil festins, que vos oferta a amabilidade desinteressada dos candidatos às graças e onde não faltam nem os pássaros custosos de Phara, nem os gelos engrinaldados de rosas do estio, nem os áureos triclinios coroados de espumante Falerno. Este espetáculo deslumbrador de vossa fortuna é o que basta para que o povo também se repute felicíssimo e dirija votos ardentes ao céu pela perpetuidade do governo de um príncipe, que come com tão bom apetite e baila com tamanho desembaraço.

Quando isto, porém, assim não fora, lembrai-vos que a majestade do trono rebaixa-se, e avilta-se, aquiescendo às exigências, sejam quais forem, daqueles que sobre quem exerce a soberania por imprescritível direito de propriedade. O que salva os estados é o terror, e não as concessões”.

Assim falou a turba dos cortesãos; e os príncipes extasiados da sabedoria que descobriram nestes acentos da lisonja, do embuste e da traição, resolveram não ceder e recorrer à violência. Mas os povos, a quem as luzes, e com elas os sentimentos de seu valor e dignidade cresceram, como os cabelos ao homem forte da Escritura, não voltam cara aos cruentos aprestos da corte, e à luta abominável, a que os condena.

Em Viena, as baionetas mercenárias sucumbem depois de pelejas encarniçadas das ruas, em que a população se mostra digna do grande

fim a que aspira. O direito divino inclina-se ante o da soberania nacional, debaixo de cujo Império é convocada a assembleia dos notáveis do reino e são outorgados todos esses direitos e garantias, por amor dos quais se mandara degolar os cidadãos. No mesmo momento, a Boêmia lança mão das armas e organiza uma constituição sua. A Hungria, que é a chave do Danúbio, a barreira da Europa contra a ambição moscovita no Oriente e a protetora das povoações, que demoram nas ribeiras do seu rio nacional, insurge-se igualmente; arrasa os monumentos da feudalidade; vende os bens eclesiásticos e constitui-se em estado independente da Áustria. Em presença destes sucessos, que se encadeam com fulminante rapidez, Fernando I desorienta-se; abandona-se consternado ao fluxo; que o arrasta; ora tenta recuar, apenas tenuíssima esperança de recuperar o perdido bruxuleia em seu espírito. Duas vezes abandona precipitadamente o palácio de seus avós; e vai, não sabe para onde, à mercê dos destinos levando em um saco de viagem as insígnias da realeza.

Enquanto as iluminações, o tanger dos sinos, os cânticos de glória e o ribombo da artilharia assinalam na Áustria as vitórias da democracia e suas puras alegrias, há um homem que vagueia de cidade em cidade através da Alemanha, solitário, fugitivo, aterrado, que cuida ouvir no adejar da brisa e, no murmúrio da fonte, o ruído dos passos da vingança social, que segue os seus; um homem que bate a todas as portas amigas e a quem nenhuma se abre, como se estivera inçado de peste, ou ferido pela maldição do céu. Esse homem, para quem não há piedade na terra, é o chefe altanado da oligarquia do norte; o depositário inflexível das tradições da Santa Aliança; o ministro que, durante quarenta anos, assistira por parte do despotismo aos funerais da liberdade em toda a Europa; é o diplomata, que, com o compasso sobre o mapa do mundo, repartira, as nações entre as dinastias, como em uma feia se

distribuem manadas de gado entre os marchantes; é o favorito poderoso, cuja influência sobrepujara a da coroa, a quem ofuscara com sua sombra magnífica. Possa a queda do Príncipe Metternich ser mais uma lição, de que não há grandeza sólida e durável para os inimigos da causa do povo; e que o favor e conivência dos príncipes não bastam para escorar esses castelos edificadas à beira do precipício e que o primeiro sopro da borrasca derruba e aniquila!!

De Viena a revolução circunvolve quase simultaneamente a Alemanha inteira; e, diante de sua marcha vitoriosa, caem por toda a parte as prisões de estado, censura, o monopólio, a mantiqueira das cortes, os favoritos e os bufos. Em toda a parte, a liberdade triunfa do privilégio! Triunfa em Berlim, onde anima e inflama o povo em sua resistência desesperada e admirável contra a força de linha; e faz convocar uma assembleia constituinte, da qual nascerá a ordem nova para a Prússia.

Triunfa em Baviera, onde o velho monarca libertino e enamorado é impellido a trocar o trono por uma bailarina e a abdicar no príncipe escarmentado, que logo responde ao voto liberal de Munique.

Triunfa em Hesse-Darmstadt, destronizando o soberano para franquear caminho ao direito de associação, à imprensa, ao júri e à introdução do código francês em Mayence.

Triunfa em Wurtemberg, Oldebourg, Nassau, Leipzig, Baden, Hesse-Cassel, Mecklembourg, onde arranca, aos diversos príncipes com mão armada e debaixo das descargas, a sua acessão ao princípio do parlamento alemão, a adoção das cortes nacionais outrora proscritas do *Burschens-chaft* e as garantias dos direitos do homem e do cidadão.

Triunfa em Hamburgo, Bremen e Lubeck, que ampliam no sentido democrático o âmbito de suas constituições republicanas.

Coroa finalmente a série de seus triunfos, inaugurando sobre as ruínas da Dieta servil de Frankfort o majestoso congresso da de-

mocracia germânica, no qual a confederação dos povos toma o lugar da associação dos príncipes e muda o centro da gravitação política da Alemanha.

Tão numerosos sublimes resultados foram obtidos em menos tempo do que é preciso para a execução dos trabalhos mais fáceis da vida de um homem; tamanho é o ardor, com que hoje em dia as lições progredem por vias novas para essas plagas de risonha perspectiva, em que as guardam grandes e gloriosos destinos? Nada valeram desta vez os canhões aos reis, esses *pais* carinhosos dos povos, como a lisonja os tem apelidado, e que por excesso de amor talvez não conheçam outro meio de afortunar seus filhos bem amados, senão os assassinando, e os exterminando a fogo de metralha! Deus nos preserve de sua ternura!

Enquanto o velho mundo mudava de pele e regenerava-se no meio das tormentas da guerra civil, nós, mais felizes, elaborávamos pacificamente os elementos de nossas reformas, sob os auspícios do governo do partido da liberdade, e seguros e tranquilos, como o homem ditoso de Lucrecio, só ouvíamos de longe o bramir das ondas e dos ventos, que nos não podiam atingir.

Suavi mari magno turbantibus aquora ventis

Et terra magnum allerius spectare laborem.

Num instante toda esta seguridade é trocada pelo alarma; e ameaça-se nossa liberdade, que nenhuma culpa tivera dos trances porque passaram na Europa os cunhados e parentes do reposteiro. Qual será o desenlace desta agressão, que começa atroz e horrível, arrancando nossas províncias do sossego de que gozavam e tornando-as vítimas das misérias e calamidades da conquista? Vencerá aqui a tirania, que sucumbe no resto do mundo? Não; o ídolo insaciável, a quem não fartou

o sangue dos Mineiros e Paulistas, e que hoje devasta Pernambuco, há de reconhecer que a rocha sobre que está firmada a liberdade do Brasil, e que é a natureza mesma das coisas, não se abala sem perigo para quem o tenta.

II

ANTAGONISMO ENTRE A SOBERANIA NACIONAL E A PRERROGATIVA REAL. TIMANDRO PROCURA NO PASSADO AS RAÍZES DO MAL PRESENTE: REMINISCÊNCIAS HISTÓRICAS.

A obra da inversão, que, na política do Brasil, o paternal governo da Corte houve por bem decretar e a que os mantenedores da facção anti-nacional puseram mãos açodadamente, arrebatados uns da bárbara alegria da rivalidade, que se vingam, aliciados outros pela perspectiva de tirarem da guerra civil e do sangue derramado larga porcentagem em proveito de sua ambição e fortuna, tal inversão, digo eu, não é senão uma fase nova da mesma crise, que há 25 anos começou, enlutando as últimas cenas de nossa incompleta independência. Crise dolorosa, e cheia de desenganos, que depois continuou com intermitências e da qual nossos pais, que a viram originar-se, não tiveram menos que sofrer do que sofre a presente geração, a quem eles contavam legar a fruição tranquila e definitiva de tão nobres sacrifícios! Quando acontecimentos como esse, a que me refiro, e que envolvem a postergação de todos os princípios e o mais insultante desprezo para a opinião pública, sobrevêm a um país, que atavia com o nome de constitucional, é indubitável que mal profundo e de data antiga aí vicia e coroe o âmago mesmo das instituições. Causas acidentais podem momenta-

neamente conturbar a serenidade do jogo da máquina constitucional, mas não fazê-la rebentar tão amiudadas vezes e com tamanho desastre para a maioria dos cidadãos.

A revolução da independência, que nos devolveu à posse de nós mesmos, firmava como dogma fundamental da nova ordem social o grande princípio da soberania do povo. No interior como no exterior, esse princípio, que é a pedra angular dos estados livres, tornava-se os árbitros únicos, supremos e absolutos de nossos próprios destinos. Só do povo; só de suas luzes, e espontânea deliberação pendia a escolha da organização política, que desde então devia regê-lo; só a ele, e a mais ninguém, cabia traçar e erguer o novo edifício, em que havia de abrigar-se a nascente nacionalidade. Todos os laços, que nos prendiam ao passado, estavam mortos; tínhamos recebido uma segunda vida, uma segunda natureza, que anulava e excluía as pretensões da realeza da conquista.

Em virtude daquele direito, preferiu a nação a monarquia do mesmo modo que poderia preferir a república de Franklin e de Washington; aclamou por seu rei o primogênito da casa de Bragança como aclamaria o filho do Grão Turco, se fora isso do seu gosto. Esse rei era simples feitura de nossas mãos: nenhum título antigo e preexistente o assistia, porque tudo era novo, tudo datava de ontem nesta situação; o solo estava varrido e limpo; seu único título de legitimidade vinha da eleição nacional, título aliás mais belo e honroso do que o acaso cego do nascimento; seu trono, contemporâneo de nossa liberdade, repousava a mesma base que ela — a revolução.

Passamos depois a fazer o pacto primitivo da sociedade, como tínhamos feito um rei. O poder constituinte é parte essencial da soberania da nação, a qual delega o seu exercício, sem nunca o abdicar.

Mas ainda não corria em meio a construção da obra constitucional, quando de improviso é profanado e dissolvido com mão armada o

congresso, a quem o país cometera essa sublime tarefa e são atirados ao desterro os seus mais conspícuos e beneméritos representantes, os fundadores ilustres da independência da pátria. O mesmo ato de imprevista agressão, que fere a constituinte, e com ela nossos primeiros direitos, leva o despotismo e o terror a todos os ângulos do Brasil, onde ressoa o grito da indignação, que semelhante abuso da força devia provar.

Por que tão azinha empalideceu a estrela, que há pouco cintilava em céu tão puro, inspirando as mais doces e animadoras esperanças? O que aconteceu, para que assim se dispersasse o povo brasileiro ainda no meio das festas da liberdade e se trocassem seus hinos faustosos em murmúrios de pesar e consternação? Eu vou dizê-lo. Houve a usurpação da soberania popular por aquilo a que a Corte designa com diversos nomes – soberania real, direito divino, prerrogativa, legitimidade, poder hereditário. A nova realeza saída da lavra da nação ostenta-se superior a ela, ataca-a e a absorve em si. É o caso da balada inglesa: o químico concebe o singular projeto de compor uma criatura humana; já ingredientes reagem e combinam-se no laboratório; forma-se um membro; depois, outro; depois, outro; enfim, um ente vivo palpita e respira. Porém, oh, Deus, é um monstro disforme, que se lança sobre o químico arrependido, o dilacera e o devora.

Donde vinha a Pedro I autoridade de assim confiscar os poderes da nação que se constituía? Do seu direito hereditário? Não, porque se seguiria o absurdo, que, separando-nos de Portugal, continuávamos sujeitos ao rei, como um domínio privado e não enfeudado à coroa. Essa autoridade, segundo a metafísica dos cortesãos, que têm sempre muita imaginação, derivava-se da virtude intrínseca da mesma realeza, de uma propriedade oculta, misteriosa e sobrenatural, que ela possui. O imperador não era acaso o filho do rei velho, o senhor do povo pela

superioridade do seu sangue, o símbolo da ordem, o enviado da Providência? Como então se ousa perguntar a razão de sua onipotência?

Com tais e quejandas palavras ermas de sentido, mas consagradas no vocabulário da servilidade e da adulação, plantou-se na terra virgem do Brasil a semente feudal, fez-se do monarca uma entidade distinta de nossa espécie; e recomeçou essa superstição monstruosa e cheia de vis adorações, que dura até hoje, e que põe o interesse transitório de uma família acima das imperiosas necessidades da humanidade e a majestade do príncipe, a par da majestade de Deus!

Singular tem sido, em verdade, a história das aberrações do espírito humano! O boi Ápis foi adorado em Memphis, o crocodilo em Tebas, o gavião em Philis; a serpente, a mussuranha, o hipopótamo também tiveram altares. Nada disto, porém, existia mais, quando nasceu a monarquia brasileira; e ideias mais sãs e conformes à dignidade de nossa natureza corriam, então, o universo. Na Inglaterra muito tempo havia, que a luta da prerrogativa e da idolatria Real com a verdade e com os foros do povo tinham causado a Carlos I o desgosto de morrer no cadafalso, e ao derradeiro Stuard o incômodo de ser expulso como um mendigo. Já das florestas de nossa América tinha partido a famosa declaração de princípios, que fez tiritar de susto os opressores e ateou o facho da revolução francesa de 89, em que do templo da impostura tudo ardeu e se desfez em cinzas, tabernáculo, ídolo e sacrificadores. Logo depois disso, um soldado glorioso, saído do seio do povo, havia acabado de quebrar o encanto à legitimidade e provado a onipotência da nação, vestindo por seus sufrágios a púrpura dos Césares e repartindo, entre outros soldados e plebeus, coroas arrancadas a príncipes menos dignos que ele de as trazer.

A maioria da sociedade brasileira não estava longe do nível do século XIX; o fanatismo, o gênio da servidão, o embrutecimento e de-

gradação das classes industriais, que em outros lugares abrem passagem às pretensões do mando arbitrário, aqui felizmente não existiam. A resistência e a guerra civil estavam, pois, contidas como consequências indeclináveis no atentado da dissolução da constituinte e no regime abominável com que em seguida tornou-se cada vez mais flagrante o antagonismo entre o trono e a liberdade, entre o espírito nacional e o interesse recolonizador.

Para sopear a revolta, que efetivamente rebenta ao norte do Império o sangue dos brasileiros, a quem a luta da independência preservara, é vertido em torrentes pelas paternais baionetas do imperador, não em nome do legítimo princípio da segurança social, que ninguém senão ele mesmo ameaçara, mas em simples oblação ao orgulho e à sanha da ambição do príncipe, que, tendo usurpado os direitos do país, se propunha governar sem ele e a despeito dele.

Sobre as vilas de Pernambuco, essas Temópilas veneráveis da liberdade, do heroísmo e do martírio jorra, então, como hoje, a chuva de sangue e de extermínio, que, em 1817, as assolara e que agora mais aperta, agourentando até o horror das lembranças dos procedimentos do regime colonial.

Após a devastação militar, vem a procissão dos carrascos, dos patíbulo e das vítimas. Sedento de vingança, o príncipe invade o santuário da justiça para exigir as cabeças de seus súditos: insta, roga, ameaça, seduz; mas um resto de consciência dos juízes, que o exercício de obedecer e adular de todo não paralisara, trepida ante o remorso de enviar à morte cidadãos que outro crime não tinham, senão o de anteporem seu país a um homem, e a liberdade, à tirania. Então, compondo, como Tibério, o gesto e o rosto, ele fala dos constrangimentos de sua alma, exalta a própria clemência e se reclama a pena capital, é para ter a glória de comutá-la, e dar a filhos desvairados uma mostra de magnanimidade de

seus sentimentos. O embuste decide o juiz; a morte está na sentença; o traidor não perdoa; o cadafalso funciona; e a nódoa indelével e eterna do assassinato jurídico de Racticliff negreja na frente imperial...

Enquanto os bons brasileiros gemem e consternam-se, os cortesãos, os lusitanos, os inimigos e desertores da bandeira da nação, exclamam exultando de júbilo: “– Venceu a causa da ordem; a anarquia e a rebelião foram suplantadas; o trono do imperador está salvo!

– O trono foi salvo, isto é, que dessa época data a sua perda; o sangue dos mártires subiu à presença de Deus pedindo justiça; a consciência pública ofendida jurou vingança; e o 7 de abril veio cumprir o juramento!”

Assim estreou Pedro I a sua omissa carreira; e que outra coisa tinham os brasileiros que esperar de um príncipe da casa de Bragança? Não era ele a vergonha dessa estirpe sinistra, a que Portugal deveu durante dois séculos o fatal declínio do seu poder e importância como nação, o aniquilamento de sua indústria e a supressão de suas franquezas? Examinai a história de qualquer outra raça Real, e entre a longa sucessão de reis ignorantes, cruéis e depravados, um ou outro encontrareis, sobre quem a posteridade possa repousar os olhos com satisfação. Na dinastia bragantina, porém, nenhum há que esteja neste caso. O bastardo João IV, inerte, pusilânime e incapaz, nada fez para utilizar os frutos da revolução que, sem esforço seu, o elevara ao trono; e, se não conspirou abertamente contra o voto público, foi pela apreensão de que o povo, em quem fervia ainda o entusiasmo do recente triunfo contra o poder de Castela, empunhasse de novo as armas para realizar a declaração ameaçadora, que as cortes reunidas acabavam de suspender sobre a sua cabeça.

Afonso VI foi a crápula revestida das insígnias de rei. Forçado a abdicar por sua inaptidão e desenvolta imoralidade, como por sua oposi-

ção sistemática à convocação dos estados do reino, acabou miseravelmente os dias em Cintra, onde o conservaram recluso quinze anos.

Pedro II, moedeiro falso, e responsável do execrando auto de fé de Coimbra, extinguiu de uma vez as cortes, tão antigas ali como a monarquia e, com elas, lançaram o derradeiro clarão as liberdades portuguesas. Vendido ao interesse estrangeiro, assinou o fatal tratado de Methuen, entregando a indústria nacional atada de pés e mãos à Inglaterra, por amor de quem já antes se empenhara loucamente na guerra da sucessão à coroa de Espanha contra Philippe d'Anjou e o colosso do Império de Luís XIV.

Seu filho João V, herdeiro dos seus vícios e continuador de sua tirania, fundou o governo da teocracia monástica saturado de todas as torpezas da superstição. Levando a libidinagem e o desrespeito da honestidade aos extremos do cinismo do animal, fazia dos lugares públicos e consagrados ao culto, teatros de suas infames orgias. Devoto à moda de Luís XI da França, dissipou as imensas riquezas metálicas importadas do Brasil na dotação de suntuosos conventos e na compra de indulgências. Depois de arruinar a agricultura, as fábricas e a navegação, não deixou nos cofres exaustos do estado um óbolo sequer, com que se lhe houvesse a mortalha para ser sepultado.

José I, fraco, ignorante e nulo, teria seguido o miserável trilha de seus antecessores, se a Providência por um desses prodígios que raramente ela repete lhe não impusesse um homem que, apoderando-se de sua vontade, reinasse em seu lugar. Do rei não houve, com efeito, mais do que o fantasma neste período da monarquia portuguesa: houve, porém, coisa melhor do que seria a sua realidade, e foi a esclarecida e vigorosa administração de Pombal.

O reinado de Maria, a louca, assinalou-se pelo furor incessante de restaurar os passados abusos e destruir os atos do governo precedente,

sem que a sombra majestosa do grande ministro pudesse reter o braço dos vândalos, que atentavam não só contra os monumentos de sua glória, mas contra os contestáveis melhoramentos do país.

Refalsado e suspeito, irresoluto e poltrão, beato sem fé e sem costumes, *nabab* da Inglaterra, joguete dos mais vis e desprezíveis favoritos, estranho a qualquer sentimento de dignidade pessoal e de honra nacional, patrono dos crimes e desordens de uma corte corrompida – tal foi D. João VI, regente e rei.

Era esta a linhagem do príncipe com que a sorte nos deparara, e em quem se refletia a maior parte dos defeitos originais, não atenuados pela educação e antes corroborados pelo veneno depravador das cortes. Todavia, algumas grandes qualidades, que inteiramente faltaram a seus ascendentes, dormiam nas sombras da natureza de D. Pedro I. Um dia, o toque da adversidade as há de despertar; há índoles que se depuram e se sublimam no crisol do infortúnio. Mas, por ora, o que sopra é o vento da felicidade, o que está visível, é a face deplorável de seu caráter.

O ferro e o fogo que conquistaram Pernambuco não conquistaram os ânimos dos brasileiros, onde cotidianamente mais avultava e condensava-se a ira contra a administração imperial. Para desgraça das empresas do despotismo, não existe meio algum de fuzilar as ideias; e esta impossibilidade é o que as malogra. A desordem das ruas tinha sido vencida; mas a fermentação lavrava nessas outras regiões inacessíveis aos golpes da força bruta; D. Pedro o sentiu, e parecendo ceder ao impulso das exigências da situação, e às indicações da prudência, outorgou uma constituição, onde sem dúvida foram consignadas doutrinas que são a glória das nações cultas e garantem a sua felicidade. Porém, o desígnio pérfido de baldá-la na aplicação, e mesmo destruí-la mais tarde quando se demudasse a fisionomia das circunstâncias, ocupou para logo a mente do imperador e de seus áulicos.

Contra a observância franca e leal da constituição não militava a mesma ordem de pretextos, que haviam motivado o naufrágio da constituinte?

A liberdade não era ainda essa inimiga nata da monarquia? Os foros da plebe não coarctariam as prerrogativas hereditárias e divinais do príncipe? Não estava decidido pela corte que todos os liberais são demagogos e fautores de anarquia? A nobreza da pessoa Real não se interrogaria, se subordinasse sua vontade soberana ao influxo de paramentos eleitos pela canalha faciosa?

Fosse instituído embora um simulacro de governo, que respondesse à vertigem dos tempos; mas a realidade do poder permaneceria inteiro como antes entre as mãos arbitrárias do príncipe; e, quando os representantes da nação desabusados da aparência enganadora das formas reclamassem o cumprimento da palavra constitucional, nenhum caso se faria de suas vozes e autoridade. Neste pensamento cifrou-se algum tempo a história da política imperial em relação ao sistema jurado, história cheia de lutas ardentes, fecundas e gloriosas algumas vezes para o partido da liberdade. Mesmo mutiladas, ludibriadas e torcidas em todos os sentidos pela mão de ferro de despotismo, ainda assim essas fórmulas tutelares da constituição pesavam em demasia a Pedro I, que empreendeu nulificá-la por uma reforma em que para o futuro nada servisse de amparo aos direitos do cidadão.

Para aparelhar os meios conducentes a esta alta empresa, subiu, então, à administração pública o Sr. José Clemente Pereira, o predileto dos dois reinados, varão tenaz em seu lusitanismo, em cuja crosta espessa não pudera até hoje infiltrar-se os sentimentos do país, que o adotou, Pedro I havia bem estudado; e achou-lhe na especialidade do talento, nos instintos do coração, nas formas características do corpo, e até na acentuação ridícula do galego, outras tantas garantias de fide-

lidade e devoção para o bom êxito do plano, que mediava contra as liberdades do Brasil. Era o homem que no colégio eleitoral de 1821 não se pejava de apresentar à aprovação de seus companheiros uma ata falsa e caluniosa, em que se erguia o povo de delitos, que não cometera, e se justificava o governo de um dos maiores atentados, que jamais se ousou praticar contra a espécie humana. Trazendo ainda as cicatrizes mal fechadas das feridas, que recebera na Praça do Comércio, o poder não havia encontrado outro eleitor com desplante bastante para incumbir-se de comissão tão odiosa.

Apoderado agora do fio diretor da política, ele apressa-se a lançar os fundamentos da obra, que lhe encomendaram, empregando como materiais, de um lado a difusão de doutrinas servis em escritos infamantes e a criação de sociedades secretas; do outro lado, a corrupção, a arbitrariedade, o terror, a suspensão de garantias em plena paz e até a criação de comissões militares, tribunais de exceção e vingança entronizados com afronta da lei jurada! A escolha dos presidentes e comandantes d'armas condizia com a ideia fixa, que absorvia o monarca e seu ministro. Era um título para ocupar cargos de tão alta importância, afixar princípios contrários à ordem constitucional, alardear desprezo pelo Brasil e pelos seus filhos; exprimir saudades pelo governo absoluto, simpatias para com o espírito lusitano. Guardasse-se, porém, aquele que aspirava subir ao templo da fortuna, de mostrar que o coração lhe batia pelo país que o vira nascer; um tal crime não obtinha facilmente perdão.

Reunidas as Câmaras em 1829, um derradeiro vislumbre de esperança raiou no espírito dos povos; julgou-se que o monarca deixaria a direção, em que corria a meta incerta, perigosa e terrível; e que, lançando-se nos braços da nação, trataria de propiciá-la e merecer o olvido dos passados erros. Vã ilusão! Quando a vertigem apodera-se dos governos

dinásticos, nada há que capaz seja de fazê-los arrepiar carreira. Avante, caminha, caminha, lhe diz o demônio da fatalidade; e eles só param depois que rolaram ao fundo do abismo. A audácia do gabinete Clementino requintou; e a Câmara eletiva ultrajada nas folhas a soldo, pisada pelo ministro preponderante, foi, por fim, materialmente ameaçada na acusação de um dos seus colegas. Fez ele acreditar à classe militar, que era de seu decoro manter por meios de terror a causa do ministro, provocando na tropa indisposição contra a assembleia, a quem aleivosamente assacava o desígnio de piorar a sorte do soldado e assoprando a respeito dos paisanos a chama de uma rivalidade, que houvera produzido frutos de maldição, a não ser o bom caráter dos brasileiros.

Depois de alienar com a dureza da mais insolente altivez o espírito da maioria dos representantes, buscou todos os modos de significar a essa primeira legislatura do país, que a coroa desprezava e aborrecia sua autoridade; e, quando do seio da oposição patriota iam sair medidas que prometiam à nação avultados benefícios, Clemente Pereira moveu o encerramento da sessão e supôs-se autorizado para despende os dinheiros públicos, sem lei do orçamento, sem ato algum do poder que legisla e tem a direção suprema da fortuna do povo. Um Hampden não apareceu; não apareceu um Ludlow para recusar esses tributos ilegais!

Mas isso não obstante, o pomo apodrecido estava prestes a soltar-se de *per si* do galho de que pendia; tudo tinha mudado; o gênio da liberdade suplantado levantava-se da terra, como o Anteu da fábula, com a plenitude do primitivo vigor; a opinião engrandecida pela constância, aguerrida pelos revezes, baldava uma a uma todas as tentativas de um governo, cujas molas, à força de distenderem-se, achavam-se estragadas. O reinado de D. Pedro I não foi mais, desde então, que uma lenta agonia, a que a revolução de abril pôs remate, precedida das fo-

gueiras e garrafadas de março, últimos auxílios da facção lusitana em prol da causa amiga.

Quais seriam os pesares amargos, tardios e impotentes que assaltaram o príncipe nessa hora final de desenganos? Ah! sem dúvida ele reconheceu, então, que nenhum poder viola impunemente as condições de sua origem; e que a nação não se personifica nos lisonjeiros de palácio.

Que glória não seria a dele, e que ventura a nossa se compreendendo tudo o que a sua missão tinha de sublime, aceitasse a liberdade por companheira de sua fortuna, e se identificasse com os destinos do povo! Trinta anos antes, aquele, que deu a primeira batalha pela independência do novo mundo e fundou a mais poderosa nacionalidade, tinha deixado gravado no frontispício da sua obra monumental e grandiosa o exemplo da política, que aos governos vindouros dos estados americanos cumpria seguir. Mas o neto dos reis abandonaria as tradições de seus avós para seguir o rastro de Washington, o modesto plantador da Virgínia?

Preocupado de sua pessoa, de seus direitos, de suas paixões e prazeres, nenhuma relação estabeleceu entre a felicidade dos súditos e a sua; e isolou-se no meio da nação a mais dócil, e agradecida. Como Luís XIV, fez de seu eu o Estado, sem imitar, contudo, do grande rei outras coisas mais do que o despotismo, o fausto, os favoritos, as concubinas. Para suprir o apoio moral da opinião que fugia, promoveu mais que nunca o espírito militar, forçando o caráter pacífico e industrioso, que deve convir a um povo agrícola, habitador de terreno amplíssimos, despovoado e em vizinhos formidáveis. Com as mesmas vistas fez consistir a prosperidade do Brasil, não no progresso de suas artes e lavoura, mas no fofó esplendor de uma corte aparatosa, para o que era mister fomentar com enganosas seduções a paixão de um luxo destruidor, e galardoar com distinções honoríficas os que haviam consumido

em misérias a rica herança de seus progenitores. Nada faltou ao espetáculo desta grandeza inerte, aparente e ridícula, nem mesmo uma aristocracia achinelada, entretida à fiúza do orçamento, e para cujos brasões heráldicos o povo não podia olhar sem rir.

De tudo isto nem sequer o fumo remanesca em 7 de abril; e Pedro I, estendendo os braços em roda de si, não encontrou senão a solidão, o vácuo, as trevas e a desesperação!

III

USOS E ESTILOS DA CORTE. – O GOVERNO DA REVOLUÇÃO. – PARALELO ENTRE A POLÍTICA IMPERIAL E A DA REGÊNCIA. – SERVIÇOS DA DEMOCRACIA.

Se perguntardes aos Narcisos e aos Tigelinos, que tais foram os primeiros anos da administração do interregno, eles vos responderão que foram o que podia ser o resultado da invasão da barbaridade plebeia no santuário da realeza. Na verdade, todas as coisas grandes e respeitáveis, com que os governos *paternais* divertem e felicitam seus queridos filhos, como sejam as genuflexões, os beijamãos, os lutos oficiais, a etiqueta, as librés recamadas de ouro, as promoções pela carnificina do povo, as graças pelos aniversários natalícios, pelas viagens, pelos jantares, tudo havia desaparecido. Era o regime da canalha, na sua expressão a mais prosaica.

Os regentes, cidadãos então mui sigelos, tinham a ingenuidade de supor que valiam menos que o país; e, cingindo-se às direções da opinião pública, limitavam-se a cumprir sua tarefa de perfeito acordo com ela. Quem visse, porém, o desrespeito com que a democracia correspondia às deferências do novo governo, não poderia deixar de vati-

cinar desde logo a sua perda. O súdito, em vez de ajoelhar-se em presença dos chefes do estado em sinal de adoração, conservava-se em pé direito sobre o plano da terra, na atitude irreverente em que o homem saiu das mãos do Criador! Que escândalo! Não eram menos desprezados outros usos antiquíssimos e essenciais à monarquia, e que por felicidade nossa foram depois restaurados. Se os regentes eram convidados a banquetes, portavam-se como convivas agradecidos; e depois retribuía a obsequiosidade de seus amáveis hóspedes com outros banquetes, ou com serviços de caráter pessoal. Mas nunca os pagavam com os dons do Estado, de modo que aquele, que empregara sua erudição e virtudes em preparar lauta mesa para regalar os chefes do governo, nem por isso ficava sendo, como agora barão, marquês ou grãoocruz, como se os serviços gastronômicos fossem de menos valia e merecimento que os prestados à nação. Que injustiça!

Se perdiam algum parente, carpiam ou simulavam carpir a sua morte; e logo se consolavam, como podiam ou queriam no seio da família e na intimidade da amizade. Não decretavam, porém, lutos públicos, receando que os cidadãos não tivessem provavelmente a mínima vontade de chorar por pessoas muito respeitáveis sem dúvida, mas a quem nunca tiveram a honra de ver e conhecer. Não compreendiam aqueles espíritos apoucados, que nas monarquias, em que a ficção representa o principal papel, também se chora e se ri por ficção; e que em corte, onde existe sempre de reserva abundante sortimento de dor e alegria para as encomendas oficiais, pode-se muito bem prantear a rainha *Pomaré*, ou o rei *Labore*, sem que da existência destas augustas personagens se tivesse antes a menor informação.

Quando era de dia de anos de algum dos membros do novo governo, havia provavelmente cenas festivas de vida doméstica; mas a nação ficava ignorando a grande felicidade, que lhe acontecera, de ter o governo

feito anos. Não se viam, como hoje, promoções no Exército e Marinha; primeiramente, porque a lei da revolução as interrompera; em segundo lugar, porque a curtesa de vistas desses representantes da democracia não lhes teria deixado apreciar devidamente a íntima conexão que existe entre os aniversários natalícios e os prêmios destinados às ações do campo de batalha, e tomariam talvez por louco abuso recompensar cidadãos em virtude de um fato, a que eram estranhos, não tendo concorrido com trabalho algum para adicionar mais um ano à cadeia da existência individual de Suas Excelências, ou de Suas Majestades!

Nos discursos, com que se dirigiam ao corpo legislativo, enunciam protestos de sua fidelidade e lealdade para com o país, e não diziam pelo contrário: “Eu aprecio os sentimentos de fidelidade e igualdade, que o país me há mostrado”. Eles davam ao sistema representativo uma singular interpretação; entendiam que, sendo todos os poderes políticos delegações da nação, como o ensina a teoria da constituição, os depositários do poder delegado, seja qual for a sua hierarquia, nada mais eram relativamente a ela do que seus funcionários e representantes temporários ou perpétuos; e que consequentemente ao monarca, ou à regência em seu nome, é a quem competia render preito e homenagem à nação, que é tudo, e não a nação a eles, seus subordinados, e criaturas suas. Que lógica estranha! Não é assim?

Há tal cortesão, que até esta hora não concebeu ainda como pudemos, durante dez anos carregar o peso da existência sem o rico manancial de vida, que se contém nas condecorações e nos títulos. Mercê de Deus, vivíamos incomparavelmente melhor sem isso do que com isso, senhores fidalgos! Falemos sério; pois realmente cuidais, que graças aviltadas, prostituídas, vendidas por dinheiro contado, vendidas a pretexto de uma filantropia interesseira, negociada e ajustada, e vendidas em troca de sorvetes e fricandós oferecidos ao imperador em viagens

de recreio, produzem melhor efeito, do que se inteiramente não houvesse o direito de dá-las?

Mas as graças, replicam eles, são moeda essencial para acoroçoar as letras, recompensar serviços, promover o desenvolvimento das artes e excitar a dedicação militar.

Acorçoar as letras? Qual tem sido entre nós a pessoa, que a elucubrações e trabalhos científicos devesse o ser condecorada? Há para a corte outra ciência prestimosa, que não seja a de anular, mentir e oprimir o povo?

Recompensar serviços! Pode-se dizê-lo sem esgarçamento em um país, em que José Bonifácio e Martim Francisco, sob cujas cabeças venerandas resplandecia o astro do Ipiranga, baixaram ao túmulo não trazendo sobre o peito mais que o hábito de Cristo do tempo colonial?

Essencial para as artes! Pois deveras a cor te faz caso das artes? E precisam elas de suas bugigangas para florescerem? Havia rei, corte e condecorações em Atenas, quando no meio dos aplausos da multidão admirada, *Zeuxis* ornava de suas páginas sublimes as paredes do Partenon, ou quando debaixo do cinzel dos Fídias respirava a majestade viva dos deuses? Estava já por ventura instituída a legião d'honra em França, quando o altivo gênio de David lançava as Rabinas entre os dois Exércitos e pintava Leonidas moribundo nas Termópilas? Foram moços da Câmara e cavalheiros da Rosa os Ticianos, os Rafaéis, os Corrégios, e os Murilos?

Essencial para a dedicação militar! Mas não tinham hábitos e commendas os soldados de Maratona, de Salamina e de Pateia!

Não as tinham as famosas legiões, que avassalaram o universo conhecido ao poder da república romana!

Não necessitou delas a Suíça para manter a independência dos seus rochedos, resistir é ambição de seus poderosos vizinhos.

Não foram armados cavaleiros de ordem alguma os cidadãos dos Estados Unidos, que pelejaram pela emancipação do país em cem combates, bastando a veneração pública a esses homens singelos e grandes.

Na Inglaterra moderna, raríssimos são os despachos de semelhantes enfeites; a honra e o patriotismo são, ali, os acúmulos do cidadão. No dia de Trafalgar, Nelson não exortava seus soldados dizendo – coragem, porque haveis de ser criados do paço e ter um habitozinho. Dizia-lhes unicamente – a Inglaterra espera que cada um de nós fará a sua obrigação.

Era a imagem da pátria, e não a da corte, que ele punha diante dos olhos da guarnição da sua armada invencível; era o sentimento do dever para com a terra natal, que despertava, e não a cobiça de frivolidades.

Quando os soldados da república francesa de 94, rotos, descalços, e sem soldo, arrojavam-se como águias da montanha sobre os plainos da Lombardia e executavam esse primeiro episódio, o mais admirável talvez da grande epopeia, levando daí o terror das armas francesas até os muros de Mênfis, acaso nesse tempo havia cruces de ouro para ataviar seus uniformes enegrecidos pelo fumo das batalhas? Oh! não; o amor da liberdade e da república era o que lhes aviventava os corações; a glória os coroava; simples espadas de honra atestavam suas altíssimas proezas que boletins redigidos ainda em frente do inimigo acabavam de registrar. Mais tarde, uma medalha famosa foi criada, que tirava seu único valor da fascinação do nome do herói que a dava. Mas podia ela, ou qualquer outra, ter igual prestígio, sendo recebida das mãos de príncipes, que a barateassem, por não terem visto da guerra mais do que a pintura?

Não é, pois, para maravilhar, que a primeira regência, governo eleito e inoculado pela revolução do espírito do povo, não vergasse ao

peso de sua árdua tarefa, apesar da falência desse recurso, que lhe seria então supérfluo, e que antes e depois só serviu para originar escândalos e desairar dois reinados?

Ela fez mais ainda: Pedro I tinha-nos legado a anarquia e a pobreza em troca do trono, que lhe déramos; o Exército indisciplinado acabava de ser dissolvido; o desânimo e a desconfiança, que entravam o trabalho e a indústria, secavam todas as fontes da renda pública; o Império estremecia até os alicerces. Pois bem! Nesta apertada conjuntura, a regência tranquilizou, reorganizou, salvou o país, sem soldados, sem dinheiro, sem nenhum dos meios que no regime dos imperadores julgou-se indispensáveis para restabelecer uma paz efêmera e manchada de opróbrios. Quê! Como pode isso ser, hão de exclamar naturalmente os que se lembram dos enormíssimos e cruéis sacrifícios que às instituições e à fortuna do Brasil custou a pacificação de Minas e S. Paulo em 1842! Eu o explico.

O governo da revolução estava inocente de desordens, a que o seu procedimento não era motivo e que, pelo contrário, procurara desveladamente prevenir; entretanto, que ninguém ignora, que foi o governo do imperador quem, conduzido por um pensamento de ditadura e vingança, desafiou acintemente a sublevação das duas infelizes províncias. Aquele, forte pela justiça que o assistia, apelava para o patriotismo e energia nacional com a consciência em paz e a fronte serena. Este, repudiado pela opinião, que o acusava de autor único de nossas desgraças e dissensões, só podia apelar para o recrutamento, para o imposto e para a violência.

Nas revoltas subsequentes à abdicação, o que aparecia era o desencadeamento das paixões, dos instintos grosseiros da escória da população; era a luta da barbaridade contra os princípios regulares, as conveniências e necessidades da civilização. Em 1812, pelo contrário, o que se via à frente do movimento a braços com o soldado mercenário

era a flor da sociedade brasileira, tudo o que as províncias contavam de mais honroso e eminente em ilustração, em moralidade e riqueza; espetáculo que se renova hoje em Pernambuco, com o mesmo séquito de atrocidades e infâmias.

No primeiro caso, tratava-se de um interesse, que tocava a todos; a massa da nação reunia-se pressurosa em torno do poder, não para apoiar as cores rivais de uma contra outra facção, mas para defender-se a si mesma. No segundo, nada havia de comum entre a causa geral e a de uma oligarquia ávida e infernal, que provocava o povo, depois de o ter barbaramente avexado e despojado. Os papéis achavam-se, assim, trocados; o que representava a razão, a regra, o interesse social era a resistência feita à autoridade, que violara todos os direitos. As simpatias e esperanças do país estavam ali, onde estava a rebelião; não restavam, pois, ao governo do imperador senão os recursos dos governos antinacionais, isto é, as baionetas da linha, os milhões do tesouro, os golpes de estado o confisco e a pilhagem.

Os resultados destas duas políticas são dessemelhantes como os sentimentos, que as animam. Uma popular e generosa, considera a desordem, que não pôde conjurar um acidente funesto e lamentável; e logo que a desarma, apressa-se a apagar-lhe os derradeiros vestígios, promovendo pela moderação de seu proceder o arrefecimento das paixões e a conciliação dos ânimos. A outra, aristocrática primeiro que tudo, rival implacável da liberdade, saúda com satânica alegria os sintomas precursores das revoltas, instiga-as, acelera-lhes a marcha, porque vê nisso feliz oportunidade de conquistar e exterminar sua inimiga; e, uma vez alcançado esse objeto do seu anelo, solta todas as fúrias da reação e vingança, que vão repartir a população de nossas províncias em vítimas e algozes, e eternizar o ressentimento dos partidos. Não é isto o que agora mesmo está produzindo em


Pernambuco essa política selvagem e abominável, que especula sobre discórdias civis e bate a moeda de sua ambição sobre a carnificina dos brasileiros?

Eis a razão, porque a regência conseguiu restaurar a ordem legal sem dilacerações e sem dores; quando ao infeliz governo do Sr. Pedro II há sido preciso, para atingir a simples aparência do mesmo efeito, cobrir o Império de ruínas e de sangue.

Em referência às finanças do estado, a administração da revolução não foi menos patriótica e admirável do que o fora enquanto à repressão da desordem. Ela as encontrou suspensas por delgado fio sobre o golfão da bancarrota, que tantos desvarios e dissipações do precedente regime havia aberto.

Em junho de 1822, era nossa dívida orçada em 10,176:580 rs¹: um ano depois estavam feitos e concluídos os grandes dispêndios, que exigiram a guerra da independência e nossa elevação à categoria de nação livre e, contudo, apenas de dois mil contos se havia aumentado o algarismo de nossos empenhos, graças ao patriotismo e alta probidade de Martim Francisco. Tal foi o zelo deste ministro, que, ao sair do governo, deixou à disposição do tesouro uma soma de valores suficientes para resgatar todo o incremento da dívida². Entretanto, Martim Francisco, banido por Pedro I, foi em sua velhice exutorado e insultado pelo governo do filho; ao passo que ambos colmaram de honras e grandezas a outros, que arruinaram as finanças do Brasil!

1  Relatório de Marquês de Queluz.

2  Esses valores consistiam em: – 370:000\$000 réis em moeda; – 6,000 quilates de diamantes: – 4,000 quintais de pau brasil: – 49,000 barbas de baleia: – toda prata obtida na guerra contra Artigas, e considerável porção de ouro, restante na casa da moeda para cunhar.

Isto fazem os reis, cuja vontade
 Manda mais que a justiça, e que a verdade;
 Isto fazem os reis, quando embebidos
 Numa aparência branda, que os contenta,
 Dão os prêmios de Aiace merecidos
 À língua vã de Ulisses fraudulenta.

CAMÕES

Daí em diante, as palavras economia, moralidade e fiscalização foram para sempre desterradas dos aumentos e cálculos administrativos de um governo que olhava mais a suntuosidade da Corte do que a miséria do povo. Já em janeiro de 1827 tinha subido a dívida interna a 15,805:606 \$rs e a externa calculada pelo câmbio de então (48 pence por 1\$000rs) a 24,500:000\$rs, perfazendo ambas a total de 40,305:600\$000rs.

Mas isto pouco era ainda em comparação do assombroso progresso, que iam ter os públicos gravames sob a administração de Miguel Calmon Du Pin, hoje visconde d’Abrantes. Os fabulosos recursos de um Império cheio de futuro e de esperança permitiam-nos, segundo ele, contrair impunemente dívidas imensas. Conseqüentemente, aos empréstimos, em que a usura e a alicantina de mãos dadas com quem os negociava, fintavam o tesouro com enormes onzenas; e quando a nação, adormecida pela suavidade pérfida deste expediente financeiro, abriu os olhos em 1831, horrorizou-se de achar sua dívida orçada do modo seguinte: – interna fundada, 15,233:318\$rs; – dita flutuante, 24,573:801\$rs; – externa, 53,317:000\$rs – empréstimo do cobre emitido como moeda 14,126:000\$rs; importância do pagamento das presas da guerra do Sul...

Deste modo, em menos de quatro anos 74 mil contos foram acrescentados ao passivo da nação para alimentar a fatuidade e ambição de

uma monarquia infensa aos seus interesses como aos sentimentos, e que só soubera tiranizá-la e empobrecê-la.

O governo da revolução compadecida do pobre povo que não era, então, simples besta de carga da Corte, como hoje, voltava, depois de nove anos de erros e desgraças, a este princípio muito elementar, que para as nações como para os indivíduos não há outros recursos além dos que acumulam o trabalho e a economia. O pensamento da nova ordem de coisas incluía-se por inteiro nesta máxima salutar; e o partido liberal, que a proclamou, teve a glória de atravessar os maus dias de uma revolução e de apenas ajuntar à dívida nacional no longo período de seis anos 3.000 contos dos quais 2.000 foram destinados ao pagamento de atrasados anteriores a 1827.

Comparem-se os orçamentos antes e depois de 1831! Veja-se em 1829 o Ministro Calmon pedir para as despesas do estado quase 30 mil contos, devendo só as repartições de Marinha e guerra absorver 12,700:000\$000rs. E, contudo, a paz estava feita; tínhamos concluído com Buenos Aires essa guerra fatal, de que nos ficou em resultado a perda de nossos limites naturais e a vergonha de assinarmos uma convenção ludibriosa, nós, a primeira potência da América Meridional! O mais farto dos orçamentos posteriores à abdicação, o de 1833, votado entre os receios de uma restauração e os graves distúrbios de duas províncias, não prestou para as forças de mar e terra mais do que 4.600 contos!

Assim procedia a política de 7 de abril; mas não tardava o momento em que, por uma rotação caprichosa do destino, tinham de regressar ao governo do país as ideias e as práticas do regimento e que ali levaria um grupo de sofistas, a quem o orgulho e o ressentimento pessoal contra o chefe do estado tornara trânsfugas do campo liberal.

Em 19 de setembro de 1837, Diogo Antônio Feijó, caráter dirigido e talhado à antiga, abnegava o poder nas mãos de seus adversários,

que o não haviam conquistado, mas de que ele lhes fazia presente, imaginando que, satisfeita assim a ambição que os levava a agitar o país e entorpecer a ação governativa, não deixariam de conter-se dentro da linha dos princípios que traçara a revolução.

Apossados da autoridade, os Proteus não se demoraram em explicar as modernas doutrinas, que inculcavam ao público em substituição de suas opiniões de outrora.

“Não há em política princípios (exclamava um deles na tribuna), nem justo, nem injusto; tudo depende da mobilidade, das circunstâncias. A *transação* é a única lei da moral política”. O materialista, que tal pregava, se bem o dizia, melhor o fazia; não se dirigia nem à razão, nem ao sentimento; caminhava direito ao positivo; falava à avidez em língua de dinheiro, base única da filosofia da nova seita.

A lei da perfectibilidade da espécie humana, ajuntava ele, não é o progresso, é, sim, o regresso; e, dissertando pedantemente sobre paradoxo tão extravagante, concluía, convidando o povo a ter em desprezo as instituições livres e a retrogradar para tempos de que se não podia lembrar sem estremecer.

Em época de eleições, dizia outro, ficam suspensas garantias da honra e da propriedade! Para este, todo o dia era dia de eleição.

Na sessão imediata vinha-se anunciar aos representantes de uma nação livre que o terror era o melhor meio de governar. — Era o terror, ou a *transação*? O regente Araújo Lima, espírito eminentemente conciliador, adotava por excelentes ambas estas doutrinas, para evitar dissidências de que não gosta.

Está demonstrado em economia política, repetia maviosamente o ministro financeiro, que os empréstimos enriquecem as nações. Quem assim caluniava a ciência, pondo na boca dos economistas heresia, que eles nunca proferiram, era o mesmo Sr. Calmon Du Pin,

que já antes nos havia enriquecido por sua parte com 74 mil contos de dívida e que se dispunha a completar em breve a nossa opulência com mais outro tanto.

Desta arte erigia-se em teoria de estado a incredulidade sobre o bem e o mal; abria-se escola pública de venalidade, de prostituição, de desprezo da probidade, de denegação de todos os deveres, de todos os princípios invariáveis e eternos da justiça. O que a *Transação* ensinava era o culto exclusivo do ouro, o reinado bruto do interesse, a glorificação do corpo, em contraposição às verdades morais e religiosas, em que brilha a face ideal e imortal de nossa natureza, e que únicas podem dar dignidade, estabilidade, e força às associações humanas. Estas máximas execráveis, que desciam das sumidades do poder sobre o povo como miasmas pestíferos e infeccionavam a atmosfera política, destruíam geralmente a fé, o patriotismo e entusiasmo, a dedicação, e todas as outras virtudes, que não rendem dinheiro. Corromper, e ser corrompido, para servir-nos da expressão de *Tácito*, tornou-se o título de distinção da época; *corrumpere et corrumpi probum seculum vocatur*. Viu-se, desde então, formar-se essa sôfrega conspiração de enriquecer, não por honesto trabalho e generosa indústria, mas pela ruína do Estado e dos cidadãos. A administração pública tornava-se uma espécie de loteria, em que cada qual se lisonjeia de tirar bom prêmio; e uma multidão inumerável de intrigantes, e de homens de bem arrependidos de o ser, atiram-se de mistura e à porfia na carreira, que lhes tinha sido aberta por uma política toda dirigida por outro fim, que não era o bem público. Ter-se-ia dito que aquele ministério, na impossibilidade de captar a benevolência da nação, procurava adrede *debochá-la* e depravá-la para mais seguramente dominá-la.


Enchendo a boca de trono, de fidalguia e de regresso, e escarnecendo de suas mesmas antecêdências, assentava ele que estavam agora dispo-

tos os elementos para uma reação contra o princípio liberal, e que poderia sem dificuldade habilitar-se da herança do Primeiro Reinado. O ato adicional, obra do governo do interregno, e o único liame, que pode manter, então, ligadas entre si as dezoito estrelas do pavilhão imperial, foi o primeiro alvo contra que se assestaram as baterias da facção retrógrada. Sob o falso título de interpretação, e a pretexto de uma ou outra imperfeição que naquela carta das liberdades provinciais escapara a nosso tirocínio, ele a reforçou, ou antes anulou com cerebrina hermenêutica o texto da lei constitucional, defraudando a assembleia de suas mais preciosas atribuições: e isto de um só jato, e preteridos os trâmites, que a mesma constituição impusera como outros tantos preservativos contra a precipitação em matéria de tal magnitude. Foi deste jeito que os homens, que sonham para a nossa terra extensíssima uma centralização à moda das pequeninas monarquias do antigo mundo, cuidaram apertar os laços da comunidade brasileira e realizar as pretendidas doutrinas da reorganização do futuro. O futuro! Sim: ele nos revelará, se nossas províncias separadas por vastos desertos, e mares de longa navegação, podem obedecer à lei dessa centralização forçada, contrária à natureza e que tolhe sua prosperidade, distraindo as condições de seu desenvolvimento; ou se não se preferirá antes o regime federativo, que multiplique os focos de vitalidade e de movimento a esse imenso corpo entorpecido, onde a vida aparece aqui e ali, mas em cujo restante não penetra, nem pode circular a seiva animadora da civilização.

A reforma das outras instituições, assuntos da irrisão e vitupério daqueles tribunos convertidos, foi por falta de tempo adiada para mais tarde; e, no entanto, reduziam à prática governamental os axiomas de seu novo direito público, isto é, o arbítrio, a delapidação, a fraude e a perseguição com a mais desvolta imoralidade. O descontentamento profundo, que o escândalo de semelhante proceder e a decepção grosseira

de suas promessas mais solenes deviam excitar, manifestou-se de todos os lados. Eles se haviam vaidosamente comprometido a pacificar o Rio Grande do Sul em prazo marcado; e nunca as armas da legalidade experimentaram mais terríveis reveses; nunca a rebelião de Piratinim ganhou mais brilhantes sucessos. Três anos durou a regência setembrista e quase outro tanto tempo conservou-se o Exército imperial trancado dentro dos aproches de Porto Alegre depois da sanguinolenta derrota do Rio Pardo. Prometeram governar com estrita economia; e a satisfação desta promessa foi um acréscimo de trinta e três mil contos da dívida pública³; trinta e três mil contos despejados nos sorvedouros insaciáveis da *transação*, sem que o país disso colhesse o mínimo benefício.

Em 1840, estava coberto de desprezo, gangrenado e reduzido à última impotência e esterilidade, esse governo que só conspirou contra o ventre que o gerou e que não só complicara todos os males anteriores, como outros causara mais perniciosos e até ali desconhecidos. Então, o Brasil, julgando-se prestes a fazer naufrágio, dirigiu as vistas para o augusto órfão, que a revolução entregara à sua tutela ainda envolto nos enxovais da puerícia e cujo trono atirado ao pé da terra nós havíamos generosamente levantado e conservado. Para a imaginação de um povo descontente do presente e que vivia ingenuamente de devaneios e

3  Em 1837, para as despesas decretadas por esse partido concedeu-se um crédito de 4.600:000\$000 de rs.

Em 1838, outro de 3.800:000\$000 de rs. Estes dois créditos realizados em apólices vendidas a menos de 70, deram, segundo os documentos oficiais, a soma de 12.000\$000\$000 de rs.

Em 1839, preencheu-se o déficit com emissão de papel-moeda na importância de 6.000:000\$000 de rs.

Em 1840, novo crédito foi concedido de 10.000:000\$000 de rs. decretado pelo mesmo partido ainda dominante nas Câmaras; e mais 1.000:000\$000 para pagamento de indenizações portuguesas. A realização de ambos importou em 15,400 contos, segundo os cálculos do tesouro.

vagas esperanças, era o jovem príncipe no novo talvez que viria desassombrar a terra de Judá da opressão dos satélites de *Atalia*. Por detrás dele, não se divisava ainda a enchente dos cortesões; mas se podia repetir com Racine:

*Loin do throne nourri, de ce fatal bonheur
 Helas! vous ignorez le charme empoisonneur,
 De l'absolu pouvoir vous ignorez l'ivresse,
 Et des lâches flatteurs la voix enchanteresse,
 Bientôt! lis vous diront, que les plus saints lois,
 Maîtresses du vil peuple, obeissent aux rois,
 Qu'un roi n'a d'autre frein que so volonté même
 Qu'il doit immoler tout à sa grandeur suprême
 Qu'aux larmes, au travail le peuple est condamné,
 Et d'un sceptre de fer veul être gouverné.*

IV

VOLTA DO DESPOTISMO IMPERIAL. – MALOGRO DAS
 ESPERANÇAS DA MAIORIDADE. – TIMANDRO PINTA
 COM TINTAS TÃO VIVAS COMO VERDADEIRAS AS
 CONSEQUÊNCIAS, QUE DAÍ SE SEGUIRAM.

Está vivamente impressa em minha lembrança a cena desse pronunciamento, metade parlamentar e imperial, metade popular que precedeu a investidura antecipada e revolucionária do monarca no exercício de suas altas funções. José Bento Leite Ferreira de Melo, a primeira figura desta *journée de dupes*, ocupava uma das janelas do Sena-

do e aí abraçado com o busto do imperador, exortava o povo impaciente pela demora da comissão que se dirigira ao paço de S. Cristóvão. Parece-me estar vendo ainda aquela fisionomia móbil e ardente, em que se reverberavam em um espelho as nobres paixões de sua alma entusiasta e patriótica! A comissão volta; a decisão do príncipe, que quer governar desde já, é anunciada; e José Bento, delirante de júbilo, congratula-se com todos como por uma faustosa vitória alcançada para a causa do país. Ah, desventurada vítima! Se, naquele instante, iluminando-se repentinamente as trevas, que ocultam aos olhos do homem as páginas do porvir, tu visses, em seguida dessa vitória burlada pela ingratidão, o Brasil estrebuchando sob as garras de uma facção, as liberdades públicas agrilhoadas, teus amigos lançados nas masmorras e no desterro, tua bela província entregue ao sangue e à devastação e, mais longe, teu próprio cadáver ensanguentado e prostrado em uma estrada pública pelo bacamarte da reação... o que dirás, o que farás?

Oito meses não decorriam ainda depois da ascensão do monarca e já o governo do partido, que a efetuara, achava-se derribado, proscrito, sem causa honesta e legítima; e, não obstante a, expressão verdadeiramente nacional, que, em seu favor, acabavam de pronunciar-se em urnas eleitorais consultadas em todo o Brasil. Como em 1823, a Corte sempre a mesma, sempre surda ao ensino da experiência, tinha novamente achado na liberdade um elemento repugnante com a instituição monárquica; e, no predomínio dos varões incorruptíveis da independência, uma ameaça feita à influencia da facção portuguesa, cuja cooperação se julgava precisa a fim de resguardar a coroa dos assaltos da opinião constitucional.

Mais adequados para firmar o pacto de aliança dos inimigos da liberdade com os inimigos da nacionalidade foram chamados a servir no segundo ministério do Sr. Pedro II os José Clemente, os Parana-

guás, os Calmon Du Pin, isto é, a mobília estragada e carcomida de seu pai, os velhos campeões do absolutismo e da recolonização, os autores odiosos da crise política e financeira, que tamanhas calamidades nos havia causado.

Por semelhante forma, o novo reinado constituía-se solidário e continuador do antigo, riscava de nossa história o grande fato da revolução, que os devia separar e discriminar; inutilizava o tempo, os acontecimentos, o caminho andado: e restaurava o passado, não só com suas deploráveis tradições e tendências, mas até com seus homens, com seus erros e seus crimes! Não podia ser mais completa a decepção da expectativa do país, condenado assim à sorte desse enfermo do purgatório da *Divina Comédia*, que se revolve em todos os sentidos sobre um leito ardente, e a quem a dor mais se exacerba e punge na postura em que busca o alívio:

Simigliante aquella inferma

Che non puó trovar posa in su piume

Ma che con dar volta sua dolore scherma.

O que tinha de produzir tal política que só de *per si* era um manifesto de guerra dirigido contra o partido liberal e brasileiro, e a que vieram associar-se os professores corruptos da última regência, estava calculado, previsto e esperado. Os atos de incrível agressão e inqualificável perversidade que logo se seguiram uns após outros, revoltando por sua qualidade, e intimidando pelo seu número, e que a necessidade de aterrar e levar de rastos a nação para onde ela resistia a ir, impunham ao gabinete imperial, são fatos que vivem, e viveram na memória pública acompanhados de toda a execração que inspiram e merecem. Sim; o povo brasileiro dificilmente se olvidará desse

governo, que, acobertado com o manto do imperador e secundando pela baixa servilidade e prostituição do parlamento, proscreveu das formas do processo judiciário garantias afiançadas ao cidadão no código fundamental do estado; e isto com o único propósito de destruir a última trincheira da liberdade e de ter sempre alçado o machado da vingança sobre o colo de seus adversários, cuja vida e fortuna aquela reforma asiática e monstruosa deixava do seu dispor; desse governo, que depois de sufocar as vozes da imprensa livre em todo o Império, já com processos policiais, já com ameaças e inauditas violências, condenou, suprimiu e puniu o direito de petição, que na Turquia se reputa sagrado, o primeiro direito que se ganha, o derradeiro que se perde na vida social; desse governo, que em nome do monarca recusou receber a representação da assembleia provincial de S. Paulo com o ridículo pretexto de que seu estilo não era respeitoso, esquecendo-se de informar a Sua Majestade, que o povo tem jus a ser ouvido, embora ignore a retórica da Corte; que a ocasião não era a mais usada para melífluos cumprimentos; que nossos pais nunca sofreram tão profunda humilhação da administração colonial, a qual se nem sempre dava aquiescência e lenitivo a seus queixumes, ao menos guardava a aparência da atenção, e não fazia delas objeto de zombaria e de ultraje; desse governo, que, não satisfeito de dobrar a seus sinistros desígnios uma Câmara pouco difícil nas condições do seu mercado, ainda assim ousou reformar, por simples decreto administrativo, a legislação eleitoral; e subordinou ao alvitre da polícia a enunciação do voto público, conseguindo por este modo viciar a totalidade do sistema, que era obrigado a respeitar, à semelhança desses israelitas da Idade Média que, para dar cabo dos cristãos, envenenavam a água das fontes públicas, que não podiam destruir; desse governo, que por ilimitada desconfiança de todos e de

tudo, ou antes pela consciência da justa animadversão, que excitava, acoçoou e estabeleceu a delação e a espionagem, estendendo a improbidade e infâmia de seus processos inquisitoriais ao escândalo de autorizar a violação diária da fé pública dos correios, a fim de rastrear nos mistérios do coração das famílias, nas confidências mais recônditas da amizade uma ou outra palavra, que, reticada pelos novos *Maniques*, fosse prova em palácio de sonhadas conspirações; desse governo, que espavoriu e assolou nossas províncias pela ditadura de seus pro-cônsules, convertendo em instrumento político de perseguição o recrutamento exercido do modo mais bárbaro; alistando em toda parte debaixo de seus estandartes entes ferozes e energúmenos, a quem o ministério anterior descontentara; soltando dos cárceres salteadores e assassinos convictos e confessos para entregar-lhes a autoridade e o comando da força pública, como no Ceará e Paraíba aconteceu, onde se esbulhou a oposição até do direito de viver e foi entronizado à face do sol a política do punhal e do trabuco; desse governo, finalmente, que, depois de embriagar-se no sangue dos mineiros e paulistas, a quem uma série de insultos e requintadas atrocidades chamam às armas e à resistência, deu o sinal do saque e da pilhagem pelo horroroso decreto do confisco, e açulou sobre a propriedade privada, sobre o patrimônio inviolável das famílias a cabilda famélica, que lhe seguia o carro do triunfo!

Todas quantas demonstrações de displicência e indignação pode uma nação culta dar ao poder, que o oprime e avilta, foram corajosamente dados àquele governo no meio das orgias de sua prepotência. O júri, tomando a si a missão das outras instituições violentadas e emudecidas, proclamou cem vezes a santidade da revolta; e mandou sem culpa os cidadãos inscritos nas tábuas da proscricção. Em toda a parte, houve ovações e apoteoses em nome da justiça nacional para a resis-

tência movida ao poder faccioso e perjuro, que rasgara a constituição e violara seus primeiros deveres. E, todavia, a oligarquia continuou a dominar impávida nos conselhos da coroa, desafiando e calcando a opinião pública, até o momento, em que suscetibilidades e ciúmes de reposteiro a derrubaram e fizeram o que os clamores e interesses da nação não tinham conseguido fazer.

O 2 de fevereiro não foi um triunfo da opinião liberal; não foi uma satisfação às exigências constitucionais do Brasil; foi uma simples vindita da Corte; e a duração da nova ordem política, que daí resultava, tinha de ser circunscrita pelo tempo, que persistisse a causa sentimental e pessoal, que a criara. O partido Santa Luzia, ou porque isto não visse, ou porque entendesse, que se deve concorrer para o bem, seja qual for o motivo que o inspire, e que primeiro que tudo lhe cumpria olhar com olhos de amor de pátria para a desesperada posição do país, não hesitou em prestar a sua franca cooperação a essa política, que se inaugurou com as cores da liberdade. Partido magnânimo, tão sincero e crédulo, quão generoso e cavalheiro, de tudo se esqueceu, em um momento anistiou a tirania de que acabava de ser vítima, para somente se ocupar do futuro e da salvação do Brasil!

A princípio, pareceu-se favorecer e auxiliar sua marcha de trabalhos; as relações entre ele e o poder apresentavam um aspecto pacífico, senão benevolente e amigável; o abraço dado na liberdade não sufocava ainda; e a harmonia entre o ministério e a Câmara, embora aceita pela Corte antes como uma necessidade de situação do que como um direito permanente, e uma condução invariável do sistema representativo, surtiu ao menos por enquanto frutos, que ultrapassavam a medida das mais lisonjeiras esperanças do país.

Em breve foi apagado o terrível incêndio, que há tanto tempo devorava S. Pedro do Sul e, firmada a concordância nessa província, que o imperador pode então viajar sobre caminhos juncados de flores, naqueles mesmos lugares, onde apenas dois anos antes só encontrara os rastilhos da rebelião e os destroços sangrentos dos combates. Bastou a força moral de nossa moderação e de nossa lealdade; bastou a ascendência de nossos princípios de nacionalidade, de fraternidade e conciliação, para que caíssem as armas das mãos daqueles, a quem um decênio de porfiadas lutas, tantos Exércitos e riquezas destruídas não puderam domar.

Quos neques Tydides, nec Larissæus Achilles

Non anni dommere decem, non mille cartina.

VIRG.

Da mesma forma e, pelo mesmo meio, foi restabelecida a confiança e plantada a ordem na totalidade do Império; ordem honrosa, que se livrou na espontaneidade da obediência do cidadão; que se harmonizou com o livre e amplo Exército de todos os direitos, com o respeito de todas as garantias; ordem sólida, que deu ao país cinco anos de repouso e bonança, quais nunca se vira antes e que até hoje duraria ainda se não houvesse quem se julgasse com direito de imolar a seu capricho as mais sérias conveniências de uma nação inteira.

O que sucedera em 1822 e 1831, parar de improviso o progresso incessante da crise do tesouro, sob o benefício influxo do partido da liberdade, repetiu-se de novo agora. Fiel às suas antecedências, ele levantou mais uma vez o paradeiro à torrente da desordem financeira, que, engrossada de ano em ano por administrações imprevidentes e negramente malversoras, ameaçava submergir a fortuna pública e par-

ticular⁴. Na sessão imperial de 1847, já o discurso da coroa anunciava ao corpo legislativo e ao Brasil que as despesas públicas achavam-se, enfim, equilibradas com a renda, de que não havia mais déficit em nossos orçamentos.

A integridade do Império salva, as finanças salvas, a ordem recuperada e reconciliada com a liberdade; eis o tríplice resultado, que o partido liberal pode ostentar com nobre orgulho a seus amigos e inimigos; resultado imenso, benefício inapreciável, que só por si bastaria para chamar sobre ele as bênçãos do país agradecido e as simpatias de uma Corte que menos indiferente fosse ao bem público.

Quanto não houvera ganho o Brasil, se a legislativa e o ministério tivessem podido por mais tempo caminhar acordes e desimpedidos, como nessa sessão de 1845, tão fecunda em força moral para ambos, e em que foram lançadas as bases de importantíssimos trabalhos, e proclamados os grandes princípios de reforma que teriam firmado e desenvolvido a instituição constitucional, e trazido ao povo tantos outros melhoramentos! Mas o astro esgarrado da órbita por um choque passageiro tendia a voltar à direção inicial, solicitado pela força atrativa de seu centro natural de gravitação. O ressentimento contra os saquaremas, único motivo que fizera amortecer na Corte suas eternas prevenções contra o progresso e a liberdade, perdia de intensidade e, por consequência, declinava na mesma proporção a regularidade do sistema constitucional, e começava a desordem a se introduzir nas relações entre os poderes do Estado.

4  Nota. O aumento da dívida pública de 1841 a 1844 tinha sido o seguinte:

1841	4,565:000\$000
1842	17,262:000\$000
1843	12,158:000\$000
1844	5,810:000\$000
TOTAL	39,795:000\$000

De 1845 em diante, foi o corpo legislativo tratado sem a mínima consideração; gabinetes se compuseram fora da sua influência e até sem ciência sua: o ministro incumbido de os organizar propunha, em palácio, os nomes daqueles com quem lhe convinha servir de acordo com o voto parlamentar; esses nomes eram rejeitados; lembrava outros, depois outros, até que, finalmente esgotada a longa lista dos ministros *impossíveis*, o governo pessoal compunha uma amálgama de entidades heterogêneas, onde apenas um ou outro liberal era incluído, para que se não dissesse que o pensamento dominante no parlamento havia sido desatendido.

Era isto guardar realmente as regras e observar as condições que prescreve o regime representativo? O que se devia esperar de gabinetes assim formados, retalhados entre si por diversidade de opiniões, debilitados e desacreditados logo ao nascer, por esses gérmenes de destruição que traziam no próprio seio? Por outro lado, o que podiam as Câmaras fazer de útil e de grande, tendo em frente de si ministérios, em que seus princípios não eram convenientemente representados, e que mal poderiam dar impulso, direção e sistema a seus trabalhos, navegando eles próprios a ludibrio de todos os ventos?

Por muito tempo, a Câmara dos deputados devorou em silêncio esta infração clamorosa das normas da constituição, que esterilizava seus esforços e a inibia de cumprir os graves empenhos que havia contraído para com a nação. Mas ela sabia que só tinha que optar entre a sujeição à influência inconstitucional da coroa, ou, então, a guerra civil, o desmoronamento do país, efeito inevitável da reabilitação imediata dos apóstolos do absolutismo, com quem já se tinham feito as pazes e com quem se a ameaçava cotidianamente.

Se o partido liberal ama e respeita os princípios da organização política, que abraçamos, também consagra iguais sentimentos à ordem e

paz pública; e não queria expô-las a medonhas contingências, rompendo logo com o poder fátuo e desassissado, que não olharia às consequências de sua vingança. Cumpria-lhe no interesse do país ter prudência por si e por quem a não tinha; cumpria-lhe de dois males preferir o menor; e dar tempo ao tempo, usando da mesma circunspeção de sua paciência e dos triunfos da razão pública, que se chegasse a aceitar francamente o governo da constituição com todos os seus corolários.

Assim correu este período monótono da vida parlamentar até a abertura da sessão de 1848, em que, perante a Câmara dos deputados, um novo gabinete compareceu, mosaicamente composto como os anteriores, com a diferença, porém, que uma de suas frações preponderando pelo visível apoio de alta paragem, ameaçava arrogantemente inverter a situação política, que ela laboriosamente fundara e que tomava a peito conservar.

O chefe desse gabinete, o profundo Visconde de Macaé, luseiro da ciência, varão eminentíssimo nas letras divinas e humanas, declarava-se arrependido de seu ministério de 1844 e prometera agora emendar a mão, demolindo tudo quanto anteriormente fizera. Ainda bem que os sábios são sujeitos a mudar de conselho! Mas pareceu à Câmara que o douto e virtuoso fidalgo atordoado pelo despeito não se lembrava de que muitos outros atos havia em sua vida, que poderiam com mais fundamento servir de matéria aos escrúpulos de sua delicada consciência.

Desta vez, a resignação da Câmara devia ter limite; o que se atacava era a bandeira mesma de sua política; o que corria perigo era a ordem de coisas, que os acontecimentos haviam justificado a legitimidade, em cuja manutenção estavam comprometidas sua fé e sua honra. Uma votação solene e hostil ao presidente do conselho arrependido e a impressão da nova assustadora revolução de Paris, que naquele mesmo

tempo aqui chegara, determinaram o reposteiro a escolher outro menos desestimado, que provisoriamente tranquilizasse a opinião até o termo da sessão legislativa.

A nomeação do gabinete Paula e Souza não era com efeito mais do que um armistício, um espaçamento da luta, que se ia travar com o partido constitucional; a Corte, vendo arder as barbas de *Ugaleonte*, recuava, porém, não desistia de seu projeto e, antes, cada vez mais suspirava pela volta de seus bons aliados, os sectários, da monarquia sem trambolho. Mas quantas decepções e perfídias não era mister empregar para reter o ministério no seu posto até o encerramento da assembleia, e isto quando, por outro lado, o reduziam à mais miserável nulidade.

Antes de dois meses já o véu da ilusão estava roto para o primeiro ministro Paula e Souza, contrariado em suas vistas, impossibilitado de obrar, e quem só se pretendia deixar a responsabilidade do governo, sem a realidade da ação. Tarde ele reconheceu o laço armado à sua boa fé e, tendo debalde instado pela demissão, retirou-se a pretexto de moléstia e foi ocultar em S. Domingos profundos desgostos, deixando seus colegas entregues à traição e aos desacatos do reposteiro.

Aquilo, de que não havia ainda exemplo nas monarquias modernas, a criadagem da casa do rei ultrajar impunemente os depositários do governo da nação, estava reservada a esta triste época. Um dia era o camarista da semana, que enxotava os ministros de palácio como a cães, e vedava-lhes bruta e acesso junto à pessoa do monarca; outro dia era o médico de Sua Majestade, que vinha vangloriar-se em pleno parlamento das humilhações que os vira sofrer, e cobri-los de impérios e de escárnio. E esse camarista não teve a mínima admoestação; e esse médico foi promovido ao lugar de diretor da escola de medicina, sem embargo da oposição dos ministros, a quem acabava de enxovalhar publicamente! A recompensa do insulto cometido foi a satisfação

que se deu às queixas dos membros de um dos poderes do Estado! Falta-nos mais este opróbrio!

Entretanto, o gabinete manietado, e a quem calculadamente recusavam-se as medidas necessárias para o bom desempenho de suas funções, conservava-se nessa posição anômala e vergonhosa receando, dizia-se, descobrir a coroa nas explicações que fosse, porventura, obrigado a dar ao corpo legislativo sobre as causas de sua demissão. Que falta de compreensão das verdadeiras regras da monarquia representativa!

Sem dúvida, é obrigação dos ministros amparar a coroa com seu corpo, assumir a responsabilidade inteira dos atos do governo, ou sejam voluntariamente praticados, ou extorquidos à sua fraqueza e à sua deferência para com a vontade da pessoa real. Mas, se essa entidade inviolável saindo de sua esfera própria, e invadido os poderes ativos, que a constituição confiou a ministros responsáveis, tornasse impossível a tarefa destes; então, o caso seria diferente; então, seria de seu dever abandonar sem demora o governo e expor sem reboço às Câmaras os motivos, por que o fizeram. É um mal que a coroa seja posta a descoberto; ninguém o nega; mas não é outro mal mil vezes maior, que o sistema constitucional seja falseado em um dos seus pontos mais vitais, sem que o país o saiba, sem que a opinião pública possa fazer voltar o poder transviado ao limite, em que se deve conter?

Assim tem sido isto entendido pelos estadistas mais consideráveis da própria terra, onde nasceu a máxima que – o rei não pode fazer mal (*The king can do no wrong.*) Não é possível falar na ilegítima ingerência do reposteiro sobre a marcha dos negócios da Inglaterra, sem que logo ocorra o exemplo de Jorge III, esse triste monarca, cuja insistência em preterir as condições do governo parlamentar, excitou contra si durante vinte anos todos os rancores nacionais. Quereis saber, Srs. ex-ministros, que não tivestes a coragem de fazer o vosso dever e, que

mudos e insensíveis, preferistes roer o frio ignóbil da Corte, quereis saber como em circunstâncias análogas se houveram os *Chatbam*, os *Rockingham*, os *Grafton* e os *Shelburne*?

Em 1770, lorde *Chatbam* (ex-primeiro ministro) declarava na Câmara alta que

“desde a ascensão de Jorge III, o poder não tinha pertencido ‘aos ministros, mas a uma influência irresponsável, invisível, influência tão baixa como perversa. Devo confessar com dor que eu mesmo fui ilaqueado, se adquiri à minha custa a triste convicção de que nenhuma administração independente é possível. Se quisesse sujeitar-me à influência, de que se trata, e aceitar a responsabilidade sem o poder, ainda até hoje eu seria ministro’”.

Sete anos depois, o Marquês de *Rockingham* (ex-primeiro ministro), explicando-se sobre o mesmo objeto, dizia:

“Durante o pouco tempo que servi no ministério, forcejei por militar e reduzir o poder inconstitucional da coroa; sinto dever declarar, que o não pude conseguir. Aqueles que compararem a glória da Inglaterra no reino de Jorge II aos desastres e à decadência do atual hão de achar a causa no sistema pernicioso, que desloca o poder e não deixa substituir senão as formas da liberdade. É um engano, *mylords*, acusar unicamente a lorde *Bute*; o mesmo sistema existiria, se aquele nobre lorde não tivesse nascido, porque é axioma da Corte que a prerrogativa e a influência da coroa devem bastar para manter qualquer administração que Sua Majestade julgue a propósito escolher. Daí tem vindo essa enchente de corrupção e despotismo, de que não havia exemplo em nosso governo temperado”.

Em outra sessão, o Duque de *Grafton* (ex-primeiro ministro) repetia:

“que, desde o dia em que Jorge III subira ao trono, um governo oculto e inconstitucional se apossara da Inglaterra e que os ministros não tinham autoridade nem responsabilidade verdadeira. A coroa deve ser dirigida por ministros responsáveis (ajuntavam lord *Shelburne*, ex-ministro). É nisto que se funda a máxima de que o rei não pode fazer mal, máxima que se tornaria *escandalosa e blasfematória*, se o rei se dirigisse pelo seu juízo pessoal”.

Na Câmara dos comuns, *Fox*, apoiando-se sobre estas revelações oficiais, exclamava:

“não é um boato das ruas que o rei é o seu próprio ministro, é uma fatal verdade, uma verdade comprovada. Não há doutrina mais perigosa, mas inconstitucional do que essa, que tende a desobrigar os ministros de sua responsabilidade e a fazê-la recair sobre uma pessoa inviolável. Contudo, tem ela uma vantagem, a de lembrar aos reis que se, conforme os princípios de nosso governo, as desgraças de um reinado devem ser imputadas aos maus conselhos de ministros, pode acontecer, e acontece que, quando essas desgraças excedem certo limite, que os ministros sejam esquecidos e que só o rei seja punido. Os Stuarts tinham detestáveis ministros, o que não os dispensou de serem castigados, um com a perda de vida, o outro com a perda da coroa”.

V

CONTINUAÇÃO DO MESMO OBJETO. – O QUE É A REALEZA
EM UM PAÍS LIVRE. – PROJETOS CONTRA O MONOPÓLIO
DO COMÉRCIO NACIONAL. – SUCESSOS DE 7 DE SETEMBRO. –
DEMISSÃO DO MINISTÉRIO.

Se nossos ministros tivessem tido a firmeza de imitar esta franca e enérgica linguagem da verdade, isso de certo houvera causado dentro dos reposteiros a impressão de um grande escândalo. Mas o que importava? Ter-se-ia ensinado ao povo a lei, em que vive; ter-se-ia levado o facho do exame e da análise à obscuridade desse dogma — que o monarca é tudo e a nação, nada; que do seu simples querer depende a sorte dos gabinetes, os destinos da política, o predomínio ou a queda dos partidos. Dogma subversivo e fatal que destruiu toda a estabilidade, toda a força, toda a virtude, toda a racionalidade do sistema de nosso governo submetido aos intermináveis vaivéns do capricho individual; e fez da monarquia representativa no Brasil uma comédia de mau gosto, quando não é um drama sanguinolento.

Guardar a constituição não é observar sua letra e violar o seu espírito. Nela, como em toda a lei escrita, alguma coisa há sempre de indefinida e descricionária, que o legislador confiou ao bom senso e à lealdade de quem a executa. As atribuições de Sua Majestade estão marcadas na constituição, onde se deixou ao seu exercício uma liberdade bem entendida. Mas quer isto dizer que pode prescindir do voto da nação, das indicações do pensamento público e ter unicamente em linha de conta os seus sentimentos pessoais ou os interesses e preconceitos de sua Corte? Se isto assim fora, então para que servira todo esse mecanismo tão custoso e complicado de nossa organização política,

cujos fim consiste em pôr em evidência e fazer triunfar sempre em tudo a opinião da maioria do país? Não seria, nesta hipótese, mais lógico e singelo reduzir-nos ao princípio da onipotência real, e acabar de uma vez com fórmulas supérfluas e mentirosas, que só têm prestado para mascarar aos olhos do povo o seu nada, e a ignomia de sua servidão?

O que é positivo é que Sua Majestade não pode em circunstância alguma, sem arrogar-se um direito, que não é o seu, escolher e impor a política, que deve dirigir o Estado, nem levantar e fazer cair alternadamente os partidos a seu alvedrio. Lá isso é da privativa competência da nação, a qual, delegando à coroa certos poderes, guardou em si o de indicar periodicamente por meio da eleição qual o sistema, porque entende dever ser regida, qual o partido mais capaz de realizá-lo. Sua opinião simbolizada nos nomes próprios, que saem das urnas, eis a lei suprema, a que nenhum pretexto pode dispensar a realeza, poder neutro e imparcial, de cingir-se pontualmente.

O governo do país pelo país está escrito em cada artigo, em cada linha da constituição; o que significa em outros termos que ele não tem tutor; que se encarrega de seus próprios negócios e traça sem dependência de que quer que seja os caminhos de sua felicidade. Se erra e ilude-se, tanto pior para ele; não é, porém, mais justo e razoável presumir-se que sabia melhor o que lhe convém do que um só indivíduo, que por convenção chamamos imperador, mas a quem a natureza fez igual a todos os outros homens? Sua Majestade que contém o Brasil; e por que milagre essa fração milionésima reuniria em si só mais luzes e capacidade, do que o total desta vasta aglomeração de criaturas humanas? Pois um povo livre compõe-se de crianças e de idiotas, tendo a sua frente um único homem de juízo?

Não; a simples qualidade de imperador não é uma desigualdade natural, como o é o gênio, a beleza, o heroísmo, a ciência e a virtude. O

seu poder é emprestado, convencional, subordinado ao parecer e à vontade da nação, que é a origem de sua superioridade artificial e na qual exclusivamente reside a força real, a majestade verdadeira e o poder sem condições. Só ela é soberana; só ela é augusta; só ela é perpétua; é perante ela que os reis devem inclinar-se respeitosamente. A supremacia do nascimento e do direito divino é a teoria incompreensível e absurda do cortesão; a soberania do povo é a única confessada pela civilização, pela justiça, pela consciência do gênero humano.

Chamar-se-á isto espírito democrático! Embora o seremos com o grande século positivo, e desenganado, que vai substituindo em toda a parte a sombra pela realidade, a mentira pela verdade. A Corte ilude-se supinamente quando cuida que o prestígio de uma coroa hereditária pode eximir Sua Majestade de uma obediência restrita às exigências da forma de governo, que jurou manter, e aos desejos do povo, de quem é delegado. O tempo dos prestígios fundados na simples imaginação foi-se para mais não voltar; e das monarquias, tais quais outrora eram concebidas, só resta agora o aparato externo. Elas se acham no ponto, em que estava o paganismo em seus derradeiros dias; os ídolos tinham ainda templos esplendentes de mármore e de lavor candelabros d'ouro, estátuas, sacerdotes, oblações; a mirra recendente da Índia fumegava em suas aras; porém, os arúspices riam-se no interior do santuário dos seus falsos deuses e o povo repetia que não adorava senão a ficção e a impostura.

É já tempo que a única realeza, que na América existe, abandone suas tradições góticas e, expurgando-se do que tem de fantástico e de contrário à dignidade do homem e aos foros do povo por sua repugnante mistura de democracia e feudalidade, abrace a verdadeira lei e deixe de confundir em si os dois princípios opostos, como do mágico *Ismeno* disse o cantor de Jerusalém:

*Anzi sodante ia uso empio e profano
Confunde le duo leggi a se mal note...*

De outro modo, nós não vamos bem; e, se a Providência não inspira o imperador, também no Brasil a monarquia corre a sua perda infalível... Mas o que estou dizendo? Vaticino, em vez de escrever a história! Perdão, amigo leitor; eu reassumo o fio interrompido de minha narração.

A Corte, que ora de emboscada, ora abertamente guerreava o pobre ministério surpreendido e preso no alçapão fatal, impaciente contava os dias da sessão legislativa, quando os acontecimentos de 7 de setembro tiveram lugar. Para bem os compreender, é mister que remontemos as circunstâncias que os precederam.

Aqueles que seguem com atenção o andamento dos trabalhos de nossas Câmaras estarão sem dúvida lembrados dos projetos oferecidos naquela sessão por dois honrados deputados de Pernambuco, os Srs. Nunes Machado e Urbano, e que tinham por objeto fazer baquear o monopólio do comércio de retalho, de que estão de plena e exclusiva posse os portugueses, e franquear aos filhos do país essa carreira, que lhes há sido até hoje inteiramente fechada. Esses projetos, bem que pudessem ser notados de alguma exageração quanto ao caráter dos meios propostos, contudo tão patriótico era o pensamento que os inspira, tão profunda e geralmente sentida era a necessidade que tendiam a satisfazer, que encontraram na população de nossas grandes cidades a mais viva e ardente adesão.

Com efeito, a imensa inferioridade de condição, em que se acha o triste brasileiro no próprio solo em que nasceu, não tendo por si mais que o ar e a luz do sol, relativamente ao venturoso forasteiro português assenhoreado das fontes de nossa riqueza, sobejamente explica

essa manifestação do seu sentimento público em favor dos mencionados projetos.

Das indústrias tais e quais a atualidade apresenta em nossa terra, é a do comércio a mais cômoda, e mais fácil, a mais lucrativa, quer a confrontemos com a indústria manufatureira, que apenas desponta para nós e cujo desenvolvimento prematuro e forçado fora antes um mal do que um bem; quer a comparemos à lavoura, donde as dificuldades de clima tropical, a concorrência aviltante do negro e natural esquiva do crédito para as operações do solo afugentam a população livre, a quem faltam um emprego e a possibilidade de empatar capitais na compra do escravo.

Porém, essa indústria a mais vantajosa e que se exerce extensamente sobre uma massa de valores superior ao da totalidade da produção nacional exportada, não é para o brasileiro; não; ela pertence ao aluvião de portugueses, que enchem e desnacionalizam as capitais de nossas províncias marítimas e que mensalmente se recrutam com centos e centos de recém-chegados, os quais vêm ainda minguar nossa civilização, impregnando-a de seu espírito estreito, estacionário e rotineiro, como se não bastasse o infortúnio de ter sido o Brasil descoberto e colonizado por eles.

Em vão tentará o filho do país ser admitido como caixeiro nos delubros da plutocracia lusitana; todas as portas se lhe fecham; tais empregos estão reservados para os patricios pequeninos, que vieram ou hão de vir d'além-mar contando com o apoio e proteção desta confraria de nacionalidade. Se, apesar de tudo, estabelecer-se negociante, as intrigas o rodeiam; procura-se por mil modos iludir seu crédito comercial, pôr tropeços às suas operações, para puni-lo da ousadia de restolhar uma ou outra espiga nesta messe amplíssima e privativa de quem é português.

Assim, enquanto milhares de brasileiros obscuramente vegetam sem ocupação, sem carreira, sem posição, eles encontram o *Eldorado*, os meios de uma opulência rápida e fácil; para os portugueses, as premissas da produção, os pontos d'ouro, a importância e influência que dá o dinheiro; para nós outros, os espinhos, o serviço militar, o imposto do sangue, as fadigas ingratas e estéreis, a miséria e o hospital!

A ideia de uma reforma social destrutiva desta viciosa distribuição do trabalho, que dá a uma classe de estrangeiros o quinhão de leão e não deixa medrar o povo, estava contida nos projetos dos dois nobres deputados.

Essa reforma, que não é uma simples tese do porvir, mas uma questão palpitante de atualidade, exaltou, como era natural, o patriotismo de alguns jovens brasileiros menos prudentes e refletidos, dando azo aos motins de que nossa pacífica capital foi testemunha em 7 de setembro do ano último. Nada de grave e sinistro tinha havido naquelas demonstrações populares, aliás tão comuns entre os povos livres em dias de eleição, e cuja odiosidade era aqui até certo ponto atenuada pelo proceder pouco circunspecto dos portugueses, que, entre todos os nascidos do Brasil, não havia achado nomes dignos de honra de figurarem a par do Sr. Clemente Pereira na lista de seus candidatos à Câmara municipal.

Entretanto, este pronunciamento passageiro e sem consequências foi exagerado pela Corte além dos limites conhecidos da hipérbole; em palácio não se dormiu e só se respirava vingança; caluniou-se o coitado do ministério, imputando-lhe a paternidade do acontecimento; e insistiu-se com ele, não só para processar, como para deportar os que haviam faltado ao respeito aos portugueses, as colunas do trono, os amigos certos do reposteiro e a quem por isso uma estrondosa satisfação era devida. Singular a predileção que tem os governos dinásticos para o estrangeiro, parece que há no altivo sentimento da independên-

cia nacional alguma coisa que se assemelha à liberdade e esta paridade de fisionomia a torna suspeita a seus olhos.

Sem dúvida, a ninguém pareceram bem distúrbios que avivam uma cizânia funesta, em que só entes desumanos podem comprazer-se e que por vezes alterou a paz do nosso país assaz grande, e assaz hospitaleiro para abrigar todos os adventícios que nele venham buscar melhoramento de sorte. Mas a Corte, tomando dores pelos portugueses com uma indignação estudada, e desproporcionada à insignificância da injúria, não deixava ressumbrar o desígnio secreto que a movia e que não era o simples zelo do repouso público?

Sim; conspirava contra o partido da liberdade, a quem traía noite e dia, era-lhe indispensável alentar e lisonjear os lusitanos, de cujo valioso auxílio bem depressa careceria na guerra aberta em que iria achar-se empenhado com a maioria da nação.

Desgraçadamente, esse auxílio tem sido sempre prestado com incorrigível cegueira contra as Instituições livres; e, em troca disso, os portugueses adquirem o direito de ditar-nos a lei, pesando na balança política com uma preponderância inconciliável com nossa soberania e nosso pundonor. Em regra geral, eles são hoje entre nós o que eram, há meio século; ficaram imóveis, enquanto tempo correu, enquanto tudo se mudou em torno de si; e se tem achado no seio do Brasil independente e livre, em face da recente geração constitucional, toda saturada de ideias novas, no estado em que a lenda refere dos *sete dormentes*, quando no fim de seu sono de 300 anos se viram no meio de um povo, que já não reconheciam, e cuja língua mesma não compreendiam bem. Outra não é a razão, porque todo o ensaio absolutista no Brasil é igualmente recolonizador; os soldados de um e de outro são os mesmos; e a liberdade não pode sucumbir, sem que a par disso se restaure a influência humilhante, de que nos emancipa-

mos por duas revoluções, cujos resultados políticos são novamente desconhecidos e combatidos.

Este acontecimento acelerou o desfecho da crise ministerial; a Corte não podia mais conter seu despeito e irritação; a correspondência entre S. Cristóvão e os Saquaremas por intervenção do Dr. Jobim e do Visconde de Macaé tornou-se mais ativa, menos disfarçada; e o ministério, para com quem a coroa abundava diariamente em seguranças verbais de ilimitada confiança, achava-se de fato cada vez mais tolhido de fazer o menor movimento, de preencher livremente as mais humildes funções da administração.

Nestes termos, o Sr. Paula e Souza saiu, enfim, do retiro, irrevogavelmente decidido a dar a sua demissão, a qual não foi aceita sem relutância, porque as Câmaras estavam ainda abertas e não era chegada a hora calculada, em que isso devia ter lugar. Assim, caiu do governo do país o partido liberal, depois de ter exaurido inutilmente tudo o que a paciência no sofrimento e a moderação dos princípios lhe podiam sugerir para chamar à razão e à observância dos deveres constitucionais um poder refratário e pérfido. Com ele caíram a ordem, a liberdade, o repouso do Brasil e a esperança de suas reformas e regeneração por meios regulares e tranquilos!

VI

RESTAURAÇÃO DOS SAQUAREMAS. – REAÇÃO CONTRA OS LIBERAIS.
– REVOLTA DE PERNAMBUCO. – CRISE DO PAÍS. – CONCLUSÃO.

Guindado ao governo por uma baixa manobra de reposteiro, que derrotou todas as revoluções regulares do sistema representativo, o

novo ministério, conformando-se ao caráter de sua origem e à especialidade de sua missão, julgou-se desonerado de dar ao corpo legislativo qualquer mostra de cortesia e contemplação.

Ao expresso convite, que lhe endereçou a Câmara dos deputados, de ir explanar-lhe o seu programa político, como é uso de obrigação constitucional dos ministros, ele redarguiu com a insultante recusa de comparecer perante ela; e quando a assembleia, indignada, protestava contra tão estranho menosprezo de sua dignidade e da suas prerrogativas, um decreto de adiamento veio impor-lhe silêncio e dispersá-la!

A estreia da facção foi o que devia ser; podia-se razoavelmente esperar dela que respeitasse direitos que fez sempre timbre de desprezar, quando os não anulava pela corrupção? Por outro lado, o que tinha em verdade que explicar às Câmaras? Iria confessar, se não quisesse mentir, que o seu programa era manter a máquina infernal de 3 de dezembro, debelar a causa das reformas, aniquilar o espírito liberal, calcar aos pés todas as garantias, desafiar sublevações e imperar pelo terror e pela carnagem? Oh! essas são coisas, que se fazem, mas não se dizem. Se o ministério estava amparado com a égide da Corte, com o apoio lusitano e as baionetas dos míseros recrutados, que precisão havia de constranger-se e dar satisfações aos representantes da nação?

Não havia tempo que perder para esses homens, que se erguiam de uma longa queda com a vingança na mente e a iniquidade no coração; e, ao ver o afã com que começaram a menear o machado da reação, o país os reconheceu e gritou – são eles! são eles mesmos, os devastadores de 1842!

Trocando irrisoriamente os nomes às coisas, chamaram *tolerância* o furor de inverter; chamaram *imparcialidade* o rancor mais implacável; e em breve não ficou pedra sobre pedra no edifício que acharam; destituições em massa foram *imparcialmente* infligidas aos suspeitos do crime

de liberalismo; fez-se *tolerantemente* tábua rasa em todo o pessoal administrativo, onde refulgia um pensamento de fidelidade ao princípio nacional. Diz-se que a coroa não teria desejado ir tão longe; também o navio não quer bater nos cachopos, mas, se se abandonou ao vento e à corrente, lá irá ter!

Para refrear e abater a força da opinião, demitir não era decerto suficiente a essa facção diminuta em número, detestada e rejeitada pela generalidade do povo brasileiro. Era-lhe preciso perseguir, aterrar, conquistar pelas armas nossas províncias uma a uma; e a de Pernambuco foi a escolhida para o primeiro ensaio; ela possuiu tantos títulos a esta preferência! Sua deputação havia mostrado tamanho empenho e temeridade em fazer da independência uma realidade, elevando a condição do brasileiro à altura da do português na concorrência do comércio e da indústria! Tinha a essa província eleito duas vezes para Senadores candidatos odiosos à oligarquia vitalícia, afrontando seus decretos e desprezando apelos à resistência, que da tribuna lhe eram dirigidos pelo Visconde de Olinda, atual presidente do conselho. Lamentáveis conflitos haviam também ali ocorrido entre brasileiros e portugueses, em que estes últimos foram maltratados; era justo que Pernambuco expiasse com rios de sangue semelhantes atentados.

Mas como atacar de frente e sem perigo um povo forte por sua união, por seu valor, por sua dedicação à liberdade; forte pelo mesmo entusiasmo das reminiscências de sua história heróica e gloriosa? Convinha, pois, proceder à falsa fé; convinha primeiramente adormecer os pernambucanos, enquanto se aparelhassem em silêncio os meios seguros de sua opressão; e, depois, agredi-los subitamente, compeli-los à revolta e exterminá-los a ferro e fogo. Tal foi o plano atroz e covarde, de cuja realização incumbiu-se o Presidente Pena.

Ele principia amontoando forças militares na capital e vasos de guerra nas águas do porto, sem que motivo algum plausível de ordem pública coonestasse este aparato bélico em uma província perfeitamente tranquila. Interrogado sobre tal estranheza, responde reiterando as seguranças, que tantas vezes dera hipocritamente, de que nenhum sentimento de reação o inspira; que sua missão é só de paz e concórdia. Ao passo que assim mistifica os deputados pernambucanos, manda ir secretamente a palácio os caudilhos mais furibundos e ávidos de vingança da facção adversa; conferencia com eles alta noite sobre o melhor modo de destruir o partido liberal; escreva as demissões que eles ditam, escrever as substituições que indicam; escrever nomes de salteadores e de assassinos jubilados, instrumentos de terror e de devastação. Tudo se passa em profundo mistério; o presidente entrega-lhes confidencialmente em mão as portarias; põe à sua disposição fortes destacamentos, armamentos, munições e empraça-os para a conquista e para a mazorca.

No dia marcado, quase todos os municípios da província são a um tempo invadidos e assaltados com mão armada; as povoações pacíficas e inermes recusam crer no que seus olhos veem; as autoridades em exercício e as pessoas mais gradas e conspícuas são presas, espancadas, assassinadas; suas casas varejadas e saqueadas; suas famílias insultadas atrozmente por essas hordas da facínoras.

As novas autoridades policiais da Muribeca, Olinda, Iguarussú, Santo Antônio, Escada, Goiana, Nazaré, Ipojuca, Pau d'Alho, confiadas a monstros de crime e inimigos figadais do partido ultrapassam em excessos os horrores da tirania moscovita na triste Polônia ou as barbaridades do fanatismo turco contra os Helenos. A sua nomeação equivalia a dizer-lhes — aqui tendes o poder e as armas; eia, vingai-vos! Pois bem! As feras vingam-se à sua maneira; as prisões, as buscas. Os

recrutamentos multiplicam-se por toda a parte; e cada prisão é um assassinato; cada busca, um saque; cada recrutamento, um suplício.

Centenas de cidadãos e, entre eles, oficiais da guarda nacional, proprietários, honestos pais de famílias, entraram na capital encorrentados como recrutas e, antes de serem lançados ao porão dos navios de guerra, são dados em espetáculo, nas ruas mais públicas, à gentilha portuguesa, que triunfa e os cobre de vaias e baldões. Os que ela denuncia serem envolvidos no conflito de nacionalidade de junho do ano passado são chibatados no quartel da polícia, como aconteceu a Luís José da Cruz, mancebo de excelentes costumes, o pardo ingênuo de nome Serafim é surrado conjuntamente com outros também livres e brasileiros como ele, pelo mesmo crime, de que o arguíam os lusitanos!

À vista destas afrontas revoltantes, e incríveis enormidades que um governo faccioso e sanguinário autorizara, os pernambucanos recorreram para o alto juízo de Deus e lançaram mão das armas, em defesa de suas vidas, de suas propriedades, da honra de suas famílias, de seus direitos constitucionais, de tudo o que há de mais caro e sagrado para o cidadão!

A primeira parte do plano infernal estava assim plenamente preenchida; a política da perseguição e do bacamarte tinha produzido de suas entranhas uma revolta; os ministros estavam satisfeitos; era isso positivamente o que queriam. Mas a segunda! Essa não será tão fácil se para a primeira bastou o desprezo pelo Brasil, pela constituição e pela humanidade, mais alguma coisa do que isso será preciso para esmagar os briosos compatriotas dos Vieiras, dos Camarões e dos Henriques Dias.

Repelido pela imensa maioria da população horrorizada, o governo imperial achou-se só com os soldados; e esses soldados tinham

sido arrancados da guarnição de nossas fronteiras, que ficaram abandonadas e entregues às correrias e à invasão do estrangeiro. Um dia o Brasil há de pedir contas de traição tão indigna. Enquanto os Orientais infestam o território nacional com incessantes excursões; enquanto depredam e matam o estancieiro riograndense, lá está o Exército distraído em verter o sangue de seus irmãos. O que importa a defesa do território, e da honra de país, quando se trata primeiro que tudo de sufocar a liberdade no interior? “Antes sujeitar-se Vossa Majestade ao jugo de Luís XIV, do que às exigências de vassalos rebeldes” dizia Landerdale a James II. A máxima é sempre a mesma para a grande família dos governos dinásticos!

Entretanto, redobrando de furor com as contínuas vitórias dos liberais, o Presidente Tosta dizima a população pelo recrutamento, entulha sem processo as masmorras de suspeitos, santifica o assassinio dos prisioneiros e dá garrote na liberdade da imprensa sem formalidade alguma judicial, para que os brados das vítimas não retinam no resto do Brasil! Tudo isto é feito sem declaração de suspensão das garantias da constituição, que aliás apenas autorizou – a suspensão de *algumas das formalidades*, que protegem a liberdade individual.

E, depois de tais fatos, ousará ainda o governo imperial intitular-se um poder regular e legítimo? A carta de sua legitimidade é a constituição; e, despedaçada ela, o que fica sendo? Fica uma facção preponderante pela força; mas, como a força não constitui direito, outro braço mais pujante pode amanhã lhe arrancar o alfanje das mão e virá-lo contra seu peito.

Receiem-se os verdadeiros amigos da ordem dos que, em circunstâncias, como as nossas, nos falam em golpes de Estado, em *salus populi*, e calcando a lei escrita, que única podia salvar-nos, nos ameaçaram com um princípio eminentemente revolucionário e que só presta quando se

pretende derrubar as instituições nacionais. Foi em nome da salvação do povo, que ninguém comprometia senão os mesmos maus governos, que ele tem desorganizado as nações. É reclamado esse princípio de exceção, e gritando sempre, que não há lei, quando se trata de remover perigos, que os déspotas de todos os tempos têm confiscado as liberdades públicas e entronizado, entre cadáveres, a tirania por algum tempo. Na nossa forma de governo nunca existe para o chefe do Estado necessidade de abrir mãos de medidas revolucionárias, uma vez que proceda nos caminhos o jugo suave das garantias políticas formadas na constituição. O *salus populi*, a salvação do Brasil estava na fiel observância do que foi jurado; e os que julgaram poder impunemente tomar esse pretexto para saciar sua ambição tornaram impossível de ora avante e respeito para um governo, que perdeu o seu caráter distintivo, e a preeminência, que lhe dava a lei fundamental do país.

O que os liberais pleiteiam hoje nas margens do Beberibe debaixo do fogo de metralha, não é um interesse local; é a causa do direito geral e do interesse comum; as liberdades do Brasil inteiro estão lançadas na mesma balança, em que ora pesam os destinos de Pernambuco. Ele foi a primeira vítima arrastada ao altar do sacrifício e se sucumbir em sua resistência magnânima; igual sorte aguarda as demais províncias, onde ninguém se reputará seguro contra o furor da proscricção.

O país o sabe e é por isso que a fermentação e o alarma derramam-se por todas as classes da população; é por isso que os cidadãos perguntam uns aos outros cheios de ansiedade — quando e como terminará esta líde horrível entre o poder e a massa do povo? Onde estão as portas da saída desta desgraçada situação?

A imensidade da crise, que nos ameaça, confunde a imaginação e não deixa aberta a mesma esperança, que, em outras épocas, do exces-

so dos males renascia. O despotismo da tríplice aliança embargando o curso das reformas e dilacerando o país, acabou com todas as soluções regulares do problema social, e privou até do remédio ordinário sofrimentos, para que são precisos meios heróicos e radicais.

Considera-se a lastimável posição da nossa pátria! Uma constituição nominal; direitos sem exercício, ministérios sem satisfação, liberdade sem garantias, ministérios sem dogma e sem nacionalidade; um Senado vitalício e faccioso em plena revolta contra o princípio do governo, pretendendo-o transformar em oligarquia à veneziana; o direito de propriedade sem segurança porque a justiça civil é distribuída por magistrados políticos que sacrificam a paixões de partido a imparcialidade do julgamento; a justiça criminal entregue a inumeráveis harpias de uma política, que atropela, despoja e escraviza o cidadão pacífico; a indústria nacional monopolizada pelo querido português, enquanto o povo enjeitado geme sob a carga dos tributos, que exige a dívida de 400 milhões despendidos na bela empresa de afogar em sangue seus clamores e de enriquecer seus inimigos; a nação envilecida, desprezada, conculcada por uma Corte, que sonha com o direito divino e só respira a aura corrompida da baixeza, da adulação e do estrangeirismo; nada de generoso, de nacional e de grande; nada para a glória, para a liberdade, para a prosperidade material; o entusiasmo extinto; o torpor do egoísmo percorrendo gradualmente, com a frialdade do veneno do coração às extremidades e amortecendo as carnes mórbidas de uma sociedade, que supura e dissolve-se... tal o estado do Brasil!

Mas quem acordará do letargo nossa independência natural, nossas tendências americanas, nossa vitalidade, nossas esperanças e nossas grandezas? Quem nos salvará desta gangrena social, a que a política antiprogressiva condenou-nos? Quem salvará a liberdade das perseguições brutais e sistemáticas do governo do privilégio? Quem fará da ex-



Justiniano José da Rocha, o grande jornalista conservador, autor de *Ação*; *Reação*; *Transação*, segundo o retrato existente na galeria de grandes figuras do Império de Luís Aleixo Boulanger.

ção a regra, do brasileiro um cidadão, e das forças de todos, a base e o gênio do Estado?

Quem?

O ato da soberania nacional. Que nomear uma *assembleia constituinte!*

Quando raiará o dia da regeneração?

Quando estiver completa a revolução, que há muito se opera nas ideias e sentimentos da nação; revolução que, caindo gota a gota, arruinou a pedra do poder arbitrário; revolução que não poderão conter nem as cabalas palacianas, nem as baionetas, nem a corrupção; revolução que trará insensivelmente a renovação social e política sem convulsões e sem combate, da mesma maneira que a natureza prepara, de dia em dia, de hora em hora, a mudança das estações; revolução, finalmente, que será o triunfo definitivo do interesse brasileiro sobre o capricho dinástico, da realidade sobre a ficção, da liberdade sobre a tirania!

∞ *Ação; Reação; Transação*

Justiniano José da Rocha e *Ação; Reação; Transação*

“Foi o primeiro jornalista do seu tempo” é o julgamento sintético do Barão do Rio Branco, numa das páginas das “Efemérides”, a respeito de Justiniano José da Rocha, cuja atuação se exerceu no período de regencial e nos dois primeiros decênios do Segundo Reinado. Juízo não menos lisonjeiro foi o de Alfredo Pujol, quando escreveu: “A imprensa política deve a Justiniano as suas páginas de mais forte relevo e de ressonância mais vibrante”. Na sua *Contribuição à História da Imprensa Brasileira*, publicada em 1945, escusa-se o professor e historiador Hélio Vianna de não se ocupar mais longamente da personalidade daquele homem de imprensa com a declaração de que o fará noutro trabalho, com o título de *Justiniano José da Rocha, o Maior Jornalista Brasileiro*. É assim que, no passado e no presente, tem sido considerado o autor de *Ação; Reação; Transação*, por figuras representativas da nossa cultura interessadas em assuntos históricos. O conceito de Rio Branco, menos lato que o de Hélio Vianna, restringe-se ao quadro da época, pondo Justiniano da Rocha em confronto com os valores máximos da nossa imprensa entre 1833 e 1862. E, entre esses valores sobressaíam, como agitadores de ideias,

vibrantes e inflamados, um Cipriano Barata e um Borges da Fonseca e, como exemplo de correção, de apuro de forma, de elevação de pensamento, um Francisco de Sales Torres Homem, um Francisco Octaviano de Almeida Rosa, um José Maria da Silva Paranhos. Boa cultura, pena destra, argumentação vigorosa eram os recursos de que se valia Justiniano. Tinha, porém, em seu desfavor, a condição de haver sido quase sempre um jornalista governamental, desempenhando a tarefa ingrata de intérprete do pensamento conservador e de defensor dos ministérios dessa facção, os quais dominaram de 1841 a 1844, de 1848 a 1853 e de 1858 a 1862, estando em posição preponderante durante o período da “conciliação dos partidos”, com o Marquês de Paraná e depois com Caxias, de 1853 a 1858. Para que um “ministerialista” de profissão alcançasse o renome que alcançou, realmente precisava ter qualidades não comuns.

Foi um dos mestiços que tiveram posição de relevo em nossa vida política no tempo do Império. Sua origem é um tanto obscura. Existe um depoimento do Visconde de Nogueira da Gama, em *Minhas Memórias*, que o dá como neto do Cônego Rocha, da Sé de Mariana e da mulher que dividiu seus afetos também com o Cônego Alves Maciel. Seria filho, segundo aquele visconde, do Capitão-Mor José Joaquim da Rocha, figura das mais ilustres entre as que atuaram na época da elaboração da independência, no Primeiro Reinado e no Período Regencial. Tal informação sofreu, porém, uma contestação do escritor Salomão de Vasconcelos, em artigo intitulado “Retalhos Históricos” e publicado na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXV, I.º volume, de julho de 1937. Na verdade, não primava o visconde pela boa memória e algumas de suas informações são inverídicas. Diz, por exemplo, que o Capitão-Mor José Joaquim da Rocha vivera em mancebia com várias mu-

lheres de condição humilde e que *nunca fora casado*. Ora, casara-se ele em Mariana, a 25 de abril de 1798, com D. Maria Joaquina Eufrásia de Souza, como prova Salomão de Vasconcelos, com a publicação da certidão do casamento. Araújo Porto-Alegre, fazendo-lhe o necrológio no Instituto Histórico, no ano de sua morte, dissera que José Joaquim da Rocha vivera cinquenta anos em companhia da esposa. Nem o casamento, nem a duração da sociedade conjugal, excluíram, porém, a existência de ligações lícitas e de filhos ilegítimos. Casados também foram Pedro I e José Bonifácio, e ambos os tiveram... Salomão de Vasconcelos, contestando o Visconde de Nogueira da Gama, diz: “Sobre Justiniano José da Rocha, que tão notável relevo alcançou nas letras pátrias, muito se honraria ele, decerto, em ser filho do grande patriota marianense, mas não tinha com ele nenhum laço de parentesco, ao menos que dissessem os seus biógrafos”. Quase todos os biógrafos que se ocuparam de Justiniano José da Rocha Joaquim Manuel de Macedo, Inocêncio, Sacramento Blake etc. não mencionam os pais do grande jornalista e o Visconde de Nogueira da Gama atentara, decerto, para esta circunstância, ao escrever as *Minhas Memórias*. A revelação desse titular do Império, que foi o último mordomo da Casa Imperial, a respeito de suas origens, tem um ar de indiscrição. Parece a revelação de um segredo de família. Justiniano era mulato e as caricaturas anônimas que dele existem, arquivadas na seção de estampas da Biblioteca Nacional, mostram-no bastante escuro, quase preto, em contraste com o retrato oficial do álbum de Sisson, embelezado o embranquecido. Um cronista da vida acadêmica paulista, Almeida Nogueira, em *A Academia de São Paulo (Tradições e Reminiscências)*, o dá como filho, não de José Joaquim da Rocha, e sim de José Caetano da Rocha. Seria este o verdadeiro nome do verdadeiro pai de Justiniano? Na época

em que ele nasceu, a 8 de novembro de 1842, vivia no Rio de Janeiro o capitão-mor. Nascido em Mariana, viera para o Rio de Janeiro, onde fora empregado de um cartório e rábula de fama.


Na *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, de Sisson, existe um esboço biográfico que nos dá notícia da participação de José Joaquim da Rocha no movimento da independência. Por esse esboço, sabemos que ele foi um dos deputados eleitos por Minas para participar das Cortes de Lisboa. Entretanto, nem ele, nem seus companheiros, que eram em número de doze, chegaram a partir para Portugal. Em representação datada de 25 de fevereiro de 1822, dirigida ao governo provisório da província de Minas Gerais, declararam-se as razões por que aditavam a partida e um deles que estava, então, na Europa, José Eloy Ottoni, igualmente não participou das Cortes, por não lhe ter chegado às mãos o diploma. Desenvolveu desde logo José Joaquim da Rocha um intenso trabalho, em Minas Gerais, na coleta de assinaturas para representações ao príncipe regente D. Pedro, encorajando-o a ficar no Brasil e fazer a independência. Conseguido esse objetivo, foi um dos deputados eleitos, em 1823, para elaborar a Constituição do Império. Pouco durou, porém, a sua atividade de legislador. Instalada a Assembleia Constituinte a 17 de abril daquele ano, o breve trecho se declarava o corpo legislativo em aberto conflito com o jovem e impetuoso soberano, do que resultou a violenta dissolução, a 12 de novembro de 1823. José Joaquim da Rocha já estava entre os adversários mais tenazes do príncipe que ajudara a elevar ao trono do Brasil. E, oito dias depois do fechamento da Assembleia Constituinte, tanto ele como os filhos mais velhos, Inocêncio e Juvenício, eram deportados para a Europa, juntamente com os irmãos Andrada (José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos), Francisco Gê de Acaiaba Montezuma, o Padre Belchior Pinheiro de

Oliveira e os irmãos Menezes de Vasconcelos de Drummond, ambos redatores de *O Tamoio*. Partiram todos na charrua “Lucônia”, que deixou o porto do Rio de Janeiro a 20 de novembro. A José Joaquim da Rocha, como a todos os deputados exilados, governo arbitrou uma pensão, que lhes seria paga durante a duração do expatriamento. O que singulariza a revelação de Nogueira da Gama é o fato de ter a presença dos Rochas exilados coincido com a do menino Justiniano em Paris, como aluno do *Collège Henri IV*, onde fez o curso de Humanidades, distinguindo-se em latim ao ponto de merecer elogios do rei, Carlos X, presente ao exame. É verdade que Justiniano nunca é mencionado nas cartas de José Bonifácio a Drummond, como são os outros, mas aí se dá a entender que o capitão-mor era dado a conquistas, apreciando a “fruta francesa”. No mesmo ano de regresso de José Joaquim, surge no Brasil o jovem Justiniano, matriculado na Faculdade de Direito de São Paulo. Era José Joaquim ministro do Brasil na França, para onde seguiu em 1831, quando Justiniano se diplomou bacharel, em 1833. Frisando tal conjunto de circunstâncias, deixando o assunto para que melhor o esclareça quem traçar a biografia definitiva de Justiniano.

Passo a passo seguiria ele a carreira de capitão-mor: no foro, não com rábula, mas como advogado; no serviço da nação, como funcionário público; na política, como deputado por Minas Gerais em várias legislaturas. Três anos depois de formado em Direito, já havia enveredado pelo Jornalismo, fundando o *Atlante*, de vida efêmera. A este periódico seguiu-se o *Cronista*, em que fez oposição ao regente Feijó e que também pouco viveu. Mais tarde, em 1840, emprestou o fulgor de sua pena e de seu talento a *O Brasil*, em que apoiou a facção conservadora, então, pelos liberais habilmente levantaram a campanha da maioria do imperador, convertendo-a numa causa popular. Em

pouco desaparecia *O Brasil** e algum tempo depois encontrava Justiniano José da Rocha, apoio para o lançamento de um jornal diário, o *Correio do Brasil*, mas este, como os demais, desapareceu à mingua de recursos. Novas tentativas fez, ainda, com o *Constitucional* e o *Regenerador*, este fundado em 1860 último dos jornais que dirigiu.

No *Atlante*, sustentou Justiniano José da Rocha as suas primeiras campanhas. O jornal, de formato acanhado, publicava-se duas vezes por semana, às terças e sextas-feiras, e trazia esta legenda: “*Les lois sont les souveraines des souveraines – Luís XII*”. Frequentemente transcrevia matérias publicadas originalmente em francês: pensamentos de Lamennais, frases de Tocqueville, observações de natureza política de Benjamin Constant. Os liberais, manobrando habilmente para deslocar a fonte do poder, buscaram em 1853 transferir os encargos da Regência para a Princesa Januária, que, nascida em 1822, acabara de completar

*  Mais um elemento de ligação do nome de Justiniano José da Rocha ao do Capitão-Mor José Joaquim da Rocha: quando, em 1848, é indicado em Minas Gerais o nome do segundo para figurar na chapa de deputados gerais, *O Farol* o ataca desabridamente. E quem o defende? Justiniano! E o faz num tópico que diz o seguinte:

“O SR. JOSÉ JOAQUIM DA ROCHA – O Sr. José Joaquim da Rocha é um desses cidadãos que, depois de haver prestado ao país valiosos serviços em épocas gloriosas, vive como esquecido; depois de haver contribuído para a independência de nossa pátria, depois de havê-la dignamente representado em França; vivo ele hoje retirado, fora do turbilhão político, sem os ódios que os partidos excitam um dos primeiros advogados do Rio de Janeiro, trabalhando incansavelmente para desempenhar os seus deveres do chefe de numerosa família. Lembrou-se algum dos seus amigos de indicá-lo aos mineiros: bastou isso para que o *Farol* o acometesse. Ah! o Sr. José Joaquim da Rocha tem outro pecado: deu um esplêndido chá ao Sr. Vianna com quem mantém relações de amizade. O *Farol* não lho podia perdoar!”. O Vianna de que aí se fala era, sem dúvida, Cândido José de Araújo Vianna, o futuro Marquês de Sapucaí, um conservador. Ora, para que Justiniano José da Rocha, político conservador, num jornal conservador, defendesse a candidatura de José Joaquim da Rocha numa chapa liberal, ligações muito poderosas deviam prendê-lo a esse patriota...”

quatorze anos. Ninguém foi mais veemente que Justiniano José da Rocha no combate a essa manobra. Afiançava que os liberais “queriam iludir uma princesa incauta e inexperiente”, taxando os “januaristas” de ambiciosos sem escrúpulos, no desejo de promover a decretação da maioria da irmã mais velha de D. Pedro II, para que esta, em nome do irmão, assumisse o poder. Perguntava como poderia governar D. Januária:

“Com os seus talentos? Eles inda são ignorados, e não são as atuais circunstâncias muito oportunas para que os experimentos: sua idade, seu sexo, trazem consigo o preconceito da fraqueza e debilidade e, para lutar com o Anteo da revolução, é mister, todos o reconhecem, atleta rigoroso e enérgico”.

O Anteo da revolução era, aí, o movimento que irrompera no Rio Grande do Sul e que se tornara conhecido pelo nome de Guerra dos Farrapos.

Além da campanha do “januarismo”, *O Atlante* valentemente combatia os traficantes de escravos, que sob as vistas complacentes do governo e da sociedade da época, continuavam a trazer negros da África, introduzindo-os no país ilegalmente. Na edição de 7 de junho de 1836, aparece um dos mais veementes editoriais escritos contra os negreiros em nossa imprensa. De início dizia:

“Poderosas nações se têm coligado para cessar o tráfico de escravos e, no Código da Civilização, conta-se como crime reduzir à escravidão pessoa livre, traficar de homens: leis criminais já decretaram penas severas contra esses atos... e o tráfico continua! Apesar dos castigos, que não receiam, apesar do grito da consciência, que não ouvem, animados pelos proveitos, excitados pela cobiça, aco-

roçados com a impunidade, muitos negociantes ocupam-se com o tráfico; e o tráfico continua, prospera. Vemos chegar todos os dias a este porto navios da costa d'África, e vem em lastro; e as leis são impotentes, e a polícia não pode descobrir o fio dessas negociações, coligir provas e entregá-las à justiça, para que descarregue a espada conta os criminosos”.

Adiante, *O Atlante* conclamava “os escritores públicos” à luta contra o tráfico, dizendo: “Combatamos essa impunidade que o interesse de alguns, os receios de outros, a apatia de muitos asseguram ao traficante de homens”. Revela o editorial aspecto brutais do tráfico, verdadeiras tragédias desenroladas a bordo dos navios negreiros:

“Um traficante, numa de suas especulações, carrega 300 homens: destes, pelo mau trato, que se lhes deu, ou sufocados por falta de ar no porão que vêm entulhados, ou por tédio à nova existência que se prepara, ou mesmo pelos açoites com que foram sufocados seus murmúrios, morrem cem, perde-se o terço da negociação: e esse traficante foi cem vezes *assassino*; sobre a sua cabeça pesa a morte de 100 indivíduos; pois bem! talvez que se arrependa de seus assassinatos? não: ele se lastima de ter perdido o terço de sua negociação e, para recuperar o que perdeu, repete a mesma especulação e continua a ser assassino. Julgais porventura que esse homem que assim procura enriquecer não é capaz de envenenar o corpo da amizade para ganhar alguma herança, que não é capaz de cravar em vosso peito o punhal do homicídio para vos roubar? Ele, que se animou a ser traficante de carne humana, recuará de um crime menor?”.

No final do artigo, a veemência não era menor;

“Fazei-lhe, pois, justiça: tributai-lhe o desprezo e a indignação geral, marcai-o com o ferrete da infância, rejeitando-o de vossa sociedade: nada de aliança, nada de pacto, nada de relações com semelhante homem; qual pária, viva só, isolado em seus palácios, rodeado do seu ouro... mas vós não o fareis, que esse homem está rico, e é dourada sua infâmia; então, por que perseguis o assassino que só mata um homem, o ladrão que só furta objetos de pouco valor? Eles não são tão assassinos e tão ladrões quanto o é o traficante de homens”.

O tráfico de escravos estava proibido desde 1830, em razão da convenção firmada entre o Brasil e a Inglaterra, em 1826, representado o Império por Inhambupe. Era, assim, uma atividade ilícita. Contudo, a repressão era frouxa e o contrabando quase escancarado. Que fazia o nosso governo e que faziam os ingleses, cuja divisão naval patrulhava as nossas costas, em razão daquele acordo, dando combate ao tráfico de negros? Aprendiam a carga humana das embarcações nele empenhadas e os africanos deixavam de ser vendidos nos leilões do Valongo, para serem distribuídos por estabelecimentos públicos do Império e... por ministros, senadores e deputados!

Em 1840, no *O Brasil*, o próprio Justiniano da Rocha, com grande desembaraço e como se acaso se tratasse da coisa mais lícita do mundo, escrevia um tópico com o título “Os Africanos”, em que dizia:

“Imenso era o estrondo e o espalhafato que faziam os Srs. que hoje estão no poder a respeito das distribuições de africanos, feitas no gabinete de 19 de setembro. Esperávamos, hoje, que estão de posse de todos os papéis, que houvessem, para eterno opróbrio de seus adversários, de tudo publicar. Mas a tanto não se atreveram;

bom é declamar, fácil é inventar uma calúnia; porém, sair com a prova... aí o apuro. Se houvessem posto patente tudo isso de africanos, ver-se-ia que os inimigos do ministério foram tanto ou mais bem aquinhoados que os seus amigos”.

O dadivoso ministério a que alude era o de Bernardo Pereira de Vasconcelos, que assim corrompia, ao mesmo tempo, correligionários e adversários, com farta distribuição de escravos a uns e outros... Exercendo, ao mesmo tempo, as pastas do Império e da Justiça a partir de 19 de setembro de 1837, tinha como colaboradores Maciel Monteiro, futuro Barão de Itamaracá, na dos Estrangeiros; Miguel Calmon du Pin e Almeida, futuro Marquês de Abrantes, na da Fazenda; Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraá, na da Marinha; Sebastião do Rego Barros, na da Guerra... Como veremos adiante, o próprio Justiniano José da Rocha um dia viria a confessar, da tribuna da Câmara dos Deputados, que fora um dos contemplados com tão estranha dadivosidade...

Em *O Brasil*, sustentou o vigoroso jornalista, logo de início, viva campanha contra o movimento da maioria do Imperador, que lhe parecia um golpe escandaloso contra o artigo 212 da Constituição do Império, que claramente estabelecia a idade em que o soberano seria declarado capaz de assumir as rédeas do governo. Os argumentos de que então usou eram semelhantes aos que utilizara quando fora suscitada a questão do suprimento de idade da Princesa Januária, a fim de que esta passasse a ser regente, no lugar do Senador Feijó.

Dessa vez de nada valeram os seus argumentos. Os adversários manobram habilmente, converteram a campanha da maioria numa causa popular, levaram os conservadores de vencida, sob a liderança de Holanda Cavalcanti, no Senado, e de Limpo de Abreu, Manuel Antô-

nio Galvão e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, na Câmara dos Deputados. Foi quase uma revolução, senão uma revolução armada, ao menos uma revolução parlamentar, através da qual Bernardo Pereira de Vasconcelos, que do novo fora chamado ao poder, pelo regente Araújo Lima, sofreu o mais rude dos golpes, só permanecendo na pasta pelo espaço de nove horas...

O *Brasil* rendeu-se à evidência e, em seu número de 28 de julho de 1840, dizia:

“Está declarado maior o Senhor D. Pedro II, imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil; quaisquer que fossem os meios de que se serviram os homens que se acobertaram com a púrpura imperial, a fim de saciarem as suas ambições, nada diremos sobre eles; acima de nossas convicções do bem público, e aqueles que, agitando as massas, não souberam sacrificar a esse bem público seus rancores e inimizades pessoais, aprendam de nós a respeitá-lo de hoje em diante”.

Tecia ainda outras considerações, para em seguida declarar:

“A maioria do Senhor D. Pedro II é para nós um fato consumado, dando lições de lealdade e patriotismo aos homens que conquistaram o poder nas praças públicas, nós o aceitamos, não por medo, que não o temos, mas em atenção à alta pessoa do monarca e aos interesses de nossa pátria”.

Contudo, registre-se que em *O Brasil* é que, já em 1841, na edição de 19 de julho, foi lançada a tese de que “o rei reina e não governa”, segundo a fórmula inglesa o que alguns dos nossos historiadores políti-

cos tidos por bem informados costumam a atribuir ora a Nabuco de Araújo, ora à reação de Zacarias e de outros liberais, depois da crise em que resultou a demissão do gabinete liberal de 1868. Antecipou-se a todos Justiniano José de Rocha.

Quando queriam feri-lo, os adversários primeiro que tudo, atiravam-lhe ao rosto a condição de jornalista ministerial, de escriba do governo, de pena de aluguel. Antônio Carlos, irmão de José Bonifácio, nem o poupava. Em resposta, Justiniano José da Rocha dizia que ele era um doido. Afirmava que o próprio patriarca da independência fizera advertência insuspeita: “Ao mano Antônio, deem-se honras e filhas; empregos não, porque é doido”. Pouco antes de declarada a maioria de D. Pedro II, vangloriava-se de ser um jornalista de boa ética e elevado estilo e entendia que *O Brasil* era um padrão de compostura e comedimento. Escrevia a este respeito:

“Ah! se a imprensa oposicionista tomasse a exemplo que lhe dá *O Brasil*; se discutisse as questões com seriedade, se não atacasse senão os homens políticos, suas opiniões, suas obras que manifestam suas intenções, bem estaríamos; mas para a oposição – jornalismo como na tribuna –, não há matéria que mereça ser discutida, a invectiva toma o lugar da argumentação; a maioria das Câmaras é corrupta; um nobre deputado é hiena, outro tigre, todos os ministros ladrões. Demos, nós, o exemplo de tão asquerosa imundícias? Não, que a nossa causa é muito boa e decerto não a íamos comprometer com tais auxílios; fiquem eles em monopólio aos parlamentares jornalistas”.

Apesar de se orgulhar de sua ética, *O Brasil* apelava para as alcunhas e para o ridículo, tinha as suas descaídas e os seus excessos. Foi, por

exemplo, o divulgador insistente da pitoresca alcunha de Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, futuro Visconde de Sepetiba, ministro dos Estrangeiros do gabinete liberal de 24 de julho de 1840 – o gabinete maiorista –, desde então conhecido como Couro de Anta. Pegou tanto a alcunha que passaria, mais tarde, a Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho Filho, apelidado, quando chefe de Polícia, pelos pasquins da última década do Império, de Dr. Couro de Anta Júnior.

Com a queda do gabinete liberal e a ascensão dos conservadores, a 23 de março de 1841, com Araújo Vianna, futuro Marquês de Sapucaí, à frente, inverteram-se os papéis entre os dois grandes jornalistas rivais da época. No *O Maiorista*, Sales Torres Homem passava à ofensa. E, em *O Brasil*, Justiniano José da Rocha assumia a defesa do governo, golpeando todos os dias pelas penas liberais.

Poucos meses depois da mudança do gabinete, Sales Torres Homem começou, pelas colunas de *O Maiorista*, a falar da inexplicável tristeza do moço imperador. O Sr. D. Pedro II parecia acabar-se de melancolia. Era um acabrunhamento denunciador de um estado moral delicado, de um profundo desgosto com as coisas que o cercavam. As notas, alarmantes, insinuavam que a causa de tal estado eram as contrariedades que vinha causando a Sua Majestade a política reacionária, a conduta do gabinete conservador.

Em *O Brasil*, Justiniano José da Rocha foi ao encontro da provocação, num longo editorial, sob o título “A Tristeza de S.M.”, em que dizia, no período final:

“Ora, o monarca, apesar de sua pouca idade, tem mais que precisa inteligência para conhecer qual o partido que mais se afana por fortificar-lhe o trono, sabe que, entre os que querem mais liberdade do que a que possuímos e os julgam mais que suficiente a de que

gozamos, não há escolha possível. Para que, pois, a oposição está todos os dias a dar sinistras interpretações aos seus sentimentos? Não seria mais lógico atribuir a si, aos seus excessos, aos seus tramas liberticidas essas nuvens de tristeza que diz embaciam a fronte do jovem monarca?

E, se a oposição refletir, verá que essa interpretação é tanto mais natural, quanto fácil seria o remédio, se a tristeza proviesse de considerar desastrosa a política do gabinete. se assim fosse, não custaria ao monarca chamar para junto de si novos ministros; entretanto, o que não está em seu poder é chamar a oposição às vias pacífica da liberdade e da ordem, sem comprometer seriamente a liberdade e a ordem.”

Não bastou essa resposta, pois *O Maiorista* insistia em falar da tristeza do imperador, como se este fosse prisioneiro dos conservadores e constringidamente mantivesse um gabinete indesejável. Dias depois, num tópico mais breve e em verdade pitoresco, o jornal de Justiniano José da Rocha assim se manifestava!

“ESTADO MORAL DO IMPERADOR. – Continua *O Maiorista* a ocupar seus leitores com a tristeza de S.M.I., que lhe serve de tema para um sem número de calúnias, cada qual mais desprezível, e estúpida, mas que enfim pretendem esses Srs. que sejam aceitas pelo fanatismo do partido. Já no outro não mostramos que, ainda dando como verdadeira a tristeza de S.M.I., não pode ela ser atribuída senão ao desgosto que lhe causam os manejos da oposição, porquanto se de outra causa política proviessem, em menos de dois segundos tê-la-ia S.M.I., feito cessar. Todavia, em oposição à notícia dada pelo órgão da reunião, asseveramos que

vimos, e viram conosco centenas de pessoas, sábado passado, e no sábado anterior, S.M.I., muito satisfeito, no teatro francês com a frente serena e cândida, rir-se dos chistes e graças dos vodevilles nesses dias representados”.

Teciam-se destas pequenas coisas as polêmicas de imprensa daqueles tempos... Tal notícia surgiu em janeiro de 1842, ano em que os liberais tentariam retomar o poder através de uma revolução e em que partiriam do Rio de Janeiro para a Europa as primeiras levas de desterrados políticos do Segundo Reinado...

Em 1852 e 1853, redigiu Justiniano o *Correio do Brasil*, de maior formato que o anterior. Sobre essa fase, informa Sacramento Blake: “Nessa época, Sales Torres Homem, que ainda era liberal e não pensava ser Visconde de Inhomirim, escrevia no *Correio Mercantil* uma série de artigos com o título “A Conciliação e os Partidos” e Justiniano J. da Rocha escrevia no *Correio do Brasil*, em contraposição, “os Prós e os Contras”. Enquanto, porém, que Sales Torres Homem escrevia um artigo, ele escrevia dois e três e – pode-se dizer – os escrevia sobre a perna com habitual facilidade. Enquanto que, para compreender um artigo de Sales Torres Homem, era preciso a maior atenção e até repetir a leitura, os artigos e Justiniano J. da Rocha tinham a maior clareza, eram fáceis de compreender, sem circunlóquios, sem dificuldades, em boa linguagem. O *Correio do Brasil* tinha maior formato do que as outras folhas, por isso, não podendo sustentá-la, voltou Rocha à precedente com o título: *O Velho Brasil*. Este circulou até 1854.

Não foram poucas as obras deixadas por Justiniano José da Rocha. Não escreveu apenas na imprensa e nem se ocupou somente de assuntos políticos. Publicou também livros e folhetos. Um deste é uma *Coleção de Fábulas Imitadas de Esopo e de La Fontaine*, em prosa, para

servir como livro de leitura nas escolas e que apareceu dedicado ao imperador e “protegido pela imperial benevolência”, conforme diz o autor no prefácio. Escreveu uma *História Universal*, em dois volumes, o primeiro dedicado à Antiguidade e o segundo, à Idade Média. É que Justiniano José da Rocha, além de jornalista e advogado, foi também professor. Ensinou francês, latim e retórica a meninos, e Direito das Gentes, aos cadetes da Escola Militar. Como advogado, fez longo estudo sobre o Tribunal do Júri, inscrição a que era particularmente adverso. No seu entender, o poder de julgar pertencia à nação e esta não devia delegá-lo. No livro que escreveu em 1835, *Considerações sobre a Distribuição da Justiça Criminal no Brasil e, particularmente, sobre o Júri*, vê-se que fala principalmente o espírito conservador, que sempre fora. O que mais depressa é a indulgência do tribunal popular para com os delitos de imprensa, para com os abusos da opinião escrita. “O júri, no Brasil – diz Justiniano José da Rocha –, ainda não contentou a ninguém; passa já como axioma que não estávamos preparados para essa nova instituição; por toda a parte, se ouvem queixas contra seus erros, pela mor parte irremediável. Na verdade, parece-nos que foram bastante imprudentes os legisladores; a experiência do antigo júri para conhecer dos abusos da liberdade de imprensa deveria ter-lhe aberto os olhos sobre essa instituição. Então, presenciámos a impunidade entronizada; a imprensa servindo de veículo às mais nojentas páginas que o espírito humano tem concebido, às mais furibundas declarações do fanatismo político, e o júri... o júri achando que nada era crime, que nada continha abuso. Eis a instituição, que se nos gaba infalível, que derriba a aristocracia judiciária etc. Examinamos todos os seus princípios, achamos continuamente... decepções... Indagamos todas as suas vantagens encontramos... erros, impunidade, atrocidade... Qual será o resultado futuro?”

O que há de particularmente curioso nesse livro é que o autor, para ilustrar o seu ponto de vista, publica em apêndice o resumo de um processo célebre que transitou no foro francês e na qual um jovem boêmio, Emílio de la Rocière, falsamente acusado por Marie Morell de estupro e agressão, foi condenado a dez anos de prisão, embora inocente e havendo provas de que a pretensa vítima, menor de 16 anos, não era senão uma histérica, sujeita a delírios e habilíssima simuladora...


Publicou também Justiniano José da Rocha *A Política Brasileira na República Oriental do Uruguai*, com o pseudônimo de “Um Brasileiro”, o folheto *Monarquia e Democracia* etc. Traduziu vários romances e novelas, publicadas como folhetins no *Jornal do Commercio*, entre os quais *O Conde de Monte-Cristo*, de Alexandre Dumas; *Os Miseráveis*, de Victor Hugo; *Piquillo Alliga, ou os Mouros no Reinado de Felipe III*, de Eugene Scribe etc. Igualmente traduziu a peça teatral “A Questão o Dinheiro”, de Alexandre Dumas Filho, que foi representada num dos teatros da Corte, depois, editada em volume, no ano de 1858. Durante algum tempo, foi Justiniano José da Rocha censor teatral, a convite da direção do Conservatório Dramático, e membro do Conselho Superior de Ensino.

Como jornalista, sua pena sempre esteve a serviço do Partido Conservador. Era, pois, um jornalista reacionário —, condição da qual não se envergonhava, nem pretendia esconder ou fingir ignorar. Ao contrário, ele próprio enfaticamente declarava pertencer à “política relatora”, como, então, era de uso dizer-se. É possível que não só o interesse de jornalista subsidiado o levasse a tal posição e que também cedesse a uma convicção íntima, firme e espontânea, de que escolhera o melhor partido. Deputado nas legislaturas de 1842-1843, 1850-1852, 1853-1856, sua última eleição para a Câmara temporá-

ria coincidira com a ascensão do gabinete de conciliação, chefiado pelo Marquês de Paraná*. Em função desse movimento político é que iria escrever sua obra mais famosa, o panfleto político *Ação; Reação Transação*. Esse escrito é o que, além de breve biografia do Marquês de Baependi, assume maior importância em sua bibliografia.

Tem sido tal panfleto a guia de quantos; historiadores se têm ocupado da política brasileira desde a independência ao período conhecido como o da “conciliação dos partidos”, empreendida por Honório Hermeto Carneiro Leão. Um dos seus merecimentos maiores é o de ter fornecido a Joaquim Nabuco a linha mestra dos primeiros capítulos de seu famoso livro, *Um Estadista do Império*. Cita este repetidamente, ou o repete sem citar, particularmente ao tratar da abdicação de D. Pedro I e de suas consequências políticas e da reação monárquica de 1837. É o próprio Joaquim Nabuco quem nessa passagem, declara, em nota, ao pé de uma página: “Para o estudo da evolução monárquica, ler cada palavra desse opúsculo”. Bastaria tal recomendação para dar uma ideia do valor do panfleto de Justiniano José da Rocha, fonte em que tantos se têm abeberado. Alfredo Pujol subscreveu este juízo: “O seu estilo, de que deixou notável modelo no panfleto *Ação; Reação; Transação*, é cerrado e terso, travado de uma dialética vigorosa”.

Justiniano José da Rocha exerceu verdadeira fascinação sobre alguns espíritos do seu tempo. Mesmo uma forte personalidade como a de Tavares Bastos o imitou, até onde pode um liberal imitar um ensaísta político conservador. A um dos seu panfletos dá o título de *Realidade, Ilusão, Solução*, três palavras dispostas como as de *Ação; Reação; Transação*. E a matriz de algumas das ideias que ali expõe está no panfleto

*  Só tendo sido deputado pela Província de Minas Gerais, onde decerto se valeria, para eleger-se, do prestígio de seus parentes, tal circunstância parece acentuar as origens minerais dos ascendentes de Justiniano.

do redator principal de *O Brasil*. Encapa-lhe Tavares Basto a crítica à “viciosa educação clássica e juvenil admiração dos heróis antigos”, a mania de, a propósito de qualquer coisa, citar a Grécia e a Roma dos Césares. É da síntese de Justiniano José da Rocha que ele extrai a sua própria síntese:

“Do seio fecundo da Constituição dois princípios fundamentais, nascidos para viverem combinados, desprenderam-se, separaram-se, combateram-se. O primeiro é caracterizado pela Revolução de 1831; o segundo, pela data reacionária de 1837. O primeiro é o princípio da liberdade distendido até à anarquia, o segundo é o princípio da ordem levado até à compressão. Pois bem, certo dia, essas ideias extremas fizeram parada, recuaram nas suas exagerações paralelas, retrataram-se de seus erros e confessaram suas mútuas verdades; numa palavra, transigiram”.

É quase uma paráfrase de Justiniano ação, reação, transação.

Sílvio Romero, em sua *História da Literatura Brasileira*, dá uma breve notícia sobre Justiniano José da Rocha, dizendo que, até então, como jornalista, não tivera o Brasil quem o excedesse. E salienta que ele sobrepujava os seus rivais “na dutilidade do talento, na espontaneidade da exposição e do estilo, na capacidade de interpretar os sinais dos tempos, a corrente das ideias, a evolução das coisas políticas”. Chamou-o “um dos mestres laureados da palavra escrita no Brasil”, louvando-lhe os artigos “em que apreciava, sob a paixão do momento, disciplinada, porém, pelo estudo e pela segurança de uma inteligência poderosa, os acontecimentos do seu tempo”. Quanto ao panfleto *Ação; Reação; Transação* afirma que “é uma curiosíssima lição de história política do Brasil dos anos de 1822 a 1855, desde a independência até a política de conciliação de Paraná e seus compa-

nheiros”. Descobre Sílvio Romero o motivo pelo qual o breve panfleto se reveste de tais características no fato de que “em Justiniano da Rocha jornalista político era reforçado pelo mestre de história, profissão que exerceu durante a maior parte de sua vida”. E realmente assim foi.

Nesse opúsculo, tantas vezes reeditado, mas sempre difícil de ser encontrado nas bibliotecas e nas livrarias, a finalidade imediata do autor era a de fortalecer a política desenvolvida pelo Marquês de Paraná, o artífice da “conciliação”. Para atingir esse objetivo, dá-nos um quadro histórico da política brasileira, desde 1822 até àquela época, realmente magistral, pelo espírito de síntese, e em verdade digno de ser lido. Nele, chega Justiniano José da Rocha à conclusão de que, então, alcançavam os partidos e o Império a sua maturidade política:

“O período da transação está começado; dize-nos onde param as antigas parcialidades, onde os seus ódios? Já de há muito desapareceram. Em testemunho disso vede aí que palavra puseram por diante os parlamentares, que se levantaram contra o ministério que precedeu ao atual? A conciliação. E esse mesmo ministério, como o seu predecessor, como o seu sucessor, que tendências mostrava, senão as de uma conciliação, que, ao menos, quanto aos indivíduos, punha em perfeito olvido todo o passado? E que movimento social era esse, que todos os políticos pressentiam, a que todos obedeciam, que lhes fazia abandonar as suas posições de vencedores, senão o resultado da convicção íntima do país, de que estavam extintas todas as paixões, acabadas todas as lutas do passado? E essa extinção das paixões, esse esquecimento dos ódios, o que são senão os sintomas de que a sociedade tem chegado a esse período feliz de calma e de reflexão que pode e deve ser aproveitado para a grande obra da transação?”.

Depois dessa interrogação, perdia-se o grande jornalista em fórmulas um tanto vagas, dizendo, por exemplo, que “o que cumpre é que o que é do povo seja restituído ao povo”. Contudo, tem observações felizes o opúsculo de Justiniano José da Rocha, uma destas a de que aos olhos do nascente nacionalismo brasileiro qualquer dos portugueses, mesmo os mais liberais, pareciam profundamente *corcundas...*

Entretanto, no mesmo ano em que vinha a lume esse trabalho de apologia à conciliação e à política inaugurada pelo Marquês de Paraná, o deputado encaixado pelos chefes conservadores na representação da Província de Minas Gerais começava a tomar pé na realidade e a ver que as coisas não eram tão risonhas como as havia antes pintado. A unanimidade com que contava Honório Hermeto Carneiro Leão no Parlamento do Império rara vez era quebrada por uma voz discordante. À exceção de duas pastas, o gabinete se modificava, quase se renovando por inteiro, sem nenhuma intervenção da Câmara dos Deputados.

E isto era o menos. Tomava o gabinete audazes iniciativas, em graves assuntos exteriores, em segredo, em nada saber o Parlamento. Uma expedição naval fora mandada ao Paraguai, sob o comando do Almirante Pedro Ferreira e os representantes da nação disso só foram informados posteriormente, quando os vasos de guerra já chegavam ao seu destino. A soma de poderes concentrada pelo gabinete de conciliação era tal que o tornava despótico, desdenhoso, inabordável.

O Marquês de Paraná tinha, além do mais, um orgulho excessivo. Por ser assim orgulhoso, cheio de vaidade, pareceu-lhe uma afronta que Justiniano José da Rocha rompesse um dia aquele concerto unânime, aquela calma podre, para fazer um longo e veemente discurso de crítica ao governo, principalmente com relação à política externa. Criticou a conduta do gabinete nas nossas relações comerciais com os Estados Unidos, cujo governo estava criando dificuldades à



Detalhe de uma caricatura anônima, divulgada contra Justiniano José da Rocha, em 1837. “Esta é a Rocha Tarpéia”, dizia a legenda em versos. A cabeça amulada de Justiniano aí está, esculpida de frente e de perfil. É da época em que ele deixou a redação de *O Cronista*, para aceitar emprego no *Diário do Governo*, com 3:600\$000 anuais de ordenado. “Traz o seu preço na testa, valor por que foi comprado”, acrescentava a legenda irreverente.

entrada do café brasileiro. Criticou também a conduta do Ministério dos Negócios Estrangeiros, principalmente no tocante à Argentina que, “sem Rosas, continuava, no entanto, a política de Rosas”. Principalmente, lembrou as promessas do Marquês de Paraná, quando dissera no Senado:

“Não há mais saquaremas* nem luzias**, as lutas passadas estão extintas. O governo é conservador-progressista, ou progressista-conservador. Aceita todas as questões políticas que têm sido pontos de divergência até agora, para, na calma das paixões, dessa substância geral de ódios políticos, discuti-las e resolvê-las, a tempo de evitar que, no futuro, fiquem como ocasiões de novas fermentações de novos ódios. Conservador-progressista, eu dou a fiança do meu nome e do meu passado aos conservadores; aos progressistas, porém, a quem não posso dar a mesma fiança, asseguro-lhe que os convencerei dando os primeiros passos ao seu encontro”.

Depois de recordar tão solene compromisso, lembrava Justiniano José da Rocha que, em vez da salvação da ordem, tinha o gabinete chagado às vizinhanças do absolutismo. O que se via, em verdade, era a concentração de todo o poder nas mãos de um só homem, ou de uma corporação, o que era uma forma de tirania, consentida pelos partidos em coalizão. Comentou, principalmente, a facilidade que havia, tanto em prender, como em soltar. Com a mesma facilidade com que se enchiam as prisões, também se esvaziavam, por ato de graça do presidente do gabinete, que assim imitava o imperador, embora sem prerrogativas para tanto. O orador, neste ponto, armava um dilema: “Ou esses presos estavam legalmente encarcerados, e então a polícia não devia

*  Apelido dos conservadores.

**  Apelido dos liberais.

soltá-los, ou estavam ilegalmente presos e não os devia a polícia ter prendido”. Em ambos os casos, não havia como justificar-se o procedimento do governo. Tal discurso fora uma peça tremenda, arrastadora, sobretudo por provir de quem provinha, isto é, de um homem notoriamente ligado à política conservadora e, mais tarde ainda, do próprio autor de *Ação, Reação, Transação!*

Justiniano José da Rocha feria fundo o governo virando pelo avesso quando em favor da famosa conciliação escrevera naquele ensaio político... Por vezes, o Marquês de Paraná, que se achava presente, o apertava, sem qualquer cortesia. Veja-se, por exemplo, este trecho do debate:

“O *Sr. Justiniano José de Rocha*: – Deixe o ministério na sua liberdade de os interesses particulares, deixe a indústria na liberdade dos seus cálculos, não apresente por toda parte um contrato e um subsídio; não, faça regulamentos sobre regulamentos, contratos e mais contratos, ajustes e mais ajustes...

O *Sr. Presidente do Conselho*: – O que tem a dizer sobre os contratos?

O *Sr. Justiniano José da Rocha*: – O número.

O *Sr. Presidente do Conselho*: – Enumera os que são danosos.

O *Sr. Justiniano José de Rocha*: – Direi que toda vez que o governo intervém e quer ser tutor da indústria, expõe-se a gravíssimos riscos; é mau governo o governo que muito quer governar...

O *Sr. Presidente do Conselho*: – Isto é uma banalidade.

O *Sr. Justiniano José da Rocha*: – Oh! Oh! Oh! Oh!


O *Sr. Presidente*: – Atenção!

O *Sr. Justiniano José da Rocha*: – Quanto mais o governo quer ser tutor do interesse individual, pior o governo é; isso segundo os princípios da economia política que aprendi.

O *Sr. Presidente do Conselho*: – Isso é uma trivialidade”.

O orador assumia, nessa passagem, o papel de um advogado intransigente do “*laissez faire*”, fórmula em que se exprimia o liberalismo econômico da época. É evidente que, apesar dos apertes, com que, aqui e ali, fora interrompido, causaria o discurso uma forte impressão. Enganaram-se, porém, os que pensaram que o Marquês de Paraná iria imediatamente à tribuna, escudado em suas prerrogativas de chefe do governo, para dar longa e minuciosa resposta ao atrevido adversário. Honório Hermeto Carneiro Leão deixou essa resposta para os últimos minutos da sessão. Deu-a breve, altiva, sobranceira, desdenhosa, insinuando que Justiniano José da Rocha não conhecia o seu lugar e que era, na Câmara, um deputado de favor, assim como, na imprensa, uma pena de aluguel. Falou sobre outros assuntos, respondeu a outras indagações e, no minuto final, deixou cair estas palavras calculadamente ofensivas:

“— Senhor presidente, eu teria também de responder ao discurso do nobre deputado pela minha província^{*}; podia demonstrar-lhe que interpretou mal o meu programa, podia mostrar-lhe que veio um pouco tarde com essa interpretação, porque ele já tinha feito outra, um pouco mais acertada, um pouco mais aproximada do meu verdadeiro pensamento, mas estando fatigado acho que não devo tomar essa tarefa. O discurso do senhor deputado fez muito pequena impressão sobre o governo, sobre as Câmaras e, provavelmente, fará muito pequena impressão sobre o país. É tão flagrante a contradição em que o senhor deputado se acha consigo mesmo que, longe de ter eu de justificar o governo perante o senhor deputado, ele é que se tem de justificar da fase tão extraordinária, tão inexplicável que apresenta. Eu, portanto, dispense-me de mais longa resposta”.

*  Honório Hermeto Carneiro Leão era Senador pela província de Minas Gerais, nomeado em 1842.

Tudo isso ocorreu na sessão de 21 de maio de 1855. Bem se pode imaginar o constrangimento, a vergonha, o desgosto com que Justiniano José da Rocha, depois de haver permanecido durante cerca de meia hora na tribuna, recebeu tão maliciosa constatação, que não foi além de um magríssimo minuto... O orgulhoso marquês, em verdade, esmagou o adversário com o seu desprezo. Muitos risos e comentários irreverentes provocou a mordacidade de tal reposta. Foi tal o efeito que, na sessão seguinte, Justiniano José da Rocha se julgou na obrigação de voltar à tribuna, não para renovar o ataque, mas para justificar-se. Da ofensiva, passou à defensiva, o que prova a excelência da tática do habilíssimo contendor. Foi, então, que proferiu, entre lágrimas e soluços, um discurso sem paralelo nos anais parlamentares do Império.

Fez o jornalista conservador uma confissão dramática das vicissitudes que lhe afligiam a existência de foliculário governamental. Entre outras coisas, Justiniano José da Rocha mostra com a maior franqueza como era procedida a distribuição de escravos apreendidos às figuras da alta administração e, ainda, aos jornalistas. É assim que revela, sem reboços, essa forma de suborno, espontaneamente oferecido, não só a ele próprio, mas aos seus dois companheiros de redação:

“Nós três abundávamos nas ideias do ministério, sustentávamos a luta na imprensa, e nesse tempo nenhum favor ministerial me foi feito, nem nós pensávamos em favores ministeriais. E, senhores, já que eu falo nisto, vá uma pequena revelação. Distribuíam-se africanos, e eu estava conversando com o ministro que os distribuía, e S. Ex.^a me disse:

- Então, Sr. Rocha, não quer algum africano?
- Um africano me fazia conta – respondi-lhe.

– Então, por que não o pede?

– S. V. Ex.^a quer, dê-me um para mim e um para cada um dos meus colegas...”.

A essa altura, um largo riso se fez ouvir no recinto da Câmara. Imperturbável, no entanto, Justiniano José da Rocha continuou:

“Disse S. Ex.^a:

– Lance na lista um africano para o Dr. Rocha, um para o Dr. Fulano e outro para o Dr. Beltrano...”.

Novo riso... O orador não nomeou o ministro que assim procedera. Nem era preciso. Pelas indicações que dá, em outras passagens, a respeito de alguns projetos e da época em que o caso se passara, não seria senão Bernardo Pereira de Vasconcelos. À guisa de justificação, diz o jornalista conservador que, então, já era casado – e casara com esposa sem dote –, tendo Deus abençoado o seu matrimônio com o nascimento de um filho por ano. Não vivia a bajular poderosos. Fazia raras visitas ao ministro do Império e não frequentava o gabinete de qualquer outro político. Nas épocas de revolução e da agitação popular, como em 1840, expusera a si e sua família a represália, embora quase totalmente desamparado pelos políticos conservadores. Depois da ascensão destes, em 1840, ia, às vezes, à casa de Paulino José Soares de Souza, (futuro Visconde do Uruguai), então ministro da Justiça. Era dele que recebia instruções sobre a conduta a seguir e pequenos auxílios pecuniários – quase uma esmola... É a essa altura que o deputado começa a se deixar dominar pela emoção e acaba perdendo o fio do discurso. Vai aqui transcrito literalmente, o que se lê nos “Anais” da Câmara dos Deputados:

“O Sr. Paulino se entendia com a tipografia para a publicação, administração e distribuição da folha. Nós nada disso sabíamos, nem queríamos saber. Escrevíamos e mandávamos os nossos artigos à tipografia. Às vezes, senhores, eu que tinha família, e família numerosa (*o orador começa a soluçar*), pois além de ter Deus abençoado o meu consórcio com numerosa prole, também a desgraça veio pairar sobre a minha família, levando-me meu pai... (*Voz do orador fica suspensa pela comoção e vários srs. Deputados lhe dirigem palavras consoladoras*). Então, o Sr. Paulino em remuneração do trabalho insano da sustentação de um periódico, dava-me de vez em quando um papel dobrado e nele algumas notas de 200\$000. (*orador continua em pranto*). E, senhores, (*com força*) eu vivia com família numerosíssima e digo esta verdade que não me pode ficar mal”.

Nessa mesma ordem de ideias, depois de receber alguns apartes com palavras de simpatia, acrescenta que nunca pensara estar se rebaixando quando, depois de quatorze horas de trabalho, Paulino José Soares de Souza lhe estendia o clássico papelucho dobrado, dizendo: – “Rocha aqui tens”. Acrescenta que vivia com a maior economia tanto que se privava de tudo e ninguém o via em teatros, visitas e festas. Já tendo sido deputado uma vez, continuara a morar, apesar de tudo, em casa térrea e de rótula. Sua esposa não pudera ter um vestido de seda senão em 1848. Por fim, Paulino resolveu suspender de vez com o jornal, achando que não valia a pena continuar a gastar cera com os liberais. E, como despedida, dera 600\$000 a Justiniano José da Rocha, para que se arranjasse como bem entendesse. Ele, porém, teimara em mantê-lo. Fizeram um “derramar de assinaturas”, pagas adiantadamente, e obtiveram outros recursos. Adoecendo, tivera que redigi-lo arduamente em febre. Por fim, em 1848, escorou-se noutra ministro da

Justiça. Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara, que lhe mandou tomar quinhentas assinaturas do jornal. Entendia que “nada havia nisso de infamante para o caráter de um homem de bem”. Tal fora a sua vida de jornalista ministerial: uma vida de pobreza. De tal pobreza que, atacado repentinamente de forte erisipela, ardendo em febre e tiritando de frio, tivera que sair da Rua da Cadeia, onde tinha o seu escritório, e de ir a pé para casa, que ficava bem longe, porque não tinha dez tostões sequer para pagar um tálburi que o conduzisse.

Alegava-se que ele havia recebido fortes quantias: vinte, trinta contos. Mentira. Fora jornalista conservador, dando apoio aos ministérios, mais por uma questão de convicção que por espírito de lucro. Por fim, afastara-se da imprensa, como se afastava, agora, de sua anterior posição política. “Eu era jornalista ministerial. Hoje, estou deputado da oposição”, declarou. Quanto ao resto, – “olho para tudo isto e digo, como dizia em 1848, no tresvario ocasionado pela febre da erisipela: miséria do mundo”. Por fim, afirma:

“o que fiz foi na persuasão de que não era indigno, nem me aviltava; não o fiz escondido, fi-lo assinado recibos. Mas se há quem suponha que estes serviços não estavam nas previsões do orçamento, se este dinheiro foi dissipado para se me corromper, pois que nas leis do Estado não pode haver verba para a corrupção, parecia-me dever terminar pedindo a acusação dos ministros que dissiparam os dinheiros públicos dando auxílios à imprensa que divulga as sua ideias...”.

Depois dessa confissão plena e sem rebuços, o Marquês de Paraná veio pôr um remendo na situação: não quisera chamá-lo de venal, nem de fariseu, nem feri-lo em sua honra. Falara naquele tom por se achar

muito sentido, muito magoado com a ausência de tão valioso e útil companheiro das fileiras governamentais. Mas a verdade é que Justiniano José da Rocha falara demais. Ferira a si mesmo, para mais fundo golpear os seus antigos correligionários. Embora tivesse morrido no ano seguinte o Marquês de Paraná, sucedido pelo Barão de Caxias na presidência do gabinete, a grei conservadora tratou de arquivar definitivamente Justiniano José da Rocha. Com aquele discurso e aquela legislação, que terminara em 1856, ficou ele liquidado politicamente. Nunca mais voltou à Câmara dos Deputados, embora voltasse à posição anterior como jornalista, isto é, de empreiteiro da defesa dos conservadores, que lhe haviam dado ora africanos, ora dinheiro em papeluchos dobrados...

Quando fez aquele célebre discurso, já morava Justiniano José da Rocha em casa própria, que fizera construir, por volta de 1850, no bairro de Catumbi, bem perto do cemitério. A inauguração da casa do jornalista e deputado por Minas Gerais foi solene. Encontramos um documento dessa festividade num dos folhetins que, em 1851, publicava no *Jornal do Commercio*, sob o título de “Cartas ao amigo ausente”, um homem de imprensa que seria, no futuro, estadista ilustre: José Maria da Silva Paranhos, mais tarde visconde do Rio Branco. Na “Carta” de 6 de setembro daquele ano, lê-se, a certo trecho: “O programa dançante da semana foi realmente pomposo. Segunda-feira, sarau em casa do Sr. deputado Pereira da Silva; ontem, em casa de outro parlamentar, o Sr. Justiniano José da Rocha etc”. Adiante, declara que a festa deste foi “consagrada à deputação de Minas Gerais, que lá se achou em peso e de ponto em branco”. Entrava depois em pormenores:

“A casa, recentemente construída, com parcimônia e gosto, decorada com a mesma simplicidade e arte, mostrando por seus qua-

dros e por algumas disposições que o seu proprietário é um homem de letras, que sabe reconciliar seu reconhecido amor aos livros com as distrações e gozos do mundo material, a novidade e belo aspecto do edificio davam imenso realce e vida à reunião, já em si animadíssima e luzida. Talvez seja o primeiro baile que se dá em Catumbi desde que ali se estabeleceram os *Campos Elíseos*. Havia um não sei quê de vago e estranho nessa alegria delirante, nesse movimento agitado dos vivos junto à habitação dos mortos, que lhe dava uma ilusão toda nova e particular, e poucas imaginações deixaram de sofrer a sua influência. O Sr. Dr. Rocha não era ontem o escritor extremo de uma parcialidade política, era um cavalheiro igual e risonho para com o político e o indiferente, para com o amigo e o adversário, para com todos que o obsequiavam e foram por ele obsequiados concorrendo à sua reunião, que aliás não foi inspirada por um sentimento de todo extreme da afeições políticas”.

O deputado, dava uma festa aos colegas, para festejar a inauguração de sua casa, localizada ao lado do cemitério de Catumbi, construída com parcimônia e decorada com simplicidade, mas não tão pequena que nela não se pudesse dar um baile...

Os últimos combates de Justiniano José da Rocha foram travados, no *Regenerador*, contra *A Atualidade*, a folha da ala radical do partido liberal, que rompera violento fogo de barragem contra a conciliação dos partidos. Um dos seu tópicos, singular pela brevidade, justificava a demissão, considerada pelos liberais injusta e brutal, de Tavares Bastos, da função que exercia no Ministério da Marinha. Dissera o articulista apenas isto: o deputado liberal Zacarias de Góes e Vasconcelos, indo à tribuna atacara o ministro da Marinha, declarara que se demitia do seu cargo, nessa Secretaria de Estado, para ficar à vontade, como adversário,

sem qualquer vínculo de subordinação para com a autoridade atacada. Ora, Tavares Bastos, como deputado, fizera a mesma coisa... e o governo o demitira, aceitando a tese de seu companheiro de partido, Zacarias... Fora este quem arguira a incompatibilidade, não o governo...

Salvador de Mendonça, que o conheceu, no fim da vida dele deixou um retrato curioso, em que no-lo descreve, não apenas como um jornalista admirável, mas ainda como um terrível glutão.

Em *Coisa do meu Tempo*, depõe Salvador de Mendonça:

“A sua facilidade de composição era quase miraculosa. Escrevia em todo e qualquer lugar, a toda e qualquer hora do dia ou da noite, em casa, na Câmara dos Deputados, no teatro sobre as costas de uma cadeira, sobre a perna, em um peitoril de janela, no silêncio do gabinete, na sua varanda, no meio do chilrear dos pássaros e das correrias e barulhos das crianças. Dizia Octaviano que, quando Justiniano acordava, de manhã, a primeira coisa que fazia era ver onde havia deixado a pena na véspera, e não garantia que não escrevesse enquanto dormia”.

Salvador de Mendonça pinta-o, num duelo de comilança, com Octaviano, à mesa farta de Nabuco de Araújo:

“O Conselheiro Nabuco pôs à cabeceira e, na presidência da mesa, o Marquês de Abrantes como juiz único do duelo ajustado. Tinha, à direita, Justiniano e Octaviano, à esquerda. Depois de declarar que as condições do duelo eram comerem os contendores segundo as maneiras civilizadas, depressa ou devagar, mas ficando como vencedor quem mais comesse, bateu palmas e iniciou-se o combate. Os dois gastrônomos, conhecidos nesse tempo como os dois melhores garfos do Rio de Janeiro, começaram por algumas

generosas fatias de presunto com pão e salada com algum vinho branco; em seguida, demoliram cada um a sua maionese de peixe, passaram ambos a devorar cada qual a sua perdiz trufada, depois uma boa libra de *rost-beef*, dois perus de forno e respectivos recheios de farofa, azeitonas e ovos duros, com tal bravura que os circunstantes já olhavam com terror para os combatentes e um dos copeiros já estimava o peso do alimento ingerido por cada um deles em mais de sete libras. Passaram aos doces e, quando atacaram conjuntamente um grande prato de desmamadas, Justiniano colhia-as com tal presteza, que Octaviano disparou a rir ao ponto de não poder continuar o duelo; e, voltando-se para Justiniano, disse-lhe: ‘— Rocha, você já viu a última gravura de Gargantua, quando o padeiro lhe mete uma empada na boca com uma pá? Você não come desmamadas, enforna-as!’ e tomando uma taça de *champagne*, e bebendo à saúde do contendor, deu-se por vencido. O Marquês de Abrantes proclamou vencedor a Justiniano, declarando haver ficando ali bem comprovada a *sua maior capacidade*”.

O grande jornalista viveu o bastante, apenas, para assistir à queda do Partido Conservador, a 24 de maio de 1862, quando, por uma semana, desfrutou o poder Zacarias de Góes e Vasconcelos, egresso das fileiras conservadoras e destinado a ser um dos mais prestigiosos chefes liberais. Viu subir, a 30 de maio, um novo gabinete liberal, o Marquês de Olinda, e foi na vigência deste que morreu, a 9 de julho de 1862, sem ter chegado a completar cinquenta anos. Ao seu sepultamento, no Cemitério de São Francisco Xavier, compareceram vultos de destaque do mundo político. Pegaram nas alças do caixão os Conselheiros Vianna de Lima, Sayão Lobato, Taques e Josino do Nascimento Silva, e os Senadores Firmino Rodrigues e Silveira da Mota. A

imprensa da época registrou em palavras expressivas o seu desaparecimento, frisando principalmente o estado de pobreza em que se encontrava, ao morrer em consequência de “longa e penosa enfermidade”. O *Correio Mercantil* escreveu:

“No quinquênio de 1843 a 1848, senão fora a pena do escritor fluminense, teria morrido o chamado Partido Conservador”.

E acrescentava, adiantando, frisando a ingratidão de seus correligionários:

“E, depois de tantos esforços, de tantos sacrifícios, de tanta luz derramada sobre as cabeças obscuras de estadistas que nasceram e se fortificaram no período de um quarto de século a sopro criador de tão inesgotável talento, o Sr. Dr. Rocha se extingue quase na indignência, apenas rodeado pela glória e sem uma distinção honorífica que assinale a gratidão dos homens!”.

Triste fim, sem dúvida, para tão grande homem de imprensa. Perder-se-á, talvez, a memória da atuação parlamentar de Justiniano José da Rocha. Esbater-se-ão os traços de sua passagem pelo magistério e talvez mesmo pela imprensa. Mas o panfleto *Ação; Reação; Transação*, por si só, lhe perpetuará o nome, entre os estudiosos da nossa história.

Ação; Reação; Transação

DUAS PALAVRAS ACERCA DA ATUALIDADE
POLÍTICA DO BRASIL

JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA

AÇÃO; REAÇÃO; TRANSAÇÃO.

DUAS PALAVRAS ACERCA DA ATUALIDADE.

O estudo refletido da história nos patenteia uma verdade, igualmente pela razão e pela ciência do político demonstrada. Na luta eterna da autoridade com a liberdade, há períodos de ação; períodos de reação, por fim, períodos de transação em que se realiza o progresso do espírito humano e se firma a conquista da civilização. As constituições modernas mesmas não são senão o trabalho definitivo dos períodos de transação.

Chegados os povos à fase em que a reação não pode progredir, em que a ação esmorece, cumpre que a sabedoria dos seus governantes a reconheça, aí pare e pelo estudo da sociedade descubra os meios de trazer a um justo equilíbrio os princípios e elementos que haviam lutado. Se a

imprudência não quer reconhecer a nova fase, se a loucura contraria o seu desenvolvimento, se prossegue na sua conquista de reação e a quer levar aos seus últimos limites, a ação torna a produzir-se, a exagerar-se e vence a sociedade, presa em um férreo e sanguinolento círculo de paixões e de desgraças, aniquila-se nas ruínas das discórdias civis.

A fase da transação é, pois, a que exige mais prudência, mais tino, mais devoção nos estadistas a quem é confiada a força governamental e a alta direção dos públicos negócios; pois se a não sabem ou não querem reconhecer, se a não querem ou não sabem facilitar, se ainda mais a contrariam, provocam calamidades a que depois não há sabedoria que possa acudir.

O Brasil não podia evitar essas fases e a menor reflexão sobre as tão fecundas ocorrências do seu passado basta para fazê-las reconhecer.

Desde os dias da Independência até 1851, vivemos no meio das lutas do elemento democrático e do elemento monárquico; procurando ambos alternadamente e com igual intensidade excluir-se, trouxeram-nos pela vereda do infortúnio ao ponto em que estamos. Ter-lheíamos sucumbido, se nos não valesse a forte constituição da unidade brasileira; a ela devemos os dias que correm de paz e de bonança, de aspirações mais brandas e moderadas, de arrefecimento de ódios e de paixões.

Chegamos à fase da transação; muitos espíritos refletidos o haviam compreendido; compreenderam os estadistas chamados pela coroa à direção dos públicos negócios; como porém lhe satisfizeram?

Oh, mesquinhez do espírito humano! A uma necessidade política, a uma satisfação moral no triunfo de ideias, substituíram uma satisfação de interesse no aviltamento dos indivíduos e a isso chamaram — conciliação.

Os dias da transação vão passando e não têm sido utilizados; já quem sabe se não desponta no horizonte do país o sinal precursor de

nova ação... ainda é tempo, todavia; os anos de 1855 e de 1856 ainda podem ser aproveitados; aproveitemo-los.

Para apreciar esta atualidade e suas esperanças e seus perigos, para bem compreender-se a teoria política pela qual a julgamos, um artigo de jornal, um discurso de tribuna não oferecem as necessárias larguezas. Cumpre dar a tal exposição o trabalho meditado e amplamente desenvolvido de um folheto. Resolvemos fazê-lo: queremos esclarecer as posições, consegui-lo-emos se o pudermos; queremos servir o país, e não irritar paixões e suscetibilidades; não é, pois, um manifesto de guerra que lançamos, é um farol que acendemos à borda do abismo, para que dele nos desviemos.

Dividiremos este opúsculo em diversos períodos, bem distintos. De 1822 a 1831, período de inexperiência e de luta dos elementos monárquico e democrático; de 1831 a 1836, triunfo democrático incontestado; de 1836 a 1840, luta de reação monárquica, acabando pela maioria; de 1840 até 1852, domínio do princípio monárquico, reagindo contra a obra social do domínio democrático, que não sabe defender-se senão pela violência e é esmagado; de 1852 até hoje, arrefecimento das paixões; quietação no presente, ansiedade do futuro; período de transação.

PRIMEIRO PERÍODO – 1822 A 1831.

AÇÃO: LUTA

Não tomaremos a história política do Brasil nos dias da independência, não estudaremos as paixões, os instintos, os interesses e as ideias que convergiram para a sua gloriosa emancipação; tanto não é necessário para o estudo que empreendemos. Diremos, todavia, e isso é

incontestável, que, pelo menos nas camadas superiores das inteligências dessa época, dominavam instintos e aspirações republicanas. Nasciam tais aspirações de três causas diversas, igualmente eficazes: a educação clássica e a juvenil admiração dos heróis de Roma e da Grécia; a reação contra o sofrimento e a iniquidade do absolutismo; e o prestigioso encantamento da prosperidade dos Estados Unidos.

Tão poderosas atuavam essas três causas que, já em fins do século antecedente, tinham apresentado conspirações em Minas, e, poucos anos antes da independência, tinham armado a revolução em Pernambuco. A sociedade inteligente, os círculos literários do país anelavam, pois, pela liberdade; e, para eles, liberdade era república.

Baldada foi a sua esperança pelo Fico que o príncipe regente havia dito ao Senado da Câmara do Rio de Janeiro e, pela resolução com que, lançando-se corpo e alma na causa dos independentes, e à frente deles, deu a essa causa, despida do seu caráter revolucionário, o apoio das tradições monárquicas e do prestígio da dinastia.

Era, todavia, tão forte essa conspiração que arrancava ao príncipe frases como essa – a árvore da liberdade quer ser regada com sangue – e essa outra que lhe é atribuída, embora não apareça em documento oficial – se o Brasil quer ser republicano, não tenho dúvida em ser o primeiro cidadão dessa república. Tão forte já era, que trazia a convocação e a reunião de uma assembleia constituinte soberana, e que, na mente dos que deviam fazer essa constituição, existia como modelo de constituição monárquica, que devia ser imitado, a das cortes espanholas.

O que teria saído desse caos de pretensões democráticas de envolta com aspirações patrióticas, na falta quase absoluta dos conhecimentos práticos do governo e da administração, e no meio da confusão irrefletida de teorias opostas e de preconceitos repugnantes?

A força veio dizê-lo: o poder teve o instinto de sua conservação e reagiu contra todo esse movimento pela dissolução da constituinte.

O golpe foi tremendo: respondeu-lhe o movimento revolucionário; suspenso pela proclamação da independência e pela esperança da liberdade à espanhola, continuou seu curso. A república do Equador veio dar ao governo imperial ocasião e pretexto para desenvolver o aparato militar; comissões militares vieram comprimir as aspirações revolucionárias, deixando infelizmente nos corações o fatal fermento de tristes ódios.

Entretanto, D. Pedro era fiel à sua palavra e ao seu juramento. Conseguida a ditadura pela dissolução da constituinte e a intimidação, pela compressão da revolta em Pernambuco, não tomou esse príncipe o exemplo de tantos que se retraem nos dias da bonança dos compromettimentos aceitos nos dias da procela. O seu conselho de Estado formulou uma constituição política e ele a ofereceu ao juramento dos brasileiros, que lhe assentissem. Dessa constituição tinham sido fontes os publicistas mais adiantados da escola liberal; o poder havia feito amplo o quinhão da liberdade; generosa era a parte de influência deixada à democracia no governo do Estado.

Leia-se essa nossa constituição, pois o projeto oferecido pelo conselho do Estado obteve todas as adesões e, em geral, sem restrições nem reservas; leia-se essa nossa constituição e, desculpando algumas minuciosidades regulamentares que nela foram escritas, diga-se qual o grande princípio de liberdade que nela não se ache consagrado, qual a instituição protetora que nela não esteja indicada, qual o direito do homem e do cidadão que nela não apareça proclamado e garantido?

Ainda mais uma perfeição nessa obra admirável da sabedoria constituinte: todas as constituições de que há exemplo são feitas para a eternidade e, por isso, são mais ou menos efêmeras, nelas nada se esta-

tui quanto aos meios de alterá-las para acolher a lição da experiência e a lei do progresso; com elas essa lição, essa lei perdem-se, ou só podem triunfar por meio de revoluções: a constituição brasileira deixou uma porta aberta ao progresso; admitiu que podia ser modificada, determinou as cautelas de circunspeta lentidão com que deviam ser-lhe feitas as alterações julgadas necessárias; não quis ser eterna e, por isso, subsiste há trinta anos e tem todas as condições necessárias para eternizar-se, adaptando-se a todo o progresso que a nação possa fazer.

Admiremos essa obra e, reconhecendo o atraso da inteligência política dos nossos pais, ainda os mais ilustrados, veneremos essa obra que, de tão perfeita, não pode ser atribuída senão a uma súbita iluminação e providência do patriotismo. Não houvesse sido consagrado na constituição esse meio de reformá-la legalmente, e o que dela e de nós teria sido nos dias de 1851?

Jurada a constituição, começou a sua execução. A boa-fé do governo, essa sinceridade que do meio da ditadura arrancara a mais liberal das constituições possíveis, presidiram as primeiras operações eleitorais. O governo absteve-se de intervenções, ainda as de simples recomendação e, como também ainda não havia passado político para os homens do país, nem alianças, nem manifestações, os títulos únicos atendidos, a par do da influência pessoal, foram os créditos do estudo e da ilustração.

Com a instalação das duas Câmaras do parlamento, em que evidentemente se achava contemplado tudo quanto de mais inteligente havia no país, reanimaram-se os debates políticos. Havia homens que de instinto temiam as revoluções e, desejando repelir os seus germes, procuravam desenvolver o princípio da autoridade; mas não tinham pelo estudo descoberto o segredo da sua organização; havia homens que, por amor da liberdade, viviam em permanente desconfiança da autori-

dade; mas não sabiam como cerceá-la, conservando-lhe, todavia, o que lhe é indispensável para desempenho da sua missão social. No meio dessas duas tendências em luta, reprimiam-o, de um lado, o terror dos meios expeditos da ditadura; do outro, o respeito à lei e à consciência alheia; tudo estava por fazer, tudo por criar, pois não só era nova a forma constitucional, novas as instituições, como novo o país até na sua organização administrativa. A independência era muito recente, e ainda não havia tempo de ter-se criado a escola prática brasileira; se não faltavam capacidades, faltavam habilitações adquiridas para as grandes funções sociais.

Exagerando todo esse antagonismo de aspirações e, talvez aproximando o seu desfecho, dava-se no Brasil uma coisa excepcional, que não nasce dos elementos ordinários do poder constitucional, que devia sua origem à circunstância especial de nossa nacionalidade.

O Brasil fora colônia e, depois, fora parte subordinada do reino de Portugal. Ao separamo-nos da metrópole, tínhamos visto muitos portugueses, entre nós residentes, aderirem ao movimento brasileiro, darem, muitas vezes em posições elevadas, os seus esforços à nossa causa. Não queremos esquadrinhar nos arcanos do coração humano os motivos diversos que, sem dúvida, os haviam impellido; o que todavia é certo é que, em atenção a essas adesões e, igualmente, em conformidade com os grandes princípios de direito público, a constituição brasileira declara cidadãos, não só os nascidos no país, senão todos os nascidos em Portugal que, residentes no Brasil na época da independência, haviam expressa ou tacitamente a ele aderido. Ora, em consequência do regime colonial por que havíamos passado, achavam-se estes nas primeiras posições de influências, nas que mais atraem as vistas, já pela superioridade riqueza comercial, já pela superioridade das funções públicas, especialmente na ordem da judicatura e da milícia.

O príncipe que ocupava o trono havia nascido em Portugal; dos seus criados quase todos, dos seus ministros também quase todos estavam no mesmo caso. Daí, ciúmes de nacionalidade, fomentados por leviandades e arrogâncias; daí, um antagonismo odioso permanentemente azedando os elementos políticos do governo representativo. Nesse sentido, o caráter das primeiras lutas do Brasil pode antes ser considerado social do que político; o espírito democrático não aparecia em primeira linha, em primeira linha estavam os ciúmes nacionais; em breve, foi timbre, foi como condição necessária, imposta até pelos respeitos humanos, pelo temor do ridículo e da humilhação a todo o nascido no Brasil, ser adversário do governo, ser liberal, e vice-versa aos nascidos em Portugal, como garantia de suas posições, de sua influência, foi condição necessária apoiar o governo, querer desenvolver e fortificar a sua ação.

Quem não atender a essas condições sociais da população brasileira nunca poderá compreender esse fenômeno de desenvolvimento democrático que foi aparecendo em toda a população e que poderia ter sido tão fatal se a Providência não houvesse querido salvar-nos. Não antecipeemos, porém; descrevamos ainda o período da luta democrática.

Quis a fatalidade que essa predisposição intestina viesse exacerbar-se por ocorrências exteriores.

A guerra da Cisplatina, esse triste legado da ambição da coroa portuguesa, conflagrava o sul do Império e dava mil ocasiões, mil pretextos à oposição que se desenvolvia enérgica. O Exército, a Marinha, talvez, por pouca habilidade dos seus chefes, da antiga escola portuguesa, não davam ao governo o prestígio da glória, antes, pelo contrário; os corsários de Buenos Aires vinham afrontar nosso poder e depredar o nosso nascente comércio até nos mares brasileiros. Querendo diminuir no país o rigor dos recrutamentos, o governo fez vir tropas es-

trangeiras, e essas, como todas as tropas mercenárias em todos os tempos, não foram modelos de disciplina.

Daí mil gérmens de descontentamentos, mil pretextos de fermentação. Os empenhos pecuniários da guerra da Cisplatina pensando sobre as finanças do Império, por uma causa que os brasileiros não consideravam sua, mas sim de tradição portuguesa; os desastres do Exército, da armada, do comércio, a vergonha das depredações dos corsários e, mais do que tudo, a vinda de tropa mercenária, apresentada ao patriotismo como uma injuriosa desconfiança, e à liberdade como uma ameaça; pois, dizia-se, esses soldados, servos do governo que os assalariava, sem vínculos alguns de afeição que os prendessem à pátria, seriam no dia oportuno os instrumentos dos negregados planos do despotismo português; tudo isso prestava alimento sobejo a paixões irresistíveis. Em breve, os irlandeses insubordinam-se: cenas de terror e de sangue vêm ainda exasperar a população, dando-lhe ao mesmo tempo o segredo da sua força, dos elementos destruidores de que poderia dispor na hora das lutas populares.

Enquanto a guerra da Cisplatina assim fomentava e desenvolvia o espírito de oposição liberal, morria o Sr. D. João VI e, por sua morte, era deferida a coroa portuguesa a esse príncipe que dissera “De Portugal, nada, não queremos nada”. Nas predisposições em que se achavam os espíritos brasileiros, era essa uma triste fatalidade que impunha os mais delicados deveres à prudência do governo para evitar sérias complicações. D. Pedro I o compreendeu; nem todos, porém, dos que o rodeavam o compreenderam.

D. Pedro o compreendeu: essa coroa que lhe fora trazida teve presa de abdicá-la, não se servindo do poder que lhe ela entregava sobre o reino senão para dar-lhe a liberdade e o regime representativo, e uma libérrima constituição, modelada pela constituição brasileira.

A augusta princesa, rainha de Portugal, ao chegar à Europa, achou o seu trono ocupado por D. Miguel; os liberais, seus súditos, perseguidos, emigrados, foragidos para a Inglaterra: aí a miséria os recebia; a indiscrição acudiu a essa miséria com recursos pecuniários pertencentes ao Brasil; com esses recursos e com a ingerência dos agentes diplomáticos, manejos se fizeram, expedições se prepararam a bem da causa liberal portuguesa.

A repercussão desse procedimento no espírito dos brasileiros foi imensa e ainda mais se agravou com a vinda de muitos emigrados, com o agasalho que deviam achar e, de fato, acharam.

A identidade da causa política, pois eram eles liberais, não bastava para adquirir-lhes simpatias dos liberais brasileiros; que o embargava o ciúme do nacionalismo; e logo foi voz constante, foi opinião feita que, por mais liberal que fosse o português em sua terra, no Brasil era profundamente *corcunda*.

O governo de D. Pedro não podia abandonar ao desamparo esses que, por fidelidade a ele e a sua filha, por devoção à causa da constituição por ele outorgada à regeneração lusitana, sofriam as angústias e as misérias da expatriação; mas, quando o sentimento estava tão vigilante e tão hostil, calcule-se que fermentação daí deviam resultar e quanta discrição da parte dos emigrantes, quanta prudência nos depositários do poder levaram indispensáveis para neutralizá-las: nem essa prudência, nem essa discrição houve.

Enquanto, sob a influência dessas ocorrências, ganhava forças no país a oposição liberal, e descria do governo, no parlamento sentia-se o impulso desse desenvolvimento da opinião; tornavam-se mais calorosas as discussões e, se os representantes do país não tinham ainda conseguido pelo estudo substituir a falta da educação prática dos negócios, se eram mais declamadores que pensadores, todavia não adota-

vam em projetos de lei pensamentos que favorecessem com excesso esta ou aquela tendência, que sacrificassem este ou aquele elemento.

O mal da época não provinha de falta de patriotismo, ou de inspirações interesseiras; pelo contrário; todos queriam o bem, todos almejavam a ventura da pátria, o mal provinha das duas fontes que indicamos, a falta de conhecimentos práticos e a inexperiência política. Uma singularidade: a oposição não buscava a conquista das pastas; estava convencida de que seu fim era abnegar-se, renunciar à direção do governo, lutar permanentemente, não tendo por fim do combate, por vitória, senão a ruína do poder. Quando alguma vez a coroa chamava ao gabinete algum dos mais proeminentes representantes da oposição, via-se este desde logo incurso na desconfiança do seu partido e, como em frente das exigências práticas do governo, não podia manter-se qual opositor esperto se ostentara, a desconfiança dos seus achava-se como justificada; nada se fazia. Chegou isso a ponto de não consentirem os amigos de um dos mais ilustres parlamentares daquele tempo que conservasse ele a liberdade de sua deliberação, quando constou que D. Pedro I queria entregar-lhe as rédeas da governança.

Esse estado de coisas não podia levar senão a uma revolução: era a sua meta necessária, inevitável: a revolução apareceu.

Em causas imediatas, dela poderíamos indicar a repercussão dos dias de julho de 1830 em França, a atividade das associações conspiradoras, o desenfreamento da imprensa democrática, o princípio de insubordinação do Exército de volta da campanha do Rio da Prata, contaminando os mais corpos de linha, aliás já predispostos pela questão da nacionalidade; não escrevemos, porém, a história, esboçamos apenas traços da fisionomia política da época; digam, pois, outros qual a influência dessas causas, esquadrinhem outras, desenvolvam-nas; para nós basta o que levamos dito.

A revolução apareceu e triunfou na noite de 6 para 7 de abril de 1831, na capital do Império, e cumpre dizê-lo e proclamá-lo, invocando as reminiscências dos coevos, que tudo no país para ela estava tão disposto que o seu triunfo era infalível. Se na Corte houvesse o príncipe achado regimentos fiéis, e com eles comprimido a revolta, a explosão apareceria infalivelmente em outro e em outros pontos. Bem inspirado foi, pois o príncipe *retirando-se*, tão bem inspirado como havia sido em 9 de janeiro de 1822 *ficando*; assumir a ditadura, e tentar por meio dela uma luta de compressão era impossível; com que elementos o faria? Aniquilar-se-ia, e consigo levaria ao precipício a sua dinastia e a monarquia brasileira.

SEGUNDO PERÍODO – 1831 A 1836. AÇÃO: TRIUNFO

No dia em que algum Tácito tiver de escrever a história da nossa terra e, esquecidas todas as paixões, apreciar os fatos com a madureza e o critério da imparcialidade, que época lhe arrancará mais admiração e lhe revelará mais sublimes as virtudes cívicas do brasileiro, os arcanos da força de vitalidade da nossa nação, do que a sucedeu ao 7 de abril de 1831? Não; povo nenhum moderno tem na sua história dias de mais honra! Por toda a parte, surgiam perigos, e tais que raros eram os espíritos tão confiados no futuro, tão previdentes das peripécias sociais, que se afoitassem a esperar que todos seriam vencidos, que deles surgiram mais fortes, mais brilhantes e mais ilustrada, mais preparada para os seus grandes destinos, a nação inexperiente e dividida que no abismo deles se achava lançada!

Se o brasileiro deve em sua gratidão bradar: “glória eterna aos homens de 1822, não menos deve a sua gratidão exclamar: ‘glória eterna aos homens de 1831!’”

Das virtudes cívicas que eles mostraram, das súbitas iluminações do patriotismo que os esclareceram, do desinteresse que os dirigiu, nunca desmereçamos nós, e da pátria brasileira com justo título ufanar-se-ão os nossos filhos!

Na manhã de 7 de abril de 1831, a nação brasileira achou-se em perfeita anarquia; o Imperador, a bordo de uma nau inglesa, havia abandonado a sua jovem família à magnanimidade da nação; o ministério não podia governar, pois contra ele fora dirigida a revolução; as Câmaras representativas ausentes, pois o movimento se fizera no intervalo das sessões; ao pé do trono, em torno do poder, ninguém, nem um príncipe nem um cidadão que tivesse alguma popularidade, que sobre si pudesse assumir a responsabilidade da governança.

O Exército que tomará parte ativa no pronunciamento, entregue às mil direções da insubordinação, nem sequer tinha a unidade necessária para poder dar uma autoridade à revolução vencedora. Os corpos policiais, ainda mais eivados do princípio de insurreição do que os corpos de linha, nem ao menos ofereciam o ponto de apoio material necessário à manutenção da ordem pública.

Nem uma milícia cidadã, nem uma guarda nacional, nem uma autoridade municipal, nada que, compreendendo a gravidade da posição política, desse um centro qualquer à administração. Até mesmo entre os chefes populares, que, ardentes, tinham provocado o movimento, havia uma ambição grande e nobre, uma coragem que se fizesse usurpadora.

A inspiração de D. Pedro I, que o levara a abdicar o trono, como que havia tomado de surpresa os insurgentes que a não tinham previsto, que

não estavam preparados para essa eventualidade, e que, pasmos da fácil vitória que lhes entregava o poder, não sabiam que destinos dar-lhe.

O povo estava no campo, dois sentimentos o dominavam, os dois sentimentos que haviam alimentado a luta contra o governo imperial; eram eles: 1.º, a suscetibilidade nacional, eivada de aversão contra os nascidos em Portugal; 2.º, a ardente aspiração para a república, apresentada francamente nos últimos dias de reinado, sob o véu transparente da federação e que, na política ativa e de combate, se havia substituído ao pensamento liberal.

Dado esse caos de elementos, que político não dirá: “daqui só pode sair a subversão, daqui só uma conflagração geral que não se extinga nem nas ondas de sangue derramado pelos ódios?”. Pois se enganariam as sinistras previsões do político: a ordem se fez no caos; nem o punhal da vingança particular, nem o cutelo da vindita pública se tingiram de sangue! O nobre instinto do coração brasileiro bradou: “Perdão para os iludidos! A causa de todos os nossos males já não está entre nós!”, calúnia generosa que às paixões vencedoras oferecia, como vítima expiatória, o príncipe que abandonara o trono. Essas paixões aceitaram essa vítima: a calúnia teve os foros de verdade e serviu de escudo para todos os vencidos.

Aos famintos de nacionalidade diziam-se:

“Para que vinganças? Não nos ocupemos do passado, senão para evitar a sua reprodução; no trono está um príncipe nascido no Brasil, que há de, como nós, amar a sua pátria e a sua gente”.

Aos famintos de república dizia-se:

“Para que precipitação? o trono é um berço; temos, pois, todo o tempo de preparar o país para esse governo republicano, tanto mais

nobre, tanto mais excelente, quanto se assenta em ilustrações e em virtude que o povo brasileiro irá adquirindo nos longos dias da minoridade”.

Honra e glória aos que acharam nos seus corações esses sentimentos, ou nas suas inteligências essas inspirações! A anarquia foi comprimida!

Entretanto, os membros da representação nacional que se achavam na capital do Império e dos quais muitos gozavam de merecida popularidade compreenderam que deviam lançar ao encontro das paixões vencedoras o prestígio de seus nomes e organizar, embora por usurpação, imposta pela necessidade, um governo; fizeram-no: a iminência do perigo foi assim desviada.

Estava senhora do governo a democracia; a Câmara dos Deputados formava como o seu grande conselho diretor: regência, ministério, tudo era ela; o Senado, conhecendo a sua importância sobre a opinião popular, única força naqueles dias, registrava-se à posição secundária que as circunstâncias lhe haviam dado; vivia obscuro, para salvar a sua vida ameaçada.

Fora do parlamento, a opinião inflamava-se em todos os devaneios de uma imprensa em que o talento do político e até a habilidade do escritor eram substituídos pela fúria da paixão, pela violência do estilo e pelas ameaças da subversão; a federação, a deportação e a proscricção dos nascidos em Portugal eram constantemente reclamadas e, no meio dos fúnebres delírios, até se apresentou um monstro incompreensível com o título do grande *Fateozim* nacional, que devia operar o milagre de enriquecer a todos os pobres pela divisão das propriedades.

A par disso, o motim se apresentava e, para dar maior gravidade, associava-se-lhe a instrução militar.

Contra o motim e a insurreição empregou a democracia dois remédios heroicos, o licenciamento do Exército e a criação da guarda cívica. Foram dos grandes fatos e das mais notáveis consequências: a ordem pública na capital achou-se defendida e pode superar todos os acometimentos. Não nos ocupamos aqui com o exame de todas as medidas com que a democracia armou o seu poder para defender a sociedade; a lei contra os ajuntamentos; a jurisdição especial dos juizes de paz nos casos de assuadas e de injúrias; a supressão das cartas de seguro etc.; não, o que queremos é fazer sobressair, no meio dessa repressão, o caráter essencial do governo democrático.

O governo democrático compreendeu, como todos os governos, que é sua rigorosa obrigação defender a ordem pública, dar paz e segurança aos cidadãos; tenho, porém de combater os excessos provenientes da aplicação dos mesmos princípios sobre que assenta, recorre mais à violência da ação, aos meios excepcionais, do que à prudência política, que nega ou cerceia o princípio, para não ter de reprimir a consequência. Desse teor de proceder nos dava exemplo, na França daqueles dias, Casimiro Périer, com as matanças da igreja de S. Méry; no Brasil, igual exemplo tivemos no princípio da minoridade: a artilharia respondia ao motim, como o licenciamento à insurreição.

As mesmas causas que atuavam na capital influíam nas províncias: as revoltas sucediam, como para dar testemunho, quer da fraqueza da autoridade, quer da impaciência das aspirações democráticas, quer dos elementos de conflagração acumulados durante o Primeiro Reinado. Por toda a parte era ela comprimida, sim, mas não neutralizados, não destruídos os seus elementos.

Então, a par da Câmara que assumira a ditadura e da qual era como uma comissão o governo, a par da imprensa que promovia a inquietação popular, apresentava-se um novo e poderoso elemento de força, as

associações políticas; três foram as capitais: a sociedade federal, que promovia o desenvolvimento revolucionário do elemento democrático nas instituições prescindindo das formas constitucionais, e não duvidando comprometer a ordem; a sociedade defensora, que se esforçava da manutenção da ordem e da união do Império, mas resolvida a der-lhe por base uma reforma profunda na constituição no sentido democrático: e, enfim, a sociedade militar, a quem federais e defensores acusavam de promover a restauração do Sr. D. Pedro I, e que, sem embargo do seu título, não era senão um núcleo em que se agrupavam, quer os antigos servidores da monarquia, quer os que por instinto monárquico tinham aversão a uma atualidade que luzia eternamente pairar sobre o país a ameaça de uma organização democrática.

Dessas associações, a mais hábil era incontestavelmente a defensora; abria ela seu grêmio a toda essa mocidade que, no seu entusiasmo juvenil, estudava a glória dos Girondinos da Revolução Francesa e andava pela república, poetizada pelos seus sonhos, a república de Atenas, sem ostracismo, de Esparta, sem o furor belicoso, de Roma sem as agitações do fórum e sem as tábuas de proscricção, de França sem as prisões e a guilhotina, a república dos Estados Unidos, enfim, mas sem as desgraças das ex-colônias espanholas. Em relações diretas com o governo e com a Câmara, era-lhes um poderoso instrumento e, ao mesmo tempo, via achegarem-se-lhes todos quantos, dependentes do governo e das Câmaras, queriam uma recomendação, um atestado de *civismo*, para obterem algum favor.

Enquanto essas associações procuravam encaminhar o espírito público em diversas direções, a Câmara tratava de organizar o país em proveito da democracia. A guarda cívica, improvisado dos dias da luta permanente, transformou-se em guarda nacional; foi a cidade toda armada, fardada, sob a direção de chefes por ela própria escolhidos, e

que, em curto prazo, a não serem reeleitos, voltariam para as fileiras, indo ombrear com aqueles a quem haviam comandado.

O código do processo constitui a polícia eletiva e democrática dos juízes de paz, que, desnaturados da sua essência, da sua paternal jurisdição, passaram a ser os formadores das culpas, os julgadores das contravenções e dos crimes sujeitos à fraca penalidade, os encarregados de todas as diligências policiais na descoberta dos crimes, na apreensão dos criminosos, nas diligências exigidas pela manutenção da ordem pública e da segurança individual.

Como tribunal apareceu o júri; o júri em todos os termos do Império, o júri em que, com raríssimas exceções, todos os cidadãos eram admitidos, chegando-se até a determinar que a lei não exigia e, portanto, não era necessário que o cidadão soubesse ler e escrever para ser incluído na lista de juízes de fato. Pela supressão de todos os foros privilegiados (menos os foros políticos expressamente marcados na constituição), o julgamento de todos os crimes, como o de todos os criminosos, estava debaixo dessa jurisdição; o funcionário público de qualquer categoria, não só nos crimes que, como particular, houvesse cometido, mas igualmente naqueles que só como funcionário podia cometer, e que se achavam incluídos no código penal, foi-lhe sujeito.

Até a magistratura civil lhe ficou entregue; pois os juízes de órfãos, os juízes municipais, bem como os promotores, acusadores criminais perante o júri, foram nomeados pelo governo de entre candidatos apresentados à sua escolha pelas Câmaras Municipais, e essas eram emanações diretas e imediatas da eleição popular.

Essa obra tão adiantada da democracia completava o que já na lei da regência se havia decretado. Por essa lei, o poder executivo estava desarmado na presença da Câmara; não podia dissolvê-la, nem negar a sanção aos seus projetos; estava privado do cofre das graças, ou porque, nesses

dias de republicanismo, condecorações e títulos estavam condenados pelos fementidos desdêns da opinião, ou porque, se receasse que com esse instrumento captasse o governo ilícitas adesões; para maior fraqueza estava destituído de unidade, pois a regência compunha-se de três membros; estava-lhe, enfim, tolhida a grande expansão da demência política, pois, se podia comutar e perdoar as penas impostas por sentença, não podia decretar anistias. Posteriormente a essa regência, eleita pelas Câmaras, substituiu a reforma constitucional um regente único, filho de uma eleição geral no Império; o mal da falta de unidade, que desapareceu, ficou compensado pelo mal, que se agravou da origem eletiva, e da condição democrática a temporariedade.

A essa obra da legislação, para termos ideia da preponderância da democracia das nossas instituições, acrescente-se o que já lhe havia dado a constituição; o Senado, corpo vitalício, e em cuja composição intervém a coroa, nasce da eleição; e as condições de elegibilidade não são tais que excluam grande número de cidadãos; as duas únicas condições positivas que restringem a liberdade da escolha, a idade de quarenta anos e a renda de 800\$ por indústria ou emprego, não são decerto bases virtualmente aristocráticas — a poucos excluem —, substitua-se agora à coroa um chefe eletivo, como na minoridade, ver-se-á que o Senado estava arredado da democracia unicamente pela vitaliciedade de seus membros.

A par do Senado, ou, antes, acima do Senado, como de tudo no país, pela popularidade de seus membros, pelas suas relações com o povo, pela sua influência sobre os chefes das agitações, estava a Câmara eletiva. A sua natureza de eletiva e de temporária, suficiente para caracterizá-la, ainda melhor caracterizada fica quando se atende ao modo da sua eleição. Sem embargo dos dois degraus da eleição indireta, que tanto a viciam e transformam, era ela toda popular. O único requisito constitu-

cional para intervir nessas grandes lutas e entrar nesses solenes comícios da soberania era a recente residência na paróquia e a renda de 100\$; tanto vale dizer: “o sufrágio era universal”. E para esse sufrágio universal como eram admitidos os votantes? Uma autoridade popular e eletiva, o juiz de paz, proclamava os nomes dos cidadãos que queria que com ele compusessem a mesa; os votantes, apertando-se em igrejas em que não cabiam, soltavam vozerias de aprovação e de reprovação: seguiam-se cenas de tumulto em que o triunfo definitivo ficava aos que tinham melhores pulmões, mais fortes punhos, mais audácia e mais persistência. A eleição estava feita; pois essa mesa recebia as listas que bem queria, aos maços, e apurava-as como bem queria, e a ninguém dava contas de si.

Os eleitores de paróquia, assim forjados, confundiam-se em colégios eleitorais e os votos de todos os colégios da província marcavam os deputados.

Fácil é ver quais e quantos os defeitos dessa eleição; com ela o poder que quisesse abusar era invencível... Mas, então, o poder tinha escrúpulos, abstinha-se do abuso e a eleição dava os seus frutos. A combinação dos votos dos diversos colégios anulava a personalidade do deputado, desapareciam as suas relações imediatas com os eleitores que haviam conferido o mandato; membro de uma chapa, parte de um corpo coletivo no qual se absorvia o individualismo da sua opinião, apenas servia para fortificar a opinião coletiva da deputação, ou a que lhe era imposta pelo membro dela mais influente e preponderante, o organizador da chapa.

Assim ia tudo, quando se tratou da grande questão, a da reforma da constituição, a da federação.

Essa reforma era um compromisso aceito pelos que tinham querido aplacar as ondas tempestuosas de 1831; muitos deles já estavam arrependidos, mas não tinham a coragem de ostentar o seu arrependimento: a constituição foi reformada no sentido das ideias descentrali-

zadoras e democráticas; criaram-se assembleias legislativas provinciais com direito de estatuir despesas, de decretar impostos, de entender com as circunscrições administrativas e judiciais das províncias, de regular tudo quanto era de sua administração, de ter um Exército seu, como um tesouro seu, como uma legislação sua.

A essa assembleia, de origem eletiva idêntica à da Câmara dos deputados, e cujo prazo de duração foi reduzido a dois anos, subordinou-se a magistratura, subordinou-se o delegado do poder executivo; pois as leis provinciais não lhe foi concedido o *veto*; umas tem ele obrigação de executar, ainda quando as desaprove; sobre outras pode apresentar suas dúvidas e, se a assembleia entende dever desprezá-las, a lei é lei e o presidente a deve executar.

Havia ideia de ainda mais subordinar ao poder provincial o presidente da província; havia quem o quisesse também eletivo, embora em lista sêxtupla sujeita à escolha do governo central. Não houve, porém, coragem bastante para dar esse passo; contentaram-se com invadir o executivo na nomeação dos vice-presidentes que foi entregue às assembleias provinciais.

Assim, achou-se consumada a obra da democracia; ela, por toda a parte, mais ou menos diretamente intervindo em tudo, tudo subordinado: o poder legislativo era todo seu; o judicial o não era menos; pois tinha o júri, e os juizes de paz, e os promotores, e os juizes de órfãos e os municipais. Não lhe escapava o poder executivo; pois tinha o regente, filho imediato da mesma eleição que os deputados com a diferença única de computarem-se-lhe todos os votos de todos os colégios de todas as províncias; pois tinha esse regente limitadíssimas atribuições; pois os seus delegados imediatos, os presidentes de província, estavam subordinados às assembleias provinciais, que, enfim, eram as que elegiam os seus substitutos.

Não havia Exército e a força armada que existia era a cidade inteira, obedecendo temporariamente a chefes da sua escolha.

Por toda a parte nessa organização política, em todos os atos legislativos de então, em todas as opiniões dominadoras, aparecia, como um eterno pesadelo, a desconfiança do poder; o poder, considerado como inimigo nato da liberdade, em luta com os cidadãos a quem só desejava oprimir; o dever dos legisladores era, pois, cercar-lhe o mais possível as forças, as atribuições; era o inimigo vencido, era o leão apanhado em pequeno, indefeso, e a quem arrancam os dentes, limam as garras, cobrem de correntes, para apresentá-lo nas feiras, em ridículo espetáculo aos curiosos.

Ao poder assim aniquilado não duvidaram, todavia, nos dias em que lhe cumpria defender a sociedade contra o motim em permanência, dar indulto para todas as arbitrariedades, conceder-lhe as medidas excepcionais de que se quisesse valer.

Enquanto se consumava essa grande organização democrática, o que era feito da opinião conservadora, o que do elemento monárquico e dos seus sustentadores? Os sustentadores do elemento monárquico, do princípio conservador, não compreendiam a sua missão; lutavam sim, mas queriam lutar com os mesmos meios, o motim e a revolta; pela imprensa atacavam desordenadamente o poder e não viam que o que lhes cumpria era amparar o poder para libertá-lo da tutela e do padroado da Câmara; viam no trono um infante e embalavam-se com a quimérica esperança de fazer voltar ao Brasil o príncipe que abdicara e que viesse, ou imperador restaurado, ou tutor do seu augusto filho, salvar das invasões da democracia o trono brasileiro. Essa luta impaciente por fim o governo; promoveu ele um movimento popular contra a associação que a alimentava, a sociedade militar, contra a tipografia e os jornais que a serviam, deu um golpe de Estado contra o

tutor, o venerável José Bonifácio, a quem acusava de fomentá-la; e com algumas cenas de violência e de tumulto levou a intimidação a todos quantos acolhiam essas ideias, desregradas embora, impopulares de certo, mas não menos respeitáveis na sua inspiração.

TERCEIRO PERÍODO – 1836 A 1840. LUTA DA REAÇÃO.

Na dissolução do poder, na extinção dos seus meios legítimos de ação, na disseminação de princípios subversivos, na inflamação das paixões tumultuárias, era impossível que a obra da organização democrática se operasse sem que distúrbios se multiplicassem, e o sangue brasileiro desse lamentável testemunho de que a sociedade não pode caminhar sem autoridade que proteja a ordem. Era impossível que a fraqueza do governo, compensada pelos seus excessos, não adiantasse consideravelmente a educação política do brasileiro, e não em alguns corações patrióticos, a par dos desgostos da atualidade, uma como saudade do passado, um como pesar de o haver comprometido.

A revolta tomou aspecto mais sinistro no Pará; a notícia das matanças que a tinham acompanhado, notícia provavelmente exagerada pela distância, cobriu de um véu de tristeza todos os corações. Cumpria acudir a nossos irmãos da extrema setentrional do Império, salvar a unidade brasileira e comprimir a bárbara selvajaria que ameaçava a civilização: cumpria; mas não tínhamos Exército, nem Marinha!

Ao mesmo tempo, na extrema meridional. O Rio Grande, essa província cuja população, essencialmente guerreira, tem crescido, tem-se educado nas constantes guerras e correrias da nossa luta contra os Estados do Prata, agita-se, e logo se revolta. Cumpria acudir-lhe.

Foram essas duas fatalidades o termo da ascendência das ideias democráticas na opinião. O poder de ser considerado o inimigo nato da sociedade, foi sendo aceito e invocado como o seu natural defensor; então, não cumpria mais desarmá-lo, cumpria pelo contrário fortificá-lo; mas como, mas em quê?

Alguns espíritos arrojados conceberam a ideia de arrancá-lo à democracia substituindo ao regente eleito a regência de uma princesa; a ideia, porém, não vingou; apenas serviu para mostrar o princípio da reação monárquica que despontava.

Cotidianamente, o ministério, o regente, ao dirigir-se às Câmaras, reclamavam, exigiam delas a força necessária para defender a sociedade, conter e dissipar os gérmens da anarquia, que já por toda a parte frutificavam. A Câmara exigia que lhe apresentasse o governo os projetos de lei que supunha necessários para dar-lhe essa força; o governo não lhe podia responder, porquanto ele próprio ignorava de onde lhe provinha a sua fraqueza, o que, pois, devia remover, de onde lhe resultaria a força, para onde, pois, devia dirigir-se.

Uma fatalidade; como a morte do Sr. D. João VI e as complicações da coroa portuguesa tinha vindo dar força e armas à agressão democrática, assim a morte do Sr. D. Pedro I veio servir à reação monárquica que se preparava.

Cumpre lembrar que o Partido Conservador, representado na sociedade militar e na imprensa, sucumbira ineficaz, porque se havia desvairadamente posto em hostilidade com os grandes princípios nacionais: a volta do Sr. D. Pedro I, como imperador ou como tutor e regente, parecia-lhe ser o único meio de salvar as instituições brasileiras; ora, essa volta era profundamente repugnante a todos os instintos, a toda a razão do patriotismo; por isso tão fraca havia sucumbido essa sociedade, tão efêmeras desaparecido essas

ideias na hora em que o governo contra elas soltara a turbulência popular.

A morte do Sr. D. Pedro I dissipou os receios de restauração, que, geralmente considerada como o maior dos perigos a que podia estar exposta a nação, exercia a mais fatal pressão sobre os espíritos. O partido dominante, que, até então, não podia dividir-se, quaisquer que fossem os germes da divisão que em seu seio existissem, sentiu-se desafogado; cada um dos seus membros pode consigo próprio consultar o seu dever e atender à inspiração da própria consciência; e a nação, divorciada dos conservadores em ódio à restauração, pôde adotar os seus políticos, confundir-se, identificar-se com eles.

Esse trabalho dos espíritos foi presentido por um dos mais notáveis estadistas de então.

Aproveitando-o, hasteou ele na Câmara a bandeira do regresso, e em um jornal da sua devoção fez aparecer o “SENSO COMUM *visitando os legisladores*”.

Nessas circunstâncias, emancipando-se o governo da tutela da Câmara e querendo expô-la à pública animadversão, porque ela lhe não atendia e lhe não dava a força reclamada pelas urgências do público serviço, achou-se travada entre o poder executivo e o parlamento, ambos saídos da mesma origem, essa luta memorável que tanto apressou o triunfo da reação monárquica.

Então já tínhamos ganhado alguma experiência política, já ia sendo compreendido esse *régimen* de ponderação e de equilíbrio, em que a nação, sempre consultada, governa ela própria os seus destinos sem, todavia, reduzir à humilhação e à impotência aqueles que se acham revestidos dos poderes soberanos.

A unidade do governo pela solidariedade ministerial; a responsabilidade ministerial por todos os atos do poder; o respeito à maioria do

parlamento, cuja confiança é condição de existência dos ministérios; o dever inerente ao governo de estudar as públicas necessidades, de sobre elas formular projetos que ofereça ao estudo e aos votos dos legisladores, essa máxima tão nova — que a oposição procura e deve procurar o governo, deve desejar pastas, somente assim lhe é possível realizar os seus pensamentos e servir eficazmente o país conforme suas ideias, esses axiomas do *régimen* representativo eram, então, novidades. Grande esforço de talento, multiplicadas porfias foram indispensáveis para firmá-los. Enquanto esses debates se promoviam, iam a voz da imprensa e a reflexão fazendo compreender que essa fraqueza de que se queixava o governo tinha origem não só nas ideias falsas geralmente aceitas e propaladas, como no complexo das leis e das instituições da democracia e igualmente fazendo sentir que essa força, por ele com razão recalçada, somente seria encontrada em uma melhor organização do poder, na restauração do elemento de unidade, do elemento monárquico.

Para que rápidas se propagassem essas verdades, para que como teoria triunfassem, tiveram o deplorável auxílio dos fatos os mais calamitosos, que cada dia se reproduziam. Os espíritos patrióticos achavam-se por eles lançados no abismo das incertezas e das sinistras previsões. Estamos mal, dizia o governo; estamos mal, repetia a oposição, e sentia a nação inteira; o código do processo é lamentável pela ruína da administração da justiça, dizia-o, e demonstrava-o no relatório que apresentava às Câmaras um dos ministros mais adiantados da escola liberal; no ato adicional há o gérmen da anarquia e da ruína da unidade brasileira.

Com efeito, não tardaram os abusos a vir justificar essas apreensões; se alguma assembleia provincial, bem dirigida por estadistas que compreendiam quanto bem da administração dos recursos provinciais podia fazer essa instituição, preparava os elementos de prosperidade e o caminho dos melhoramentos, outras começavam a desvairar-se e já

iam mostrando duas tendências fatais; uma para criar antagonismos de interesses territoriais e fiscais entre as províncias, outra para alterar a legislação, transformá-la e, acabando com a unidade dela, acabar com a unidade nacional.

Todas essas lições, todos esses debates entre o parlamento e o governo, todo esse desenvolvimento da opinião, trouxeram, enfim, a renúncia do regente ao posto a que o haviam chamado os votos dos cidadãos, determinados especialmente pela recordação de energia com que, ministro da justiça, em dias lamentáveis pusera termo aos motins. Com a retirada do regente, com a formação de um novo ministério, saído do grêmio da oposição parlamentar, começaram a fazer-se nos hábitos públicos, na linguagem oficial, e nas leis, as mais importantes modificações.

Apelamos para a recordação dos que então viviam e se achavam na capital do Império: eles que digam que sensação imensa produziu na cidade, de exultação em uns, de indignação em outros, de surpresa em todos, quando se soube que, na festividade da Cruz, à porta da igreja, diante de numerosíssimo concurso, havia-se o regente inclinado e beijado a mão do Imperador! Cinco meses depois, abria-se a assembleia geral e a sensação fora tão profunda, que esse ato ministrou o mais amplo tema às divagações do voto de graças.

A par do beija-mão, houve outra novidade. Os discursos com que era aberto o parlamento não ocupavam a assembleia geral com o imperador e com a sua família; a fala desse ano começou dando aos representantes da nação notícia da saúde de S. M. I.

A oposição democrática compreendeu o alcance de dois atos que hoje pareceram insignificantes, mas que, então, revelavam nova era, marcavam que uma nova direção ia ser dada aos espíritos, aos trabalhos da legislação, aos atos do governo.

A primeira necessidade que se fez sentir foi a de acudir à unidade do Império, ameaçada pela extensão abusiva dada às atribuições das assembleias provinciais. Foi, então, elaborada com madureza, porfiadamente discutida a lei da interpretação. Foi essa lei o pomo de discórdias lançado em meio dos partidos e traçou a linha divisória entre os reatores contra a organização democrática e os defensores dela. Hoje, que, depois de tantos anos e de tantas peripécias, volvemos a nossa atenção para essa lei, admiramo-nos que fosse ela, tão simples e em si mesma tão pouco eficaz, objeto de tantos debates e de tantas clamorosas acusações; é que não era a lei em si mesma que a tudo isso dava ocasião, era a lei como reveladora do futuro, como o primeiro triunfo de uma causa que todos supunham estar morta.

Entretanto, digamo-lo; as assembleias provinciais para logo se desvirtuaram; se pouco eficazes se tornaram para o bem, e igualmente ineficazes para o mal, o que a isso as reduziu não foi por certo a lei da interpretação. A outras causas, ao resfriamento da opinião, ao enfraquecimento do princípio eleitoral, ao abandono em que foram elas deixadas a ambições subalternas, ao espírito de patronato e de dissipação que nelas se entronizou, cumpre pedir a explicação da ruína dessa instituição que tantas confianças de um lado, quantas desconfianças de outro havia suscitado e que se encarregou de iludir a todas.

O que de mais importante achamos na lei de interpretação é o que tem por fim regularizar as relações de dependências em que os magistrados foram postos pelo ato adicional. Pela letra desse ato podem as assembleias decretar a suspensão e até a demissão dos magistrados sobre queixa de responsabilidade, ouvindo-o e dando lugar à defesa. Dos termos em que era concedida essa prerrogativa podia-se concluir que a demissão do magistrado poderia ser decretada em uma lei provincial, sem relação aos rigores da justiça, sem fórmulas protetoras,

mas por deliberação da autoridade legislativa. A interpretação declarou que a assembleia procedia em tais casos como grande júri, com todas as fórmulas ordinárias do processo e não podendo suspender ou demitir o magistrado, senão no caso de julgá-lo incurso em crime a que houvesse imposto a pena de suspensão ou de demissão. Bem pouco era isso; as ideias de reação ainda longe estavam do ponto em que hoje as vemos, quando, para o magistrado, até mesmo nos crimes que como particulares possam cometer, se reclama um foro privilegiado.

Entretanto, progrediam essas ideias com incalculável veemência: os inconvenientes e perigos das instituições democráticas eram cada dia mais geralmente sentidos; discussões renhidas e violentas travavam-se na tribuna e na imprensa. A paz pública, continuamente alterada nas províncias; a revolta do Maranhão sucedendo à da Bahia; a do Rio Grande, complicando-se às vezes com questões exteriores, e nunca chegando ao seu termo, ostentavam com as mais lúgubres cores os vícios anti-sociais de uma atualidade ainda mais pavorosa pelo receio do futuro: o monstro medonho da anarquia que devastava as nações americanas, já o patriotismo o via lançando as garras sobre o Brasil. A indústria não podia germinar e o tesouro, já oneradíssimo, via de dia em dia multiplicarem-se os seus encargos.

As desgraças da minoridade aproveitavam ao elemento monárquico, davam ao povo severíssimas lições. Já se compreendia que nem mesmo eram suficientes o zelo, a dedicação dos estadistas para, com o triunfo das doutrinas salutares, pôr termo a tantas agitações: ia-se, pois, generalizando uma como aspiração pelo dia em que, chegando o imperador à maioria, ficasse constituído o poder nas grandes bases constitucionais.

Essas aspirações tão rápidas e tão fortes se desenvolveram, que não foi possível contê-las; não podendo apressar a marcha do tempo, sentiu-se que cumpria encurtá-lo; surgiu a questão da maioria.

Entretanto, um desses fatos extraordinários em que alguns veem a intervenção da Providência protetora do Brasil e em que não vemos nós senão súbitas iluminações do patriotismo, apresentou-se à oposição, que tanto se distinguiu na sustentação das conquistas democráticas; constituiu-se, em ódio ao governo regencial, a grande promotora da maioridade.

Ela se fez, nem podia deixar de fazer-se: no estado dos espíritos, essa ideia era do pequeno número das que, uma vez aventadas, não podem mais se retrair. A constituição se lhe opunha; em defesa da constituição tentou o governo algum esforço, frouxo, porém, e irresoluto, pois a maioridade estava em seus instintos, era como o remate da sua obra. A maioridade se fez. Essa mutação de posições entre os promotores e os adversários dela, entre os homens da monarquia, trouxe alguma confusão nos primeiros dias que se lhe seguiram; uma eleição teve de correr no meio dessa confusão, fácil é ver o que seria: a confusão, porém, durou pouco e os promotores da reação monárquica foram daí a alguns meses chamados ao poder e aos conselhos da coroa.

Paremos um pouco: estamos em fins de 1840; a maioridade é apressada, antecipando o seu termo; no Campo de Sant'Ana, junto ao palácio do Senado, onde se acham em tumulto reunidos senadores e deputados, está o povo: quantos indivíduos entre eles estariam, que nove anos antes, estavam no mesmo lugar, e a quem para comprimir as impaciências republicanas, que os arrastavam, dizia o patriotismo: "Temos treze anos; em treze anos podemos-nos preparar!"

Não foram treze anos, não; bastariam nove! Quem naquela data teria podido prevêê-lo? Quem, se algum profeta o houvesse anunciado, quem não teria escarnecido do profeta? Quantos o não teriam apedrejado? E, entretanto, nove anos de lição bastaram!

Ria-se algum Demócrito da grande comédia humana; dessas variações inconsistentes, dessa versatilidade; não temos nós a desgraça dessa

ironia, não desdenhamos da humanidade, antes a vemos grande e admirável; vemo-la nessas variações obedecendo à lei eterna da ação, da reação. A ação democrática havia triunfado em 1831; que importam seus instrumentos, as paixões, os interesses que lhe deram o triunfo? A reação monárquica triunfou em 1840; que importam seus instrumentos, as paixões e os cálculos que lhe deram o triunfo? A grande lei do progresso achou-se cumprida; foi essa a segunda fase da luta; era tão necessária como a primeira, tão necessária como a terceira. Felicitemo-nos; que, nessas jornadas escabrosas da nossa organização política, a pátria conservou-se inteira, incólume; nos rochedos em que teve de abaloar, não deixou dispersos os pedaços do seu corpo gigantesco; neles não verá o pensador político os destroços de uma nacionalidade extinta.

QUARTO PERÍODO – 1840 A 1852.

TRIUNFO MONÁRQUICO.

Antes de começarmos as nossas observações acerca dessa época tão próxima dos nossos dias e em que se acham envoltos caracteres e nomes de tantos cidadãos ainda hoje existentes, em que temos de ocupar-nos com fatos tão recentes na memória e no coração de todos, sentimos a necessidade de fazer um protesto. Que não queremos ofender a ninguém, que não desejamos despertar suscetibilidades, que só procuramos a verdade, sem a qual não poderá deste nosso trabalho sair utilidade alguma, é o que devem ter deixado evidente as páginas até agora pelo leitor percorridas; protestamos pois, qualquer que tenha sido a nossa posição nas lutas do passado, não conservamos o menor ressentimento contra pessoa alguma; compreendemos as necessidades políticas, a influência

das relações, o arrastamento das lutas, a cegueira das paixões e o seu impulso; protestamos, pois, ser justos, tanto para ex-adversários, como para ex-aliados; o que queremos é explicar pelo lado nobre, pelo lado digno do caráter brasileiro, todas as ocorrências; esperamos consegui-lo: a franqueza e a lealdade dirigiram a nossa pena.

Cumpra antes de tudo apresentar uma observação; nos partidos, vastas aglomerações de homens, congregados pela identidade de pensamento e de instintos políticos, há igualmente interesse individuais e interesses coletivos, há paixões e ilusões. Muitas vezes, um partido está no poder, e, todavia, há nos elementos sociais uma tendência tão contrária às suas ideias, que o seu triunfo se anula e apenas lhe deixa servir aos interesses individuais e coletivos, às paixões e às ilusões que o congregaram: até mesmo tão forte é, às vezes, essa tendência, que o partido, embora ocupe as posições do domínio e da influência, tem de obedecer-lhe e de servi-la, ainda contra os seus princípios e de firmar as convicções que lhe são mais repugnantes.

No longo e importantíssimo período histórico que vamos passar, nem sempre estiveram no governo os homens da opinião conservadora, por muitos anos o poder foi dado aos seus adversários, aos liberais e, entretanto, a obra da reação monárquica continuou por eles próprios servida ou auxiliada. No período de 1844 a 1848, os ministérios que se sucederam compuseram-se dos seus mais notáveis estadistas, dos seus mais dedicados aliados; todas as posições de predomínio e de influência foram por eles ocupadas; as Câmaras davam-lhes quase unânime apoio; e, entretanto, a doutrina atualmente aceita acerca do poder moderador, doutrina tão repugnante aos princípios do regime parlamentar, foi por algum deles invocada, por todos sustentada e firmada no país; a grande conquista do *veto* presidencial sobre os atos das províncias, a interpretação dos dois terços, foi por um desses ministérios estatuída.

Explicaremos esses fenômenos, como nos dias da grande luta faziam-no os partidos? Apresenta-los-emos como aviltamentos dos caracteres políticos, como denúncias de falta de convicção e de pouca fé nas ideias que apregoavam? Longe de nós, semelhante injustiça, que desairaria o caráter nacional, não; chamados ao poder os homens dessas opiniões, achavam-se tolhidos pela tendência que encontravam; ainda não era o tempo das suas ideias, ainda a sociedade não sentia a justiça, a necessidade delas e os obrigava a recuar. Deveriam ter largado o poder? Mas o poder era-lhes uma dupla garantia; já porque os livrava, a eles e aos seus copartidários, da preponderância de homens que a cegueira das paixões políticas lhes representavam como fatais; já porque pensavam, assim, impedir que a tendência, contra a qual lutavam, continuasse em novas e maiores conquistas.

Entretanto, entre eles próprios a serviam; quando, na discussão do voto de graças, quis o Senado apresentar uma indicação de política diversa da que pelo governo era anunciada, foi por este trazida a campo a vontade imperial, como devendo pelo acatamento que influencia coibir essa indicação: quando um senador disse algumas verdades teóricas acerca da monarquia real e da pessoal, mil capítulos se ergueram, deram-se mil interpretações às suas palavras, de modo a mover enredos absurdos no regime representativo; quando se apresentaram aos eleitores pernambucanos as candidaturas dos Srs. Chichorro e Ferreira França, não duvidaram desculpar-se desta última, declarando-a imposta pelo imperador; e, quando enfim foram apresentadas ao Senado as cartas imperiais desses dois senhores, quando o Senado quis discutir a validade da eleição pernambucana, afadigaram-se na lida insana de tornar odioso o Senado, apregoando que queria desatender a coroa e cassar *cartas imperiais!*

Eram homens de opiniões liberais! “Crimina-los-emos? Não,” pois sabemos que o poder impõe necessidades, que há tendências sociais im-

periosas, que os partidos tem arrastamentos irresistíveis; ora, a tendência de toda a opinião corria nesse sentido; a atmosfera que a todos nos rodeava, em que todos vivíamos, era essa; estávamos em plena reação.

Firmou-se, então, a doutrina de que os atos do poder moderador não podem ser discutidos, pois são privativos da coroa, que é sagrada e irresponsável. Estabeleceu-se, que, nesses atos, o ministro referendador obrava como máquina passiva, sem responsabilidade alguma, nem mesmo a que resulta das discussões perante o juízo da razão nacional. Embalde se dizia que, não podendo ato algum ter validade sem a rubrica, a rubrica importava a responsabilidade; que devia o ministro a bem do país examinar o ato e, se o achasse contrário aos públicos interesses, devia, por lealdade à constituição, e até por lealdade à coroa, negar-lhe essa rubrica; embalde se dizia...

“calai-vos, respondiam; o ato é da privativa atribuição do imperador, e o imperador é inviolável e sagrado; calai-vos; pois nós ministros também nos calamos, referendamos, como símplices oficiais de secretaria; a nossa referenda é uma fórmula vã. Calai-vos”.

Infelizmente, no século em que vivemos, a razão não se cala diante de ato algum humano; tudo discute, de tudo quer saber a razão, a tudo quer ver se deve louvor ou censura; e se alguém lhe não aparece de quem se queixe ou a quem louve, não há dogma algum que a faça emudecer, e impor-se a si própria a lei da indiferença em negócio que importa a sua sorte.

Não bastava, para marcar a era em que estávamos, a substituição do monarca na plenitude dos direitos constitucionais do executivo e do moderador, na plenitude das suas prerrogativas, ao poder regencial limitado por uma democracia suspeitosa; era necessária essa extensão

dada à prerrogativa, extensão que, se nos dias de triunfo pôde ser uma força, nos dias de adversidade pôde ser a maior das calamidades!

Confundamos, pois na obra da reação monárquica todos os ministérios que de 1840 até 1851 se sucederam, todos foram instrumentos mais ou menos voluntários, mais ou menos hábeis dessa reação.

Uma exceção única poderíamos fazer. Era chegado o ano de 1848; formara-se o ministério Paula Sousa*; mostrou ele o sincero desejo de realizar algumas reformas que pusessem termo à reação, e pudessem trazer o equilíbrio; nesse sentido proferiu alguns discursos, fez aparecer no Senado alguns projetos; não teve porém a necessária força, a indispensável energia para prosseguir na sua obra. Além de que, ainda não era tempo; circunstâncias de grande momento vieram embaraçá-lo, e arrastá-lo ao abismo.

Na extrema dos sustentadores do ministério se apresentavam alguns deputados a quem os movimentos europeus comunicavam a sua vertigem; esses buscavam a popularidade, apresentando ideias de reforma mais ou menos irrealizáveis, ou rodeadas de dificuldades e de perigos, e com elas e não menos com os meios de que, para realizá-las, lançavam mão, ainda mais dificultavam a obra do ministério, dividiam e irritavam os grupos do partido, e fortificavam os seus adversários. Essa fração tendia à revolta, a revolta era o seu necessário paradeiro; ora, a autoridade estava tão forte, ela que já absorvia quase toda a força social, que não podia aceitar as imposições da revolta.

Falamos em revoltas: foi o erro lamentável do partido liberal nessa quadra, erro análogo ao que em quadra diversa haviam cometido os *caramurus***;

* ☞ Durou o ministério presidido por Francisco de Paula Sousa e Melo de 31 de março a 29 de setembro de 1848.

** ☞ *Caramurus* era o apelido dado aos restauradores, que se esforçavam para repor D. Pedro I no trono do Brasil.

ridade, como do pensamento da restauração aproveitou-se a tendência social a bem da democracia.

O partido liberal não compreendeu que o campo da razão pública era o único, as armas da inteligência as únicas que lhe podiam ser salutares. Tratava de defender algumas das conquistas do período democrático; pois a defesa é tão difícil, que exija meios extraordinários e violentos, quando é sabido que: “o que está tem muita força?”. A imprensa, a associação pacífica, a petição não são armas eficazes, quando há constância e quando se confia nas próprias convicções?

O partido liberal não teve fé em si, nem confiou no futuro; quis tudo apressar, e tudo comprometeu; quis invocar as paixões da revolta e teve de exagerar as suas pretensões, a fim de dar arras a essas paixões.

Hoje hão de, por certo, os chefes desse partido, vendo o estado a que se acha reduzido o país, lamentar as fatalidades de 1842 e de 1848!

E, de fato, a reação monárquica se havia operado nos espíritos, não tanto pela eficaz propagação das doutrinas, como pela lição prática da anarquia, pelo desejo de evitar o calamitoso porvir das ex-colônias espanholas que o patriotismo já via iminente; tudo, pois, quanto fosse continuar revoltas, agravava esses receios, exacerbava aquela reação. Para desarmá-la, para embarçar-lhe o progresso, era indispensável que a causa liberal com todo o esmero se depurasse de tudo quanto podia autorizar ou desculpar tais prevenções; cumpria-lhe praticamente convencer a todos de que, longe de ser incompatível com a ordem, era a liberdade a condição necessária, indeclinável dessa mesma ordem. Cumpria-lhe praticamente fazer sentir ainda aos mais timoratos que a liberdade constitucional, a liberdade que todos deviam querer, não só era diversa da ordem, não só lhe era análoga, como até com ela se confundia; assentavam nas mesmas ba-

ses, medravam com a mesma prosperidade, definhavam, morriam, juntamente e pelos mesmos golpes.

O trabalho da reação monárquica foi completo; onde a democracia havia posto um elemento seu, a reação colocou um elemento oposto. Depois da lei da interpretação, veio a reforma do código do processo.

O juiz municipal, o juiz de órfãos, o promotor público cessaram de ser escolhas da Câmara municipal; foram escolhas do governo: o juiz de paz eletivo cedeu as suas atribuições policiais e a sua jurisdição criminal a delegados e subdelegados, nomeados, demitidos a arbítrio do governo; o júri, acusado continuamente de ineficaz quaisquer que sejam os tribunais a que tenha de ser cometida; pois tem suas causas na benignidade da índole brasileira, o júri viu cerceada a sua jurisdição em um grande número de casos e, até nos que lhe ficaram sujeitos, deu-se ao juiz de direito a faculdade de anular a sua decisão, quando não concordasse com ela, apelando para a relação; assim o juiz de direito e a relação, a magistratura enfim, exerceu sobre a instituição popular uma como inspeção e tutela.

Houve mesmo quem falasse na conveniência de alçadas especiais para os crimes que comprometem a segurança do Estado; felizmente essa aspiração nunca foi reduzida a projeto e ainda menos a lei.

Centralizou-se a ação policial, criando um chefe de polícia para a província, quando outrora o juiz de direito na sua comarca era a autoridade policial superior. Destarte, desapareceu de todo a obra policial e judiciária da democracia. Seria um mal tudo quanto se fez? Não queremos dizer tanto; queremos unicamente reconhecer onde estamos.

Todavia cumpre ver que, dessa organização, nasceu um monstro horrível, que ameaça toda a segurança individual, que aniquila toda a liberdade; monstro que, em mil vítimas que cotidianamente persegue, não se farta, não sacia os seus instintos: *A PRISÃO ARBITRÁRIA...* O

regime das *lettres de cachet*, que tantos clamores excitou na França de Luís XV, está de muito excedido; sobre a liberdade individual impera o capricho; não aqui, ali, em pequenos povoados onde a tutela da opinião é fraca e quase nula a força repressora da inteligência; mas nas cidades, nas capitais, na capital do Império! A prisão arbitrária com todos os escândalos das paixões mesquinhas de mil agentes prendedores, com todo o desdém pela sorte das vítimas, pelo sofrimento dos cidadãos; a prisão arbitrária contra a qual não há senão um recurso, a carta de empenho: tal foi o primeiro fruto de uma organização policial irresponsável, soberana, que só depende do governo que só ao governo dá conta de si.

Contra a prisão arbitrária havia um recurso em nossas leis, o *habeas corpus*. Esse recurso, porém, para ser salutar, exige essencialmente a independência, a ilustração, a consciência do dever da magistratura e a magistratura cessou de oferecer tais garantias. Demais, estabeleceu que o *habeas corpus* não podia ser concedido senão por autoridade superior a aquela em cujo nome era feita a prisão; bastou, pois, que o prendedor declarasse presa a sua vítima à ordem do chefe de polícia, à ordem do presidente da província, que a declarasse presa para o recrutamento, presa para a Marinha ou ainda presa para indagações policiais; bastou qualquer dessas coarctadas, para que a prisão arbitrária zombasse do *habeas corpus*.

As necessidades das guerras intestinas em permanência trouxeram a restauração do exército de linha, constituído sobre bases mais seguras e depuradas; a Marinha foi igualmente restaurada: e tanto esta como aquele compreenderam e desempenharam o seu dever na defesa da ordem pública. Não contente, porém, com os meios de enérgica ação que lhe davam Marinha e Exército, a reação procurou transformar nas antigas milícias do outro regime a instituição democrática da guarda

nacional. Para isso, bastou-lhe arrancar a eleição e a temporaneidade aos seus oficiais: o governo os nomeou: a princípio a reação os quis em completa dependência; quem os nomeava os demitia; mas depois aperfeiçoou ela a sua obra, fez vitalícias as patentes, como no Exército. Ao mesmo tempo, continua do serviço de paradas, de guardas, de rondas e de destacamentos, em que os guardas ficavam provisoriamente sujeitos ao severo regime da tropa de linha, vergou-os à disciplina e à subordinação, quase que à obediência passiva do Exército, sob pena de prolongadas prisões e sofrimentos: a cidade achou-se militarizada, e se todo o Império não se transformou em um quartel, foi somente porque, disseminada a nossa escassa população pela vastidão do território, acha mil facilidades de subtrair-se ao mando dos superiores.

O poder estava em vias de conquista; nessas ocasiões, irrita-o a menor resistência e ele a quebra, ainda quando parte de seus aliados naturais: o poder judicial, aliado natural da autoridade, nem sempre com a desejada diligência coadjuvava a sua ação; remoções sobre remoções mostraram aos juízes de Direito, e até aos municipais, que sua independência era uma quimera. Quando a lição das remoções trouxe a todos eles essa fatal convicção; quando por ela impelidos os magistrados se fizeram homens políticos e vieram dominar o parlamento, cuidaram, então, de livrar-se dessa sujeição: regularizaram o direito de remover, de modo a nunca sacrificar os interesses do removido, regularizaram o acesso às relações de modo a, em parte, livrarem-se do arbítrio: essas leis eram salutaras por certo e, por isso, a reação não podia em boa-fé aceitá-las e executá-las: de fato, vemos que está uma delas atacada com franqueza em um projeto de reforma e a outra se acha de todo falsificada e vale apenas como um vestígio de bem inspirada tentativa.

Uma simples medida legislativa arrancou às assembleias provinciais a designação dos vice-presidentes.

Muito mais importante contra elas foi uma interpretação relativa ao *veto* presidencial.

Além de desenvolver-se mais amplamente na prática a doutrina do art. 16 do ato adicional, incluindo-se entre os atos das assembleias provinciais que os presidentes podem suspender até a decisão dos poderes gerais, não só os que são ofensivos dos direitos de outras províncias, e dos tratados feitos com potências estrangeiras, mas também os que são opostos às leis gerais e à constituição do Império, apareceu um aviso determinando que a votação dos dois terços, necessárias para ser considerado como lei um ato da assembleia provincial a que o presidente negasse sanção, não era simplesmente a dos dois terços dos membros presentes à sessão, porém a dois terços da totalidade dos membros que compõem tais assembleias.

Este aviso, publicado por um ministro do período liberal, causou, todavia, alguma estranheza; o ministro que lhe sucedeu revogou-o, declarando ficar dependente da assembleia geral a aceitação da sua doutrina e deixando entregue às assembleias provinciais, enquanto não aparecesse nova lei interpretativa, admiti-la ou rejeitá-la. Daí resulta que, em algumas províncias, vale a doutrina e requer-se para anular o *veto* a aprovação dos dois terços dos membros que compõem a assembleia, em outras bastam os dois terços dos membros presentes à sessão.

Onde, porém, a reação mais habilmente conseguiu os seus intentos, foi no regime eleitoral. Qual o tínhamos, dava triunfo infalível à demagogia e não podia deixar de intimidar a nação que aspirava pela ordem e a quem essas cenas de comícios, de vozerias de violências não pareciam muito próprias para assegurar o triunfo da vontade nacional. Dessa convicção universal nasceu a reforma do regime de eleições; procurou-se prudentemente arredar todos os sintomas de demagogia; operações lentas, enfadonhas, matadoramente lentas, determinadas por uma lei minuciosamente

casuística e embrulhadas em um sem número de avisos explicativos, o conseguiram; não houve mais comício, nem a força e a violência deram a lei; substituiu-se a fraude, a corrupção e a coação das autoridades. Os votantes não compareceram mais em massa, solidários, apoiando-se uns nos outros, e apresentando o aspecto do tumulto; compareceram individualmente, sob a direção, a tutela e a fiança dos seus inspetores de quarteirão, sob a vigilância dos seus superiores da guarda nacional.

Na eleição demagógica, o governo necessariamente venceria desde que o quisesse; pois o governo é força organizada; na eleição na qual se combinou, os inspetores de quarteirões e os oficiais da guarda nacional vencem suave e naturalmente... até porque a universal convicção da infalibilidade dessa vitória arrega os esforços antecipadamente reconhecidos ineficazes, dos que poderiam querer contrastá-la.

Tal foi a obra da reação monárquica, tão completa como havia sido a da ação democrática; uma partira do medo e da suspeita contra o poder e o aniquilara; a outra do medo da turbulência e do horror ao tumulto e à anarquia, e aniquilara a liberdade. Na sociedade brasileira organizada pela democracia, toda a força, toda a autoridade parte das freguesias, os municípios, da eleição local, do povo; Câmara municipal eletiva e quadrienal; juizes municipais, de órfãos, promotores eleitos pelas Câmaras; júri por elas qualificado; juizes de paz eletivos e anuais; assembleias provinciais eletivas, quase soberanas no seu poder de legislar, dominando a magistratura pela facilidade de demitir os juizes de Direito, invadido o executivo pela nomeação dos vice-presidentes: e, para proteger essa ordem de coisas, nada de exército: serviam cidadãos armados na guarda nacional, obedecendo a chefes de sua confiança e deles dependentes pela necessidade da reeleição.

Na sociedade organizada pela reação, a influência da localidade desapareceu; tudo partiu do governo, tudo ao governo se ligou, o governo foi

tudo, e tanto que hoje não há brasileiro que mil vezes por dia não manifeste a convicção de que a sociedade está inerte, e morta, de que só o governo vive. E por isso ao governo se dirigem todos os votos, todas as aspirações a melhoramentos, o governo é por todos invocado até quando se quer, para divertimento da capital, contratar cantores e bailarinas!

Enquanto a obra da reação se ia realizando, os defensores da democracia não desampararam o campo. Como no período de 1834 a 1836, houve quem conservasse as ideias, as tradições, diremos até o culto do poder monárquico, quem lutasse por embarçar as consequências do triunfo de 1831, houve igualmente quem se conservasse, senão em todo, ao menos em parte, fiel às ideias populares, quem por elas lutasse e assim quisesse embarçar as consequências do triunfo de 1840. Infelizmente, já o dissemos, não contavam esses com os recursos legítimos da tribuna, da imprensa, da associação, da petição e, por isso, mais comprometeram do que serviram à causa da liberdade obrigando muitos que a poderiam defender, a desampará-la e até a agredi-la, vendo-a confundida com a revolta que seus instintos, como sua inteligência, repeliam.

Entretanto, essa mesma luta não foi infecunda para a ilustração nacional, para o desenvolvimento da razão pública.

Ideias foram aventadas, e tão habilmente sustentadas, que calaram em muitas convicções: expressões tão bem inspiradas que ficaram como um ferrete de ignomínia sobre alguns meios de governo e de opressão; grandes necessidades públicas foram demonstradas e a razão nacional se esclareceu. O observador que, desprevenido, confrontar as épocas, verá que em tudo e por tudo os *caramurus* de 1831 a 1836, e os liberais de 1841 a 1851 desempenharam o mesmo papel, cometeram os mesmos erros, fizeram os mesmos benefícios. O que arredava dos *caramurus* as simpatias da grande massa nacional era a restauração, o que arredou dos liberais as mesmas simpatias era o constante apelo

para as armas: em um e em outro caso, revolta e sofrimento, ruína da liberdade e da ordem, e a nação queria existir, e existir livre.

Desde, porém, que a morte de D. Pedro I fez desaparecer a causa profunda dessa aversão e desse divórcio, a doutrina do Partido *caramuru*, modificada, aperfeiçoada, pela inteligência, foi geralmente abraçada, triunfou sob a bandeira do regresso.

Assim igualmente, no dia em que, depois de tantas revoltas mal sucedidas, uma derradeira se fez concitando todos os elementos de conflagração, e sem embargo de tudo, sucumbiu, entrou em todos os espíritos a convicção da improficuidade da turbulência, as paixões refrearam o seu ardor, puseram silêncio a suas exigências, retiraram as suas ameaças, então cessou naturalmente a aversão e o divórcio e, sob o pregão do progresso conservador, apareceu a época da transação.

A preponderância exclusiva da ação correrá seus destinos, e desaparecerá.

A preponderância exclusiva da reação lhe sucedera, ia correndo os seus destinos.

Cumpriria deixar que esses destinos se completassem, que, no arrefecimento das paixões, na extinção dos ódios, no resfriamento do interesse político, a reação prosseguisse, e não contente com tudo quanto havia ocupado, quisesse continuar a sua expansão até chegar ao *knout* do moscovitismo?

Não, dirão unânimes todos os brasileiros. Mas também a reação pode parar e consolidar-se nas suas conquistas; nada mais ameaçar, mas nada também ceder, acrescentaram alguns. Esses não terão examinado o painel da atualidade, nem estudado as lições da história política do mundo.

Dir-lhes-iam elas que todo o poder tem instintos irresistíveis de expansão a que necessariamente cede, se lhos não vem reprimir com uma

justa ponderação outros elementos de poder de diversa origem e índole diversa. A reação, ou há de ser contida pelo desenvolvimento do princípio que já dominou absoluto, e que hoje está completamente excluído, pelo princípio democrático, ou há de ir por diante; parar espontaneamente é-lhe impossível.

Se vai por diante, irá necessariamente despertar novas lutas. Embora despido de toda a influência oficial, deserdado do seu quinhão constitucional, o espírito de democracia não está morto, nem pode morrer no Brasil. Continuando, a reação i-lo-á necessariamente provocar... e, provocando, há de ele vencer, pois lerá por si esse grande apoio do bom senso nacional, que anulou os *caramurus* em 1833 e lhes deu triunfo em 1836. Há de vencer, pois o brasileiro quer, quer, quer indispensavelmente liberdade como condição da ordem, ordem como condição da liberdade: e nossos país bem o compreenderam e, por isso, no grande pacto fundamental que liga os brasileiros, estabeleceram o consórcio, o justo equilíbrio dos elementos monárquicos e democráticos, cada um com os direitos, com os encargos que lhe são próprios.

Há de vencer e, então... Pois estará destinada a nossa bela pátria, sem embargo da índole tão admirável dos seus filhos, da sua benevolência, da sua generosa magnanimidade da sua inata indulgência, a ficar eternamente condenada aos incessantes acometimentos da ação e da reação, sem que nunca, nem nas mais favoráveis circunstâncias, descubra a sabedoria política os meios de combinar os dois elementos constitucionais, colocar a sociedade nos seus eixos?

Pensamos que não: tal fatalidade nos não persegue!

O período da reação está tão completo desde 1852, como o da ação o esteve no dia em que o regente do ato adicional tornou conta do governo para dar testemunho da desorganização social que o assombrou. É, pois, chegada a época da transação.

ÚLTIMO PERÍODO – 1852 A 1856. TRANSAÇÃO

O período da transação está começando; dize-nos onde param as antigas parcialidades, onde, os seus ódios? Já de há muito desapareceram. Em testemunho disso, vede aí que palavra puseram por diante os parlamentares, quando se levantaram contra o ministério que precedeu ao atual? A conciliação. E esse mesmo ministério, como o seu predecessor, como o seu sucessor, que tendências mostrava senão as de uma conciliação que, ao menos quanto aos indivíduos, punha em perfeito olvido todo o passado? E que movimento social era esse que todos os políticos pressentiam, a que todos obedeciam, que lhes fazia abandonar as suas posições de vencedores, senão o resultado da convivência íntima do país de que estavam extintas todas as paixões, acabadas todas as lutas do passado? E essa extinção das paixões, esse esquecimento de ódios, o que são senão os sintomas evidentes de que a sociedade tem chegado a esse período feliz de calma e de reflexão que pode e deve ser aproveitado para a grande obra da transação?

Cumpra que o poder espontaneamente se desarme de quanto lhe foi dado, não por ser-lhe essencial para desempenhar os seus tutelares encargos, mas, em atenção às circunstâncias excepcionais da posição em que ele se viu colocado, lhe cumpra renunciar ao arbítrio com que suprime a liberdade individual, com que subjuga a nação militarizada. Cumpra-lhe ver entre as ideias que os liberais puseram pó diante nos dias de suas lutas (ideias que felizmente foram escritas em três programas notáveis), quais as que satisfazem as verdadeiras necessidades públicas, quais as que, sem perigo, dão ao elemento democrático algum quinhão na organização política do país; cumpra que o que é do povo seja restituído ao povo.

Se assim acontecer, não receamos errar profetizando que a era lamentável de convulsões pela qual têm necessariamente de passar as nações novas que tratam de organizar-se, estará concluída, para nunca mais ser renovada: então entregues as questões de política, de governo, de alta administração ao jogo legítimo de um regime representativo com prudência equilibrado, poderá a nação brasileira caminhar segura para os grandes destinos que a esperam.

Se, porém, perder-se o ensejo, se os anos de 1855 e 1856 correrem tão infecundos para a grande causa da transação como correram os três anos que lhes precederam, se o poder compreender tão mal o seu dever para com a pátria, que continue exagerando cada vez mais as suas conquistas, então... Ah! quem sabe se os defensores da causa nacional, da causa da liberdade e da ordem, não terão de ir defendê-la contra as exagerações de uma nova reação democrática nos seus limites extremos da ordem social, não terão de ir defendê-la, não já contra os que quiseram a supressão do Senado, a ruína de instituições essenciais, mas contra os que acometeram todo o edifício político e todo o edifício social, contra os que quiserem uma constituinte!

O moscovitismo, se lá chegássemos, traria necessariamente a anarquia e a demagogia; mas, temos fé na inteligência e no patriotismo brasileiro, lá não chegaremos.

As súbitas iluminações do patriotismo que tantas vezes nos têm salvado, confiamos que, ainda uma vez, enquanto é tempo, nos salvarão. O período da transação será aproveitado e os dias fatais da eleição de 1855 não verão a luta da sociedade manietada para repelir os representantes que o moscovitismo lhe quiser impor.

Escrevemos este folheto, de improviso, nos momentos roubados a mil ocupações, escrevemo-lo sem ter tempo, nem sequer de lhe limar o estilo; escrevemo-lo, porque entendemos que era um dever nosso e

esse dever cumprimo-lo com toda a sinceridade de nossa convicção, sem influência alguma de malquerença individual, antiga ou recente. Estamos certos de que, nesse ponto, o leitor far-nos-à justiça; no mais, sem desvanecimentos de vaidade, muito folgaremos se houvermos despertado alguma reflexão fecunda e lançado, sobre a atualidade, alguma luz que aproveite nos que a têm de dirigir.

∞ *A Conferência dos Divinos*

❧ Ferreira Vianna e *A Conferência dos Divinos*

Ferreira Vianna, discursando no dia 5 de julho de 1882, na Câmara dos Deputados, proferiu estas palavras, dirigidas ao então Visconde de Paranaguá: “– Tomara que eu tenha o patrocínio que vossa excelência tem, quando algum dia, por desgraça, for ministro!”.

O registro da taquigrafia assinala que a frase foi acolhida com risos pelo plenário. Era um dos segredos desse tremendo orador parlamentar o modo pelo qual fazia desencadear o riso em meio dos mais graves debates. Aí, não só a formulação da frase era naturalmente engraçada, como ainda a condição do orador aprofundava o contraste. Defrontavam-se, de um lado, o Visconde de Paranaguá, um áulico, um válido do imperador e, do outro, Antônio Ferreira Vianna, o desabusado autor de *A Conferência dos Divinos*. O deputado não podia compreender como o imperador, depois de aconselhar-se com Saraiva, tivesse preferido esse velho e ilustre político baiano para colocar à frente do gabinete aquele visconde. Dai insistir em que se tratava de “um ministério patrocinado”.

– Se há nisso uma insinuação, eu protesto! – exclamara Paranaguá.

– Ministério patrocinado? Mas patrocinado por quem? – interpe-
lou o deputado Moreira de Barros.



Antonio Ferreira Vianna, autor de *A Conferência dos Divinos* e um dos demolidores da monarquia brasileira.

– Queremos que fale com franqueza! – intimou Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior.

Ferreira Vianna já tinha alcançado o fim desejado. Sem se perturbar, voltou-se para os adversários e declarou:

– Mas, senhores, é do meu natural ser confuso! Outra vez, o riso dominou o plenário... Não exprimia propriamente uma verdade, mas sabia dar uma forma velada ao seu pensamento, quando o desejava. Não tão velada, no entanto, que os iniciados não lhe percebessem o sentido. Foi o que aconteceu com *A Conferência dos Divinos*, por exemplo. Ali, tudo é alegórico. Ao leitor de hoje, impressiona singularmente a repercussão que alcançou tal panfleto nos últimos anos do Império. E é interessante notar que serviu de munição de boca à veemente campanha republicana, desenvolvida a partir de 1870, data do famoso manifesto que teve Saldanha Marinho como primeiro signatário. Foi reproduzido em muitos jornais de tendências republicanas e teve sucessivas edições, uma destas, para melhor compreensão dos leitores, anotada por Anfrísio Fialho, que viria a ser um dos membros da Assembleia Constituinte de 1891. É o texto que escolhemos para reproduzir a este volume.



Foi uma das figuras mais curiosas da política do Império o autor de *A Conferência dos Divinos*. Nascido na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, a 11 de maio de 1832, veio menino para o Rio de Janeiro, aqui se matriculando no Imperial Colégio de D. Pedro II, então dirigido pelo monge beneditino Frei Rodrigo. Bacharel em Letras, teve como companheiro de turma os futuros Senadores Paulino Soares de Souza e Henrique d'Ávila e distinguiu-se, como estudante, principalmente em

línguas, em especial a latina, a alemã e a inglesa. Traduziu vários trabalhos do inglês e do alemão, inclusive fábulas de Lessing e contos do Cônego Schmid. Em São Paulo, onde fez com brilhantismo o curso de Direito, Ferreira Vianna teve como companheiros de estudos moços que muito se distinguiram na vida pública brasileira. Entre esses, Félix da Cunha, José Bonifácio (o moço), Teixeira Júnior, Américo Brasiliense, Quintino Bocaiúva etc. Fez parte, em 1852, de uma sociedade de cultura, o Ensaio Filosófico Paulistano e foi o orador oficial da Faculdade de Direito de São Paulo nas homenagens prestadas naquele ano ao jovem acadêmico e talentoso escritor Álvares de Azevedo, que acabava de desaparecer. Com Quintino Bocaiúva, fundou um pequeno jornal, *A Hora*, cuja tendência era nitidamente republicana (provavelmente por influência desse companheiro), o que não obstou a que ambos logo buscassem abrigo nas fileiras do Partido Liberal. Foi em São Paulo que, ainda acadêmico, iniciou sua vida de político e de panfletário, com a publicação de *A Fusão*, folheto dedicado a Félix Xavier da Cunha e impresso na Tipografia Liberal, de Joaquim de Azevedo Marques, na capital daquela província, no ano de 1854. Quais eram as ideias dominantes desse panfleto? Fazia Ferreira Vianna um paralelo da conciliação dos partidos, na França, com a conciliação no Brasil, iniciada no ano anterior, sob a égide do Marquês de Paraná. A da França tivera lugar entre legitimistas, orleanistas, socialistas e comunistas e Thiers fora o chefe dessa coalizão, sem, todavia, se vangloriar de ser legitimista, republicano, socialista ou comunista. Acrescentava:

“Unem-se os partidos quando em oposição para dar batalha e derrotar, se lhes for possível, o inimigo comum. Ante o inimigo que goza do poder, não é político repelir aliança temporária de adversários, muito embora, que se achem em hostilidade com o governo”.

Não entendia, porém, como se fizesse uma fusão do partido que estava com o governo o que representava a oposição. Tal fusão, dizia, “é descrença, egoísmo de alguns, pusilanimidade de outros e graves danos para o país”. Sua admiração ia para os vultos franceses que tinham resistido aos impulsos coalicionistas: Guizot, Berrier e Victor Hugo. Estes não se abraçavam... E prosseguia:

“Sim, lá víamos grandes homens, vasta e nobre política, inalterabilidade de crenças; aqui, homens recomendáveis, sem dúvida, política acanhada e, por vezes, falha daquela nobreza com que se devem bater os partidos, e uma inconstância e uma vacilação tal de ideias, que bem se poderia acreditar que, entre nós, não se pensa senão em satisfazer o mais repreensível egoísmo. Todavia, não se generaliza nessa proposição; ainda existem caracteres nobres, convicções de bronze, partidários firmes e generosos; e a prova está no Partido Liberal, que, privado do poder há cinco anos, nem por isso emudeceram seus oradores, nem se amorteceu a imprensa, nem esfriaram seus apóstolos na defesa heróica dos princípios da liberdade. Aí estão no Rio de Janeiro esses homens que todos os dias protestam contra as arbitrariedades do poder; aí está a imprensa com a frente cheia de estrelas, com as armas vergadas de troféus”.

No seu entender, essa imprensa, com o brilho de sua polêmica, com o conceito de que gozava, estava “enfraquecendo todos os dias o governo com a publicação dos seus desatinos”. Repelia a mão estendida de Paraná, afirmando categoricamente que “os bravos campeões do Partido Liberal sabem morrer, mas não consentem em ser degradados”.

Palavras cheias de um transbordante entusiasmo e de um idealismo que, em breve, seria desmentido, as desse moço estudante de apenas 22 anos de idade já anunciavam, no entanto, o argumentador vivaz e o arguto

observador político do futuro. Uma das principais conclusões do folheto com que Ferreira Vianna empreendia o combate à conciliação era a de que a fusão dos partidos seria um caminho certo para apressar o advento da República. Quarenta e cinco anos antes da queda da monarquia, já pressentia ele que o regime perigava, proclamando: “Talvez pensem os conciliadores que fundir os partidos é harmonizar dois amigos brigados ou ligar dois seres que se odiavam para comum utilidade. É um fatal engano em que só podem viver fofas cabeças”. E por que exprimia tal juízo? Porque, afirmava, “com a fusão dos dois partidos em que se acha felizmente dividido o país – felizmente porque no sistema representativo há necessidade de oposição constante e constitucional –, esses dois partidos se amalgamarão e aparecerá um único, que representará a combinação, ou a fusão”. E declarava que “aqueles que são hostis à conciliação, ou por seus escrúpulos, ou mesmo por suas ideias, se irão alistar nas fileiras do partido que, formado e organizado, se apresentar em campo para bater os fusionistas – e esse partido é o republicano”. Asseverava que “ninguém poderá censurar aqueles que, sem serem radicalmente republicanos, se forem abrigar à sombra do estandarte democrático puro, porquanto alguns homens sós, e sem comunidade de vistas, nada podem alcançar”.

Era, ainda, reverente para com a pessoa do imperador. Dizia, mesmo, que “o Partido Liberal é o mais sólido alicerce sobre que pode assentar-se o trono, porquanto abraça o rei com o povo e mais ou menos sossega os exagerados e revolucionários”. Como *mot de la fin* vinha este rasgo: “Aqueles que nos oferecem a humilhante fusão, digamos: os nossos bravos companheiros políticos ainda não estão cansados de pelear em prol da liberdade constitucional”. Era, como se vê, um galhardo liberal, com o *panache* de um verdadeiro espadachim...

Mas, uma vez formado em 1855 e tendo defendido tese em 1856, veio para o Rio de Janeiro e, no mesmo ano, se assinalou sua primeira

capitulação: o “conciliado” José Tomás Nabuco de Araújo, deputado e ministro da Justiça do Gabinete de Paraná, estendia-lhe a mão protetora e Ferreira Vianna, estreitando-a, se deixava nomear para o cargo de promotor público na Corte. Quatro anos depois, demitiu-se para se dedicar ao jornalismo, à advocacia e à política. Quando, mais tarde, surge na arena partidária, é já como um grande jornalista conservador.

A princípio, colaborou no *Correio Mercantil* e, depois, quando Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva se desligaram do *Diário do Rio de Janeiro*, até então a serviço do Partido Liberal, assumia Ferreira Viana a chefia de sua redação, passando a combater veemente a facção política liderada naquele momento por seu ex-correligionário Zacarias de Góis e Vasconcelos. Com a queda de Zacarias, começou a brilhar a estrela política de Ferreira Vianna. Deram-lhe os conservadores um grande banquete e o antigo idealista de *A Fusão* é saudado pelo antigo liberal e então intransigente saquarema Sales Torres Homem, que fizera o mesmo caminho para chegar às hostes conservadoras. Levado à vereança e à presidência da Câmara Municipal da Corte, Ferreira Vianna prova, nessa oportunidade, a sua capacidade de administrador e a vocação mais decidida para funções executivas. Entretanto, seu verdadeiro destino seria a tribuna parlamentar.

Quando presidente da Câmara da Capital do Império, eram precários os recursos com que contava para a realização de obras públicas. Não poderia lançar tributos, pois os contribuintes já arcavam com os pesados ônus que lhes haviam sido impostos pela nação, para o custeio da guerra com o Paraguai. Fez, então, Ferreira Vianna uma coisa inédita: saiu pelo centro da cidade, visitando estabelecimentos comerciais, escritórios, casas de família, e pedindo, ele mesmo, donativos para a construção de escolas. Foi assim que fez construir as escolas municipais de São Sebastião e de São José. Dissolvida a Câmara dos Deputados, quando se realizou o novo pleito, foi um dos deputados eleitos pela Província do

Rio de Janeiro, na qual se inseria o “município neutro”, que, após a República, se converteu em Distrito Federal. Participou das legislaturas de 1869 a 1872, de 1872 a 1875, de 1878, 1881 a 1884 e de 1886 a 1889. Teve, assim, cerca de quinze anos de atividade parlamentar.

O Conde de Afonso Celso, seu contemporâneo em dois desses períodos legislativos, os de 1881 a 1884 e de 1886 a 1889, dele deixou um interessante retrato no livro *Oito Anos de Parlamento – Poder Pessoal de D. Pedro II*. Escreve o ilustre memorialista:

“Completo ator na tribuna, possuía em sua lira todas as cordas – a cômica, a dramática, a trágica. Figura socrática, enigmática, expressiva, mas desconcertante, fazia pensar na célebre sentença: a palavra foi dada ao homem para encobrir o pensamento. Encetava o discurso lentamente, a voz cava, o ar humilde, e monacal, olhos baixos, imóvel, como a suplicar misericórdia. Estabelecia-se imediato silêncio, afinavam todos o ouvido, para não desaproveitar uma sílaba daquelas ponderosas revelações. A pouco, a dicção se avolumava, ganhava consistência, o gesto ia-se desprendendo e se inflamando. E era um gozo escutar Ferreira Vianna. Ora pregador, ora tribuno, ora palestrador, brincava com a palavra, e a coloria, e a torcia, e a meneava como perito artista o seu dócil instrumento. Aqui movimento e fervor, adiante calma e majestade; além, entonações burlescas; mais tarde, indignação, zombaria, dor, a ponto de se temer que as lágrimas saltassem. Ajuntai vastos conhecimentos filosóficos e históricos, anedotas picantes, felizes achados de ideia e de expressão, locuções lapidares, muitas das quais ficaram populares. A dicção, sempre rítmica, não se acelerava nos episódios de mais força, guardando inalterável correção. O que dava aos discursos de Ferreira Vianna sabor particular eram os subentendidos, as reticências, as alusões maliciosas e veladas, frequentemente ferinas, à pessoa do Imperador. A par de trechos cuja harmonia,

simplicidade e aticismo atingiam a genuína eloquência clássica, estalavam invectivas e epigramas tão imerecidos quanto cruéis. A variedade dos tons, a propriedade da mímica e das atitudes, a profusão dos matices autorizavam afirmar-se que Ferreira Vianna representava seus discursos, regalando os olhos dos circunstantes, além de lhes regalar a inteligência e o ouvido. Tudo estudado e calculado, mas — suprema vitória da arte! — aparentando a frescura e a espontaneidade da improvisação. Até os algarismos eram artisticamente apresentados”.

Era Ferreira Vianna deputado pela segunda vez, quando a 27 de fevereiro de 1873 se deu o famoso incidente com o jornal *A República*, órgão do recém-fundado Partido Republicano e dirigido por Salvador de Mendonça e Quintino Bocaiúva. Arvorara esse jornal uma bandeira que seria nacional, se não lhe faltassem as armas do Império, e afixara boletins anunciando a proclamação da República Espanhola, a cuja chefia ascendera Emílio Castelar. Registraram-se, então, sérios incidentes. O jornal foi atacado por grupos armados, que o governo asseverava serem constituídos por populares*, mas que os republicanos afirmavam serem

* ☞ Em carta ao Imperador, então em Petrópolis, datada de 1.º de março de 1873, em o que dizia o Visconde Rio Branco, presidente do Conselho: “Estávamos em conferência quando recebemos aviso pelo Deputado Gusmão Lobo de que um grande ajuntamento de povo queria deitar abaixo a taboleta de *A República*, se ela não fosse retirada pelos proprietários. Nessa insistência houve pedradas de um e outro lado. Escrevemos ao chefe de polícia que fosse ao lugar e, tratando bem ao povo, o dissuadisse daquele intento. A polícia fez isso, dispersando o povo por meio de patrulhas de cavalaria. A demonstração popular foi espontânea, e de várias classes da população. Realmente a audácia da gente de *A República* era para provocar essa represália, desde que os sentimentos de ordem e de amor às instituições não estão mortos, como eles supunham. É natural que atribuam o fato ao Governo, como são capazes de atribuir-lhe a peste, mas há numerosos testemunhos em contrário”. In “Anuário do Museu Imperial”, Ministério da Educação e Saúde, Petrópolis, 1951. É interessante o confronto da versão oficial com a da oposição...

agentes de polícia. O fato é que, sob as vistas dos policiais, foi a redação de *A República* apedrejada, aos vivas à monarquia e a D. Pedro II, sendo o jornal republicano obrigado a arriar, finalmente, a bandeira que havia içado. Tinha a polícia permitido a iluminação do quarteirão onde se achava a sede daquele jornal e o embandeiramento de sua redação. Na fachada do prédio, à Rua do Ouvidor, sobre a taboleta do jornal, fora colocada uma inscrição a gás – “Viva a República!”. E, num transparente, no centro, o retrato de Emílio Castelar. No meio de uma entusiástica manifestação republicana, o edifício cheio de famílias, deu-se o súbito ataque. Lúcio de Mendonça deixou registrado:

“A polícia apadrinhava, visivelmente, a agressão. Policiais foram vistos a carregar cestos de pedras. Quem o disse, com discurso público, foi uma testemunha maior de toda exceção, o honrado Senador Francisco de Paula da Silveira Lobo. A pretexto de que o *povo* estava revoltado de ver a bandeira nacional sem as armas imperiais, um delegado de polícia foi intimar ao proprietário da folha que retirasse dali aquela bandeira ou não responderia por nada, nem pela segurança da propriedade, nem pela das vidas”.

Assim como o Senador Silveira Lobo atacou o governo do Visconde do Rio Branco no Senado, o deputado Ferreira Vianna também formou ao lado dos jornalistas de *A República*, com igual veemência, na Câmara dos Deputados.

Começou Ferreira Vianna contestando que D. Pedro II fosse soberano, como o chamara o ministro da Justiça, deputado Duarte de Azevedo. Não. Não era, porque a Constituição qualificava-o de “primeiro representante” e expressamente reconhecía como dimanações da vontade ou da soberania nacional todos os poderes políticos.

“Se, em verdade, o chefe do poder executivo fosse soberano, como pretende o nobre ministro da Justiça – continuou –, a nossa forma de governo seria outra e a manifestação de *A República* não poderia ser tolerada e, muito menos, consentida pela autoridade competente. Só a monarquia constitucional representativa pode manter-se no meio da luta de todas as opiniões políticas, sem nada perder de sua força moral e consolidando-se cada vez mais do espírito público”.

Como sempre, recusava-se Ferreira Vianna a admitir a “onipotência” do imperador. A demonstração dos republicanos parecia, a esse conservador de índole tão liberal, uma coisa romântica, inocente, pacífica. E argumenta: à luz do dia, não tinha havido nenhum protesto. Só alta noite, quando o júbilo democrático, na hora do cansaço, já havia amortecido, é que se levantou aquele tardio grito de indignação contra o ultraje à bandeira ... “A decoração era a mesma que se conservara durante o dia e parte da noite; eram as mesmas as bandeiras, a iluminação igual, apenas menos resplandeceu te. Parece que a indignação veio por acesso repentino e rompeu na rua quando o entusiasmo arrefeceu no clube republicano”, frisa maliciosamente o orador.

Quanto à bandeira, argumentava:

“Quais as causas da indignação popular? Ver arvorada uma bandeira que não tinha a coroa imperial. Seria uma bandeira ou um estandarte do clube republicano? Decididamente não era a bandeira nacional, porque lhe faltava um de seus símbolos. Mas, senhores, essa bandeira ou estandarte não continha nenhum ultraje à honra e à dignidade da pátria. A omissão da coroa é lógica, porque está de acordo com as opiniões e princípios professorados publicamente

pelo clube republicano. Se é um ultraje arvorar aquele pendão, notai que maior tem sido levantar o dístico *A República*, publicar o jornal e lançá-lo à circulação. A tolerância dos governos e da opinião pública denuncia que o ultraje é pretexto convencionado para justificar a violência. Exigir que *A República* arvorasse, em sua manifestação ao recente triunfo da democracia espanhola, a bandeira com o símbolo da monarquia seria impor-lhe a apostasia; arriar a que arvorara, um capricho. Neguem a manifestação das opiniões, mas não levem o suplício até obrigá-las a incoerências. Seria o requinte da tirania”.

Declarava-se francamente contrário à República. E afirmava:

“A melhor forma de governo na região teórica é uma questão sem alcance político. O problema está resolvido pela nossa Constituição prática e sabiamente. Foram atendidas devidamente as condições do nosso país. Os resultados, não obstante as degenerações de nossas instituições, se não correspondem inteiramente às previsões do legislador constituinte, nos têm assegurado benefícios, que duvido pudessem alcançar de qualquer forma de governo. Entretanto, a república não merece o desdém que se lhe quer lançar. No declinar do nosso século, temos assistido a tantas decadências e surpresas, que seria temeridade escarnecer dos recursos e influência da democracia. O meio de as monarquias superarem as crises não é abandonarem-se aos expedientes do arbítrio, mas aceitarem de boa fé as reformas exigidas pela liberdade prática. A república, que fez a glória da antiguidade grega e romana, que preside aos destinos do maior povo do nosso século, que mantém felizes e independentes no meio das potências da Europa os livres e pacíficos cidadãos da Suíça, nos deve inspirar outros sentimentos”.



Caricatura de Ferreira Vianna na *A Semana Ilustrada*, de Henriques Fleuiss, na época em que exercia o político conservador a presidência da Câmara Municipal.

Não seria exagero dizer que esse conservador fez, no início de 1873, um dos discursos mais liberais que ouviu a Câmara. Diremos, mesmo, que nenhum dos vários deputados republicanos mandados ao Parlamento antes de 15 de novembro de 1889 proferiu palavras que ao menos levemente se assemelhassem a essas. . . Foi longo o discurso em que Ferreira Vianna condenou com firmeza as monarquias arbitrárias, que exercem o poder como verdadeiras ditaduras com violência e terror, mostrando como caíram Napoleão III na França, Isabel II na Espanha e Fernando II em Nápoles. “A sorte dessas dinastias deverá ter convencido a todos os governos que o caminho da ordem é o da liberdade”. Afirmou, por fim, que os ataques à redação de *A República* haviam dado ao ministério uma celebridade que não era invejável.

“A imprensa era a única válvula de respiração que ainda restava ao espírito público. O responsável pela explosão será a mão que a comprime. Dedicado a esta liberdade, que prefiro a todas as outras, pago-lhe voluntariamente o tributo do meu reconhecimento. A imprensa foi vítima de um atentado não repetido nesta cidade e nem tentado no Segundo Reinado. Não creio goze do benefício do silêncio, que tão imprudentemente deseja obter, e lhe anuncia o órgão democrático tão brutalmente ultrajado. A política do governo precipita-o em um abismo fundo e hediondo: o do desprezo público”.

Tal era o espírito de Ferreira Vianna. Sua irreverência não poupava o seu próprio partido. Era um conservador que, não raro, zurzia os conservadores, para gáudio dos liberais e dos republicanos que curtiavam o ostracismo. Nos últimos meses do gabinete Rio Branco, abalado pela questão dos bispos e por dissensões entre os próprios ministros, embora estes procurassem dar, em público, uma impressão ilusória de

concordia, fez ele um discurso em que satirizou a “pacificação” do ministério:

“— Não creio, senhor presidente nesta paz, porque ela foi feita a troco e a sacrificio, não de ideias, o que é muito, mas até de certos princípios de amor próprio, que difficilmente cedem. Não creio nesta paz; e, a este respeito, quero sobre ela fazer uma imagem, recordando a V. Ex.^a um fato que aconteceu comigo nas nossas vizi-nhanças... Passeava eu uma tarde para dar um pouco de força ao meu já tão cansado corpo... passeava eu uma tarde, quase ao anoitecer. E, na Rua do Catete, junto à Secretaria dos Negócios Estrangeiros (designo estes lugares porque são muito conhecidos do nobre presidente), há uma casa que os portugueses chamam de pasto; ouvi dentro um grande alarido, barulho, cabeças quebradas, gritos de pedido de socorro, e me aproximei com toda a rapidez para ver o que era, tanto mais que já a tocar o apito, já a alguns corria o sangue pelo rosto abaixo, outros estavam estendidos no chão, outros espumavam, os porretes trabalhavam; era um alarido em todos os pontos; saí e olhei o letreiro, um lampião, espécie de farol, que esta casa tem, e o dístico era *Paz entre amigos (Hilaridade geral e prolongada no salão e nas galerias)*”.

Pelo simples registro da taquigrafia, bem se pode avaliar o efeito cômico obtido pelo malicioso orador...

Afonso Celso conta que os discursos de Ferreira Vianna eram por este anunciados previamente a um seu amigo e admirador, o “compadre Barradas”, que jamais perdia ocasião de ouvi-lo, “boquiaberto, em êxtase”. Era comum ouvir-se esta observação: Lá vem o Barradas... O Ferreira Vianna vai falar...

Se a imprensa aludia à sua presença na tribuna, para combater este ou aquele projeto, as galerias se enchiam de espectadores, ávidos de gozar um espetáculo divertido, excitante, não apenas para os estranhos, mas até para os membros da Câmara, pois um dia, ante uma tirada de maior efeito do orador, o Deputado Leandro Chaves de Melo Batisbona, no auge do entusiasmo, completamente fora de si, tomou de um só gole o copo d'água destinado ao orador, em meio do espanto e da hilaridade geral. É Afonso Celso quem conta este episódio, para sublinhar que, “no conjunto, era iconoclasta e destruidora a ação desses discursos”, em que os republicanos encontraram “abundante arsenal de armas para combater o antigo regime”. Tinha Ferreira Vianna consciência do êxito do tipo de oratória que adotara e que cultivava com prazer especial, em parte talvez por cálculo eleitoral, em parte pelo gosto de brilhar. Não seria por outro motivo, aliás, que Afonso Celso anotara: “A arte refinada deste eminente mestre da palavra muito encantou e divertiu seus contemporâneos. Mas parece que quem mais se encantou e divertiu com ela foi o próprio orador”.

Sua posição era mais a de um *dissenter* que a de um partidário. Era um advogado do diabo na grei conservadora. Mas não se tome esta expressão ao pé da letra... Quando surgiu a famosa “questão dos bispos”, funcionou como advogado, ao lado do adversário político Zacarias de Góes e Vasconcelos, antigo chefe liberal, defendendo com este os prelados presos por decisão do imperador e do gabinete Rio Branco, com a anuência do Conselho de Estado. Ferreira Vianna foi quem, perante o Supremo Tribunal, fez a defesa de D. Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará.

A “questão dos bispos” nascera de uma exigência de Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, através dos vigários de sua diocese, aos membros das irmandades religiosas, pertencentes à maçonaria, para

que abjurassem essa “seita condenada pela igreja”, sob pena de serem imediatamente expulsos. Os padres que fossem maçons ficavam impedidos de celebrar qualquer ato religioso enquanto não se desligassem da maçonaria. As irmandades reagiram recorrendo ao governo e não admira que o fizessem, sendo o chefe do gabinete de então, o Visconde do Rio Branco, uma alta dignidade da maçonaria. Desta, tinham feito parte, no Primeiro Reinado, as mais ilustres figuras do Império, a começar por D. Pedro I, José Bonifácio, Joaquim Gonçalves Ledo, Martim Francisco, José Joaquim da Rocha, José Clemente Pereira e, entre os religiosos, o cônego Januário da Cunha Barbosa, Frei Francisco de Santa Tereza Sampaio, Padre José Cupertino, Frei Antônio de Arrábida, Padre René Boiret, Padre Narciso Nepomuceno, Padre Francisco Vieira Goulart, Padre Manuel Rodrigues da Costa, Frei Leandro do Sacramento etc. Uma bula papal colocara, porém, a maçonaria no rol das coisas proibidas e, daí, a atitude de Frei Vital, seguido pelo bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa. Mas, como as bulas papais, sendo a religião ligada ao Estado, dependiam, para produzir efeito, do *placet* do imperador, e este não forado, o Conselho de Estado deu provimento aos recursos das irmandades. Não se conformaram Frei Vital e D. Antônio de Macedo Costa, surgindo o conflito que teve prosseguimento com o processo, a prisão e o julgamento dos bispos.

Mesmo defendendo, perante o mais alto tribunal do Império, um bispo processado por desobediência ao soberano, Ferreira Vianna produziu momentos de hilaridade. Não levou a sério o libelo acusatório do promotor Baltazar da Silveira, sustentando que não existia no Código Penal a figura delituosa que se atribuía ao prelado. Onde? Em que artigo? Seria no artigo 9? Este dizia: “Obstar ou impedir de qualquer maneira o efeito das determinações dos Poderes Moderador e

Executivo, que forem conforme à Constituição e às leis, prisão com trabalho de 2 a 6 anos”. Ou, *então*, seria no artigo 86, que abrange os atentados à Constituição e a forma de governo? Este dizia: “Tentar diretamente e por fatos destruir algum ou alguns artigos da Constituição, prisão com trabalho de 3 a 12 anos; e, se consumir o atentado, de 20 anos no máximo, de 12 no médio e de 6 no mínimo”. Ou, *então*, seria no artigo 81, que capitula os atentados contra a existência do Império? Ou, *então*, no artigo 142...

Houve risos, dada a entoação sarcástica que o orador dava a cada *então*. A repetição alcançava um efeito cômico irresistível. O presidente fez soar os tímpanos e exclamou: “Atenção! Silêncio!” Mas o advogado do bispo do Pará continuou, implacável: – Mas esse artigo trata apenas dos excessos e abusos das autoridades, ou, *então*... Nova hilaridade. A campanha voltou a funcionar. – Ou, *então*, será no 129, parte final, que trata da prevaricação?

No entender do advogado, o bispo do Pará se limitara à resistência passiva, que não era capitulada como crime, e não podia ser condenada sem que a lei determinasse a natureza do delito e qual a pena aplicável. Nessa ordem de ideias, afirmou:

“– Ninguém pode ser, por isso, condenado pela Constituição do Império. O artigo 102, parágrafo 14 (invocado na acusação), não tem correspondente na lei penal. Pode dar-se uma infração, e efetivamente se dão, sem aplicação de pena. Neste assunto odioso, nem se amplía e menos se pode inventar. Ninguém será sentenciado senão por virtude de lei anterior; e nós, advogados da lei, requeremos a Vossa Majestade que não consinta que o venerável bispo continue a ser perseguido por motivo de defender a religião do Estado, de que ele é um dos mais ilustres pontífices”.

Com argumentos diversos, Zacarias defendeu, por sua vez, seu constituinte, Frei Vital, bispo de Olinda. Falharam, porém, os dois grandes advogados, pois os bispos foram condenados pela justiça imperial, à pena de quatro anos prisão com trabalho, beneficiando-se, primeiro, da comutação para prisão simples e, depois, da anistia, decretada pelo último gabinete de Caxias.

Em 1878, passou Ferreira Vianna a publicar, na *Gazeta de Notícias*, mediante entendimento com Ferreira de Araújo, uma série de artigos, com o título de *Libelos Políticos*. Desses artigos, foi feita uma tiragem em volume, de formato pequeno, com cerca de cem páginas, ao que parece com o aproveitamento da composição tipográfica utilizada no jornal. Não tiveram os *Libelos Políticos* repercussão que, ao menos de longe, lembrasse a de *A Conferência dos Divinos*, embora o imperador fosse visado da primeira à última página do folheto. É que Ferreira Vianna não fazia outra coisa, nesses artigos, senão repetir os mesmos argumentos e opiniões que utilizava em seus discursos parlamentares. A forma alegórica e o próprio anonimato que cercara o aparecimento de *A Conferência dos Divinos*, as indagações iniciais sobre quem seria o autor, até que se descobriu nele a pessoa de Ferreira Vianna, tudo isso deu ao primeiro panfleto um prestígio que os *Libelos Políticos* não alcançariam.*

Ferreira de Araújo, nas suas *Coisas Políticas*, volume que reuniu uma série de folhetins publicados pela *Gazeta de Notícias* no ano de

* ☞ Quando circulou pela primeira vez *A Conferência dos Divinos*, em 1867, Quintino Bocaiúva foi o primeiro a identificar-lhe o autor, segundo refere Antônio Ferreira Vianna Filho. Este, para quem, com algum exagero falando da famosa obra paterna, “cada palavra era um grito, cada frase era um incêndio, era uma mole tremenda que desabava sobre o trono”, deixou este depoimento: “Era anônimo, mas o estilo à Lamennais traiu o autor e Quintino conheceu o seu antigo companheiro de São Paulo”. O segredo passou a ser de Polichinelo. Era como se o panfleto tivesse sido assinado do próprio punho por Ferreira Vianna, com a firma reconhecida em tabelião.

1883, assim se exprimia a respeito dos méritos e das convicções do autor de *A Conferência dos Divinos*:

“O Sr. Ferreira Vianna, que é um orador parlamentar de primeira água, um escritor político de valia muito fora do comum, um advogado de talento perigoso, é conservador e católico apostólico romano. Ninguém lhe pode querer mal por isso; tanto melhor para ele, se consegue acomodar a sua ilustração com as suas crenças, e estas só nos podem interessar quando o Sr. Ferreira Vianna quiser legislar com elas. Em todas as questões em que a religião não tem que intervir – e é força confessar que S. Ex.^a não faz do catolicismo o seu molho de pasteleiro, – é inegável que o modo de ver do ilustre parlamentar produz sempre grande impressão em quantos o ouvem e o leem. O Sr. Ferreira Vianna não faz parte de uma legião, nem mesmo como chefe; fala em nome do Partido Conservador ao qual pertence, sustenta as ideias do seu partido, umas de um modo bem diverso do que o fazem em geral seus correligionários; é monarquista, mas defende a monarquia apontando os erros do monarca e dizendo que o meio de o sustentar não é fazer-lhe as vontades, é pô-lo no seu lugar”.

Essa rebeldia, esse horror que Ferreira Vianna, tão propenso a fortalecer a coroa em *A Fusão*, manifestaria durante tão longo tempo ao poder pessoal do imperador foi por muitos levado à conta de uma intriga política. Ao caírem os liberais, em 1868, teria sido lembrado o seu nome para ministro da Justiça. O gabinete conservador seria constituído, por Itaboraí, apenas com senadores e figuras estranhas à Câmara. O escolhido fora, não ele, mas José de Alencar. É preciso convir, entretanto, que tal intriga não poderia ter influído na publicação, an-

terior a essa escolha, da *Conferência dos Divinos*. Além disto, o imperador, em confidências a políticos de sua intimidade, teria desmentido a balela do veto que lhe atribuíram.

Voltemos, porém, ao homem público, ao grande parlamentar, que sempre foi. É bem possível que seguisse os conselhos de Sales Torres Homem, sobre a oratória política e fosse, realmente, um ator, com papel muito bem sabido. Mas nem sempre, pois que os apartes não podem ser previstos e Ferreira Vianna tinha uma arte especial em revirá-los, aí demonstrando a espontaneidade epigramática, a improvisação humorística, que todos lhe admiravam. Dezenas de passagens desta natureza poderiam ser citadas para ilustrar esta observação. Às vezes, desentranhava de um documento uma simples palavra, para acerar as suas críticas e provocar o riso do plenário. Logo no primeiro ano em que exerceu o mandato de deputado, leu uma cópia da carta dirigida pelo ministro do Brasil em Londres a Robert Benson, a propósito da garantia de juros à estrada de ferro Great Western. Dizia o documento, a certa altura:

“S. Ex.^a, o ministro da agricultura, autoriza-me a declarar a vossa excelência que o governo imperial está determinado a promover seriamente as necessárias discussões no Senado e que, logo que os fundos sejam votados, não haverá demora em decidir esta importante questão”.

—O *seriamente* era desnecessário —, observou Ferreira Vianna —, porque não creio que o governo do meu país promova coisa alguma a não ser seriamente...

O Conselheiro Almeida Arcas, futuro Visconde de Ourém, deve ter ficado com as orelhas a arder, no seu posto diplomático, em Londres...

Ninguém mais incisivo, quando queria replicar, de pronto, a um adversário, ou defender um ponto vista contestado. Uma ocasião, em 1882, a Câmara dos Deputados reduzira determinado crédito, solicitado pelo governo. O Senado emendara, restabelecendo o montante que a Câmara impugnara. Voltou, assim, a ir à discussão, nesta Casa, sob forte pressão governamental para que acolhesse a emenda dos senadores.

Querem fazer a Câmara dos senhores Deputados engolir o cuspi-do! – exclamou o vigoroso parlamentar.

No meio de um discurso sério, intercalava alusões que provocavam hilaridade, conseguindo, assim, fazer-se ouvir até quando discutia o crescente aumento do déficit orçamentário. Numa sessão de junho de 1882, alguém o taxara de apaixonado. E ele retrucava:

“– Tem vossa excelência toda razão! Absorvido pela paixão política, mal sabia eu soletrar e já vinha para aqui ouvir os discursos do nobre Deputado Pereira da Silva!”.

O riso espoucava e o decano da Câmara dos Deputados, na época, o Conselheiro João Manoel Pereira da Silva, nada podia dizer, pois desde a legislatura de 1848 vinha fazendo os seus maçantes discursos... O riso colocava o auditório à feição do orador e não do apartante. Por vezes, tinha audácia oratória, como a de pedir para o Brasil uma grande desgraça, capaz de pôr à prova a resistência da nacionalidade, as forças íntimas, as energias adormecidas do seu povo. Combatia, na sessão de 8 de junho de 1886, a vertigem do déficit e os sucessivos empréstimos no estrangeiro, quando fez esta declaração:

“– Há dias, um amigo, talvez inquieto, dizia-me na expansão da amizade: – ‘Que crê você que falta ao Império para sair desta situa-

ção, crescer, prosperar?’ Disse: ‘Deus tem-lhe dado tudo, mas não o maior dos bens, — uma grande desgraça’. Sim, senhores, no dia em que sofrer o golpe rude da desgraça, havemos de entrar na regra, porque o pródigo só acredita que está perdido quando não lhe dão mais dinheiro!”.


A reação da Câmara foi gritar: “apoiado! apoiado!”. No combate aos gastos militares e na defesa de um programa de obras úteis, afirmava:

“— Dizia um viajante célebre que foi a Roma: ‘Não admirei o Coliseu: é uma grandeza que passou; não admirei os vestígios das batalhas daqueles imperadores, os Césares: são nuvens que passam; admirei a fonte de Trevi, que há dois mil anos dá água ao povo romano”’.

Quando Franklin Dória, ministro da Guerra no gabinete Saraiva, propôs a mudança dos uniformes dos oficiais, Ferreira Vianna o combateu severamente.

— O uniforme é para o oficial, uma despesa, e a mudança contínua agrava os seus recursos. É preciso cuidar menos de exterioridades e mais do que interessa ao bem estar do soldado. A reforma, porém, do uniforme, foi considerada de tamanha importância que vem anexo no relatório*. A reforma descreve todas as minuciosidades do grande e do pequeno uniforme, dos vivos e das charlateiras. Parece antes uma questão estética que uma questão administrativa.

Censurou ao ministro ter criado a Biblioteca Militar à revelia do Poder Legislativo, por uma simples portaria:

*  O relatório do Ministério da Guerra, enviado à Assembleia Geral Legislativa.

“Hei por bem”, disse o ministro. “Hei por mal” deveria ter escrito, porque, sem autorização do poder competente, criou uma despesa perpétua. Isto é uma usurpação de prerrogativa!

Mais importante lhe parecia a revogação do famoso regulamento do Conde de Lippe, pelo qual ainda se regiam as nossas forças armadas e das leis penais militares.

É intolerável, por exemplo – dizia –, a legislação penal militar aplicada ao Exército e à Armada. É uma lei antiquíssima, bárbara, que não se aplica mesmo por causa da ferocidade de suas disposições.

O processo é arbitrário e incongruente; a defesa do acusado não é livre nem completa; o Supremo Tribunal da Justiça tem poder que nem o chefe do poder executivo – o poder de comutação de penas. Ora, por que não se trata da legislação penal militar e do seu processo? Há material suficiente para se decretar uma legislação mui razoável, pelo menos mais adiantada. Entretanto, continuam o Exército e a Armada debaixo da pressão de uma legislação de antigualhas e, sem dúvida, oposta aos sentimentos do país e da legislação que prevalece a respeito do cidadão!

Note-se que é a palavra de um conservador, proferida dois anos antes de se verificar o incidente que daria causa à famosa “questão militar” reação contra essa “lei antiquíssima, bárbara”, e o draconiano regulamento do Conde de Lippe, base da disciplina da caserna até então.



Sua oratória, muitas vezes constituía simples diversão para os parlamentares que o ouviam, deliciados com as pilhérias e as *trouvailles*, em que seu espírito era fértil, sem dar maior importância às advertências constantes sobre o mau estado das finanças do Império. Num fim de discurso, na sessão de 14 de Junho de 1882, por exemplo, disse Fer-

reira Vianna: “— Peço licença à Câmara para contar-lhe uma história e com ela concluirei este mal modelado discurso...”.

Em vez de contar logo o que prometera, alonga-se, porém, em considerações sobre o orçamento e a necessidade de serem rigorosamente pautadas por esta lei as despesas públicas. Ao cabo de alguns minutos, os ouvintes ardião de impaciência. E a taquigrafia registra:

“DIFERENTES SRS. DEPUTADOS — E a história?

O SR. FERREIRA VIANNA — Ah! A história? Já lá vou...”.

Era um artista que sabia criar a expectativa no auditório para colher o melhor resultado possível. Sua historieta, é aplicada, então, com a arte de um consumado narrador:

“O SR. FERREIRA VIANNA — Já sou tido e havido por um homem atrasado, por um ‘casaca de ferro com botões de latão’, um homem do sistema antigo e que, portanto, não acredita em progresso, não acredita em melhoramentos, não acredita em outras tantas coisas que o nobre presidente no Conselho, com espírito e verdade, chamava aqui ‘panacéia’. E também não acredito na igualdade! Acho que isto é um palavrão com que se engana o néscio povo. Mas vamos ao caso: Dois ratos furtaram um pedaço de queijo e trataram de dividi-lo, mas era impossível que um se ajustasse com o outro, porque estas ideias de *liberté*, *égalité* e *fraternité* já lá estavam (*risos*). E, então, um dizia ao outro: — ‘Maior é o seu quinhão que o meu’. E o outro: — ‘Não, o seu quinhão é maior’. ‘O meu é menor; o seu é que é maior’, dizia o outro, ‘e nós devemos ser tratados com a maior igualdade’. — A igualdade deve ser observada de modo irrepreensível, porque o que não for absolutamente igual é injusto, é atentatório dos nossos direitos’. Isto diziam ambos. Não podendo chegar a um acordo, nomearam um...

UM SR. DEPUTADO – Árbitro.

O SR. FERREIRA VIANNA – ... Árbitro. Nos negócios estrangeiros há disso... Nomearam um supremo árbitro e procuraram o suposto primeiro Adão, na doutrina nova, o macaco (riso). O macaco observou a regra da igualdade; pôs um pedaço, de queijo em uma concha da balança e o segundo pedaço, em outra concha.

Um pesava mais que o outro. E que fez ele? Roeu a parte que supunha exagerada (*hilaridade*); colocou de novo os dois pedaços nas duas conchas da balança; ainda apresentavam diferença; o macaco tornou a roer, e assim ia; mas acudiram os ratos reclamando: não queremos mais a igualdade, queremos a desigualdade, nada de confraternização, nada de *liberté!* (*Hilaridade. Muito bem, muito bem. O orador é cumprimentado*)”.

O discurso não nos diz qual a moral dessa fábula: decerto a de que os ratos empenhados na disputa seriam os liberais e os conservadores, tendo como árbitro a figura do imperador, que roía ora de um lado, ora de outro... Não seria outra, mesmo porque, pouco depois, falando em tom sério, dizia o deputado conservador:

“– O tempo e a lição dos livros me têm ensinado que só há uma solução para os difíceis problemas que, neste momento, se agitam: liberdade, liberdade, liberdade. A autoridade, que foi o ponto de apoio de outrora, sem a liberdade, será conflito. A liberdade transformaria em licença por aqueles que menos a prezam, será anarquia. O governo de cada competência no que lhe é próprio, ou pela natureza, ou pela lei, é a ordem, que é a liberdade coletiva”.

Não houve, no Império, mais entranhado defensor da autonomia dos municípios e das províncias, que considerava mutilados em suas

prerrogativas. Parecia-lhe essencial revigorar os municípios e reduzir os males da excessiva centralização do poder. Exemplificava:

“– A França era grande, dominava a Europa, sua palavra era a última; mas, no dia em que a cabeça que por ela pensava desapareceu vencida, ficou paralisada e caiu presa inerte dos inimigos invasores. Já Napoleão I dizia, recordando no exílio os erros do seu governo: ‘Mal fiz em invadir a Espanha! Era um país constituído por tal forma, que cada município, cada *fuero*, era uma Espanha nova que surgia para debelar-me; era uma nação que se repartia no momento do perigo em tantas pátrias quantas eram as suas circunscrições municipais’”.

Afirmava que, sem municípios livres e independentes, sem províncias capazes de governar-se, não acreditava na estabilidade do Império, nem das instituições. Dizia que não havia, então, governo na Europa, mesmo os educados na escola do cesarismo e das onipotências, que não cedesse dia por dia alguma competência e autoridade aos municípios e às jurisdições provinciais, como meio de repartir, não tanto o poder, que bem lhes custava, mas a responsabilidade, que os assegurava. A própria Constituição do Império, inspirada em boa fonte, e no alvorecer das ideias de administração livre e local, consagrara a autonomia com profundidade tal que não suportava irresoluções.

“– Sei bem o que se diz para dourar a usurpação – declarava, adiante, referindo-se à ruínosa suspensão dos vereadores da Corte. – A Câmara Municipal é incapaz, os seus precedentes o têm provado. Ouço também dizer no Senado – perdoem-me os nobres deputados que invoque autoridade tão alta – que o poder judiciário está corrompido! E atrás de mim os maledicentes em turba dizem: ‘O Parlamento não vale nada! Uns desacreditam os outros; e, nesta re-

ciprocidade de difamações, não sei que poder se salva. Se devemos suprimir a competência de um puder por abuso real ou denunciado, seremos forçados a suprimir todos os poderes do Estado... ”.



A mentalidade de Ferreira Vianna não admitia saques contra o futuro, sob a forma de empréstimos ou de orçamentos deficitários. Queria que a administração fosse feita com a mais rigorosa economia, executadas apenas as obras para as quais houvesse recursos no Tesouro. “O Império é o déficit”, tornou-se uma chapa nos seus discursos. No seu exagerado privatismo, entendia que o Estado não devia explorar serviços industriais de qualquer natureza, nem mesmo estradas de ferro. Não concedia à nação sequer o direito de possuir uma boa imprensa oficial, sob a alegação de que concorria com a indústria particular e, ainda, de que o capital empregado era enorme e a receita, tão pequena, que não correspondia sequer aos juros. “Quem quiser manter um segredo deve publicá-lo no *Diário Oficial*” – é uma frase por ele cunhada. Não via vantagens na existência de um telégrafo nacional, quando outras nações o tinham explorado por empresas privadas. Condenava a existência de caixas econômicas, montepios, depósitos de órfãos, em que via desvantagem para a atividade comercial e industrial do país. A isto chamava de “desapropriação de capitais disponíveis, enervando o comércio e a indústria”.

Nem tudo eram assomos e injustiças em suas críticas. Tinha observações oportunas e reparos bem fundamentados, como, por exemplo, quando chama a atenção do ministro da Fazenda de então, Visconde de Paranaguá, para a irregular escrituração das despesas públicas, no Tesouro Nacional, em que havia singularidades como este título: “Despesas feitas e não escrituradas”.

– Seria necessário, também, criar um Tribunal de Contas, com certa jurisdição, e ter o Parlamento, como na Inglaterra, um defensor do orçamento, que ponha o visto nas despesas. Atualmente, o governo gasta como entende, sem fiscalização alguma.

Havia, no seu entender, um orçamento fantástico. Dizia:

“O orçamento sai da Câmara com déficit nas suas entranhas; parece haver orçamento e não há. Era preciso nomear uma comissão de homens patrióticos, livres de espírito partidário, que fizesse o orçamento real do Império. As recriminações de um para outro partido nada adiantam, nem à Câmara, nem ao governo. É uma situação impossível de continuar e a Câmara deve saber a descrença que há no público e a pouca confiança que ele tem no seu patriotismo. A Câmara não é arena de combate, de glórias e vitórias. Os representantes que tiverem um coração sincero retirem-se para suas casas e saibam que só há um mérito em nosso país: ‘ser protegido do arbítrio supremo do Brasil’”.

Este final de discurso é mais uma alfinetada no Visconde de Paranaguá, ministro da Fazenda e presidente do Conselho, aos olhos de todos apresentado como um áulico...



O discurso em que Ferreira Vianna martelou, do princípio ao fim, com estudada insistência, a expressão “quarenta anos de mentiras e perfídias”, aplicada ao reinado de Pedro II, que começaram em 1840 e já ia varando o ano de 1882, foi dos que maior impressão causaram. O terrível demolidor o proferira na sessão de 3 de agosto desse ano e começara por

fazer a crítica dos próprios partidos, em que se dividia a opinião política do Império, ambos enfraquecidos, despojados de sua prerrogativa, do que resultava uma Câmara completamente anulada. Daí os quarenta anos

“de mentiras e de perfídias, de que se queixaram os liberais na tribuna e na imprensa, e de que se queixaram também os conservadores, com a diferença de que os queixumes eram proferidos pelos oprimidos e abafados por aqueles que se achavam no poder pelo favor”.

Ambos – acrescenta:

“começaram e recomeçaram a história dos queixumes e da justificação dos tiranos. A oposição de hoje diz o que dizia a oposição de ontem, atualmente no poder para glorificar atos que condenara fracos os de cima, indiferentes os de baixo e um poder muito grande, uma ambição extraordinária, mas sem gênio, um povo sem caráter, sem energia política, vaga entre os extremos – a anarquia e o absolutismo”.

Adiante, diz que não há coisa mais aviltante para os partidos do que esta repetição do que se deva e do que se abate em louvores e exprobações:

“– Para saber o que diz o Partido Liberal quando o imperador fere a sua Câmara de dissolução, basta ler o que disseram os conservadores vítimas do mesmo ato. Para saber como procedera o Partido Conservador repudiado pela coroa, basta conhecer o que faria o Partido Liberal em idênticas circunstâncias. Esta reprodução de queixas e louvores e o fenômeno mais aviltante de moral e da política deste país”.

No meio deste discurso, surgem de quando rasgos quando rasgos patéticos: “– O Parlamento é espectro, sombra de outra sombra, porque nem há país constituinte, nem país constituído!”.

Mais uma vez, insiste na necessidade da criação de um Tribunal de Contas, que aprovasse as despesas públicas, pois estas eram livremente feitas pelo governo e vinham à Câmara apenas para receber uma chancela. “A despesa deve ser precedida de um pedido de autorização do governo e eu, como membro da maioria, não votaria um real a mais do que o pedido”. Sempre com a mesma preocupação de economia, combate a política dos empréstimos que ia nos colocando, cada vez mais, nas mãos dos banqueiros londrinos.

Quando assim se manifesta, Ferreira Vianna declara que continua fiel ao Partido Conservador. Afirma que esse partido “precisa de uma sentinela perdida, para explorar o caminho, a fim de que não o considerem um partido de atraso”.

– Duas razões me induziram a enfileirar-me no Partido Conservador – declarou. A primeira, por estar esse partido mais próximo da igreja em que fui educado; a segunda, por uma frase que ouvi do Marquês de Olinda: “Resistir ao rei, para bem servir ao rei”. Essa legenda na bandeira conservadora deslumbrou-me...

Num dos seus discursos, comparou Pedro II a um rei de França que, como divertimento favorito, empreendia numa arena lutas de cães e gatos. Quando queria que vencessem os gatos, deixava-os famintos e mandava dar comida a fartar aos cães. Estes, saciados, se tornavam lentos e incapazes de uma reação ante os felinos, acicatados pela fome e extremamente aguerridos. Quando queria que vencessem os cães, procedia de maneira oposta. O Partido Liberal seria o dos gatos e o Partido Conservador o dos cães? Ou vice-versa?



O “padre-mestre” Ferreira Vianna, no seu retiro convetual, reflete sobre o convite que acaba de receber de João Alfredo: “Conto contigo para ser ministro da Justiça”. Caricatura de Angelo Agostini, em *Revista Ilustrada* (1887).

Um dos seus pecados foi ter combatido a abolição, do que se valeu Rui Barbosa para ferretá-lo no famoso parecer ao projeto de Rodolfo Dantas sobre a liberdades dos sexagenários, citando-lhe a frase conformista, que nem parece provir da boca de um homem tão destemperado: “É um perverso quem levanta paixões na alma do fraco contra o forte”. Mas a ideia abolicionista trazia uma grande força e o próprio Ferreira Vianna viria a fazer parte de um governo que se anunciaria sob a bandeira da “abolição imediata e sem indenização”.

Falando sobre o desembaraço com que agiam os presidentes do Conselho em face da Câmara teve, num de seus discursos, esta tirada:

“— O que se pode dizer é repetir a frase de uma literata francesa, que, talvez por não ser formosa, tinha pesar de pertencer ao sexo feminino e, então, despia-se em frente dos criados e se defendia, dizendo: ‘Não são homens’ (*Riso*). Assim, o abuso e o escândalo são de tal ordem, que se pode asseverar que nós não somos homens... (*Hilaridade*)”.

O terrível panfletário feria a Câmara em cheio e a Câmara ria, como se nada tivesse que ver com tudo aquilo...

Católico ardoroso, ninguém defendeu com maior veemência, na Câmara, os bens das ordens religiosas, ameaçadas de expropriação. Fez parte de irmandades diversas. Era protetor da igreja da Candelária e da Ordem Terceira da Penitência. Fez restaurar a Capela Imperial e restituiu ao culto a igreja de São Joaquim, há mais de seis lustros interdita. Amigo íntimo de Frei João do Amor Divino Costa, provincial do Convento de Santo Antônio, depois de viúvo ia Ferreira Vianna, muitas vezes, passar temporadas nesse claustro, como hóspede especial, num recolhimento piedoso. Daí ter aparecido em centenas de caricaturas, principalmente nas da *Revis-*

ta *Ilustrada*, de Ângelo Agostini, vestindo o hábito de frade franciscano. Para o caricaturista famoso, ele era “Frei Antônio”...



Maiores libelos que *A Conferência dos Divinos* foram, como temos visto, os próprios discursos de Ferreira Vianna como deputado conservador. Nunca cessou de protestar contra o arbítrio do imperador, contra a concentração de poderes que tinha este nas mãos, contra a anulação do Parlamento e dos políticos, em geral, diante da vontade do monarca. Pode-se dizer que foi, assim, um autêntico vanguardeiro da República, pois ensinava o desprezo à pessoa do imperador. Afonso Celso, que surgiu na Câmara do Império como um liberal evoluído, um aliado natural dos republicanos, embora, depois, derrubada a monarquia, se inclinasse para esta, frisa o que foi a ação de homens como Ferreira Vianna, numa passagem expressiva de seu livro *Oito Anos de Parlamento*:

“Alguns conservadores me apoiaram naquelas manifestações ou se expressavam de tal modo a respeito das instituições monárquicas e do imperador, que fortemente abalavam essas instituições e desprestigiavam o monarca conforme, em mais de um ponto, tenho salientado. No meu citado discurso de 22 de junho de 1886, proferido perante o presidente do Conselho, Barão de Cotegipe, acentuei que, tendo viajado bastante pelo interior do país, ainda não encontrara um homem disposto a pegar em armas para defender a monarquia. Em abono dos meus assertivos relativos ao próximo advento da República, citei o discurso de Ferreira Vianna, a 31 de julho de 1884, verdadeiro libelo contra o Sr. D. Pedro II, aplaudido pelos conservadores presentes, discurso qualificado pelo orador como de protesto contra o *príncipe conspirador*”.

Naquele dia, fez o tribuno conservador um dos mais devastadores discursos, entre todos os que proferiu, contra o regime monárquico. Feriu, como sempre, a tecla da “onipotência imperial”.

“– As sucessões contínuas de ministérios; perguntou, a intriga fácil que pode ser feita entre os ciúmes e as invejas daqueles que se julgam com habilitações para ser presidentes do Conselho; a obra paciente e longa de dominar e estragar os poderes do Estado e, principalmente, os partidos políticos; tudo isso não está na consciência de todos os que me ouvem? Há alguém satisfeito diante desta impotência, que abate e sufoca, e que a ninguém exalta, senão depois da humilhação? Senhor presidente, esta situação desgraçadamente é do país, e todos nós temos sido vítimas. Do fundo das minhas desilusões, tenho a grande satisfação de levantar um grito, um grito não de guerra, porque estou velho, mas de protesto e de indignação. É uma situação do país e dela devemos sair com o concurso do país inteiro. Liberais e conservadores, republicanos, homens honestos de todas as seitas reunidas em torno do estandarte da liberdade constitucional, é tempo de sacudir este jugo da onipotência usurpadora e ilegal, que tem estragado as forças vivas da nação, e que não posso representar melhor do que dizendo: ela é o déficit e o déficit é ela!”.

Era uma pregação quase revolucionária. Não foi outra a observação que, então, fez o deputado Severino Ribeiro. Mas Ferreira Vianna não quis aceitar essa conceituação: – Revolucionário, eu? – inqueriu, escandalizado.

Afirmou que não era. Seria aquela, no entanto, na voz de um conservador? Reconhecia que tinha sido “muito forte” em suas expressões. Todavia acrescentava:

“Não tenho mais medo senão de Deus! Não temo mais nada, nem receio do senhor do Império, nem da condenação do meu partido, porque lhe digo última palavra de adeus nesta ocasião solene; nem tampouco das murmurações dos seus adversários, porque sei que não são em meu benefício. Se a consciência falasse, eu teria grande maioria, senão unanimidade nesta casa. (*Apoiados*). Portanto, nem medo, nem interesse. Mas o meu espírito, já o disse tantas vezes! – carece de outras nutrições. Estou cansado de representar nesta comédia política. É uma decoração tristíssima, onde só há espectros e uma única realidade: este poder onipotente e só, que me aflige, me irrita, e quero, por minha parte, escapar a todas as tentações. Não, revolucionário nunca! Porque, por mim, não se há de derramar o sangue de um só homem...”

No final do discurso, volta ao *leit motiv* do discurso de dois anos antes sobre o abastardamento da política imperial. E declama:

“Quarenta anos de opressões, de onipotência e de vitórias incruentas do poder armado contra a opinião do país desorganiza quarenta anos de desfalecimentos, de sujeições, de murmurações, de tímidos protestos; quarenta anos de usurpações bem sucedidas, de liberdade constitucional quase suprimida, terão animado talvez o poder a afrontar a opinião do país e a desferir sobre a Câmara o golpe da dissolução. Sobre as ruínas do princípio popular, o novo César caricato ousa encorajar os que vacilam ou temem, repetindo: ‘*Quid times, Cæsarem non vebes!*’”

Oliveira Lima qualifica esses rasgos mais como uma “verrina” do que mesmo como um “discurso”. E declara, em seu livro *O Império Brasileiro* (1.^a edição, p. 130):

“Os protestos suscitados pela objurgatória injuriosa que anunciara esta expressão não o intimidaram, antes lhe forneceram o impulso de que carecia. A Câmara, ora surpresa, ora tripudiante, teve que ouvir até o fim essa filípica, mais precursora da República do que os artigos estudados de Quintino Bocaiúva ou os discursos declamatórios de Silva Jardim”.

Os republicanos como que adotaram Ferreira Vianna nesse momento. Anfrísio Fialho, que então publicava *O Constitucional*, deu-se pressa em reeditar *A Conferência dos Divinos*, com uma introdução cheia de elogios ao deputado conservador, que anunciara formalmente o rompimento com o seu partido e, acompanhada de notas destinadas à melhor compreensão das alusões do famoso panfleto. Naquela introdução, escreveu Anfrísio Fialho:

“Foi durante a legislatura que findou o ano passado que o Sr. Ferreira Vianna desfechou no Império e no seu representante, o Sr. D. Pedro II, os mais certos e profundos golpes; tão certos e tão profundos, que não sabemos quando ou se jamais se fecharão as feridas por ele produzidas”.

Nessas palavras, estava o maior engano do editor de *O Constitucional*. Em primeiro lugar, o Partido Conservador tratou de envolver Ferreira Vianna e abrandá-lo com toda a espécie de emolientes. Os conservadores sustentaram-lhe o nome na eleição para a legislatura seguinte.

Mais valia tê-lo no partido que fora dele, como adversário, engrosando a corrente republicana. Que estranho conservador era aquele. Certa vez, afirmando a sinceridade de suas opiniões políticas, declarou Ferreira Vianna:

“– Sou sinceramente conservador, sou... E, quem conhece a minha vida particular, sabe se o sou praticamente... Sou muito adverso a novidades, tanto que, na minha casa, não se muda o lugar do pote, porque quero saber onde ele está, para a qualquer hora da noite ir beber água...”.

A facécia, que fazia explodir o riso no plenário e nas galerias, não o impedia de se voltar, por vezes, contra o próprio Partido Conservador, acicatando-o, procurando metê-lo em brios, incitando-o a que tomasse a dianteira ao Partido Liberal em certas questões de caráter urgente, ou que tais lhe pareciam. No discurso de 14 de setembro de 1886, em que, ao mesmo tempo, recusava crédito para obras públicas que julgava dispensáveis, insistia em que de nada valia o progresso material sem que houvesse paralelamente o progresso social. E dizia que, assim se manifestando, não estava se expondo “ao estigma de uma apostasia de princípios”, que reputava fundamentais e sobre os quais não faria transação alguma. E acrescentava:

“– Se fosse possível, o que não creio que o Partido Conservador, nos primeiros raios da sua nova ascensão, quisesse perante a nação tomar a atitude de quem pretende ressuscitar doutrinas condenadas por séculos de abusos, restabelecer princípios apodrecidos e levantar do sepulcro sistemas impossíveis, seria de excluir: ‘Não; não: este partido inalterável como um rochedo, este partido que não quer acompanhar o movimento natural do seu tempo e tem por glória guardar tão somente a tradição e a lembrança do passado, este partido que não pode ir com a civilização até as últimas expressões do progresso do desenvolvimento e da grandeza moral e material; não tem futuro. Este não é o Partido Conservador

que sustentamos, porque temos feito sacrifícios e cuja glória desejamos; é uma múmia para ficar no sepulcro. Não estamos filiados a um partido que queira tornar-se odioso pelo confisco das liberdades municipais, pela anulação das franquezas e das competências provinciais. Não nos podemos filiar, não o queremos a um partido que empreendesse hoje restaurar o que foi condenado, e proscrever as vitórias do espírito consagradas na constituição e no Ato Adicional. Se é este o partido que aparece no horizonte, se é esta a ideia que lhe serve de legenda e é, esta, enfim a bandeira que deve nos conduzir, desde já digo, e bem alto: Não, esta bandeira caiu atrás; a nossa é outra, é a do Partido Conservador que, apoiado na lição da vida, crê no futuro e nele tem os olhos cheios de esperança”.

Esse discurso foi vivamente aplaudido, entrecortado de “apoiados” e “muito bem” a todo o instante. Nesses momentos, mais do que nunca, os liberais se queixavam de que os conservadores queriam arrebataram as bandeiras de suas lutas... Ferreira Vianna tinha ideias um tanto singulares a respeito do saneamento da cidade, mas teve o bom senso de opor-se aos desígnios de um médico de grande prosápia, o deputado mineiro João da Mata Machado, que sustentava a necessidade de ser aterrada a lagoa Rodrigo de Freitas, por ser “um laboratório de miasmas”. No seu entender, não bastava sanear a cidade. Era preciso também que sugerisse medidas para atenuar a miséria geral, que não era apenas do Rio de Janeiro, mas de todas as grandes cidades do mundo.

Em Paris, perguntava:

“Que são as mansardas denunciadas por Haussenville? Que esterqueiras metafísica e nauseabundas não são as pocilgas dos trapeiros

que arrecadam das ruas os ossos, que suas desgraçadas mulheres e filhas raspam, para os restos da carne agregada tirarem o suco com que fazem o caldo para manter a sua já depauperada natureza! Quem não conhece os frutos desta política sensualista, de trabalhar para gozar e gozar indefinidamente; desta política anticristã, que faz com que os filhos nasçam raquíticos, escrofulosos e tão repugnantes, até haver quem pretenda que devam ser exterminados para não perpetuarem os defeitos da espécie humana? É a miséria; e a miséria destrói o sacramento público, porque torna impossível o privado. O luxo de não querer ver os andrajos do mendigo; o prazer de respirar dentro de uma bela berlinda o ar purificado das ruas; a ostentação de ter uma cidade exteriormente bela e decorada, eu compreendo para os riscos, mas não para os pobres e miseráveis. Em vez de entrarmos com espírito de gozo material, que não fecunda, penetremos com o espírito de caridade até esses esconderijos onde se oculta a miséria, para dar pão a quem tem fome, procurar trabalho para os que estão inativos, levantam as almas pelo bafo salutar do Cristianismo. Deixar de lado esta política material, senão ateísta, que é a primeira das pestes e insaneamento de todo o mundo. Ao lado desta propaganda, que vejo tão acesa, a troco dos maiores sacrifícios e, ainda, dinheiro do contribuinte, a levantar por empréstimos dentro da cidade do Rio de Janeiro, dessa propaganda de ostentação pelos trabalhos materiais; é preciso ativar a propaganda salutar, benéfica e civilizadora da educação moral e religiosa. Não tenho fé nesse saneamento, porque não pode produzir os efeitos desejados diante da miséria que se propaga e cresce na nossa sociedade. É mau, diz o professor de higiene ao desgraçado; é mau que dispa a roupa e guarde-a no mesmo apartamento em que dorme. Mas eu, replica o pobre operário, não tenho recursos para dois apartamentos; meu salário não chega. É perigoso

que durma com oito ou dez companheiros no mesmo cubículo. Mas isto se explica, torna o desgraçado, pela necessidade indeclinável. Se é condição de morte, não posso deixar de aceitá-lo pela força das circunstâncias. Seria melhor que, em vez de beber vinho falsificado ou envenenado, bebesse o saboroso vinho do Porto. Seria muito bom, diz o aconselhado, e se robusteceria a minha natureza; mas não tenho recursos, luto com a pobreza. Seria muito melhor que mudasse de roupa, senão todos os dias, ao menos todas as semanas. Não posso; estou coberto de andrajos porque me falta o trabalho e, se estes desaparecerem, terei de mendigar outros! Para que serve este saneamento? Para impedir que a febre amarela e outras pestes acometam a cidade? Não! É preciso sanear os hábitos, atacar o mal em sua origem; e nada vejo, Sr. presidente, a este respeito. Pelo contrário, a tendência do país é para promover o bem público unicamente por obras materiais. Aqueles que poucos representantes têm, os que são pobres, falam por mim nesta ocasião perante a Câmara dos Srs. Deputados”.



Quando caiu o gabinete de Cotegipe, o Partido Conservador se mostrou disposto a pacificá-lo. João Alfredo Corrêa de Oliveira, o “líder taciturno”, disciplinador das votações, foi chamado ao paço de São Cristóvão pela Princesa Isabel e convidado a formar o novo gabinete. Subia na crista da “questão militar” e ascendia ao governo decidido a dar solução ao problema servil. Uma de suas primeiras audácias foi a de destinar a pasta da Justiça ao autor de *A Conferência dos Divinos!*

Ferreira Vianna, ministro! Repetia-se, trinta anos depois, o caso de Sales Torres Homem... “No dia em que eu, por desgraça for minis-

tro”, dissera ele, entre risos, no discurso proferido seis anos antes, por ocasião da apresentação do gabinete de Paranaguá... E agora estava, numa pasta política, por excelência, a de Justiça.

Apreciador de boa música, foi dos que, com Benjamin Kinsman, Machado de Assis, Taunay e outros, fundaram e mantiveram em funcionamento o famoso Clube Beethoven, sociedade de concertos, que presidia quando foi escolhido por João Alfredo para ministro da Justiça. Coube-lhe redigir o teor da fala do trono, com que a Princesa Isabel, pela terceira vez na regência, se dirigiu à Assembleia Geral do Império e bem assim o texto do anteprojeto de lei, declarando extinta a escravidão no Brasil. O conservador que antes resistira à onda abolicionista se rendia, agora, à evidência dos fatos: os escravos fugiam em massa das fazendas, cresciam os quilombos por toda parte, especialmente os do Rio e de Santos, e o Exército, pelos seus porta-vozes mais autorizados, Deodoro da Fonseca e o Visconde de Pelotas, recusava o papel de capitães do mato que se queria atribuir aos seus oficiais... Estava mesmo extinta a escravidão. Faltava apenas o reconhecimento final de um estado de coisas que não era mais possível disfarçar...

Ministro da Justiça, Ferreira Vianna andou visitando serviços públicos e foi à Casa de Correção, a fim de inspecioná-la. Lá interrogou vários presos. Um deles, em palavras repassadas de arrependimento, lhe teria explicado porque estava atrás das grades: “– Estou aqui, senhor Ministro, porque buli com uma donzela e fui condenado. Já cumpri metade da pena. Se vossa excelência me manda pôr em liberdade, repararei o mal, casando-me com a moça...”.

Reza a anedota que o ministro teria respondido em tom chocarreiro: “Olhe, meu amigo... Quer que eu lhe dê um bom conselho? Talvez seja mais negócio cumprir o resto da pena”.

A passagem de Ferreira Vianna pelo ministério provocou muitos ditos e gracejos irreverentes. Mais uma vez se confirmava a observação maliciosa que corria entre os políticos da época: o de que o imperador era como um polvo seco, quanto mais batido, mais macio. Não era ao pai, mas à filha, tão beata quanto Ferreira Vianna era também beato, que se devia a escolha. Mas é de crer que D. Pedro II não tivesse procedido de maneira diversa, pois se esmerava em cortejar o antigo e tenaz adversário. Além de sua ação parlamentar, em certa época dedicou-se Ferreira Vianna a defender o protecionismo industrial, numa série de conferências, na escola da Glória, onde habitualmente se realizavam tais tertúlias. E um dos seus ouvintes mais assíduos era o imperador, que assim timbrava em querer dar, de público, uma prova de sua superioridade moral.

Quando a imprensa estranhou que Ferreira Vianna, que tão mal dizia do regime, a ele se incorporava, aceitando uma pasta ministerial, o panfletário respondeu com uma ponta de cinismo: “— Os arrependidos é que se salvam!”.

Nem sempre foram mansas as relações do ministro com o soberano. A mudança de Ferreira Vianna da pasta da Justiça para a pasta do Império, antes exercida por José Fernandes da Costa Pereira Júnior, parece um ato de mera rotina, visto que, em muitos gabinetes, houve constantes trocas de pastas. Entretanto, tal não se dava. O formidável tribuno recebia um castigo, com a sua remoção de uma pasta importante para outra que tinha bem menor expressão. É que o ministro e o chefe de polícia, seu subordinado, tinham encorajado as atividades da Guarda-Negra, formada por capoeiras, ex-escravos, para perturbar os comícios republicanos, promovidos por Silva Jardim, Lopes Trovão e outros. Insuspeitamente, André Rebouças, monarquista ardente, escreveu no seu diário, a 30 de dezembro de 1888, registrando o “selvagem conflito”, verificado naquela data na travessa da Barreira: “O im-

perador repreendeu severamente ao ministro Ferreira Vianna e a todos os cortesãos que pediam, como sempre, sangue de republicano para encobrir a sua imbecilidade e a sua covardia”.

Como se não bastasse isto, a 2 de janeiro de 1889, volta a anotar:

“O imperador repreendera ao ministro da Justiça Ferreira Vianna o proceder caviloso da polícia no conflito de 30 de dezembro de 1888 da Guarda Negra com os Republicanos-Escravocratas. Como sempre, Pedro II sustentou as doutrinas: ‘Não matar’ e ‘deixar discutir’. Nessa ocasião, o César caricato e de voz feminina mais liberal que o autor da *Conferência dos Divinos*”.

E, a 4 de janeiro, Ferreira Vianna se conformava em passar a pasta ao deputado pernambucano Francisco de Assis Rosa e Silva, que breve seria um dos grandes oligarcas da República. Foi ministro do Império até 6 de junho, data em que os conservadores caíram, para ceder lugar ao ministério liberal de Ouro Preto, o último da monarquia.

O que foi sua ação no exercício daquelas duas pastas está registrado, em perfeita síntese, por Afonso Celso, no livro *Oito Anos de Parlamento – Poder Pessoal de D. Pedro II*:

“O eminente opositor da véspera prejudicou o ministro de Estado. As suas terríveis e legendárias apóstrofes – ‘O Império é o déficit’; ‘quarenta anos de opressões e usurpações’; ‘o príncipe conspirador’; ‘César caricato’ e outras, proferidas pouco antes de Vianna subir ao poder –; seus doestos constantes à pessoa do monarca, de cuja integridade mental chegou a duvidar – doestos de tanto mais peso quando partiam de um conservador –, constrangiam-no na posição de secretário da coroa, pri-

meiro sob a princesa, em seguida sob o próprio D. Pedro II. Nunca alcançou no banco ministerial um só dos ruidosos triunfos a que outrora estava afeito. O deputado João Penido o pôs em sério embaraço, volvendo contra ele – ministro do Império – um requerimento sobre a saúde do imperador que Vianna meses antes formulara e cruelmente desenvolvera da tribuna. Apesar de muito haver trabalhado naquela pasta e na da Justiça, durante o ministério João Alfredo, seu lugar não é entre os ministros notáveis, mas entre os grandes oradores. Em todo caso, não foi ministro subalterno ou vulgar”.

Incorporara-se à máquina executiva quando o Imperador agonizava, prestes a sucumbir dos golpes que ele próprio ajudara a desferir. Depois da proclamação da República, embalde velhos correligionários, tentaram atraí-lo para a organização de um movimento restaurador, que se anunciaria por um vibrante manifesto à nação. Não quis pôr nele a sua assinatura e houve quem lhe atribuísse uma saída maliciosa: “É melhor que eu fique de fora, para requerer os *habeas corpus* quando vocês forem presos...”

Na verdade, um dos últimos atos de sua vida pública foi a defesa que fez, como advogado e como publicista, do velho Conselheiro Andrade Figueira – o homem de coração de bronze, na frase de Joaquim Nabuco, proferida ao calor do debate da lei da abolição, a que se opunha aquele com a maior intransigência. O velho conselheiro fora arrolado pela polícia de Campos Sales como chefe de uma suposta conspiração monarquista. A intervenção de Ferreira Vianna está documentada em *A Conspiração Policial*, o último de seus panfletos, publicado em meados de 1900, tendo como introdução uma carta de Andrade Figueira.

Dizia-se, então, que elementos do velho regime se tinham ligado a republicanos despeitados, para destituir Campos Sales, e que um governo de emergência seria constituído, dele fazendo parte o general Costallat, o almirante Custódio José de Melo e o conselheiro João Alfredo. Eram também apontados os nomes do general Cantuária, do ministro Piza e Almeida, do Supremo Tribunal Federal, do conselheiro Lafaiete Rodrigues Pereira e de outros. O antigo chefe de polícia, José Basson de Miranda Osório, o último da monarquia, era apontado como um dos financiadores do movimento,

O fato é que a polícia, depois de fazer seguir Andrade Figueira durante alguns dias, finalmente resolveu prendê-lo, pondo-lhe cerco à casa. Como não saísse à rua o velho político conservador, sua residência foi violentamente invadida, sendo ele arrastado à força e sob protestos para a prisão que lhe destinaram no quartel dos Barbonos. Ferreira Vianna atribui, como o título do panfleto indica, à própria polícia, desejosa de ostentar serviços, uma conspiração que assegura inexistente. Verbera a violação da Constituição da República, que declara ser o lar o asilo inviolável do cidadão:

“Todas as constituições dos povos pertencentes ao grupo da civilização cristã definem o domicílio como o asilo inviolável. *My house is my castle*, dizem os ingleses. *Mein haus mein burg*, dizem os alemães”.

E acrescenta:

“Tantos atentados, agravados pela premeditação, insistência e desrespeito, não têm fácil explicação – talvez algum plano urdido nas reservadíssimas confidências policiais. Com que vitória contava o chefe de polícia para cometer e mandar cometer tal série de vi-

olências? A de ouvir do Conselheiro Andrade Figueira em face às três sublimes negativas: *Não posso. Não quero. Não devo.* ‘*Não posso*’, porque não tendes o direito de me inquirir, nem na qualidade de réu, nem na de testemunha! Submeter-me pela força ao vosso capricho seria o sacrifício de minha dignidade, do meu caráter, o meu suicídio moral! ‘*Não devo*’, porque a defesa do meu direito é um dever para com a sociedade! Defendendo-o da vossa agressão, defendo o direito de todos! ‘*Não quero*’, porque a minha vontade, dentro da esfera do meu direito, prevalece sobre o vosso arbítrio!”.

Não respondendo ao inquérito, Andrade Figueira, enviava, de sua prisão, à “Imprensa”, de Rui Barbosa, cartas que causaram viva impressão. Foi, contudo, pronunciado, o que deu, como resultado, um ato solene de protesto, sob a forma de uma visita coletiva ao preso. Lá estava Ferreira Vianna. Lá estavam também Rui Barbosa, Lafaiete Rodrigues Pereira, Afonso Celso, Edmundo Bittencourt e outras personalidades. Rui teve o seu discurso ao ilustre prisioneiro interrompido por um oficial da brigada policial, que despediu os visitantes rudemente, em nome do comando. O processo, contudo, dá em nada... O réu é absolvido e posto em liberdade. E, já em 1901, recebe uma homenagem da Câmara dos Deputados, que convida para colaborar com a sua comissão especial encarregada da revisão do Código Civil...

O filho de Ferreira Vianna, portador do mesmo nome, muito ligado a Quintino Bocaiúva, colaborou com a República e, no republicaniíssimo *O País*, escreveu os artigos que depois reuniu num livro, muito indiscreto e muito discutido, *O Antigo Regime*, com o pseudônimo de Suetônio. Em suas páginas, trata com o maior rigor os figurões da monarquia, menos, é claro, o próprio pai. Com a aproximação de 1888 e 1889, Ferreira Vianna se tornou amigo do imperador e, tendo viajado

para a Europa depois da proclamação da República, foi visitá-lo na propriedade da Condessa de Barral, em Voiron, onde, em agosto de 1890, se encontrava o monarca destronado. Foi D. Pedro II quem lhe deu cartas de apresentação para várias personalidades a quem desejava conhecer na Alemanha. Nessa viagem, Ferreira Vianna foi também recebido pelo Papa Leão XIII, no Vaticano. No regresso, voltou à sua banca de advogado. Tinha setenta e dois anos, quando a morte o levou, a 10 de novembro de 1903.

A Conferência dos Divinos talvez pareça, hoje em dia, uma página ingênua, senão mesmo de todo anódina, principalmente em face da linguagem atual da nossa imprensa. Todavia, na época em que foi publicada constituiu um rasgo de audácia. E o que tem de realmente importante é o fato de ter sido o marco inicial de uma campanha violenta e tenaz, desferida por Ferreira Vianna, primeiro sob forma escrita e, mais tarde, sob forma verbal, contra o antigo regime, à sombra do qual viveu durante cerca de vinte anos como homem público, mas com o qual jamais se entendeu nem chegou verdadeiramente a estimar.

☞ *A Conferência dos Divinos*

FERREIRA VIANNA

Notas de Anfrísio Fialho

A CONFERÊNCIA DOS DIVINOS

I

Horrível tempestade está iminente sobre os tetos da cidade eterna¹.

Os relâmpagos alagam de luz as sete colunas e logo as envolvem de mais densas trevas. Os raios se desprendem do céu e, como serpentes, se enroscam nos monumentos².

A terra treme, o ar rebomba e o povo dorme!

O Fórum não é mais a arena dos Gracos³, — é a parada dos Pretorianos⁴ — a espada em vez da palavra.

1 ☞ Romd, sede do governo dos imperadores romanos.

2 ☞ Estátuas, colunas de bronze.

3 ☞ Tibério e Caio Greco, tribunos do povo romano. Foram assassinados por ordem e influências do Senado aristocrático.

4 ☞ Guarda dos Imperadores romanos.

Um vulto aparece diante do colosso que o célebre Zenodoro levantara com preciosas substâncias à altura de 120 pés, em homenagem ao crime⁵.

Nunca o gênio se aviltou tanto.

Para o vulto, e pareceu tremer aos pés do monumento. Rasgou-se um relâmpago e rutilou na frente do desconhecido o diadema dos Césares. Era a sombra de um Senhor do mundo; logo após veio outro e, finalmente, um terceiro.

Vararam abraçados a área, saudaram o colosso e entraram na casa de ouro⁶.

Ao encontrarem a estátua da fortuna, beijaram-lhe os pés de frio mármore com lábios deles, que eram de fogo, e sentaram-se em frente.

Cerraram as janelas para não serem incomodados com a luz do céu e os rancos da tempestade. É noite funda – hora das supremas traições.

II


Um, de todos, o mais alto, disse:


– Maldito povo, besta feroz que não posso domesticar!

Dei-lhe jogos, não concorreu a eles. Dei-lhe vitórias, não me saudou.

Dei-lhe dinheiro, não se abaixou para levantá-lo.

Dei-lhe pão, deixou-o apodrecer!

5  Zenodoro, célebre estatuário que fez a estátua de Nero, imperador romano, em relação ao qual o seu preceptor, Sêneca, dizia: “o trono ensina o crime e a perfídia”.

6  A casa de ouro era um vasto e suntuoso palácio, e mais rico que tem havido no mundo, que Nero mandou construir para si sobre as ruínas de Roma produzidas por um incêndio que devorou dois terços da cidade e do qual ele mesmo passava por seu autor.

- O que queria então o povo? – interromperam os dois outros.
– Queria liberdade e justiça, – respondeu o primeiro, com amargo despeito.
– Maldito povo! – responderam os três.

Levantou-se o segundo, mais baixo que o primeiro, porém reforçado das espáduas⁷!

“Também eu dei-lhe jogos, trigo e vitórias, e tudo desprezou. Em altas vozes exigiu justiça – aumentei o número dos algozes; clamou por liberdade – multipliquei as vítimas; insistiui, incendiei Roma; replicou, cantei na lira em quanto gemia; conspirou contra meu divino poder, massacrei-o!

– Em lugar de leis, fiz mordanças; em lugar de sacerdotes, criei espíões; em lugar de tribunas, levantei fogueiras.


Cena horrível! As vítimas insultavam-me, os moribundos amaldiçoavam-me e os cadáveres deixavam com o derradeiro alento, nos lábios roxos, o mais penetrante sarcasmo!

Das cinzas saíam fantasmas, que não me deixavam dormir. Se fechava os olhos, arrancavam-me as entranhas; se os abria, queimavam-me os meus, porque os seus eram de fogo.

A noite para mim tinha ventre, de onde rebentavam milhares destes duendes horripilantes. Como é horrível à noite!

– Horrível – repetiam todos!

– A noite é um ser vivo, que se move, que fala e que devora como um antropófago; deve ser o senhor do inferno. Ah! que não possamos dominar este monstro! Eu tinha medo que o sol me visse

7  Nero, que mandou matar a própria mãe, Agripina, para mais seguramente governar.

e que a noite me absorvesse. Os filósofos chamam a isto remorso. Miseráveis cogitadores, nunca tive remorsos; o que eu tinha era medo⁸.

O dia com seu sol e a noite com suas trevas, venceram-me. Agora mesmo, passando pelas estátuas que ornamentavam esta cidade incrível – vi na mão de uma um punhal, era Mário. Corri: na mão de outra o instrumento da tortura, era Sila. Caí sem forças; todos se moviam e queriam estrangular-me!


Nem os Césares me queriam poupar! A noite aviventa os mortos e faz diliquir os vivos. A própria terra se remexeu em meus passos, era quente como se pisasse suas estranhas vivas, era fria como se tropeçasse nos cadáveres de minhas vítimas.

Aborreci-me de governar; convoquei o povo – que medonho espetáculo!

“É verdade! É verdade!” – rosnaram os dois outros.

“Convoquei o povo, não me olhou; não sei se por ódio, se por medo. Despi a toga imperial e atirei-a no meio da multidão, rasgaram-na em milhares de fragmentos que o vento levou. Lancei ao touro, que já rugia e cavucava a terra, o meu diadema; todo o meu ser desapareceu debaixo de suas patas. Entreguei-me como um prisioneiro, ninguém me tocou. Desci as escadas do Império e não achei uma enxerga”.

– Maldito povo! – entoaram todos com tal raiva, que as palavras pareciam punhais envenenados.

⁸  “O, medo, diz Toulotte, é o Segredo dos tiranos”. É que, apesar da coroa, da púrpura ou do manto feito de papos de tucanos que os enfeitam, eles são feitos da mesma massa que os malfeitores da mais baixa condição social.

E caiu o segundo soberano do mundo, vertendo dos lábios espessa espuma. Oh! se o povo fosse uma formiga, ali a matara e a engolira⁹.

III

Ergueu-se o terceiro, que ainda não tinha falado. Era jovem, desconjuntado de corpo, e disse com entoação feminil¹⁰:

– Vós, meu prezado irmão, – apontando para o primeiro –, e vós, meu primo –, olhando para o segundo¹¹ –, cometestes um grande e irreparável erro: não empregar a política de temporização, infalível como a ferrugem, que consome o ferro mais rígido.

Eu falsifiquei tudo; no meu tempo as honras eram sem honras, as dignidades sem dignidade; perverti o sentimento moral e teria conseguido fazer desaparecer a noção do bem e da justiça, se não procurasse refúgio no lar doméstico.

Este Aquiles é vulnerável no coração. A ambição é o que mata.

Açulei todas as ambições e desprezei todos os homens; rebaixei a uns para elevar a outros, e vice-versa. A baixeza, a improbidade porque tirava lucros e a mediocridade, porque podia chegar até a minha divina pessoa. Em lugar de raios de Júpiter, destilei o veneno sutil e saboroso da corrupção; comecei por embriagar os grandes e

9 ☞ Todos eles são como Calígula, que dizia que desejava que o povo tivesse um só pescoço para matá-lo mais facilmente. A diferença é que uns pensam e dizem, e outros pensam e não dizem. E destes últimos que Caro, membro da Academia Francesa, diz: “A astúcia é mais mortífera do que a violência”.

10 ☞ Já o leitor deve ter adivinhado que vai falar o César brasileiro. Era ainda jovem na época em que foi escrita *A Conferência dos Divinos*.

11 ☞ E de vez em quando lançando um olhar de esguelha para ambos.

cheguei até o povo. A corrupção caiu de cima para baixo como um orvalho¹².

Os homens de consciência e mérito eram poucos e estes, ou beberam na taça misteriosa o licor sublime, ou se recolheram ao seio da família. Deixei-os vegetar na obscuridade; morreram abafados.

Quando me encontravam, procuravam ocultar-se; ria-me deles.


Dividindo-os em partidos; servi-me de um para destruir o outro e, quando o vencido estava quase morto, levantava-o para reduzir no mesmo estado o vencedor¹³.


Eram ferozes! Às vezes, fingia querer conciliá-los para os confundir e corromper mais. Nivelei as cabeças das papoulas como o nosso avoengo ilustre Tarquínio Soberbo. Neguei prestígio ao gênio e glória ao heroísmo, antepo-ndo-lhe a mediocridade laureada e o egoísmo glorificado.

Todos me amaram e, se alguns me desprezaram, era no íntimo do seu coração e sem ódio. Amavam-me tanto, que, se o diurno Júpiter Capitolino me concedesse oito mãos, seriam insuficientes para dá-las a beijar a multidão que as solicitava de todos os lados.

O meu reinado foi uma comédia, como me chamava o seu, Augusto, nosso divino antecessor. Creio que representei, tão bem como ele, o meu papel. Não aborreci o vício, nem amei a virtude; não arranquei aquele, nem plantei esta – servi-me ora de uma, ora de outra, como convinha.

Ao princípio encontrei almas varonis, algumas se renderam com saudações, outras com honras e gorjetas para eles e seus filhos e con-

12  “Nasce de cima a corrupção dos povos”, exclamou uma vez um ex-ministro do Sr. D. Pedro II, o visconde de Niterói.

13  A supressão dos partidos políticos é a morte moral de uma nação. É este um dos meios pelos quais o Imperador reduziu o Brasil ao estado de cadáver.

tra as que ficaram firmes atirei a mediocridade ambiciosa. Coitados – morreram estalados e, o que é mais, convencidos de que nada valiam. Não dei jogo, prazeres que passam e se esquecem – dei emprego e aumentei o funcionalismo¹⁴ –; o ordenado é renda que pode ser vitália se o servidor não se esquece de seu divino senhor.

Não dei vitórias, alcancei derrotas e fui saudado freneticamente, e tanto, que me obrigaram a dizer *basta!* e a rejeitar palmas.

Conservei na miséria os juízes; os ignorantes e necessitados ficaram; os talentosos procuraram outra carreira. Esta é a pedra fundamental de meu sistema.

Aperfeiçoei tanto a minha política, e achei tão boas disposições, que obtive fazer da baixeza uma vaidade ou um luxo dos principais da terra. Homens ricos, bem educados, amados por suas mulheres e por seus filhos, com todas as condidades da vida, não se julgavam felizes enquanto não eram admitidos criados na minha casa; alguns entristeceram e morreram por me ter esquecido de lhes fazer esta divina graça. A chusma de solicitadores era tal, que faltaram em meu palácio librés suficientes.

Enfim, em poucos anos estavam quase todos a meus pés suplicantes, inclusive os sucessores dos Gracos¹⁵. Eu era a água que mata a sede, o fogo os aquecia, a luz que iluminava e o trigo que nutria. Era uma luta digna de ver-se a que travara entre os patriotas e

14 ☞ “Os empregados públicos, disse Lamartine, são o Exército do rei”. Tocqueville diz que é por intermédio do funcionalismo que o rei pode intervir de mil modos diferentes nos interesses individuais de cidadãos.

15 ☞ Com efeito, toda a nação está prostituída, submissa e fraca, aos pés do monarca onipotente. “Somos um miserável rebanho de ovelhas!”, exclamou no Senado o Sr. Silveira Martins. “Somos escravos livres!”, disse o ano passado o Sr. Ferreira Vianna na Câmara dos deputados. “Somos uma nação traída e vilipendiada!”, exclamou o Sr. Amaro Bezerra, acrescentando: “Tudo está baralhado, rebaixado, prostituído!”.

os pretorianos para decidirem qual, dentre eles, seria o primeiro a tirar-me os borzeguins.


Diverti-me muito, fiz o que quis, e não matei um homem!


Grande erro foi o vosso, meus irmãos! A política da força faz mártires e os mártires, como sabeis, ressuscitam; a política da corrupção faz miseráveis e os miseráveis apodrecem antes de morrer. Vós encontrastes em vossos reinados a invencível resistência dos cadáveres-vivos e eu governei pacificamente vivos-cadáveres¹⁶. Vede que grande diferença!

Quando me achei moribundo, bem vi que os meus cortesãos abandonaram o meu leito e correram aos pés de meu sucessor¹⁷ – perdoei-lhes: é a única vingança dos miseráveis.

– Ave César! – exclamaram os dois outros e todos os três se sumiram nas trevas.

Roma, 4 de fevereiro.

16  No Processo da monarquia brasileira, que estamos publicando diariamente no *Constituinte*, provamos a existência do plano concebido pelo Imperador “reduzir a nação ao estado de cadáver” e mostramos os meios pelos quais ele conseguiu o seu infernal projeto.

17  E o que já está acontecendo a vista da próxima abdicação do Imperador: as recepções da herdeira presuntiva da coroa são cada vez mais numerosas.

Bibliografia referente às Introduções

- ALENCAR, José de. *A Guerra dos Mascates*. S/l: Livraria José Olympio Editora, 1951.
- ARAÚJO, Ferreira de. *Coisas Políticas*. S/l: Tipografia da *Gazeta de Notícias*, 1884.
- CALMON, Pedro. *História Social do Brasil*. Brasileira. 2.º tomo. S/l. Companhia Editora Nacional, 1937.
- CARVALHO, Padre João Manuel de. *Reminiscências sobre Vultos e Fatos do Império e da República*. S/l: Amparo, 1894.
- CELSO, Afonso. *Oito Anos de Parlamento – Poder Pessoal de D. Pedro II*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927.
- DEIRÓ, Eunápio (Timon). *Estadistas e Parlamentares*. Rio de Janeiro: s/e, 1883.
- DÓRIA, Escragnolle. “Coisas do Passado”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. S/l: s/e, 1909.
- FARIA, Alberto de. *Mauá*. Rio de Janeiro: Paulo, Pongetti & Cia, 1926.
- GAMA, Visconde Nogueira da. *Minhas Memórias*. Rio de Janeiro: Magalhães & Cia, 1893.
- MENDONÇA, Lúcio de. *Caricaturas Instantâneas*. S/l: Editora A Noite, 1939.
- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. S/l: Companhia Editora Nacional, 1936.
- ORICO, Osvaldo. *Estadistas do Império*. I.ª série. Rio de Janeiro: Marisa Editora, 1953.

- PINHO, Wanderley. “Humorismo no Parlamento Brasileiro”. In *Revista do Brasil*, s/l: s/e, s/d.
- PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. Série Brasileira. S/l: Companhia Editora Nacional, 1939.
- RAFFARD, Henri. “Apontamentos Acerca de Pessoas e Coisas do Brasil”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. S/l: s/e, 1889.
- REBOUÇAS, André. *Diário e Notas Autobiográficas*. Coleção Documentos Brasileiros. S/l: Livraria José Olímpio Editora, 1938.
- RIO BRANCO, Barão do. *Efemérides*. S/l: Ministério das Relações Exteriores, 1946.
- ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. S/l: Livraria Editora José Olympio, 1955.
- ROSA, Ferreira da. *Memorial do Rio de Janeiro*. In Arquivo do Distrito Federal. Vol. II, 1951.
- SENNA, Ernesto. *O Conselheiro Ferreira Vianna*. Rio de Janeiro: Rio Tipografia do *Jornal do Commercio*, 1902.
- _____. “Rascunhos e Perfis (Notas de um repórter)”. In *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 1909.
- SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. S/l: s/e, s/d.
- VIANNA, Helio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira*. S/l: Imprensa Nacional, 1945.
- VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, s/d.
- TAUNAY, Visconde. *Reminiscências*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1908.
- VIANNA FILHO, Antônio Ferreira (Suetônio). *O Antigo Regime*. S/l: s/e, 1896.

PUBLICAÇÕES OFICIAIS:

Anais da Câmara dos Deputados do Império. S/l: s/e, s/d.

Anuário do Museu Imperial de Petrópolis. S/l: s/e, 1951.

POLIANTÉIA:

“I.º Centenário do Conselheiro Antonio Ferreira Vianna”. Rio de Janeiro: s/e, 1932.

JORNAIS E REVISTAS:

O Brasil, O Atlante, O Regenerador, Correio Mercantil, Gazeta de Notícias, Revista Ilustrada, Semana Ilustrada, A Reforma, A Nação, Gazeta da Tarde etc.

∞ COMPOSTO EM MONOTYPE CENTAUR 11/15 PT; NOTAS, 9/12 PT.

